

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

JULIANA APARECIDA CAMILO DA SILVA

**MUNDOS ENTRELAÇADOS: RELAÇÕES DE FRONTEIRA NOS CONFINS
MERIDIONAIS DO IMPÉRIO ESPANHOL (PERÍODO COLONIAL TARDIO)**

SÃO LEOPOLDO

2022

JULIANA APARECIDA CAMILO DA SILVA

**MUNDOS ENTRELAÇADOS: RELAÇÕES DE FRONTEIRA NOS CONFINS
MERIDIONAIS DO IMPÉRIO ESPANHOL (PERÍODO COLONIAL TARDIO)**

Tese apresentada como requisito parcial e final
para a obtenção do título de Doutor junto ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Bohn Martins

SÃO LEOPOLDO

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

S586m Silva, Juliana Aparecida Camilo da
Mundos entrelaçados: relações de fronteira nos confins meridionais do império espanhol (período colonial tardio) / Juliana Aparecida Camilo da Silva. – 2022.
219 f.: il.; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

“Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins”

1. Forte e Fortins. 2. Fronteiras. 3. Índios. 4. Período colonial tardio. 5. Relações interculturais. I. Título.

CDU 981

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

JULIANA APARECIDA CAMILO DA SILVA

**MUNDOS ENTRELAÇADOS: RELAÇÕES DE FRONTEIRA NOS CONFINS
MERIDIONAIS DO IMPÉRIO ESPANHOL (PERÍODO COLONIAL TARDIO)**

Tese apresentada como requisito parcial e final
para a obtenção do título de Doutor junto ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof.^aDr.^a Maria Cristina Bohn Martins (orientadora) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
– UNISINOS

Prof. Dr. Carlos Daniel Paz – Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos
Aires – UNICEN

Prof.^aDr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck – Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof.^aDr.^a Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo – Universidade Estadual de Pernambuco –
UPE

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88887.150496/2017-00

Em memória de Alice, a mulher mais sábia que já conheci.

Para Alicia e Artur, luz eterna dos meus dias.

AGRADECIMENTOS

Em diferentes conversas com amigos e família sempre salientei o quanto é solitário o trabalho de um historiador. Entre fontes e bibliografias, nosso trabalho é sozinho, eu sempre repetia. Entretanto, em tempos de pandemia e isolamento social, me parece que esse trabalho (pesquisar/escrever) ficou muito mais complicado. Mas me perguntava: Por quê? Sendo que sempre trabalhei sozinha. Foi quando parei para pensar melhor, avaliar as minhas dificuldades na escrita, neste momento tão confuso da história. O que de fato constatei é que o trabalho do historiador nunca foi solitário, desde a delimitação do tema até a investigação contamos com a presença de diferentes sujeitos.

Realmente, percebi que minhas dificuldades eram justamente a falta do elemento humano, daquele ambiente acadêmico, das falas dos professores, das apresentações, das palestras, das conversas, que nos trazem uma bagagem teórica por vezes muito maior que muitos livros. Estudar, trabalhar em frente a uma máquina, sem a afetividade de um olhar, sem a emoção de ouvir ao vivo, de sentir a energia, sem a troca sincera de uma conversa presencial, de verdade descobri a causa do meu bloqueio.

Portanto, retiro o que dizia tempos atrás, que o trabalho do historiador é solitário, não ele não é. Nosso trabalho conta com o elemento humano em cada uma de suas etapas, desde a delimitação do tema, a pesquisa do arquivo e ao trabalho final. Me dei conta que esta Tese de doutorado foi redigida por uma infinidade de mãos, desde dos meus professores da graduação, mestrado e doutorado, até cada um dos meus familiares, amigos e alunos. Com certeza esta investigação tem uma parte de cada um deles, até mesmo daqueles que não estão mais entre nós.

Por isso, por meio dessas singelas palavras venho expressar a minha gratidão, para cada uma dessas pessoas, algumas delas mesmo de longe, nunca largaram minha mão. Ao longo desta jornada tive o privilégio de conhecer e contar com ajuda de indivíduos singulares, muitos deles levarei no meu coração para sempre.

Primeiramente, a minha querida professora Maria Cristina Bohn Martins, uma mulher única, que possui o maior coração que já conheci. Obrigada pela sua orientação, críticas, opiniões, apoio, disponibilidade, paciência, mas, principalmente, por sua amizade.

Quero expressar minha gratidão ao professor Carlos Daniel Paz, pela orientação, ajuda, indicações, críticas, opiniões e pela companhia e amizade no intercâmbio de estudos na Argentina. Nossas conversas, cafés e cervejas ficarão guardadas para sempre em minha memória com muito carinho.

Também agradeço aos professores Jairo Henrique Rogge e Eliane Cristina Deckmann Fleck pelo apoio, críticas e sugestões ao longo dessa caminhada. Ao Programa de Pós-graduação em História da Unisinos, com sua equipe de professores que viabilizaram essa pesquisa. Gratidão pelas amigas que a Unisinos me deu, Alba Cristina Couto dos Santos Salatino, Helenize Soares Serres e Talita Alves de Messias.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, agradeço pela bolsa PROSUC que financiou este estudo e pelo Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior- PDSE que possibilitou a viagem de intercâmbio para Argentina.

Ademais, expresso minha gratidão a minha família, com certeza cada um dos integrantes é parte desta Tese, direta ou indiretamente. Agradeço aqueles que já não estão entre nós, minha bisavó Alice, bisavô Orlando, avós Eli e Arminda, sem vocês eu não teria chegado aqui.

Aos meus amados pais Janine Flor e Jorge Flores pela educação e carinho.

A minha querida irmã Gianne Flor de Souza que sempre me apoiou e cuidou dos meus filhos para tornar este estudo possível. Aos meus irmãos Gian de Souza e Mateus de Souza.

Ao meu esposo Marcel Camilo da Silva pelo amor, carinho, paciência e companheirismo, sem você eu nunca teria conquistado.

Aos meus filhos Artur e Alicia que trazem amor, alegria e ânimo aos meus dias.

*escrevo mediterrâneo
na serena voz do Índico
sangro norte
em coração do sul
na praia do oriente
ou areia náufraga
de nenhum mundo
hei de
começar mais tarde
por ora
sou a pegada
do passo por acontecer
(COUTO, 2014, p. 60)*

RESUMO

Em meados do século XVIII havia grandes porções do Império espanhol nas Américas que estavam controladas por índios não submetidos à Coroa espanhola. Tais espaços ficaram conhecidos como “fronteiras”, e se constituíram em fonte de preocupação dos administradores borbônicos. Estes últimos inquietavam-se tanto com os indígenas independentes, quanto com ataques de países estrangeiros nestas regiões. Em tais circunstâncias, o Império buscava expandir seus territórios, bem como controlar os nativos com diferentes políticas, tais como: missões, tratados e a inserção de militares. Este trabalho tem por objetivo investigar uma destas fronteiras coloniais: a Pampa bonaerense em meados do século XVIII e início do século XIX, período conhecido como colonial tardio. Após uma experiência missioneira “malsucedida”, edificada pelos padres jesuítas, em 1752 a Coroa optou pela “guerra defensiva” na campanha bonaerense e construiu uma série de fortes e fortins com o intuito de conter os ataques dos índios “pampas e serranos”. Nesta pesquisa, me valerei destes fortes como espaços para investigar os processos de contato ali operados, dando ênfase a atuação de diferentes agentes, principalmente indígenas, como parte essencial destes mesmos processos. Nestas locais chegavam índios de diferentes grupos que buscavam, entre outros fatores, permissão para intercambiar seus produtos na cidade de Buenos Aires; também era dali que saíam as expedições espanholas para a *tierra adentro*. Em torno das fortificações muitos caciques chegavam com seus toldos e se instalavam com suas famílias. Estes fortes faziam parte de uma realidade maior que era a da fronteira, e, por isso, não são considerados aqui como zonas de contenção, imposição e regulamentação, pois se constituíam, de fato, em pontos de encontro de pessoas e, sobretudo, espaços de intercâmbios materiais e simbólicos. Por isso, denominamos aquela zona de “fronteira agenciada”, uma vez que, eram os agentes que davam sentido, que atuavam de distintas maneiras naquele ambiente, eles que o conduziram, que estabeleceram meios para viver naquele lugar, que recriaram, reproduziram e criaram conformações culturais. Por este motivo, a fronteira agenciada se converte no *locus* ideal para analisar as “relações interculturais”. A metodologia para este trabalho será de leitura da literatura de referência e da pesquisa em fontes primárias.

Palavras-chave: Fronteiras. Relações interculturais. Índios. Fortes e Fortins. Período colonial tardio.

ABSTRACT

In the middle of the 18th century there were large portions of the Spanish Empire in the Americas that were controlled by Indians not subject to the Spanish Crown. Such spaces became known as “frontiers”, and constituted a source of concern for bourbon managers. The latter were concerned both with independent indigenous people and with attacks from foreign countries in these regions. In such circumstances, the Empire sought to expand its territories, as well as control the natives with different policies, such as: missions, treaties and the insertion of the military. This work aims to investigate one of these colonial frontiers: the Pampa Bonaerense in the mid-eighteenth and early nineteenth centuries, a period known as late colonial. After an “unsuccessful” missionary experience, built by the Jesuit priests, in 1752 the Crown opted for the “defensive war” in the Buenos Aires campaign and built a series of forts and forts in order to contain the attacks of the “Pampas and Serranos” Indians. In this research, I will use these forts as spaces to investigate the contact processes operated there, emphasizing the performance of different agents, mainly indigenous people, as an essential part of these same processes. Indigenous people from different groups arrived in these places, seeking, among other factors, permission to exchange their products in the city of Buenos Aires; it was also from there that the Spanish expeditions to the land departed. Around the fortifications many caciques arrived with their awnings and settled with their families. These forts were part of a larger reality that was that of the border, and, therefore, they are not considered here as areas of containment, imposition and regulation, as they constituted, in fact, meeting points for people and, above all, spaces of material and symbolic exchanges. For this reason, we call that zone the “agency frontier”, since it was the agents who gave meaning, who acted in different ways in that environment, they who led it, who established ways to live in that place, who recreated, reproduced and created cultural conformations. For this reason, the brokered border becomes the ideal locus to analyze “intercultural relations”. The methodology for this work will be to read the reference literature and research in primary sources.

Keywords: Borders. Intercultural Relations. Indians. Forts and Guards. Late colonial period.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nativos Austrais, segundo Tomás Falkner [1774]	46
Figura 2 - Caciques da linhagem dos Bravos	123
Figura 3 - Caciques da linhagem dos Yati.	127
Figura 4 - A linhagem de Guaiquitipay	134
Figura 5 - Os caciques da família de Flamenco	138
Figura 6 - Índios Pampas vestindo Ponchos	169

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Estrutura física de um forte bonaerense no século XVIII	113
Fotografia 2 - Estrutura física de um forte bonaerense no século XVIII	113
Fotografia 3 - Estrutura física de um forte bonaerense no século XVIII	114
Fotografia 4 - Forte de Ranchos	114
Fotografia 5 - Lista dos 16 desertores do Forte de El Zanjón, 1766	146
Fotografia 6 - Ponchos Pampas Século XIX	170
Fotografia 7 - Poncho Pampa	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Denominações grupos nativos no Forte de Chascomús: 1788/1800	50
Tabela 2 - Grupo dos índios de Bravo e os vínculos no Forte de El Zanjón	125
Tabela 3 - A linhagem dos Yati	128
Tabela 4 - Os rastros dos caciques Guaiquitipay e Inacayal	135
Tabela 5 - A linhagem de Flamenco	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os regalos da índia Maria Catalina

165

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Os grupos indígenas da Pampa-Patagônia	38
Mapa 2 - O território nativo Wallmapu	67
Mapa 3 - Região de Tuyu	76
Mapa 4 - Os povoados e fortes da fronteira	107
Mapa 5 - O caminho das Companhias de Blandengues	108
Mapa 6 - O forte de El Zanjón	111

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 Os nativos da Pampa-Patagônia	36
2.1 Quem eram os indígenas da <i>tierra adentro</i>? A produção de rótulos: uma reflexão historiográfica	39
2.2 Os indígenas da Pampa-Patagônia: identidade, etnicidade, grupos étnicos e parcialidades.	52
2.3 <i>Wallmapu</i> ou <i>tierra adentro</i>? Território e territorialidade dos nativos pampeanos	56
2.4 A configuração social dos grupos nativos da Pampa.	67
3 A fronteira bonaerense	81
3.1 A fronteira: velhos problemas, novos olhares.	82
3.2 O projeto colonial para as regiões fronteiriças americanas. O caso da pampa bonaerense	95
3.3 Introdução dos fortes e fortins na campanha sul bonaerense	106
4 O cotidiano dos fortes e fortins e a consolidação do portal diplomático	122
4.1 Os rastros dos caciques nos fortes e fortins	123
4.2 Os relacionamentos entre cristãos e nativos nos fortes ao sul de Buenos Aires	141
4.3 Os mediadores culturais na fronteira agenciada	151
4.3.1 A índia Maria Catalina	154
4.4 A fronteira agenciada bonaerense, um local de mestiçagens	174
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	195

La historia se interesa por hombres dotados de múltiples funciones, de diversas actividades, preocupaciones y actitudes variadas que se mezclan, chocan, se contrarían y acaban por concluir entre ellas una paz de compromiso, un modus vivendi, al que denominamos vida.

José Luis Rojas

1 INTRODUÇÃO.

Em 5 de setembro de 1791, o capitão do forte de Chascomús, Manuel Fernandez, escrevia ao vice-rei do Rio da Prata, Nicolás de Arredondo, notícias daquela guarda. Na carta referida, ele descrevia a morte do cacique Antequem, que havia chegado ferido no forte depois de um combate com índios rivais. No transcorrer da mensagem, ele narra os últimos dias de agonia do cacique no forte, dizendo que ele recebeu muitos cuidados e amor nos momentos finais de vida, “El referido cacique siempre queda en esta guardia en las últimas agonías habiendo recibido mucho amor, y várias instâncias que há echo para ello”¹. Esse é apenas um exemplo de centenas de correspondências remessadas dos fortes da fronteira para a capital bonaerense, que demonstram, entre outros temas, a relação dos militares com os índios no período conhecido como tardo-colonial.

Efetivamente, o aspecto a ser destacado nesta correspondência é esse convívio, entre o capitão da guarda e o cacique, como evidenciado na carta. Portanto, compreender a construção desta dinâmica de relacionamento é o tema desta tese, uma vez que, os fortes ao longo da fronteira bonaerense possuíam a função de “proteger” os hispano-crioulos² das investidas dos nativos insubmissos à Coroa espanhola. Devemos ressaltar, muitos grupos indígenas da Pampa-Patagônia³, neste período, viviam de maneira independente na chamada “*tierra adentro*”⁴, sendo o Rio Salado, nas proximidades de Buenos Aires, uma fronteira natural que “separava” os dois territórios, o indígena e o colonial. De fato, *pampas, serranos ou tehuelches, ranqueles e aucas*⁵, durante os séculos anteriores de contato, tanto com os hispano-crioulos⁶, quanto com outros grupos, principalmente, com os araucanos provenientes da Cordilheira dos Andes, haviam transformado e adaptado suas pautas culturais, econômicas e sociais.

Contudo, durante muito tempo as análises sobre estas mesmas relações na fronteira pampeana foram reduzidas ao mote dicotômico de hispano-crioulos x indígenas, da guerra constante como única modalidade de relação, e da visão sobre os índios determinada por

¹ FERNANDEZ, Manuel. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 5 de dezembro de 1791. Todas as referências do fundo Comandancia serão em notas de rodapé

² Utilizaremos a grafia hispano-crioulos já traduzida para o português.

³ Neste trabalho, o termo “pampa” possui conotações polissêmicas: me referirei à “pampa” como bioma do espaço da campanha de Buenos Aires; aos “pampas” como parcialidade indígena da região; e também à “Pampa”, “campanha”, “Pampa-Patagônia” como região para designar as extensas planícies localizadas ao sul da América do sul.

⁴ Denominação dada pelas fontes para classificar a região habitada pelos índios independentes da Pampa bonaerense, trataremos com mais detalhes no capítulo I desta tese

⁵ Trataremos destas denominações no capítulo I desta tese.

⁶ Utilizaremos a expressão já traduzida para o português.

diversos estereótipos. Nesta conjuntura, os nativos eram vistos como ladrões, ardilosos, preguiçosos e “selvagens”.

A “fronteira” é tema notável na historiografia argentina. Em torno dela se constituíram mitos fundantes da nação, criados pelos “pais da pátria” baseados na “gesta heróica” consolidada na “luta contra os índios”. Dessa maneira, confirmou-se o imperativo de “guerra de fronteira” para explicar o convívio entre “brancos”⁷ e índios no atual território argentino, até a vitória dos primeiros com o “extermínio” das populações nativas pelas Campanhas do Deserto, no século XIX. Durante a centúria passada, a historiografia na Argentina encarregou-se de firmar essa concepção. Ainda na década de oitenta daquele século, foi realizado um congresso pela Academia Nacional de La Historia, para distinguir a “Conquista del Deserto”, ou seja, solenizar os feitos do então tenente general Julio Argentino Roca:

[...] su gesta, constituye por sí un justo homenaje a quienes abrieron para la Patagonia las puertas de la argentinidad. La evocación de tal proeza me alienta a definir la misión que incumbe a nuestras generaciones, si deseamos ser dignos herederos de los vencedores del desierto (ACUÑA, 1980, p.39).

Neste congresso se notabilizou o extermínio de mais de vinte mil indígenas do território argentino, em nome da “argentinidad”, pelos “vencedores do deserto”.

Si en el mito de la “Argentina europea” esta era un país “sin indios”, la historia de esa Argentina debía también serlo o, en todo caso, los “nativos” eran sólo cosas del pasado, reliquias arqueológicas cuyo lugar estaba en los museos de Historia Natural creados en esos tiempos. Así, si el tema de las fronteras indias –fronteras interiores, como se las llamaba entonces– formaba parte de una heroica gesta nacional, la “lucha contra el indio”, las sociedades nativas mismas quedaban borradas de esa historia. Los historiadores se desentendieron del análisis de la sociedad indígena y dejaron su estudio en manos de arqueólogos y etnólogos (MANDRINI, 2007, p. 21).

Ao longo das três últimas décadas, todavia, as investigações históricas daquele país revisaram esta interpretação clássica que, por muito tempo, apontou o conflito como modo singular de convivência entre “brancos” e “índios”. As pesquisas acadêmicas no país vizinho conheceram uma grande renovação. Críticas inovadas sobre o espaço campesino rio-platense dão miradas alternativas às interpretações habituais. Em que pese a força e os atributos destas produções, permanecem campos de investigação para os quais se pode apresentar contribuições, sobretudo em circunstâncias muito concretas, a partir das quais, é possível refletir sobre as

⁷ Admitindo a contradição destas categorias para caracterizar as populações coloniais, usaremos os termos espanhóis, “brancos”, hispano crioulos, cristãos e ocidentais apenas para diferenciá-los das populações indígenas.

“relações fronteiriças”. A análise que trazemos aqui, busca dar subsídio para estes estudos, e tem como objeto esta fronteira: a Pampa bonaerense nos confins meridionais da monarquia espanhola, entre meados do século XVIII e primórdios do XIX. Para isso, utilizarei alguns dos fortes e fortins instalados pelo governo colonial, nesta mesma região, como *lócus* para observar estas relações e os processos de contato ali operados.

Não obstante, antes de trazer os pressupostos teóricos e metodológicos que norteiam este trabalho, bem como as suas metas principais e secundárias, torna-se necessário apresentar os passos pelos quais chegamos neste objeto de análise, e, também, uma breve conjuntura histórica da região da fronteira bonaerense aos finais do século XVIII.

O tema e a problemática nas quais se organiza a tese surgiram ao longo da constituição de minha dissertação de mestrado⁸, que versava sobre a trajetória de um cacique serrano denominado Cangapol ou Nicolás “O Bravo”. Neste trabalho analisamos a sua intermediação política nas chamadas “missões austrais”⁹, que foram instaladas pelos padres jesuítas na região, em 1740. O foco do estudo foi refletir sobre a história da fronteira bonaerense, de forma que os índios fossem colocados como sujeitos históricos deste enredo. Para isso, utilizamos a trajetória do cacique Bravo, que foi um dos principais protagonistas do período, não só para pensar sobre o panorama histórico da região da Pampa-Patagônia e da fronteira que havia se entabulado ali, como, também, para ponderar a história das três missões jesuíticas ali instaladas a partir de 1740.

A trajetória de Cangapol permitiu compreender as formas pelas quais pampas e serranos ou tehuelches experimentaram o contato. No entanto, esse contato não era restrito somente aos espanhóis, mas, também se fazia com outros grupos indígenas, principalmente, os araucanos ou mapuches que habitavam a Cordilheira dos Andes. Cangapol, o Bravo, em meados do século XVIII, se instituiu como um intermediário político entre os hispano-crioulos e os serranos, lembrando que essa política era uma esfera de ação agenciada pelos códigos culturais e sociais de quem as exercia.

De fato, um aspecto singular desta região foi o intenso comércio de bens que integrava índios de diversas regiões com hispano-crioulos de diferentes jurisdições. Apesar de o intercâmbio entre hispano-crioulos e índios ter sido frequentemente alvo de políticas de repressão pelas autoridades bonaerenses, elas não foram capazes de frear as trocas.

⁸ Ver: SILVA, Juliana A. Camilo da. A fronteira negociada: índios e espanhóis nos confins meridionais do Império (Século XVIII). 2016. *Dissertação (Mestrado em História)* – Programa de Pós-graduação em História, Unisinos, São Leopoldo.

⁹ Ou Missões bonaerenses ou, ainda, de Pampas e serranos.

É importante indicar que no século XVIII, os Bourbons¹⁰ introduziram propostas novas com intuito de fazer do reino um Estado centralizado, próspero e com seu papel de protagonista na cena europeia recuperado, sendo que as colônias teriam papel decisivo nesse desenvolvimento. À vista disso, esta dinastia iniciou uma série de medidas que visavam tanto o avanço sobre novas áreas, quanto a defesa desses territórios. Assim, a Coroa preocupava-se com possíveis rivais estrangeiros, como, por exemplo, a Inglaterra, que impunha sua presença real e potencial na América do Norte meridional e no Caribe. Além dos ataques estrangeiros, as autoridades inquietavam-se com os grupos nativos que permaneciam fora do seu controle. Esse novo projeto é chamado por alguns autores como a “segunda conquista dos territórios americanos” (LYNCH, 1991).

Desde mediados de esa centuria, los intereses personales y corporativos se vieron socavados por la creciente injerencia de la corona y los intentos por reforzar el poder real, representados en el proyecto conocido como reformas borbónicas. Para alcanzar ese objetivo se pusieron en práctica una serie de medidas económicas, fiscales, administrativas y militares que intentaban lograr un funcionamiento más efectivo de la hacienda colonial, así como una reestructuración del ejército y del sistema de defensa (ORTELLI, 2005, p. 2).

Para David Weber (1998), em meados do Oitocentos, quando de fato as fronteiras americanas tornaram-se a apreensão principal para a Espanha, os funcionários bourbônicos começaram a trabalhar com uma energia renovada, objetivando conseguir a lealdade dos índios não submetidos que viviam na periferia do Império. Ainda segundo o autor, estes funcionários possuíam sua formação na era da Ilustração, significando que eles eram dotados de novos valores e sensibilidades na tarefa de controle dos “selvagens” que, da mesma forma, haviam desenvolvido novos valores, categorias e se apropriado de tecnologias dos espanhóis. Neste panorama, os vínculos entre “ocidentais” e índios ganharam novas modalidades.

A lo largo de los márgenes del imperio desde el norte hasta el sur, los indígenas no sometidos amenazaron tanto la viabilidad comercial de las colonias españolas como la integridad de los territorios reclamados por España. Aliados con los ingleses o con otros extranjeros, los indígenas no sometidos podían facilitar la introducción de contrabando dentro del imperio y retardar así el crecimiento del comercio español. En contacto con los comerciantes ingleses, los indígenas no sometidos accedieron a mercados donde vender los bienes robados a los españoles. Pertrechados por extranjeros, los indígenas no sometidos alcanzaron mayor poder de fuego para atacar a sus vecinos españoles (WEBER, 1998, 151).

¹⁰ Filipe V (neto de Luís XIV da França) foi o primeiro da dinastia Bourbon a governar a Espanha, iniciando o seu reinado em 1700. A dinastia Bourbon na Espanha foi derrubada e restaurada diversas vezes. No período abordado pela tese, a Espanha foi governada por Carlos III, 1759–1788 e Carlos IV, 1788–1808.

Ao mesmo tempo, essa reorganização impulsionava a economia, pois pretendia incrementar o comércio, flexibilizando o rígido monopólio que era defendido na anterior política metropolitana. Para isso, os Bourbons favoreceram novas rotas e portos, e estimularam diferentes produções regionais que não competiam com a metrópole. Essas medidas tiveram importância central na região estudada. Buenos Aires havia se tornado um mercado de produtos pecuários (principalmente de couro e sebo) destinados ao mercado europeu. Como resultado, as estâncias coloniais desenvolveram-se desde meados do XVIII e essas propriedades avançavam ao território dos índios não submetidos.

Neste caso, as missões instaladas na fronteira sul pelos padres jesuítas que analisamos na pesquisa anterior, eram parte de uma política em resposta para os problemas desta fronteira (MARTINS, 2012). Os padres seriam elemento da “conquista espiritual”, “[...] da atração dos nativos para a fé e da salvação das almas dos selvagens, mas seriam também uma frente avançada dos dispositivos coloniais ali onde eles tinham dificuldade de se instituir” (MARTINS, 2012, p. 2)

É necessário salientar que uma das causas, e mais imediatas, pelos quais as missões foram inseridas na região, foram dois grandes *malones*¹¹ (1737-1740) dirigidos aos povoados nas cercanias de Buenos Aires, sendo um deles liderado por Cangapol. Sendo assim, diante das circunstâncias violentas estabelecidas por estes acontecimentos, as autoridades coloniais buscaram as missões como alternativa para pacificar os nativos pampeanos. Entre as conclusões que alcançamos na dissertação, entendemos que estas missões, mal-sucedidas aos olhos da colônia, pois duraram pouco mais de dez anos, serviram como ponto de encontro para diferentes grupos da pampa. Os índios que viveram ali não abnegaram de seus hábitos de vida anteriores para uma nova vida na redução, mas adaptaram esses costumes para a nova realidade que viveram. Dentro das reduções movimentavam-se como em suas *tolderías*¹² habituais, realizavam intercâmbios de bens, bem como utilizaram os povoados para obter benefícios dos jesuítas, que constantemente tiveram que negociar com os principais caciques a estadia das reduções.

Deste modo, concluímos que um dos motivos pelos quais Cangapol se tornou um líder eminente na região, foi pela sua capacidade de negociar e mediar as relações com os “brancos”. Entretanto, essas relações alternavam períodos de guerra e paz, pois embora Cangapol houvesse

¹¹ Ações indígenas contra estabelecimentos espanhóis, nos quais, na maioria das vezes, se levavam bens como gado, equino, bovino, cativos, entre outros. Muitas vezes ocorriam mortes, tanto entre os espanhóis, quanto entre os nativos. Falaremos mais desta categoria ao longo da Tese.

¹² Acampamentos indígenas que tinham por moradia os toldos. Estes últimos eram tendas feitas, na maioria das vezes, com couro de animais. Apresentaremos mais detalhes disto no capítulo I.

aceitado um tratado com os espanhóis, em 1742, no qual ele foi denominado *maestro de campo de las sierras*¹³, tempos depois, foi o próprio Bravo que atacou e arrasou as missões austrais. Sabemos que estas tentativas de criar lideranças eram uma estratégia colonial, que chamamos de dispositivos de poder¹⁴, entretanto, a Pampa-Patagônia era caracterizada por diferentes líderes, logo distintas formas de ação.

Quando procuramos rastros de sua trajetória após o término das missões em 1752, encontramos uma situação nova na fronteira bonaerense: a militarização da região com a linha de fortes e fortins instalados em *tierra adentro*. É importante lembrar que já existiam fortes fronteiriços desde 1736; todavia, é somente em 1752, que foi instalado na região um corpo militar regular e remunerado, mesmo que de baixa composição, conhecido como “Companhia de Blandengues”. O primeiro grupo de Blandengues foi criado em 1752, sendo a companhia denominada Valerosa. Depois, o *Cabildo* decide aumentar o número de esquadrões para “tres compañías de cincuenta hombres” (TABOSSI, 2006, p. 2). As outras companhias, segundo o mesmo autor, chamaram-se *Invencible*, e *Atrevida*. Acreditamos que a experiência que as autoridades tiveram com as reduções de pampas e serranos ajudaram a confirmar a opinião das autoridades, que acreditavam em novas formas de trato com estes nativos, e exploraremos esta temática no capítulo dois desta tese.

Com efeito, é a partir deste período que iniciamos a investigação que produziu esta tese. Após o fim dos povoados missioneiros de *Concepción de los Pampas*, *Nuestra Señora del Pilar* e *Nuestra Señora de los Desamparados*, a Coroa optou por reformular a política para aquele espaço, e apesar de manter o regime de missões em grande parte das fronteiras, como método para transformar o “selvagem” em “civilizado” e cristão, os resultados não foram, e nem puderam ser, uniformes em todas as regiões. No caso da Pampa, compreendemos que as reduções “malsucedidas” corroboraram com a opção pelos fortes e os milicianos.

Segundo David Weber (2007), o impasse entre a “guerra e a paz”, bem como a guerra ofensiva e defensiva, culminaram em pontos de vistas diferentes sobre ações e políticas possíveis para com os índios. Ainda que os Bourbons resistissem à guerra ofensiva, a força militar se volvia um caminho cabível para reprimir os índios insubmissos. Do mesmo modo, se até o fim do ciclo das missões jesuíticas na fronteira sul bonaerense, a avançada espanhola estava a cargo dos padres, com seu término essa tarefa ficou nas mãos dos militares espanhóis.

Nesse cenário, os fortes alojados na fronteira, empregavam uma série de medidas que se alteravam de acordo com a parcialidade tratada. Segundo Fabián Arias, essas ações poderiam

¹³ Esta categoria será discutida oportunamente, no capítulo III.

¹⁴ No primeiro capítulo da Tese, voltaremos neste tema.

ser: “entradas punitivas, los pactos, el trato preferencial para quienes se integrarán como ‘indios amigos’, la extensión de permisos para comerciar en las poblaciones españolas, la entrega de raciones [...]” (2006, p. 599). Por sua parte, Florencia Carlón assegura que apesar dos milicianos serem indispensáveis na defesa, não é possível assegurar que existia uma fronteira militarizada, pois o sistema ainda era muito precário (2008, p.285).

Em que pesem estas ponderações, acreditamos que os fortes e fortins da campanha bonaerense se transformam em um locus ideal para a análise das **intensas relações fronteiriças na Pampa bonaerense, sendo este nosso objetivo geral** de análise na tese. Como objetivos secundários podemos assinalar:

- a) Analisar a situação das fronteiras imperiais espanholas a partir do caso concreto da Pampa bonaerense;
- b) Ponderar os grupos indígenas pampeanos, suas configurações sociais e culturais, bem como suas transformações e adaptações;
- c) Compreender a complexidade dos vínculos sociais nos fortes, além de suas estruturas físicas;
- d) Considerar a importância de atores sociais diversos, na construção do espaço fronteiriço bonaerense.

Em vista disso, a metodologia empregada nesta tese será principalmente análise e interpretação de fontes primárias, juntamente com a crítica historiográfica. Para isso, contamos com um importante fundo documental, denominado “*Comandancia de Frontera*”, no *Archivo General de La Nación*, em Buenos Aires, sendo esta nossa fonte basilar. Seus documentos apresentam informações dos estabelecimentos instalados na fronteira: *Fuerte de Arrecifes (1736)*, *Guardia del Zanjón (1745)*, *Fuerte de Pergamino (1749)*, *Fuerte San José de Luján (1752)*, *Guardia del Salto (1752)*, *Guardia del Samborombón*, *Guardia Puesto de López ou de La Matanza (1755)*, *Guardia del Juncal (1771)*, *Fortín San Claudio de Areco (1771)*, *Guardia del Monte (1774)*, *Fortín San Pedro de Lobos (1777)*, *Fortín San Lorenzo de Navarro (1777)*, *Guardia de San Francisco de Rojas (1777)*, *Fuerte de Chascomús (1779)*, *Fuerte de Carmen de Patagones (1779)*, *Fuerte Nuestra Señora del Pilar de los Ranchos (1781)* e *Fuerte Nuestra Señora de las Mercedes (1781)*. Este corpus compõe-se de dados oficiais das fronteiras e dos fortes, pois com a criação das tropas e a instalação efetiva das fortificações fronteiriças, se conforma a chamada “Comandância de Fronteiras” com seus chefes militares.

São estes últimos que começam a produzir cartas, informes, declarações e outros textos que fazem parte desta ampla documentação.

Neste trabalho o foco principal será em torno de cinco destes locais principais¹⁵: *Fuerte del Zanjón* (1745), *Guardia Puesto de López ou de La Matanza* (1755) *Guardia del Samborombón* (1760) *Fuerte de Chascomús* (1779), *Fuerte Nuestra Señora del Pilar de los Ranchos* (1781). Ademais, utilizaremos outros documentos como: diários de viagens e documentação jesuítica, entre outros. A delimitação da pesquisa em torno deste conjunto restrito de fortes deveu-se ao nosso recorte temporal, uma vez que a documentação que conseguimos levantar sobre eles é sistemática. Além disso, pesou também sua maior proximidade com Buenos Aires.

Para a análise de nossas fontes, necessitamos de uma apreensão crítica para a qual julgamos cabível a aplicação do paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg (1989)¹⁶. Apesar de utilizarmos esse instrumento metodológico para o exame de nossas fontes, bem como de outros entendimentos da micro-história, esse trabalho não se caracteriza exatamente dentro deste campo. Entretanto, ponderamos que a perspectiva “micro” instigou nossa pesquisa.

Sendo assim, podemos afirmar que utilizaremos do arcabouço da micro-história, como um suporte investigativo para nossa análise, uma vez que seus preceitos principais são sua clara ligação com a antropologia, a evidenciação da interdisciplinaridade, o interesse por enredos não habituais, a estima por personagens anônimos, entre outros. Em nossa investigação, damos relevância a estes sujeitos marginais, a uma “história vista de baixo”. Lembremos que não somente os indígenas foram riscados da trama estudada pela historiografia que predominou até recentemente, como também cativos, mulheres, renegados, soldados, crianças, comerciantes, afrodescendentes, entre outros, todos atores sociais banidos da história até duas ou três décadas atrás. Por esta razão, buscaremos lançar luz sobre esses sujeitos, valorizando suas ações para melhor compreensão da trama social transcorrida na fronteira pampeana no período sob análise.

De tal modo, o paradigma indiciário torna-se frutífero para a investigação que desenvolvemos, uma vez que sugere atenção aos pormenores, aos elementos marginais, aos aspectos omitidos do discurso, e, conseqüentemente, convida a ajustarmos a lente de

¹⁵ O foco da tese será na região ao sul de Buenos Aires, optamos por estes cinco fortes, uma vez que, sobre eles, havia um conjunto de documentos que abrangia uma mesma temporalidade, favorecendo o trabalho de análise crítica.

¹⁶ No livro: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras 1989. o autor utiliza de Giovanni Morelli (1816-1891), Sherlock Holmes (Arthur Conan Doyle (1859-1930) e Sigmund Freud (1856-1931) como ponto de partida para explicar o método indiciário. Nos sete ensaios que versam desde os caçadores do neolítico à ciência do século XX Ginzburg constrói tal paradigma.

observação nesta perspectiva, de forma a que os documentos possam revelar muito além do texto. Este paradigma considera o trabalho do historiador análogo ao de um detetive, sendo a hipótese de Carlo Ginzburg a de que nossa existência é coberta de minúcias e, quando direcionamos nossa visão para estes pormenores, descobrimos além do que olhares menos direcionados podem contemplar. Assim, “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

Em outro texto clássico do mesmo autor, o artigo “O Inquisidor como Antropólogo” (1991), ele assinala que para se chegar ao ponto de vista dos acusados nos processos inquisitórios que estuda, é preciso atravessar o “filtro” que é a visão do inquisidor, mergulhado na sua cultura específica. Dessa forma, faz-se necessário empreender o esforço de compreensão de um mundo através do outro: “Temos, por assim dizer, de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos” (GINZBURG, 1991, p. 209). Portanto, nosso olhar deve estar sempre atento para traduzir ou decifrar os códigos que estão nas entrelinhas das nossas fontes.

Nosso intuito é avaliar a nível local, questões mais gerais. Como a sugestão metodológica, Ginzburg (1987), com o caso Menocchio¹⁷, utiliza o microcosmo de um estrato social, num período histórico específico, assim como pretendemos realizar com as relações entre sujeitos díspares nos fortes fronteiriços do período colonial tardio, para chegar aos aspectos sociais gerais: como as histórias de contato, as dinâmicas sociais de fronteira a historicidade das culturas indígena, entre outros.

Os aspectos gerais das sociedades não bastam para a interpretação das relações sociais. Somente o contexto histórico e social específico explica as diferenças culturais. Os indivíduos, por sua vez, agem de acordo com seu contexto, e dependem dos recursos de que dispõem – materiais, cognitivos, culturais, entre outros. O comportamento social não constitui uma mera resposta mecânica à engrenagem social, por isso, deve ser pensado como uma resposta aos recursos e posição que o indivíduo ocupa na sociedade. [...]. Esta interação revela que a tomada de decisões dos indivíduos não está atrelada apenas às imposições sociais, mas depende (também)

¹⁷ Ginzburg em “O queijo e os vermes” (1987) conta a história de Domenico Scandella, um moleiro, pai de família, leitor de livros e folhetins permitidos e não permitidos pela Igreja Católica. Conhecido popularmente por Menocchio, ele viveu em Monteraiale, no Vale Friuli, no século XVI, sendo que pensava e dividia com seus amigos, vizinhos da aldeia, seus pensamentos religiosos. O autor apresenta o contexto do Vale Friuli no século XVI, privilegiando dois fatores: as tensões da Reforma e o desenvolvimento da Imprensa. As fontes principais da pesquisa do autor foram dois processos inquisitoriais, e o réu destes processos era o Domenico, acusado de heresia e morto pela Inquisição, provavelmente em 1601. O historiador italiano apontou para a excepcionalidade do personagem, em relação aos padrões sociais e culturais da época em que viveu. O caso era extraordinário porque Menocchio não era uma figura “representativa” de qualquer coletivo, pois suas ideias, consideradas heréticas pela Igreja na época, demonstravam um sujeito que possuía conhecimento erudito, ultrapassando os padrões de um “camponês comum”. É importante ressaltar a forma pela qual Ginzburg utiliza da trajetória de Menocchio, ou seja, ao descrever este caso extremo ele clarifica o contexto social na qual este sujeito está inserido. Ver: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

dos valores, das estratégias, dos significados, da posição social, da adesão consciente e inconsciente à estrutura macrossocial. No entanto, os autores não advogam a ideia de que seu modelo de análise seja válido para a totalidade dos comportamentos humanos (COELHO, 2006, p.13).

Para amparar esta tarefa, buscamos, também, exercitar uma abordagem interdisciplinar. Primeiramente, constituindo-se nosso objeto de análise a fronteira bonaerense e o contato intercultural, utilizaremos autores que transgridem com o paradigma clássico de “guerra de fronteira”, bem como com aqueles que a tomem como uma linha rígida e intransponível que divide espaços, grupos ou culturas, na qual o resultado do contato implicaria em aculturação. Os novos estudos fronteiriços, nos quais nos embasamos, avaliam a fronteira como um ambiente de intersecção e o espaço ideal para análise das relações entre diferentes culturas.

Destacam-se entre eles, a respeito do período colonial, as conotações de “zona de contato” (PRATT, 1999), a de “middle ground” (WHITE, 1991), “complexo fronteiriço” (BOCCARA, 2005) e as de “espacios de frontera” (NACUZZI, 2014) e “fronteira manejada” (FARINATTI, THOMPSON, 2009). Apesar de algumas diferenças em tais conceituações, elas possuem a particularidade de avaliar o ambiente fronteiriço como um espaço de cruzamento e trocas recíprocas. Ao mesmo tempo, em todas elas observamos o privilegiamento da noção de “zona” ou “região” que se coloca na contraposição à ideia clássica advinda da “tese turneriana” da fronteira como uma linha que se move em direção ao espaço selvagem (MARTINS, 2014)

A noção de “fronteira manejada” de Flores e Farinatti, mostrou-se um conceito prolífico nesta pesquisa. Para estes autores o espaço fronteiriço “deve ser compreendido como produto da ação humana, um *locus* onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem e que, ele mesmo, se constrói e vai ganhando significado pela ação dos sujeitos históricos em um contexto social específico”. (FARINATTI, THOMPSON, 2009, p.153). A pampa bonaerense aos finais do Setecentos era um ambiente vivo, muito longe de ser um deserto desabitado, como a narrativa tradicional contava. De fato, era um local de intensas movimentações, com diversos sujeitos, como já dissemos previamente e, como mostraremos ao longo dos capítulos, estes sujeitos e grupos possuíam objetivos diversos e atuavam de formas igualmente múltiplas.

Entretanto, não pretendemos dizer com isso que este espaço era de integração plena, corroborando com o que pensam Thompson e Farinatti (2009), para quem esta concepção também é problemática. Da mesma forma, sabemos que a fronteira bonaerense não era uma zona pacífica. Assim, como compreender o convívio nessa fronteira? Seguimos a sugestão desses mesmos autores que indicam o seu estudo: “a partir das relações e experiências dos sujeitos e grupos sociais que viviam ali” (2009, p.157).

Para dar conta da análise dessa sociedade fronteiriça e da ação e influência mútua de

dísparos sujeitos e grupos, com intuito de compreender a produção social nesta conjuntura específica, utilizaremos autores que consideram a ação e estrutura em uma relação de simbiose, como o sociólogo Anthony Giddens (2003) e o antropólogo Marshall Sahlins (2003).

Giddens utiliza da “teoria da estruturação” para explicar que as sociedades são produto direto da relação entre estrutura¹⁸ (permanência) e do movimento, ou seja, da ação dos sujeitos. Com isso, percebe-se o sujeito como possuidor do poder de agência no cerne da teoria da estruturação. Nestes termos, o agente possui a capacidade de modificar a sociedade, mesmo que apresente restrições e coerções. Em síntese, nesta teoria a estrutura e a ação formam um equilíbrio dinâmico, pois uma não existe sem a outra, e esta relação é equivalente ao que Giddens chama de estruturação: “as estruturas sociais são tanto constituídas pela agência humana quanto, ao mesmo tempo, o próprio meio dessa constituição” (1993, p.129).

Ernest Bloch diz ‘Homo Semper Tiro’: o homem é sempre um iniciante. Podemos concordar, no sentido de que todo processo de ação é a produção de algo novo; mas, ao mesmo tempo, toda ação existe em continuidade com o passado, que fornece os meios da sua iniciação. A estrutura, assim, não deve ser conceituada como uma barreira à ação, mas como essencialmente envolvida na sua produção, mesmo nos mais radicais processos de mudança social, os quais, como quaisquer outros, ocorrem no tempo. Os modos mais disruptivos de mudança social, assim como as formas mais rigidamente estáveis, envolvem estruturação (GIDDENS, 1979, p. 80)

Desse modo, pretendemos demonstrar que o contato entre diferentes sujeitos, com suas respectivas estruturas sociais, principalmente, entre ocidentais e índios, nesta fronteira, ultrapassa a tônica tradicional que determinava para os últimos como fadados a extinção ou aculturação. Nestas conotações, para as populações indígenas os vínculos com o *outro* eram delimitados como lesivos. A cultura ou tradição nativas estariam aprisionadas, como em um cárcere que, uma vez aberto por meio do vínculo com o mundo exterior, dissolveria a condição indígena, perdendo ela sua identidade. Aculturados pelo grupo predominante, os indígenas foram finalmente exterminados. Essas conjecturas fazem parte de fluxos explicativos com pressupostos essencialistas e assimilacionistas que prevaleceram até meados do século passado: “[...] sua hipótese é que as diferenças culturais entre os grupos perderão progressivamente importância no decorrer das gerações [...]” (POUTIGNAT, STREIFF- FENART, 1998, p. 68).

Diferentemente destas proposições, a teoria da estruturação demonstra que permanências e movimentos convivem mutuamente em um corpo social. O argumento da

¹⁸ Para Giddens a estrutura é caracterizada como o conjunto das “regras e recursos” de uma sociedade, ou de um grupo social, através das quais é constituída e reconstituída em práticas históricas. O autor destaca o caráter dinâmico dos sistemas sociais, mesmo os padrões mais duradouros de relacionamentos sociais não são dados naturais, mas só existem no “vir-a-ser-da-presença”, ou seja, enquanto reproduzidos pelas práticas de agentes concretos (Giddens, 2003, p 29-30)

dualidade da estrutura é fundamental para Giddens, com o objetivo de evadir-se às perspectivas que invalidam as estruturas pela ação humana, tanto por aquelas que reduzem os agentes como marionetes manipulados por essa mesma estrutura. Nestes termos, os próprios agentes sociais possuem a legítima disposição de escrever e reescrever as circunstâncias históricas. Essa argumentação é extremamente fecunda para o caso região analisada, uma vez que, a conjuntura marginal da fronteira bonaerense permite uma série de práticas marcadas por negociações, conversações, embates violentos, entre os diversos sujeitos em questão. Assim, mesmo que estes possuam estruturas (regras, recursos) diferentes, elas não limitam suas ações, pelo contrário, a estrutura, nessa configuração, passa a ser meio e fim dos comportamentos dos agentes. Portanto, o que a teoria da estruturação implementa não é que estrutura não possa coibir, mas sim que os “agentes, a ação e a interação são coagidos pela dimensão estrutural da realidade social, embora também a engendram” (GIDDENS e TURNER, 1999, p. 18).

Marshall Sahlins tem proposições semelhantes, na sua concepção de “estrutura da conjuntura”, que se trata de “um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático” (SAHLINS, 1987, p. 160). Sumariamente a teoria da “estrutura da conjuntura” projeta que os atores sociais, por meio de um panorama histórico específico, utilizam de suas categorias culturais na ação. Conseqüentemente essas estruturas tanto se reproduzem, quanto se transformam. Nesse contexto, o resultado é sempre imprevisível. Passa a existir aqui, uma questão importante na “estrutura da conjuntura”, pois ela envolve polos antagônicos, ou seja, a ação ou evento dos agentes atuando por meio de suas estruturas e tais ações provocando mudanças. Em vista disso, a “estrutura da conjuntura” é a conciliação entre reprodução e transformação.

Desse modo, o sujeito histórico, as ações, os acontecimentos, as relações, são, para Sahlins, os vetores que conduzem a história humana, onde a estrutura se reproduz e, ao mesmo tempo, transforma conjunturas em uma dada cultura. Conseqüentemente, a ordem cultural deve ser percebida como uma fusão entre o passado e o presente, entre os estáveis e os cursos. “[...] toda transformação estrutural envolve reprodução estrutural, se não ao contrário [...]” (SAHLINS, 2008, 126).

“A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática” (SAHLINS, 2003, p. 7).

De tal modo, tanto a teoria da estruturação, quanto a “estrutura da conjuntura”, são

fundamentais para compreensão das práticas e relações sociais na conjuntura fronteiriça. Comungamos, além disso, de outros entendimentos que contribuem para uma nova percepção do contato intercultural que se distingue das noções de “aculturação” e “assimilação”, como, por exemplo, os de etnogênese e de mestiçagem. A etnogênese explica os múltiplos processos identitários que os grupos em contato acabam por desenvolver. Segundo Bartolomé (2006), o termo explica os casos de reformulação cultural e identitária dos indivíduos ou grupos ante elementos internos e externos a estes. Em linhas gerais, a antropologia recorreu a esse termo para delinear o processo histórico de configuração e/ou reconfiguração de coletividades étnicas, sejam elas culturais, econômicas ou sociais. E estas, como resultado de migrações, conquistas, uniões ou fragmentações. Contudo, mais recentemente, este conceito também passou a ser usado na análise de processos de emergência social e política de grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação.

A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo intrínseco aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa [...]. Na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. A etnogênese é parte constitutiva do próprio processo histórico da humanidade e não só um dado do presente [...] (BARTOLOMÉ, 2006, p.1).

Goya Fontella (2019) destaca que anteriormente ao contato colonial, as populações ameríndias já se constituíam como sociedades historicamente dinâmicas. Ademais, mesmo com as intensas e avassaladoras consequências acirradas pela conquista europeia nas Américas, os indígenas possuíam instrumentos simbólicos e materiais que lhes consentiram formar táticas políticas e econômicas para interagir com os europeus: “[...] com base em suas experiências prévias de como agir em momentos de crise e lidar com o imponderável, as populações nativas americanas foram capazes de desenvolver meios para resistir e/ou se adaptar ao ordenamento social emergente [...] (GOYA FONTELLA, 2019, p. 20).

Por sua parte, a conceituação de mestiçagem para além de uma mistura genética, biológica, ou ainda de “raças” ou etnias, tais como apresentada em dicionários atuais¹⁹ e como análises clássicas costumam apontar, é atualmente pensada como um fenômeno político, uma transformação biológica, cultural e social. Igualmente, a mestiçagem é acionada pelos próprios sujeitos históricos. Gruzinski (2001) assinala que não existem culturas “puras”, ou ainda

¹⁹ No dicionário Michaelis de língua portuguesa. o termo possui três significados: “Cruzamento inter-racial; miscigenação entre pessoas de raças distintas: Na América houve mestiçagem entre índios, brancos e negros. Cruzamento de animais de raças distintas. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=laDdm>.

identidades legítimas ou estáveis, a mestiçagem se instala justamente nesta compreensão, de mistura e trocas contínuas que escapam da previsibilidade. Neste sentido, Guillaume Boccara (2006) distingue que as mestiçagens e mutações dos grupos indígenas ao longo do processo de conquista e colonização eram, antes de tudo, uma maneira de sobrevivência física e social.

A fronteira bonaerense possui muitas singularidades, pois além de tratar-se de um espaço marginal é também uma demarcação cultural, um espaço entre mundos dessemelhantes, o ocidental e o indígena. Sabemos que a cosmovisão ameríndia é diferente da ocidental e isso altera profundamente as relações e seus significados para ambos os lados. Por isso, fundamental para nossa análise são os embasamentos da “*nova história indígena*”²⁰ (MONTEIRO, 2001, p.5), visto que a percebemos como um movimento que propõe novos problemas e perguntas, procura por novas fontes, ou novos caminhos para abordar questões já conhecidas.

Dorneles e Melo (2015) pontuam que depois da Segunda Guerra Mundial, muitos antropólogos estavam envolvidos em análises sobre os índios do passado e aliaram métodos de pesquisa antropológica e histórica:

[...] advindos da teoria da história social, com estudos e teorias do simbolismo cultural de Clifford Geertz e Marshall Sahlins, no intuito de colocar os povos indígenas no centro da história como agentes ativos das mudanças. Surgiu uma “Nova História Indígena” (DORNELES E MELO, 2015, p. 179).

Ainda segundo as autoras, esses estudos centram a atenção na perspectiva dos próprios indígenas, em análises cujo foco era a agência, e não um entendimento de suas ações como reações. Essa tendência tem por principal objetivo apresentar o protagonismo indígena e recusar velhos estereótipos e paradigmas. Como lembrou John Manuel Monteiro, a “nova história indígena” é uma das consequências da integração das disciplinas de História e Antropologia, principalmente a partir das duas décadas finais do último século²¹.

No mesmo sentido, expressiva para a escrita e entendimento de uma história indígena renovada é a etno-história²², sobre a qual presentemente existe uma anuência entre muitos especialistas que a definem como um método interdisciplinar de pesquisa. Dessa forma, essa

²⁰ Ver: Monteiro, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001. Acreditamos que esta denominação pode ser utilizada por toda uma corrente de novos estudos da temática indígena, tanto na América Latina, como nos EUA, e Europa.

²¹ “Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia [...]” (MONTEIRO, 2001, p. 5),

²² Ver: LORANDI, Ana Maria e NACUZZI, Lúcia R. TRAYECTORIAS DE LA ETNOHISTORIA EN LA ARGENTINA (1936-2006). Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología XXXII, 2007. Buenos Aires. E também: CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História (São Paulo)* v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

metodologia conjuga dados e mecanismos da antropologia, da história e da arqueologia. Para Lúcia Nacuzzi (2006), esses estudos pretendem interpretar os processos históricos sob uma óptica antropológica mais ampla. “De acordo com essa acepção, a etno-história, como método interdisciplinar, é o melhor caminho para se compreender os povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica” (CAVALCANTE, 2011, p. 359). A etno-história é assim, uma ferramenta para a análise dos grupos étnicos, utilizando a interdisciplinaridade como melhor maneira para a historicizar tais grupos.

Esses renovados fluxos de estudos propiciam uma negação de perspectivas a-históricas, e passam a destacar o dinamismo das formações sociais, assim como a agência indígena. Guillaume Boccara (2001) aponta que estas novas tendências, por um lado reescrevem as realidades indígenas em seu contexto histórico e, por outro, se interessam pelas estratégias e discursos elaborados pelos próprios nativos. Conseqüentemente, essa nova percepção rompe com um conjunto de dicotomias tradicionais como estrutura e história, natureza e cultura, pureza e contaminação cultural entre outros.

En fin, la producción histórica y antropológica reciente da la sensación de que el historiador y el antropólogo han sido llevados a edificar un espacio común, una suerte de middle ground. Sacando provecho de las ideas avanzadas en las dos disciplinas y forjando nuevos objetos de estudios y nuevos enfoques” (BOCCARA, 2001, p. 2).

Por meio desses preceitos teóricos metodológicos basilares, pretendemos construir uma narrativa que possibilite a interface das diferentes vozes que compunham a malha social da fronteira bonaerense aos finais do século XVIII. Nosso esforço centra-se naquilo que alguns chamam de “descolonizar o conhecimento”, ou seja, compreender o projeto de colonização nos seus respectivos contextos históricos particulares da forma mais densa possível. E, ainda, confrontar a lógica eurocêntrica de modo a romper com esse discurso e tornar a presença não só dos indígenas, mas das minorias, como real e crucial (DORNELES e MELO 2015). Desse modo, utilizamos teorias e metodologias interdisciplinares, com a interconexão de história, antropologia, etno-história, sociologia, geografia e arqueologia. Por meio de uma bibliografia conexa com esta temática e direcionada a região de análise e seu recorte temporal, esperamos dar conta dessa “descolonização”, visto que ela se torna algo tão urgente.

Para isso, a construção da tese se dará em quatro capítulos. No primeiro, denominado “Os nativos da Pampa-Patagônia”, analisaremos os grupos indígenas da região pampeana, seu o território, territorialidade, os movimentos nesta área e suas principais características. Ainda discutiremos as denominações étnicas, ou os dispositivos de poder” (BOCCARA, 1996), ou

seja, rótulos constituídos pela empresa colonial para nomear as populações nativas. Compreenderemos o conteúdo parental das relações entre os grupos e seus bens materiais e simbólicos. Ademais, abordaremos as propriedades dos cacicados pampeanos, cruciais nas relações com os ocidentais. Para as populações pampeanas damos destaque aos trabalhos da antropóloga Marta Bechis (1984, 2008, 2010) que estuda os grupos da área denominada por ela mesma como “pan - araucana” (BECHIS, 1984), seus atributos, as configurações parentais e dos cacicados. Contamos também com as apreciações de Lúcia Nacuzzi (1998, 2008, 2011, 2014, 2018) especialista em etno-história, antropologia social e história social, que trabalha há décadas com as populações nativas da Pampa e análises focadas na fronteira. Igualmente significativas são as apreciações de Raul Mandrini (1987, 1993, 2000, 2004, 2007, 2010, 2012, 2014), historiador de renome na produção argentina. Sua obra trouxe destaque à temática indígena no país. Crítico e revisor da historiografia tradicional que negou o papel das populações nativas na atual Argentina, Mandrini ressignificou conceitos como de “araucanização” e incorporou complexidade social aos circuitos econômicos indígenas da região bonaerense.

No capítulo dois, “A fronteira bonaerense”, faremos uma revisão historiográfica das análises históricas sobre a fronteira, bem como do que ela significava no período tardo-colonial. Compreenderemos o projeto borbônico para as regiões fronteiriças americanas, em suas diferenças em relação ao projeto da dinastia anterior, Habsburgo, e no que a Ilustração influenciou nestas políticas. Ademais, analisaremos como a introdução dos fortes e fortins se tornou uma alternativa para os problemas daquele espaço. Com intuito de nos dar suporte nessa empreitada, contaremos com bibliografias de referência, como os trabalhos de David Weber (1998,2003), historiador americano, especialista na fronteira sudoeste do atual Estados Unidos. Ao pesquisar diferentes fronteiras coloniais espanholas, ele pontuou dentre outros aspectos, que a conquista da América nunca se concluiu, e até o final do período colonial os espanhóis tiveram que lidar com índios independentes. Temos, também, os trabalhos de Maria Eugênia Alemano (2016), historiadora argentina que aborda em suas análises a fronteira bonaerense e as políticas desenvolvidas pelo Cabildo de Buenos Aires e o Vice-Reino do Rio da Prata, no último período colonial.

No terceiro e último capítulo, “O cotidiano dos fortes e fortins e a consolidação do portal diplomático” ponderaremos sobre o dia-a-dia na fronteira. Conheceremos quem são os sujeitos fronteiriços e formas de sociabilidade. Demonstraremos como os agentes sociais construíram no entorno dos fortes um espaço onde a negociação imperava. Avaliaremos a atuação dos

mediadores culturais, ou *passeurs* (GRUZINSKI, 2005), agentes que possuíam a capacidade de “viver entre os dois mundos” e mediar as relações entre “brancos” e “ameríndios”.

Por fim, almejamos que com o exposto, seja possível chegar ao objetivo geral desta tese, qual seja, compreender a história das intensas relações fronteiriças na Pampa bonaerense, dando ênfase aos diferentes sujeitos deste enredo, nos finais do período colonial tardio.

*Preciso ser um outro
para ser eu mesmo
Mia couto (In "Raiz de Orvalho e Outros Poemas")*

2 Os nativos da Pampa-Patagônia.

Foi entre os anos 1752 e 1754 que as três companhias de milicianos assalariados, conhecidos como Blandengues, foram destinadas a vigiar, defender e controlar a fronteira da Província de Buenos Aires quanto aos indígenas tidos como “hostis”, junto a um conjunto de fortes e fortins. A tentativa anterior, de fazer frente a uma fronteira em que se sucederam distintos conflitos a partir da instalação de reduções jesuíticas, com o objetivo de “pacificar” e “civilizar” os nativos e transformá-los em súditos da Coroa, havia falhado, insucesso que contribuiu para a introdução dessa nova política²³.

Entretanto, o cenário era complexo, grupos de “indígenas independentes”²⁴ (WEBER, 2007) controlavam as áreas que se abriam para além do rio Salado, espaço então conhecido, como “*Tierra adentro*”²⁵. Nele, em meio a diferentes ecossistemas, os ameríndios possuíam rotas

²³ Não deixa de ser paradoxal o fato de que ao mesmo tempo em que o século XVIII é considerado o “século dos jesuítas” pela amplitude e importância das ações em que se envolveram os membros da Ordem no Novo Mundo, foi também nele que a Companhia de Jesus viveu o período de crise e contestação que levou a sua extinção. Como lembra Artur Barcelos, no Setecentos “os jesuítas viveram o auge de suas viagens de exploração, seus descobrimentos e suas descrições geográficas. Ampliaram-se os horizontes da evangelização e do conhecimento jesuítico sobre a natureza e suas potencialidades em diversas áreas da América. Calcados em uma experiência que já alcançava mais de um século e meio de vivências, em diferentes regiões e com diferentes parcialidades indígenas, os inicianos puderam se dedicar a ampliar sua ação através de novas fundações, ao mesmo tempo em que procuravam administrar a estabilidade alcançada em algumas regiões. Dentre os vários aspectos apreendidos no século XVII e nas explorações do século XVIII, estavam algumas premissas que iriam pautar as práticas reducionistas. Inseridos plenamente na sociedade colonial, os jesuítas buscavam consolidar o “seu lugar” nesta estrutura. (BARCELOS, 2006, p. 409). Por outro lado, crescia na Europa, neste mesmo tempo, um forte “antijesuítismo” que deve ser entendido no espectro da disputa entre regalistas e jansenistas, e do esforço dos monarcas em limitar o poder da Igreja. Como sabemos, a corrente crítica aos jesuítas teve como um de seus expoentes o Marquês de Pombal, autor e promotor da mais vasta campanha nacional e internacional contra a Companhia de Jesus. Foram produzidos tratados, histórias, relatórios, panfletos, traduções, leis, peças de teatro, sessões diplomáticas, gravuras, literatura de ficção, contra-facções, deturpação, bulas, boatos, chantagens e ameaças em desfavor da Ordem que acabou expulsa de vários reinos europeu e, por fim, extinta. Sua expulsão dos domínios espanhóis foi decretada em 1767. Antes disto, porém, sua influência junto às autoridades coloniais foi sendo diminuída, como se observa, por exemplo, no caso que aqui importa, na falta de apoio que tiveram para dar continuidade às missões que tentaram desenvolver nesta área, chamadas “missões austrais”. Para saber mais: BARCELOS, Artur. O mergulho no seculum: exploração conquista e organização espacial na América espanhola colonial. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente: das origens ao Marquês de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 2006.

²⁴ A obra de David Weber intitulada *Bárbaros. Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración* (2007) se refere aos “índios independentes” para fazer referência aos grupos que, nas fronteiras do Império espanhol, viviam fora da jurisdição das autoridades coloniais. Em seu primeiro capítulo “Os sábios, os selvagens e as novas sensibilidades”, ele explora a expedição científica de Alejandro Malaspina (1789-1794) que teve uma clara percepção sobre estes “indígenas independentes”, desde os índios Huiliche da Patagônia chilena, até os nutkas da costa noroeste do Canadá. Nesse sentido, foi possível compreender o problema das relações da Coroa espanhola em matéria comercial e diplomática com os nativos. Abordaremos essa temática no capítulo II desse trabalho. Para saber mais ver: WEBER David J, *Bárbaros. Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración*, Barcelona, Crítica, 2007, 670 p.

²⁵ A “*tierra adentro*”, expressão que designava o território pouco conhecido e não apropriado pelos colonizadores, é dominada, em sua maior parte, pelo bioma da “pampa”. Ao longo deste trabalho, esta denominação “pampa”,

de intercâmbio que ligavam diversos grupos entre si, mas também com os espanhóis; não deixavam de ter, também, intensas disputas internas e do mesmo modo com os colonizadores, como veremos. Por sua vez, os espanhóis avançavam em território nativo, acompanhando o recente dinamismo da economia bonaerense e a importância que passavam a ganhar aos estabelecimentos agropecuários.²⁶ Neste processo, as estâncias cresciam e Buenos Aires se transformava em um importante centro comercial, ao mesmo tempo em que se adensavam os conflitos com os grupos indígenas da fronteira²⁷. Por sua vez, tal situação ajudava a conformar a própria ideia de fronteira como espaço que as autoridades deveriam controlar.

Nesta parte de nossa tese, apresentaremos os indígenas que habitaram os ecossistemas que compõem a “Pampa-Patagônia”. Verificaremos as rotulações coloniais que receberam, o próprio espaço pampeano que ocupavam e sua relação com ele, a configuração dos grupos, bem como a dinâmica social em curso, inclusive com significativas mudanças que experimentaram com a chegada dos espanhóis.

“Pampa-Patagônia”, área pampeana” ou ainda “pan-araucana” (Bechis, 1984), também serão utilizadas para fazer referência ao território que passou a ser chamado, também, de “deserto”, designação que persistiu até o final do XIX. Sobre este nome e estas terras que ficavam além das áreas onde chegava até a jurisdição de Buenos Aires e estava sob controle dos nativos, discutiremos mais no próximo tópico.

²⁶ Trataremos desse tema no próximo capítulo.

²⁷ Nossa compreensão de fronteira, tema ao qual retornaremos oportunamente, não compartilha com as formulações do paradigma “turneriano”, que a define como uma “linha” que avança levando a civilização para territórios selvagens. Pensamos na fronteira como uma “área”, ou como “zona” em que diferentes processos de contato, acomodação e conflito. Assim, ela se apresenta como uma espacialidade dinâmica que articula distintos interesses e práticas sociais dissimilares. Trataremos dessa compreensão no próximo capítulo.

Mapa 1 - Os grupos indígenas da Pampa-Patagônia



Fonte: NACUZZI, Lidia R. Los grupos nómades de la Patagonia y el Chaco en el siglo XVIII: identidades, espacios, movimientos y recursos económicos ante la situación de contacto. Una reflexión comparativa. *Chungará (Arica)*, v. 39, n. 2, dez. 2007, pp. 221-234.

2.1 Quem eram os indígenas da *tierra adentro*? A produção de rótulos: uma reflexão historiográfica.

Em uma explanação para um programa de entrevistas, o escritor moçambicano Mia Couto dizia que a colonização das formas de pensamento é algo muito difícil de se identificar, como também de se erradicar, já que é muito mais fácil falarmos que é necessário descolonizar a política ou economia por exemplo. Segundo ele, quando tratamos de "descolonizar" o pensamento, lidamos com algo muito mais complexo. Para Couto, as elites que deixaram se assimilar por “formas coloniais” de pensar não querem abdicar disso e encontram aí uma forma de poder²⁸. Por isso, escrever uma narrativa com o intuito de “descolonizar”, torna-se um exercício árduo, porém crucial. Entendemos sobre esta questão, que aprofundar a discussão sobre a criação dos rótulos sobre as populações indígenas na realidade colonial é um quesito essencial em tal tarefa.

Como sabemos, do equívoco geográfico de Cristóvão Colombo derivou a criação do termo “índio”²⁹, expressão genérica que de forma nenhuma atendia à realidade das populações dos territórios que viriam a ser o Novo Mundo. Assim, mesmo após Américo Vespúcio ter afirmado a descoberta de um novo continente, a Coroa de Castela continuou utilizando a denominação Índias Ocidentais, e nomeando os habitantes daquelas terras como “índios”.

Esta prática, de criar “rótulos” para atender à necessidade de nomear, identificar e, mais tarde, inclusive de “classificar” e “ordenar”, se faz presente de diversas maneiras na história das Américas³⁰. Outro destes rótulos de larga generalização se refere ao termo cacique³¹ que, sabemos, é oriundo do idioma taino, *cacike*, ou do aruaque *kassequa*, ambos significando “chefe” entre os grupos que foram os primeiros a serem contatados pelos espanhóis na ilha que eles chamariam de Santo Domingo. O termo, no entanto, acabou tendo extensa generalização como parte dos esforços dos colonizadores em identificar, nomear e, podemos dizer, em alguns casos “produzir”, lideranças com as quais se haveria de negociar ou combater.

Sem avançar para discussões propriamente semânticas, anotamos que no Dicionário Espanhol de Autoridades de 1729, o termo “cacique” significava: “s. m. Señor de vassallos, o

²⁸ Mia Couto - A colonização do pensamento. Fronteiras do pensamento. 2018. (3m.07s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CqCIHwtsU90>. Acessado em: 14/01/2020

²⁹ INDIO, DÍA. adj. Lo que pertenece a las Indias: como Lengua India, trage Indio. Latín. Indicus. In: Primer tomo del Diccionario autoridades 1726-1739. Disponível em: <https://www.rae.es/recursos/diccionarios/diccionarios-antteriores-1726-1996/diccionario-de-autoridades>. Indio era, dessa forma, uma categoria jurídica no Império espanhol.

³⁰ Segundo Carlos Paz, elas também ordenam e revelam graus de afinidade política com os poderes centrais [Comunicação Pessoal, 2018].

³¹ No decorrer do capítulo, exploraremos o que significava ser um uma liderança para as populações pampeanas.

el Superior en la Provincia o Pueblo de los Indios: **y aunque en muchas partes de las Indias tienen otros nombres, segun sus idiomas, los Españoles los llaman a todos Caciques**, que parece lo tomaron de las Islas de Barlovento, que fueron las primeras que se conquistaron” (Diccionario de Autoridades - Tomo II (1729) [grifos nossos]³²).

Percebemos que o próprio dicionário setecentista destaca que os nativos chamam seus líderes a partir de termos que lhes são próprios, e quem chama a todos de “caciques”, são os espanhóis. Nosso intuito aqui não é de encontrar uma categoria dita “correta” para substituir esta generalização que já apontamos ser equivocada, pois sabemos que ela deve ser acionada pelos próprios ameríndios. Porém, o que queremos lembrar desde já, é que quando ponderamos sobre o passado dos nativos, os registros que possuímos são produzidos pela Conquista e Colonização. Dessa forma, cabe a primeira dúvida: como mencionar esses grupos que atuaram na história colonial e em que medida essas alusões não têm como finalidade construir uma unidade para que o governo funcione? Nesse trabalho, partimos da premissa que essas denominações ou rótulos, são dispositivos de poder³³ criados pela empresa colonial, uma vez que as próprias terminologias índios/caciques são inventadas, pois a colonização demandava a classificação e ordenamento das populações (BOCCARA, 1996).

En efecto, el encuentro de los europeos con los nativos impulsó la **aplicación de rótulos étnicos y la delimitación/definición de grupos, tribus y naciones** para poder interactuar, intervenir y controlar el territorio y sus habitantes en vistas a incorporarlos a la administración colonial española. A pesar de estas circunstancias de su producción y las imprecisiones de su registro, los rótulos tuvieron una extraordinaria perduración que trascendió el momento colonial. En el período de la independencia y formación del estado nación argentino (aproximadamente 1810-1880), diversos viajeros, exploradores y científicos – muchos de ellos europeos, interesados por conocer los territorios del Chaco y la Patagonia – recurrieron a esos rótulos étnicos

³² Disponível em: <https://webfrrl.rae.es/DA.html>. Acessado em 29/07/2020.

³³ Para as proposições de Boccara sobre os “dispositivos de poder” são fundamentais as análises de Foucault. Foucault (1976) criticou a definição tradicional de poder como substância de alguns grupos para impor sua vontade por meio da violência. Para ele o poder se manifesta de distintas formas, sendo as principais: pela propriedade, pelo Estado, pela subordinação do Estado, por riquezas, por violência, ideologias, polícia, propaganda ou ainda através das leis. Foucault assinala: “El poder no es ni una institución, ni una estructura, ni una determinada potencia de la cual algunos estarían dotados: sino que es la denominación que se le da a una situación compleja en una sociedad dada” (21). (FOUCAULT, 1976, p.123 apud BOCCARA 1996, p.673) Por meio das proposições de Foucault, Boccara determina que o poder vai além de uma visão jurídico-política da soberania e destaca os operadores materiais da dominação, as formas de submissão, os dispositivos e estratégias. A partir desta concepção, analisa os dispositivos de poder executados pela sociedade colonial espanhola sobre araucanos/mapuches e abaliza: “opinamos que en el siglo XVI y hasta más o menos la mitad del siglo XVII existió un diagrama soberano con dispositivos concretos de poder, tales como la encomienda, la expedición guerrera, la esclavitud, el requerimiento, la maloca y el fuerte; mientras que, a partir de la segunda mitad del siglo XVII y durante el siglo XVIII, se estableció un diagrama disciplinario materializado en los dispositivos de la Misión, el Parlamento, el comercio, la escuela de indios, la instauración de los caciques embajadores, etc. (BOCCARA, 1996, p. 675). Por meio dessa lógica, as nomenclaturas se inserem nesse diagrama do poder disciplinário materializado, assim como salienta Boccara (1996). Para saber mais ver: Boccara, G. (1996). Notas acerca de los dispositivos de poder en la sociedad colonial-fronteriza, la resistencia y la transculturación de los reche-mapuches del Centro-Sur de Chile (XVI-XVIII). *Revista De Indias*, 56(208), 659-695.

creados por la administración colonial y sus misioneros, sin interesarse por cuestionar los nombres disponibles o por plantear otros ; estaban más interesados en describir los recursos naturales y las potencialidades económicas de esas regiones con fines pretendidamente filantrópicos (NACUZZI e LUCAIOLI, 2017, p. 3) [grifos nossos].

Guillaume Boccara (2005) adverte que devemos atentar para as categorias que utilizamos para falar do outro, para construir o outro, para tratar a história do outro. Para ele, devemos considerar os discursos passados e os nossos próprios discursos, no sentido de interrogar sobre as categorias que aparecem nos textos que utilizamos como fontes, questionar o etnocentrismo e o dúplice arbitrativo (imposição arbitrária e cultural) que está no alicerce de qualquer empreendimento colonial de exploração, dominação e sujeição.

Por sua parte, Roulet (2013), assinala que a construção artificial de identidades é um fenômeno tão antigo como a própria conquista e tem cedido lugar, na atualidade e no passado, a um sem fim de mal-entendidos, bem como a atribuição de características estereotipadas a muitos grupos. Na mesma percepção, para o caso dos nativos da região da Pampa-Patagônia, justamente aquela sobre a qual concentramos nossa atenção neste trabalho, Nacuzzi e Lucaioli (2017) apontam diferenças nos registros da Conquista e nos registros da Colônia, ao longo dos séculos de contato. Elas distinguem que os nomes criados durante os primeiros encontros foram cedendo lugar a outros mais pertinentes. Porém, estes ajustes não desconsideravam totalmente os nomes anteriores, fato que gerou diversas confusões e distorções na documentação e, conseqüentemente, nas interpretações contemporâneas delas.

De fato, para as autoras, estes nomes correspondem a diversas variáveis; eles podem ser próprios ou impostos, podem ser vocábulos nativos ou estrangeiros, e podem derivar de regiões ou pessoas. Neste sentido, corroboramos com a ideia das autoras, de que para compreendê-los se faz necessário utilizar a nomeação que melhor represente os grupos segundo o momento histórico que estudamos, ou seja, devemos fazer o exercício de historicizar tais categorias:

Los rótulos étnicos impuestos a los grupos nativos durante las etapas de conquista y colonización variaba según quiénes – funcionarios coloniales, misioneros u otros grupos nativos –, cuándo – durante los primeros encuentros o en los últimos períodos de la colonia –, dónde – en ciudades, fuertes o misiones – y cómo – desde el desconocimiento o en la cotidianeidad – fueran nombrados (NACUZZI; LUCAIOLI, 2017, p. 14).

Nesta compreensão, quando da chegada dos espanhóis na região da atual Buenos Aires, os nativos da margem sul do Rio da Prata, foram chamados de *querandies*³⁴. Roulet (2013) destaca que o cronista alemão, Ulrico Schmidl³⁵, que formou parte da expedição de Pedro de Mendoza, responsável pelo primeiro assentamento europeu na área, em 1536, os chamou *carendies* “[...] un pueblo en que estaba una nación de indios llamados carendies, como de 2.000 hombres con las mujeres e hijos, y su vestir era como el de los zechurg, del ombligo a las rodillas; nos trajeron de comer, carne y pescado. Estos carendies no tienen habitaciones propias, sino que dan vueltas a la tierra, como los gitanos en nuestro país; [...] (SCHMIDL, 2001, p. 148).

Kalil (2008) ao analisar a crônica de Schmidl, salienta que o viajante representou os indígenas através de uma “fórmula narrativa”, que não dependia do contato que ele teve com os grupos. Para este autor, antes de Schmidl iniciar a descrição sobre os grupos nativos, na maioria das vezes ele:

[...] descrevia rapidamente como foi o percurso até esse local e apontava o número de léguas percorridas desde o último povoado. Após essas informações geográficas, iniciava-se a descrição dos grupos seguindo um padrão que, de forma geral, era mantido inclusive em sua ordem: qual o número de habitantes; como foram recebidos pelos moradores (pacífica, violentamente ou com o povoado abandonado); quais são seus alimentos; como é seu físico (andam nus ou cobrem suas vergonhas); quais são suas armas e adornos; e quanto tempo a expedição permaneceu entre eles [...] (KALIL, 2008, p.70).

Não importava se o cronista estivera entre os nativos algumas horas ou vários anos, pois ele não apresentava “diferenças profundas entre os grupos, somente detalhes estéticos ou adaptações geográficas” (KALIL, 2008, p.71). A narrativa do viajante só se modificava quando ele encontrava aspectos entre os índios que considerava mais próximos dos europeus. “Dessa forma, podemos perceber que há no relato de Schmidl um processo de generalização: apesar dos diferentes costumes apontados pelo cronista, todos os nativos possuíam uma raiz comum” (KALIL, 2008, p.72). No que se refere aos querandis, Kalil destaca que as passagens da Viaje

³⁴ Florencia Roulet salienta que já no início do Seiscentos, o religioso Martín del Barco Centenera, no poema histórico “La Argentina”, frisava que “ubicaba a la ‘gente querandiana’ cerca de la ‘torre de Gaboto’, río Paraná arriba de las islas del delta. Los describía como indios pescadores y cultivadores de maíz, muy porfiados en la venta de sus productos a los cristianos y vecinos de los “beguaes””. (ROULET, 2013, p.52).

³⁵ Ulrich Schmidl ou Schmidel ou Schmidt, (Estraubingen (Straubing), 1510 - Regensburg, 1581) foi um soldado, viajante e cronista de origem alemã, famoso pela publicação em 1567 de sua descrição e participação na conquista e início da colonização da bacia do rio Paraná. Para saber mais ver: JABER, LORELEY EL. Lectores, autores y editores en los siglos XVI y XVII. El Fenómeno” Ulrico Schmidl», Zama, vol. 5, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2013. A primeira edição em português desta crônica data de 2020, a qual está acompanhada de um denso estudo introdutório. Ver: KALIL, Luis Guilherme Assis; MARTINS, Maria Cristina Bohn; OBERMEIER, Franz. *Viagem ao Rio da Prata*. Ulrico Schmidl e sua crônica quincentista. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

al Río de la Plata, ressaltam a superioridade europeia em relação aos indígenas. Essa superioridade não se limitava apenas ao aspecto bélico, mas também dizia respeito ao intelectual e ao religioso, sendo que Schmidl compreendeu firmemente que Deus amparava os europeus durante os combates contra os indígenas.

Por sua vez, Lidia Nacuzzi e Luisina I. Tourres, ao analisarem os acordos do Cabildo de Buenos Aires, informam sobre as primeiras referências aos grupos nativos nestes documentos, no século XVII, e sobre as menções e as primeiras generalizações quanto aos pampas e serranos: “[...] primero se menciona simplemente a “los indios”, [...] luego aparecen los chanáes y charrúas, y recién después de mediados del siglo aparece la primera mención a los grupos más conocidos para la frontera sur, “indios pampas y serranos”, en marzo de 1662.” (NACUZZI; TOURRES, 2018, p.33 – 34).

Como vimos, por meio de Schmidl vários estereótipos foram criados para os nativos desde os primeiros contatos. O cronista relaciona os nativos americanos aos ciganos de sua terra, aproximando a experiência nova de que tomava conhecimento, às formas de integração política, autoridade e relação com o território que conhecia progressivamente. Roulet (2013) também enfatiza outras pré conceituações: sua rejeição à vida em redução, ao trabalho agrícola, à servidão forçada imposta pela *encomienda*³⁶ formava parte do quadro que os desenhava como bárbaros e indolentes. Para ela, esses juízos de valor excluía qualquer interesse pelas línguas, culturas, modos de vida, organização política e identidades grupais. Segundo a autora, alguns nomes utilizados pelos primeiros conquistadores caíram totalmente em desuso, como no caso de *querandies*, por exemplo.

Este trabalho está dedicado a refletir sobre as relações de grupos indígenas que passam a comparecer na documentação a partir do XVII, como dizem Nacuzzi e Lucaioli (2018), sob a denominação de “pampas e serranos”, com a sociedade colonial bonaerense no período tardo colonial. Assim como elas, Florencia Roulet (2013), resalta que foi a partir da segunda metade do Seiscentos, que o binômio de cunho “geográfico” “pampas e serranos” começou a ser

³⁶ A *encomienda* foi uma instituição implementada pela Coroa Espanhola nas Américas no século XVI, para se valer do trabalho indígena. Compreendia a entrega de um grupo de índios a um espanhol que, em tese, deveria agir no sentido de os “proteger, educar e evangelizar”. Em troca, os indígenas deveriam pagar tributos ao seu *encomendero* como obrigação de vassalos da Coroa, através de serviços prestados, geralmente em trabalho. O artigo de Roulet traz algumas informações sobre as primeiras *encomiendas* bonaerenses. Segundo a autora, em 1582, se repartiu em “*encomienda* mais de 2 mil índios, [...] “cuyos caciques principales eran Tubichamini y Cahuanies, pero no llegó a gozar mucho tiempo del fruto del trabajo indígena. [...] En 1589 los indios estaban “alzados y rebelados” y era necesario “correr la tierra y conquistarla”; [...] ya en 1610 se decía que “esta tierra está muy falta de servicio de yndios por los muchos que los años atrás se han muerto y los que andan alçados” (2018, pp. 19-20). Para saber mais ver: ROULET, Florencia. “Violencia indígena en el Río de la Plata durante el período colonial temprano: un intento de explicación” (2018), *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 16 février 2018, consulté le 23 juillet 2020. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/72018>

utilizado. No primeiro momento, os pampas seriam os nativos que viviam nas planícies, já os serranos consistiam nos habitantes das serras e regiões montanhosas. Ademais, os pampas eram os grupos mais próximos da franja de propriedades, situadas entre Buenos Aires e Mendoza, em que tinha início a atividade ganadeira, isto é, a criação de gado. A maioria desses ameríndios teria passado por uma experiência de contato com os hispano-crioulos, mesmo que de forma transitória, por meio de sujeição a instituições coloniais como a *encomienda* ou “redução”.

Sobre os *serranos*, Roulet (2013) abaliza que o termo se referia aos grupos de regiões mais distantes; eram os índios de *tierra adentro*. Antes de tudo é uma distância no sentido social; essa expressão também visa ajudar a construir um mapa mental para o exercício da administração do poder. No século XVII esses territórios eram delimitados desde o sul, nas serras dos sistemas de Tandilia e Ventania, dos rios Colorado y Negro, a oeste pela Cordilheira e o Chile. Eles sustentavam com os grupos das áreas mais próximas de Buenos Aires, os *pampas*, relações que alternavam entre conflito, complementaridade econômica e alianças políticas. Roulet (2013) sublinha que de maneira geral, os pampas eram estereotipados como mais “domésticos” e “próximos”, sendo os serranos apresentados como o retrato da barbárie. Boccara (2005) pontua que essas generalizações “*pampas e serranos*”³⁷, além de serem rotulações geográficas, são também uma translação, já que são utilizadas para outros grupos da América, nos quais os pampas são os pacificados e os serranos os indômitos.

Outra nomenclatura presente nas fontes que consultamos diz respeito às populações nativas da área, é “auca”. Roulet (2013) sinaliza que o termo também aparece como: *aucás*, *aucaes*, *ahucas*, *audax ou aucaces*, sendo este mais um rótulo frequente nos textos da colônia que teve uma larga vigência nos documentos da época. A rotulação *auca* é considerada por muitos estudiosos como sinônimo de araucano, ou dizendo respeito a “índios do Chile”. Nos primeiros registros, de fato, os *aucas* apareciam como nativos provenientes da região chilena.

Marta Bechis (2003) rastreou a origem quéchua da palavra *aucáes*, encontrando o significado de “senhores da guerra”, “militares”, “guerreiros”, “soldados” e “rebelados”. Ela aponta que na área pampeana se utilizava tal designação para qualificar malfeitores e inimigos dos índios da Pampa, até meados do Setecentos.

No século XVIII, os jesuítas do Colégio de Buenos Aires tentaram dar início a um processo de “missão por redução” de indígenas neste território³⁸. A partir do contato dos jesuítas

³⁷ Da mesma maneira, tivemos na América portuguesa as denominações tupi e tapuia para fazer referência a “índios mansos” e “selvagens”, por exemplo.

³⁸ Três missões foram fundadas: *Concepción de los Pampas* (1740), *Nuestra Señora del Pilar* (1746), *Madre de los Desamparados* (1750). Para saber mais sobre este tema, ver: IRURTIA, 2007; MONCAUT (1981); IGLESIAS (1999); MARTINEZ MARIN (1994); IRURTIA (2007); SILVA (2016); MARTINS (2018);

com estes nativos, percebemos mudanças significativas nestas “etiquetas”, pois ao lado da generalização “*pampas, serranos e aucas*” da centúria anterior, surge, em alguns de seus textos, uma diversidade de grupos e suas respectivas denominações. Sabemos, com efeito, que como analisa Guillermo Wilde (2009), as crônicas jesuíticas proliferaram no Setecentos,³⁹ sendo os missionários responsáveis por informações valiosas⁴⁰. Mesmo possuindo a marca institucional da Companhia de Jesus, que especifica este tipo de fonte a partir da observação de quem busca “civilizar e cristianizar”, esses registros trazem aspectos da vida e cultura dos povos, bem como os problemas de interação entre os missionários e nativos. O padre Thomas Falkner, responsável juntamente com José Cardiel pela redução de *Nuestra Señora del Pilar*, deixou em sua obra - “Descripción de Patagonia y de las partes adyacentes de la América meridional [1774]” - uma descrição detalhada dos grupos ameríndios da Pampa-Patagônia e das respectivas posições geográficas que ocupariam. De acordo com Carlos Paz (2019), mais que uma reflexão etnológica, o jesuíta buscou construir uma geografia social que refletia sobre as espacialidades construídas por aqueles grupos⁴¹.

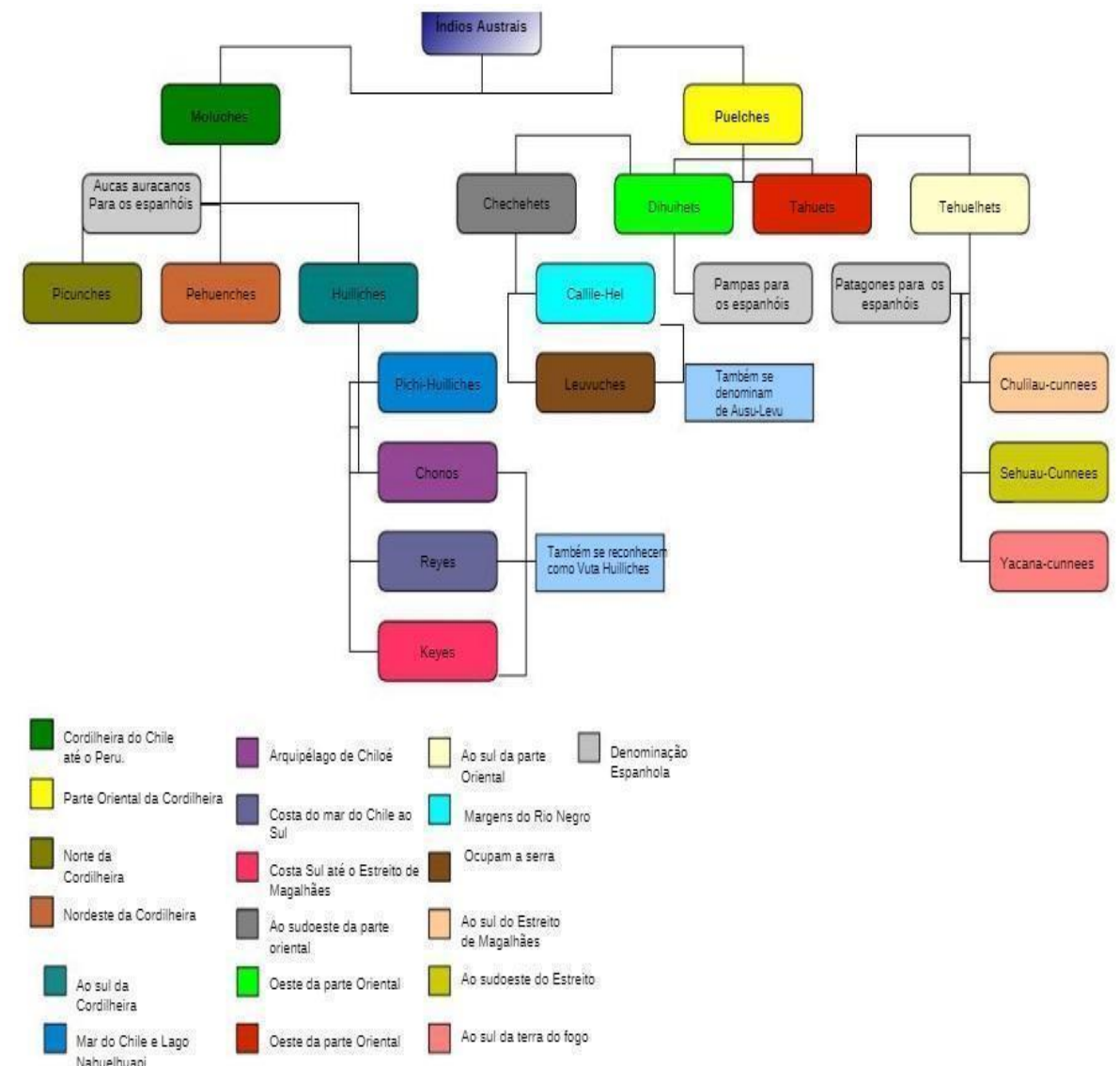
Segundo ele, era possível distinguir dois grupos culturais: os *moluches e puelches*, sendo que estes se subdividem em várias outras agrupações tal como procura demonstrar o esquema abaixo. Note-se que as classificações elaboradas pelo religioso são hoje fortemente questionadas. O que buscamos aqui, contudo, é compreender seu esforço cognitivo e refletir sobre isto.

³⁹ Nossas principais fontes jesuíticas para este capítulo são: a “Carta Ânua de 1735-1743” de Pedro Lozano, a “Descripción de la Patagonia” (1774) de Thomas Falkner, o “Paraguay Catholico. Los indios pampa-puelches-patagones” (1772), de Sánchez Labrador, a compilação “Entre los pampas de Buenos Aires” feita por Guillermo Furlong em 1938, a “História del Paraguay”, Tomo VI do padre Charlevoix, e “Hacia Allá y para Acá” (1769) do padre Florían Paucke.

⁴⁰ É necessário salientar que a escrita jesuítica, apesar de sua aparente unidade (por possuir traços em comum, laços institucionais, o cultivo pela propaganda do trabalho da Ordem), apresenta diferenças em seus modelos narrativos. Isto fica evidente em casos como o das cartas ânua e das crônicas, por exemplo. Para o tema que estamos estudando, lidamos com a crônica redigida no exílio por José Sanchez Labrador [1776] e com a carta ânua de Pedro Lozano cobrindo os anos de 1735 a 1743. A primeira tenta restabelecer o valor da experiência missional entre os índios, defendendo a Companhia de Jesus e, sujeita a outros ditames, não possuindo o compromisso de obedecer ao conjunto de regras que normatizam a correspondência interna, como no caso da Ânua. As cartas ânua manifestavam “o desejo manifesto do padre Geral de ver uma “composição integral contínua” da história da Companhia “desde seus orígenes” por isso a narrativa deveria obedecer a uma ordem, começando pelos fatos mais antigos e terminando com os mais recentes., as cartas anuas deveriam possuir fontes dos arquivos e às pessoas confiáveis, e que dessem maior atenção aos “assuntos antiquíssimos y grandes”. Estranha as frases finais. Tudo deveria ser “ratificado y confirmado”, respeitando “lugares, tiempos y personas” (MELO DE OLIVEIRA, 201, p.268). Sobre este tema ver: MELO OLIVEIRA, Paulo. Um estilo jesuítico de escrita da história: notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica. História da Historiografia. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277991877_Um_estilo_jesuítico_de_escrita_da_historia_notas_sobre_estilo_e_historia_na_historiografia_jesuítica. Acessado em 20 outubro de 2020.

⁴¹ Comunicação pessoal

Figura 1 - Nativos Austrais, segundo Tomás Falkner [1774]



Fonte: Elaboração própria com base na obra: FALKNER, Thomas. [1774]. Descripción de la Patagonia y de las partes adyacentes de la América meridional. con la religión, política, costumbres y lenguas de sus moradores... y algunas particularidades relativas a las islas Malvinas escrita en inglés por Tomás Falkner que residió cerca de veinte años en aquellas tierras. Buenos Aires: Imp. del Estado, 1836.

No Prólogo a uma edição recente da crônica de Thomas Falkner, Raúl Mandrini afirma que o texto do inglês é um “testemunho fundamental” para uma aproximação ao mundo indígena (2003, p. 44). Apesar disso, a obra foi severamente criticada, especialmente nos quadros da discussão, prevalecte na historiografia argentina de meados do século passado, sobre as origens do povoamento do continente. Mandrini não desconhece que o jesuíta realiza um esforço que acaba por “ordenar los datos de la realidad pero no la realidad misma” (2003, p. 47). Entretanto, ao lado de outros jesuítas contemporâneos, o olhar de Falkner constitui, para

ele, a “primera visión integral y comprensiva – o al menos su intento – del vasto espacio pampeano y patagónico tanto en su aspecto geográfico como humano” (MANDRINI, 2003, p. 44).

É preciso esclarecer que, seguindo a advertência de Ivonne del Valle, não nos interessa verificar se a classificação de Falkner expressa a “verdade”, e sim ponderar sobre a realidade que ele percebe (2009, p. 17). Assim, identificamos através do esquema de Falkner⁴², o intento de expor uma forma de organização, conferindo a cada grupo um território e uma divisão política. Seu esforço era de tornar este mundo compreensível, dada a complexidade que ele apresentava, com sociedades dotadas de atributos que eram estranhos aos colonizadores, como a sua mobilidade, flexibilidade e segmentação política, como veremos no decorrer deste capítulo.

Ainda assim, devemos questionar tais categorizações. Realmente, os etnónimos citados pelo religioso, na maior parte das vezes referem-se a denominações dadas pelos próprios grupos aos “outros”, ou seja, certo grupo nomeia a outras agrupações. Constatamos esse fato ao consultarmos dicionários da língua *mapuzundum*⁴³, idioma de grande parte os nativos da região pampeana em finais do século XVIII, de onde traduzimos o nome os dois principais grupos citados por Falkner: “Moluche gente de onde o sol se põe” e “Puelche: Do: *puel*, oriente, e *che*, gente: nação do oriente das cordilheiras”. O mesmo acontece com os “Huiliches: Gente do poente”, também com os “Pehuenches: Do *pehuel*: pinheiro, e *che*, gente: nação dos pinheiros” (ROSAS, 2013, pp. 198.200)⁴⁴.

Devemos considerar que o missionário, como ele mesmo narra, valeu-se de “informantes” para construir esta nomenclatura, provavelmente por meio de perguntas a respeito da “denominação” pela qual se conheciam os grupos. O resultado que Falkner registra, coloca os próprios ameríndios apontando os nomes pela localização geográfica dos grupos⁴⁵. Na verdade, sabemos que esses rótulos estão de acordo com um “modelo”, ou seja, o esquema mental do religioso, que necessitava dessas denominações, localizações, identificação de líderes, para tornar inteligível ao Ocidente a organização social nativa. Wilde (2011) ao analisar as rotulações étnicas nos períodos iniciais das missões guaranis, pondera a mesma situação para aqueles grupos. Segundo este autor, a grande diversidade étnica missional foi classificada por

⁴² Sobre o trabalho de Thomas Falkner, seu contexto de produção e características do texto, ver: Martins (2016)

⁴³ O termo também aparece também na grafia *mapungdum*. Seguimos aqui a compilação dos dicionários: ROSAS, Juan Manuel de. *Lenguaraces egregios: Rosas, Mitre, Perón y las lenguas indígenas* / Juan Manuel de Rosas; Bartolomé Mitre; Juan Domingo Perón; compilado por Guillermo David. - 1a ed. – Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2013.

⁴⁴ Muitas informações contidas neste dicionário, são retiradas do trabalho do padre Falkner [1774].

⁴⁵ Discutiremos a importância do território para as populações nativas no próximo tópico.

categorias englobantes. Assim, segundo ele, não se sabe ao certo a base de referência para tais denominações, mas as mesmas podiam variar desde o nome de uma região, ao de um cacique e até mesmo do tipo físico dos nativos. Apesar disso, não podemos abandonar o esforço etnográfico do padre Falkner, salientando que, diferentemente de rotulações que não davam crédito às populações nativas, ele ao menos se baseou em declarações do que os indígenas lhe descreviam.

Nacuzzi e Lucaioli (2017) sublinham que durante boa parte do período colonial, os Colégios jesuítas impulsionaram o conhecimento sobre os indígenas. Estes religiosos tinham o papel de encontrar possíveis formas de civilizar e catequizar, porém, ao mesmo tempo, possuíam um notável interesse etnográfico, o qual estava, é certo, a serviço de criar condições para a prática evangelizadora.

[...] basados en sus largas convivencias con grupos indígenas particulares – a los que consideramos pioneros de la labor etnográfica, como José Sánchez Labrador, José Jolis, Tomás Falkner, Florián Paucke, Martín Dobrizhoffer. La estrategia de poner por escrito sus vivencias permitió cotejar, combinar y completar la información sobre los grupos étnicos, aportando a su conocimiento científico y derribando ciertos mitos que Occidente había construido sobre sus colonias americanas. (NACUZZI e LUCAIOLLI, 2017, p. 5-6)

Por outro lado, na própria escrita jesuítica existiam diferenças. Assim, se o padre Falkner utilizou dos dialetos e vozes nativas nas nomenclaturas que registrou, Pedro Lozano, historiador oficial da Companhia de Jesus, na sua Carta Ânua, de 1744, oferece outras denominações:

La nación de los Pampas se llamaba en tiempos de la Conquista Querandíes, y dominaba toda la región que hoy ocupa Buenos Aires, extendiendo su poder hacia el sur y oeste [...] existen tres pequeñas tribos tienen su dialecto propio, siendo común a ellos una lengua matriz. La primera parcialidad es la de Córdoba y Mendoza [...]. Esta clase de Pampas se llaman Picunche en su lengua [...] La segunda parcialidad de los Pampas son los Serranos, los que viven hacia el sur; en su propia lengua se llaman Puelches. Por lo ordinario es su habitación la costa del río de los Sauces [...] La tercera parcialidad de Pampas vive más al norte, no muy distante de la ciudad de Buenos Aires y se llama igualmente Puelches con la determinación ‘Carayhel’, lo que significa: ‘Puelches adherentes a los españoles’ (LOZANO, 1924, pp 296-297).

Devemos atentar, que uma Carta Ânua, era um documento oficial. Ou seja, ela seguia um ordenamento, ou seja, uma série de regras que selecionava aquilo que era apropriado para seus leitores, que não eram apenas jesuítas, mas também a elite europeia⁴⁶ (LONDOÑO, 2002;

⁴⁶ As Cartas Ânuas, entendidas como um relato prestando contas do trabalho desenvolvido nas diversas Províncias da Ordem e dirigido às autoridades em Roma, são material de grande importância e recorrentemente utilizado pelos que estudam vários aspectos da ação dos jesuítas no Novo Mundo. Queremos lembrar, contudo, as ricas

FLECK; FRANZEN; MARTINS, 2008). Em vista disso, podemos pressupor que a apresentação dos grupos nativos de forma simplificada, apresentada por Lozano, era uma maneira de tornar aquelas sociedades compreensíveis aos olhos destes leitores. Talvez por isso ele tenha feito esta sintetização em três grupos.

Apesar disto, Roulet assegura, que foram os padres jesuítas em seu trabalho missionário na região, com o estudo das línguas e costumes que que apresentaram os nativos da forma mais coerente. Segundo Roulet: “Son seguramente estos misioneros en su correspondencia con las autoridades coloniales, quienes empezaron a utilizar el gentilicio que oían en labios de informantes indígenas” (ROULET, p.69, 2013). Queremos lembrar que, como analisaremos oportunamente, alguns líderes indígenas negociavam com autoridades militares nas fronteiras, dado que queremos ressaltar para não sugerir que a única forma de conhecimento etnográfico era aquele gerado pelos membros da Companhia⁴⁷.

Foi também em meados do Setecentos, que surgiu outra nomenclatura muito utilizada. Ela foi anotada de diferentes formas nos documentos coloniais tais como lista Florence Roulet (2013): tehuelchús, theguelchus, terguechus, peguerchud, de gelchus, thuelchús, tiquelchús, tigüelchús, teguenches, peguelchús o pehuelchús. A autora destaca que, apesar do termo aparecer nos registros no século XVIII, não se trata de novos grupos, mas sim de povos que, na centúria anterior, eram chamados de serranos e, também, de patagones. Além disso, resalta que neste mesmo período aparece um “novo” grupo na documentação: “se trata de los ranqueneles, ranquicheles, ranquichules, rangeneles, ranqueleces, ranquelcheles, rancacheles, ranquecheles o ranquelches [...]” (ROULET, 2013, p.72). Ela distingue que na própria fronteira não se sabia sobre suas origens, e acreditava-se que eles se estabeleciam nas proximidades de Córdoba e Cuyo⁴⁸.

possibilidades abertas pelo estudo das Cartas que, na mão inversa, eram remetidas pelos provinciais ao Geral. Uma parte destes documentos, correspondendo às primeiras décadas do século XVII, foi publicada em: MARÍA MORALES, Martín. *A mis manos han llegado*. Cartas de los PP. Generales a la Antigua Provincia del Paraguay (1608-1639), Monumenta Histórica Societatis Iesu. Nova Series, vol. I, Universidad Pontificia Comillas, Institutum Historicum Societatis Iesu, Madrid-Roma, 2005

⁴⁷ Segundo M. Cristina Bohn Martins, em comunicação pessoal, a respeito do período imediatamente anterior a este que estamos estudando, dizendo respeito ao ano imediatamente anterior à extinção da missão de *Nuestra Señora de la Concepción de los Pampas*, há o interessante *Informe* produzido em 1752 pelo Cabildo de Buenos Aires para substanciar seu pedido de descontinuidade (ou remoção) deste povoado. Neste *Informe* encontramos um inquérito feito a um grupo de soldados que haviam prestado serviço na missão e que traz observações sobre os indígenas ali reduzidos. “De acordo com ela, “prenhe de imagens preconcebidas e conformadoras de um quadro do imaginário coletivo sobre os indígenas, o Informe se presta a análises elucidativas”. Ver: *Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas*. 1752. Museo Etnografico Juan Bautista Ambroseti [ME], Carpeta J, n.16. Também aqueles indivíduos que se evadiam dos acampamentos nativos depois de diferentes períodos e condições de cativo, podem ser, por meio de seus [poucos] relatos, fontes de consulta para este tema. Sobre este último caso ver: SILVA, 2018.

⁴⁸ Como esta área escapa ao escopo de nossa pesquisa, sugerimos a consulta a Roulet, 2013.

Ao encerrar a década de 1750, o trabalho missionário dos jesuítas na região vai retroceder, assim como sua atividade de narradores do mundo indígena. A nova política em curso, como veremos, vai apostar nos militares e milicianos e na instalação dos fortes e fortins, que justamente vem a ser nosso objeto de análise. Percebemos, então, transformações nas nomeações. Diferentemente do quesito etnográfico, corporificado pela prática narrativa dos padres da Companhia de Jesus, na maioria das fortificações os militares registram os nativos pelo nome daquele que reconhecem como o “líder” do respectivo grupo ou, ainda, pelo nome do lugar que estão assentados. Falam, assim, em “*índios do cacique tal*”. Utilizando o forte de Chascomús como exemplo, observamos que em um recorte de tempo de dois anos os sargentos da fortificação se referiam aos ameríndios da seguinte forma:

Tabela 1 - Denominações grupos nativos no Forte de Chascomús: 1788/1800

Chegada de nativos ao Forte/ Ano	Índios do Cacique	Grupo
1788	Lorenzo	Auca
1788	Toro	Auca
1790	Lorenzo	Auca-Pampa
1790	Toro	Auca
1790	Toro	Auca
1790	Lorenzo	Auca
1790	-	Auca
1790	-	Auca e Peguenches
1791	Negro	Peguenches
1791	Antequem	Auca
1796	Guaiguilepe	Auca
1800	Negro	Peguenches

Fonte: Elaboração própria com base no Fundo: “Comandancia de Frontera de Chascomús” Sala IX 1-4-3. Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina.

Beatriz Vitar (1995) ao analisar a conjuntura histórica das relações entre a sociedade espanhola da Província de Tucumán com os grupos indígenas do Chaco, igualmente apreende as diferenças nos discursos dos missionários e dos militares. Segundo a autora, essas disparidades eram decorrentes da experiência que tiveram, do tipo de contato mantido com o mundo indígena, e dos objetivos dos agentes coloniais.

No exemplo que citamos por meio da tabela acima, notamos que os dois grupos registrados no forte de Chascomús eram aucas e peguenches. Observe-se que, se décadas antes, ambos eram compreendidos a partir dos estereótipos de “inimigos”, “bandidos”, e “bárbaros”,

nesta conjuntura eles aparecem em relações amistosas e comerciais na documentação das fortificações, tal como iremos discutir oportunamente. Portanto, o que pretendemos até aqui foi demonstrar que todas essas rotulações dependiam de uma série de fatores, e que elas “criam” grupos, de acordo com os interesses do poder. Assim também, tentaram criar lideranças com qualidades de mando e estabilidade, com as quais negociar. Percebemos que as nomenclaturas variam, passando pelo desconhecimento dos primeiros registros, até as generalizações territoriais. Pelo menos desde a tentativa dos jesuítas de, pela introdução de povoados missionários, pacificar as relações entre os hispano-crioulos e os grupos da área, em meados do XVIII, houve um empenho “etnográfico” do conhecimento da cultura, língua, hábitos nativos. Esforço que está dirigido ao objetivo de “catequizar e civilizar”.

Guillermo Wilde (2011) avalia que as classificações étnicas serviram para administração colonial circunscrever, cultural, política e territorialmente a essas populações nativas. Ela se reverteu em uma estratégia discursiva que tinha efeitos concretos nas políticas específicas de colonização: “Tal discurso se orientaba a producir una ficción de orden (y de desorden) basada en la antinomia radical entre un espacio cristiano y uno infiel destinado a perdurar en el tiempo” (WILDE, 2011, p.3). Para ele, até mesmo a produção recente, com o intento de dar conta das interações dos grupos, caiu na armadilha das classificações, reproduzindo, afinal, os mesmos esquemas de ordenação tradicionais.

Nacuzzi e Lucaioli indicam situação semelhante. Segundo elas, os pesquisadores do século XX se basearam nesses rótulos coloniais, retomados e ressignificados, para propor um sistema classificatório das populações, muito parecido com o ordenamento colonial: “para la Etnografía resultaba imperioso proponer un elenco ordenado de grupos – con algunos supervivientes testimoniales – que constituían el pasado de una nación sin índios” (NACUZZI; LUCAIOLI, 2017, p. 37).

Portanto, podemos afirmar que durante a Colônia, os rótulos estavam conectados com os objetivos de distintos setores que formavam parte da empresa colonial. Dessa forma, retomamos a pergunta que lançamos no início desse tópico, ou seja, como devemos mencionar os grupos nativos da Pampa? Seguindo as ponderações de Lídia Nacuzzi (1998, 2002, 2017), buscaremos “descolonizar la nomenclatura aplicada a los grupos nativos” (p. 261, 2002). Para tanto, sempre que possível, nos afastaremos do uso que a historiografia argentina tem feito de alguns etnónimos em sua pretensão de construir explicações sobre o passado colonial e, na medida do possível, utilizaremos aqueles encontrados nas fontes, porém, devidamente contextualizados. Ou seja, compreendemos e identificamos que eles fazem parte de uma conjuntura histórica específica de relações sociais, com frequentes mutações.

2.2 Os indígenas da Pampa-Patagônia: identidade, etnicidade, grupos étnicos e parcialidades.

No tópico anterior refletimos como os ocidentais, por meio da empresa colonial, criaram rotulações para os grupos indígenas da Pampa. Nessa parte do trabalho buscaremos refletir sobre o que define de fato um grupo étnico, para além de rótulos e estereótipos. De tal modo, analisaremos como os próprios grupos constroem suas pertencas étnicas.

Primeiramente, devemos conjecturar sobre o que define uma identidade. Na busca por esta resposta podemos refletir, inicialmente, sobre a nossa própria identidade. Como nos definimos? Ou ainda como delineamos o que somos? Neste sentido, o que surge são nossas relações, os laços que construímos, a família, a escola, os amigos, o trabalho, nosso meio social. E se perguntarmos se hoje somos os mesmos que éramos dez anos atrás? De fato, responderemos que não; nossas experiências sociais nos definem pouco a pouco, ao longo de nossa vida. Na psicologia social, a composição de uma identidade se estabelece nos vínculos que os sujeitos vivenciam com seu ambiente. Assim, a identidade é necessariamente um fenômeno construído socialmente (BERNARDES e HOENISCH 2003, MONTERO, 2002).

Para refletir sobre este tema, Rosi Braidotti, utiliza do conceito de identidade nômade, ou seja, uma identidade viva em composição e constante movimento, “[...] que indica unicamente onde já estivemos e onde, conseqüentemente, não estamos mais” (BRAIDOTTI, 1994, p 35). Na mesma percepção, Michael Pollak (1992), afirma que ninguém pode constituir uma identidade imutável, desvinculada de transformações, de negociações. O autor sustenta que a construção da identidade se produz em alusão aos outros, e não é algo que pode ser compreendido como a essência de uma pessoa ou mesmo de um grupo.

Por su parte, Carlos Paz⁴⁹, assinala que a identidade é histórica e também social relacional; portanto, contrastante. Ou seja, se constrói uma identidade que se define no decorrer de uma relação social. Por isso, por mais estreitos que sejam os laços entre pessoas ou grupos, a identidade sempre manifesta sua particularidade.

Assim, como a nossa própria identidade é um fenômeno construído socialmente, as identidades coletivas, são da mesma natureza. Todavia, a ideia genérica de identificação coletiva frequentemente se refere a grupos culturais lacrados e imóveis. Nessa percepção, procura-se por nomes, por espaços geográficos estáticos, por origens. Essa busca cultiva algo

⁴⁹ Comunicação pessoal (2019).

preso no tempo e no espaço, ou seja, por um “ente” que não existe e nunca existiu, uma vez que os indivíduos e os grupos humanos, suas respectivas identidades e culturas, assim como o tempo e espaço, são dinâmicos e plásticos. Segundo Barth: “Essa história produziu um mundo de povos separados, cada qual com sua cultura e organizado em uma sociedade, passível de ser legitimamente isolada para descrição como se fosse uma ilha” (2000, p 28).

Ainda que hoje ninguém mais sustente a ingênua suposição de que cada tribo e cada povo mantém sua cultura através de uma indiferença hostil com relação a seus vizinhos, ainda persiste a visão simplista de que os isolamentos social e geográfico foram os fatores cruciais para a manutenção da diversidade cultural (BARTH, 2000, p.26)

Contrário a ideia de grupos isolados e imunes às transformações do tempo, o antropólogo Fredrik Barth (1998) salienta que eles não podem ser classificados como blocos rígidos e coesos, uma vez que as culturas são ativas e incoerentes. A cultura não os define, mas sim marca a diferenciação entre os grupos. Luvizotto destaca que foi a partir das análises de Barth que se fez possível identificar um grupo étnico:

[...] Como uma forma de organização social, que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla. A identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade. Nessa concepção, a continuidade dos grupos étnicos não é explicada em termos de manutenção de sua cultura tradicional, mas depende da manutenção dos limites do grupo, da contínua dicotomização entre membros e não membros (nós/eles). Os traços culturais que demarcam os limites do grupo podem mudar, e a cultura pode ser objeto de transformações, sem que isso implique o esvaziamento da solidariedade étnica (LUVIZOTTO, 2009, p. 31).

O trabalho de Barth (1998) encorpa a noção de etnicidade ou identidade étnica como um elemento correlato. Em outras palavras, ela se edifica no contraste entre eles e nós. Assim, é na conjuntura das relações entre os grupos que ela é construída. É o contraste que distingue a natureza da etnicidade e seu dinamismo, uma vez que, ela se estrutura nos embates, nas negociações e nas resistências.

Dito de outro modo, as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos. A interação dentro desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias. (BARTH, 2000, p.26)

Entretanto, nas análises de Barth o elemento cultural não é destacado, mas sim a compreensão da sequência de acontecimentos que permite manter a fronteira étnica em

situações de contato intercultural, uma fronteira social e, muitas vezes, territorial. Dessa forma, as formulações de Barth ponderaram a manutenção das fronteiras étnicas em interações que são na maioria das vezes pacíficas, ainda que muitas vezes hierárquicas.

Todavia, essas formulações não dão conta dos fenômenos que observamos no espaço da Pampa-Patagônia, onde os diferentes grupos alternavam em situações de alianças e conflitividade, como veremos no decorrer deste trabalho. Nessa lógica, as pesquisas de Guillaume Boccara (1999, 2005), sobre os reches, depois considerados mapuches, demonstram que se tratava de uma sociedade guerreira, mas que não tentava destruir o inimigo, e sim absorvê-lo, correspondendo a sua *lógica mestiza*. Para Boccara (1999) a abertura ao outro está no seio do dispositivo sociocultural destes indígenas.

Justamente por isso, Gómez García (1998) crítica o conceito de etnia e de identidade étnica, pois não existe uma matriz comum em nenhum dos casos. Para ele, em diferentes propostas antropológicas, se faz necessário encontrar elementos que caracterizam um grupo étnico, sendo assim, se qualquer conjunto de traços compartilhados é válido, existe uma teoria segundo a qual qualquer tipo de grupo constituiria um “grupo étnico”. Por isso a interpretação é confusa.

Para Gómez García (1998), vários “grupos étnicos” são identificados, em diferentes situações e por diferentes pesquisadores. Porém, segundo ele, não é possível encontrar um denominador conceitual comum em todos os casos. Com efeito, os encontramos com e sem língua própria, com e sem instituições semelhantes, com religião diferente ou com a mesma religião, com consciência diferenciadora e sem ela. O termo “etnia” é uma palavra “coringa”, confortável para classificar um grupo, às vezes com certa probabilidade, mas sempre manipulando as diferenças socioculturais. Nos reportando novamente a Carlos Paz, podemos dizer que “esta manipulación la construye, por lo general, el mismo grupo que nosotros consideramos étnico. Por eso mismo es que se afirma que la identidad es oportunista”⁵⁰.

Neste trabalho nosso objetivo não é introduzir-nos nas controvérsias conceituais sobre grupos étnicos e identidade étnica, porém o que fica evidente, corroborando com Gómez García (1998), é que não existe um protótipo para ser seguido em todos os casos. A identidade seja individual ou coletiva, é dinâmica e flexível.

Para os nativos da Pampa-Patagônia, utilizaremos a noção de “parcialidades” apresentada por Martha Bechis (1984, 2000, 2010) e Carlos Paz (2020). A primeira pesquisadora possui uma extensa análise relacionada às formas de organização social destes

⁵⁰ Comunicação pessoal, 2018.

nativos. Essa região foi denominada por ela como “pan-araucana”, território que compreendia, no período colonial, o espaço do sul do Rio Salado ao Oceano Pacífico, e ao Atlântico. As sociedades indígenas da região foram definidas pela autora como “uma unidade cultural que abarcava diversas parcialidades”. Essas parcialidades nada mais seriam que grupos politicamente autônomos, que possuíam vínculos e conhecimentos mútuos.⁵¹ Segundo a autora, a unidade cultural era fundamentada em elementos compartilhados como: parentesco, práticas de reciprocidade, religião, linguagem, simbolismo, redes econômicas e sociais vinculadas entre si, características que abordaremos posteriormente.

Carlos Paz (2020)⁵² sugere que para o caso das populações indígenas da Pampa-Patagônia, assim como para as realidades sociais e históricas do Chaco do século XVIII, a noção de parcialidade, ou seja, uma união política transitória permeada pelo parentesco, real o putativo, e feita para um fim comum, se traduz operativa, pois consegue dar conta da mobilidade de diferentes sujeitos em díspares grupos políticos ante situações políticas complexas. Para o autor, assim como para Bechis (1984), as distintas parcialidades pampeanas compartilham um conjunto de práticas culturais, entretanto, essas mesmas parcialidades se distinguem no exercício da política e pelo capital social relacional construído por cada um daqueles líderes políticos identificados como caciques pelos dispositivos de poder coloniais. Como veremos ao longo desta tese, cada líder nativo possuía sua estratégia de liderança que em alguns momentos redundaram na realização de alianças, e em outros em situações de hostilidades abertas ou potenciais. Martha Bechis (2010) chama esses aspectos dinâmicos e flexíveis de *fusão e fissão*; ou seja, dependendo das circunstâncias políticas os grupos da área pan-araucana, possuíam a plasticidade de agregar ou dividir alianças. Essas uniões ou separações iam além da noção de “grupos étnicos” e costumavam incluir indígenas de distintos grupos.

2.3 Wallmapu⁵³ ou tierra adentro? Território e territorialidade dos nativos pampeanos

Durante o intercâmbio de estudos realizado na Argentina em 2018⁵⁴, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente uma parte da paisagem da Pampa. Nas primeiras impressões pensei

⁵¹ As análises de Bechis (1983, 2000, 2006, 2008, 2010) desmitificam a ideia enraizada na historiografia tradicional acerca de índios mapuches/araucanos/chilenos em contraposição a índios tehuelches/pampas/argentinos. Trataremos deste tema mais adiante.

⁵² Comunicação pessoal, maio de 2020.

⁵³ Em mapuzundum o termo possui diferentes grafias Waj-Mapu, Wallmapu ou Wall-Mapu. Importante ressaltar que não entraremos na discussão atual sobre o território reivindicado pelos mapuches, nosso intento em utilizar os dialetos indígenas é se aproximar dos seus significados cognitivos para os nativos.

⁵⁴ Intercâmbio oportunizado pela Bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, financiado pela Capes.

que ela era exatamente como imaginava, uma planície imensa revestida de pastagens, algumas árvores, vacas, cavalos, poucos riachos e morros, circunscritos por fazendas e pequenos ranchos. Em minha representação mental, era uma paisagem homogênea e constante. Entretanto, estando na cidade de Tandil, em um deslocamento para trabalhar em Mar del Plata, fui surpreendida por uma forte tempestade que modificou em poucos instantes toda a regularidade que eu havia imaginado. As planícies inofensivas se transformaram em banhados, do alto dos morros a água irrompia com ferocidade. A estrada em poucos minutos se alagou, provocando a perda e controle de um automóvel que desapareceu na lama formada nestes “banhados”.

A experiência vivida me fez repensar os relatos das fontes, refletir que tais acontecimentos que alteravam rapidamente a paisagem pampeana faziam parte das experiências dos indígenas. Demonstrava-se também para mim, o quanto incógnito e imprevisível era o território para os hispano-crioulos, ao contrário do que provavelmente valia para os nativos.

Em uma das cartas do padre Matias Strobel, um dos responsáveis pela fundação da redução de *Concepción de los Pampas*, em 1740, por exemplo, lemos que ele alertava sobre a localização do povoado: “una tierra amplíssima, que fácilmente se inunda cuando sobrevienen grandes lluvias, y [...] por esta razón muy húmeda” (LEONHARDT, 1924, p. 442). A crônica de Sanchez Labrador também relatava as dificuldades encontradas pelos padres no terreno da redução: “un año de muchas lluvias [...] Inundose toda aquella tierra [...]” (SÁNCHEZ LABRADOR [1772] 1936, p. 88). Além das inundações que obrigaram os padres, inclusive, a trasladar o povoado de seu assentamento inicial, as enchentes promoveram uma série de doenças entre os habitantes das reduções, por conta do excesso de umidade, principalmente no verão (Moncaut, 1981, p. 65).

Em outra ocasião, quando os jesuítas abandonam a missão del Pilar, eles levaram dez dias para chegar ao povoado de *Concepción*: “La causa de tanta demora, caminando de día y de noche, fueron las grandes lluvias que hubo aquel año de ‘51. Las Campañas, o Pampas, parecían más un océano de someras aguas [...]” (Sánchez Labrador, 1936, p 140).

Alguns anos depois, em outubro de 1758, José Ignacio de Zavala, comandante do forte de Zanjón, em uma carta ao governador, pedia apoio para mudar a localização da fortificação. Segundo ele, tudo estava em péssimas condições, e era necessário mudar-se para um lugar mais alto. Inclusive os ratos tinham tomado conta do espaço, e não havia mais lenha e nem curral:

[...] solicito diez carretas con materiales para hacer un cuartel, porque la gente no tiene donde recogerse [...] mudarlo a otra loma que hay aquí inmediato, y más alta que descubre mucho la campaña y con eso nos libramos de los ratones que los hay más

que mosquitos en un bañado. Corral no hay para la caballada. Todo está muy malo [...]” (Comandancia de Frontera, Forte El Zanjón, octubre de 1758, AGN, Sala IX, 1-5-3).

Outro testemunho é o de Félix de Azara no ano de 1796, em sua viagem de reconhecimento dos fortes da região pampeana, em nome da Coroa espanhola. Ele alertava sobre a má localização do fortim de Lobos, que em tempos de chuvas, por ser rodeado por uma lagoa, ficava ilhado. “Al Suroeste tiene la laguna que le dio nombre, y se extiende mucho al Sureste. La cañada que hemos pasado le rodea por el Norte, hasta unirse a la misma laguna por el Oeste, de manera que en tiempo de águas está aislado” (AZARA, [1796] 2002, p.3)

O episódio que presenciei e os eventos relatados nos documentos coloniais, fizeram questionar minha preconcepção, interrogar a previsibilidade deste lugar, refletir sobre seus habitantes e os movimentos naquele espaço, ponderar sobre conhecimento dos nativos e sua relação com território.

Apesar disso, quando pensamos no território de maneira genérica, ligamos esta reflexão aos Estados atuais ou a espaços circunscritos pelas histórias nacionais. Sabemos, no entanto, que o conceito é polissêmico e possui diferentes conotações nas Ciências Humanas. Em Geografia, evadindo-se de concepções mais conservadoras⁵⁵ Haesbaert compreende o território como um híbrido entre “a sociedade e a natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço (...) (2004, p. 79).

Para Lobato Corrêa, o território pode se caracterizar como espaço de identidade, mas também como domínio político, e assim (...) o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas (1999, p. 251). Haesbaert afirma que o território é “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “uni funcional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista [...]” (Haesbaert, 2007, p.21). Para ele o território “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica”. (Haesbaert, 2004, pp. 95-96)

Por sua parte, Milton Santos (2002), contestando as percepções ocidentais de espaço e território, definiu o mesmo como “território usado”, ou seja, que se estabelece na correlação

⁵⁵ Talvez seja conveniente assinalar que, embora reconheçamos a íntima relação das sociedades indígenas pampeano-patagônicas com o espaço em que viviam, não consideramos que a geografia fosse um determinante de sua cultura, tal como pretendeu Friedriche Ratzel, mas um elemento com o qual esta cultura dialogou. Para saber mais sobre o determinismo geográfico, ver: RODRIGUES, Auro de Jesus, SILVA, José A. B., BARROSO, Rita de Cássia. A. VIEIRA, José Daniel., FONTANA, Raphael Luiz M. UMA ANÁLISE SOBRE O TERRITÓRIO À LUZ DA GEOGRAFIA. Ciências Humanas e Sociais Unit. Aracaju. v. 2/ n.3., Março 2015, p. 87-98: Acesso em: 20/08/2020.

entre a materialidade e sua manipulação. De acordo com o autor, o “território usado” são objetos e ações; por isso ele é “sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1998, p.16). De tal modo, o território é vivo e dinâmico. “Nele, devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel” (Santos, 2002, 247).

O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra (SANTOS, 2003, p.247-248).

Em perspectiva semelhante, e mais especificamente para a área estudada, a Pampa-Patagônia, Enrique (2018), argumenta que, durante o final do período colonial, esta região constituiu-se como uma espécie de “paisagem mestiça” na qual as apropriações e usos do território e recursos foram negociados, por meio da circulação de pessoas, bens e informações. Para a autora, a região configurava fluxos de articulação entre grupos distintos que deram forma a uma paisagem heterogênea, onde se revelaram as lutas entre interesses díspares e os vários significados que diferentes grupos sociais deram ao território. Assim, os hispano-crioulos adotaram modalidades de uso e exploração de recursos do jeito dos nativos; e indígenas fizeram o mesmo, pois usaram recursos e discursos de forma semelhante aos hispano-crioulos, algo que demonstraremos ao longo da tese. Por isso, para ponderarmos sobre as intensas relações entre as diferentes parciais na região pampeana e a sociedade hispano-crioula, utilizaremos a noção “paisagem mestiça”, sinônimo de espaço social híbrido, formulado por Enrique (2018).

Esse território era chamado pelos hispano-crioulos de “*tierra adentro*”, termo utilizado em todas as possessões espanholas em que a soberania da Coroa não alcançava. Para eles era, também, um ambiente selvagem, ocupado por vários grupos indígenas hostis e perigosos. Essa *tierra adentro* se constituía em uma fronteira⁵⁶, que na concepção espanhola, “separava” o mundo indígena do hispano-crioulo. À medida em que o desejo pelo gado bravo e, depois, de terras para a expansão das áreas de criação, transformou estes territórios em objeto de interesse, a *tierra adentro* passou a ser um espaço que se queria dominar, às custas da submissão de seus habitantes tradicionais⁵⁷.

⁵⁶ Discutiremos o conceito de fronteira no próximo capítulo.

⁵⁷ Como sabemos, este processo de pugna com os nativos, de longa duração e forte ressonância na história argentina, continuou ao longo do período republicano, ao menos até o final da chamada “Campanha do Deserto” encerrada em 1879. O tema é objeto de ampla produção historiográfica. Para uma aproximação, ver: MARFANY, Roberto H. Frontera con los indios en el sud y formación de pueblos. In: Academia Nacional de la Historia, Historia de la Nación Argentina. Vol. IV, 4ª ed. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 2000.

Segundo Giudicelli (2012), essa concepção de *tierra adentro* é fundamentada na discrepância entre territórios colonizados e os espaços livres. Para o autor, essa percepção reforça a noção de “bolsões indígenas” insubmissos à realidade colonial e ao mesmo tempo robustece a imagem de uma porção de estabelecimentos coloniais dispersos em um “oceano de índios”. Neste sentido, o que era “fronteira”, “território selvagem” para os hispano-crioulos era o território manejado pelos indígenas. Sendo assim, qual a relação que os nativos possuíam com esse território?

O padre Sanchez Labrador reproduz uma imagem até certo ponto literária, do espaço pampeano-patagônico no século XVIII que ele chama de “oceano terrestre”.

[...] se puede dividir este vasto continente en tres provincias o regiones, bajo estos nombres: Pámpica, Patagónica y Magallánica. Todas estas unidas forman la figura de una manga cuyo puño, o lo más angosto, confina con el estrecho de Magallanes. Sus términos por la parte del Sur el estrecho dicho o Magallanes; por la del Norte la Provincia del Tucumán y Chaco; por la del oriente el mar Magallánico; y por la de occidente las altísimas cordilleras o montañas de Chile. La primera región en que dividimos estas tierras es la Pámpica. Tiene este nombre por ser toda ella tierra llana; a las tierras de esta calidad llaman en estos Países de Buenos Aires y circunvecinos Pampas nombre tomado del idioma índico. Estas Pampas o llanuras corren del Norte al Sur como unas 100 leguas, que se cuentan desde Buenos Aires hasta la Serranía del Volcan, Tandil y Cayru. De levante a poniente se extienden estas tierras llanas cosa de 200 leguas, empezando desde el mar, la boca del Río de la Plata hasta la Cordillera de Chile, y ciudad de Mendoza, que está situada a su falda y pertenece al reino de Chile; en campañas tan dilatadas y llanas no halla impedimento la vista, como en un océano terrestre (Sánchez Labrador, 1936, pp. 24-25).

Percebemos na sua descrição uma área heterogênea, que ele dividiu em três regiões: Pámpica, Patagónica y Magallánica, conseqüentemente cada uma delas com meio ambientes diferentes. Pesquisas arqueológicas, em partes dessas regiões, permitem propor que durante os últimos 2.000 anos foi gerado um corredor de interação entre grupos de nômades da zona central da atual Argentina, alcançando espaços transandinos. Os sítios arqueológicos estudados por Berón (2004, 2007, 2017, 2019) trazem várias evidências que indicam que as populações ali assentadas compartilhavam extensos circuitos de interação social, nos quais circulavam não somente utilidades materiais, como também pessoas, informações e ideias (BERÓN, 2019). Segundo ele, esse espaço conformava uma macrorregião desuniforme, pois compreendia diferentes ecossistemas⁵⁸. O complexo panorama ambiental e seus respectivos usos e

⁵⁸ Béron (2007) assinala os díspares ecossistemas dessa macrorregião: estepe herbácea, estepe arbustiva, floresta xerófila, estepe patagônica e florestas andino-patagônicas, considerando também a região do atual Chile.

transformações sociais produziram um ambiente de interação, intercâmbio, complementaridade social e dinâmica populacional, antes da chegada dos europeus.

Raul Mandrini (2008) corrobora com essa compreensão afirmando que os grupos pampeanos possuíam um sistema econômico flexível que aproveitava os recursos em distintos meios, mesmo diante de mudanças sazonais. Como informa ele, nas vésperas da chegada dos espanhóis na região, no século XVI, os nativos se organizavam em pequenos grupos, se deslocavam a pé e acampavam junto a lagoas e cursos de água, seguindo itinerários pré-determinados pela distribuição de recursos, tanto alimentares, quanto de matérias primas. Na atividade de caça, Mandrini destaca o uso por parte dos grupos de arcos, flechas, lanças e das clássicas boleadeiras⁵⁹. A caça será fortemente impactada pela introdução do gado pelos europeus. Além de sua carne, especialmente dos cavalos, aproveitava-se dos animais suas crinas, e fibras. Mas os animais também serviam aos nativos com couros e pele para suas vestimentas e vivendas que eram chamadas de “toldos⁶⁰” pelos espanhóis. Eles eram feitos com o couro de animais e sustentados por varas de madeira, que eram fáceis de armar e desmontar. Além disso, os animais serviam para sustentar importantes circuitos econômicos com grupos transcordilheiranos. Por sua vez, a cerâmica já estava presente na Pampa há aproximadamente 3000 anos; no século XVI já havia se generalizado em toda a área. (MANDRINI, 2008, p.177).

Ademais, o autor destaca que numerosos bens confeccionados com matérias primas difíceis de obter e objetos com alto valor simbólico, circulavam de grupo em grupo, chegando até lugares muito distantes de sua origem (MANDRINI, 2008, p.178). As pesquisas arqueológicas de Berón (2017), na atual província de La Pampa, área central da Argentina, confirmam este aspecto. Enfeites como colares de turquesa, de caramujo e conchas da costa atlântica, foram confeccionadas com matérias-primas que não são encontradas em tal espaço. Ditos adornos, segundo Berón, são muito frequentes no nordeste da Argentina, mas também são encontrados com certa constância em algumas partes do centro do Chile e da Patagônia Norte. No que se refere às matérias-primas líticas, a autora destaca o uso da obsidiana⁶¹ que é proveniente das cordilheiras dos Andes (BERÓN, 2017). Os estudos de Zavala Cepeda, sobre

⁵⁹ O padre Lozano oferece uma descrição das boleadeiras: [...] ha sido peculiar o uso de las bolas, bien grandes, formadas de piedra mineral y pesadas, las que unen a unas cuerdas hechas de cuero de toro de unos diez pies de largo, y muy fuertemente tejidos en sus extremidades. Se valen con toda destreza de este género de armas [...] (LOZANO, 1740-1744, APUD: FURLONG, 1938, p.45)

⁶⁰ Sanchez Labrador caracteriza assim os toldos: “De las pieles de baguales fabrican también sus casas. Estas no son otra cosa, que unas grandes tiendas o toldos altos, cuadradas, y algo arqueadas en el medio. [...] SANCHEZ LABRADOR, 1776, APUD: FURLONG, 1938, p.49)

⁶¹ A obsidiana é uma pedra de origem vulcânica, suas cores podendo mudar do negro para o preto azulado, ou preto esverdeado, cinza, ou cinza esverdeado. Por ser vulcânica, considera-se que as pedras encontradas na Pampa são provenientes da Cordilheira dos Andes.

os araucanos da Cordilheira dos Andes, legitimam essa percepção: “un circuito de intercâmbios que relaciona, através de La Pampa y de los Andes, la costa atlántica con la costa pacífica; [...] pone en contacto a diversos grupos que se desplazan para intercambiar” (ZAVALA CEPEDA, 2011, p 20).

Esses caminhos de mobilidade que interligavam grupos de diferentes regiões, eram chamadas pelos espanhóis de “*rastrilladas*”. Berón (2017) destaca que esses locais funcionavam como conectores de espaços principais e secundários, entrelaçando lugares caracterizados como banhados, pastagens e locais de descanso. Para a autora, estas regiões serviam tanto como espaços de intercâmbio, quanto de conflitos. Nacuzzi e Lucaioli (2014) enfatizam que nessas áreas se experimentavam novas formas de comunicação com diferentes grupos, se resolviam conflitos, negociavam trocas e pactuaram ações comuns. De tal modo, no vocabulário indígena *mapuzundum*, linguagem utilizada pela maioria dos grupos da Pampa-Patagônia, aos finais do XVIII, o território é chamado de *wall-Mapu*. A expressão se refere a um espaço controlado politicamente de forma distendida, em que podem conviver diferentes parcialidades em uma região dinâmica e descontínua. Na cosmologia nativa o “mapu” (terra) tem duas dimensões: a material e a imaterial, sendo que esta última se refere à conotação intangível, que dá conta dos diferentes espaços, grupos e percepções de mundo.

Apesar disso, a mobilidade dos nativos da Pampa-Patagônia, sua estratégia de aproveitamento dos diferentes ecossistemas, a complementaridade social entre os diferentes grupos, foi traduzida pela colonização espanhola e mais tarde pela historiografia tradicional argentina⁶², de maneira segregatória e discriminatória⁶³. Nessa percepção, o nomadismo, em uma óptica evolucionista, é conceituado como uma etapa que deveria ser ultrapassada, na qual o sedentarismo e adoção de tecnologias “modernas” seriam um resultado histórico “natural”.⁶⁴

⁶² A historiografia tradicional apelou fortemente às fontes jesuíticas nas imagens que construiu sobre a mobilidade das populações nativas, e que aqueles haviam traduzido “inconstância”. Tais imagens são muito presentes, por exemplo, em uma carta em que José Cardiel discorre sobre as “dificuldades encontradas na conversão dos infieis e como vencê-las, em que ele se refere duas ‘espécies’ de índios: “unos de apie y labradores, ô chacareros como aquí se dice, q viven en casas y pueblos, con obediencia â sus caciques. Y otros de caballo, sin casas, ni Pueblo, ni sementeras, ni obediencia â sus caciques, vagos, y vagabundos toda su vida sin serlo fijo, y viviendo siempre de la caza, y del hurto”. Nos primeiros reconhece algum grau de racionalidade e capacidade de chegar a viverem uma “vida política”, o que não aconteceria entre os segundos. Ver: Cardiel, José, SJ [1747]. Dificultades que hay en la conversión de Mocovíes, Pampas y Serranos. Copia en Archivo General de la Nación, Biblioteca Nacional, Sala VII, Legajo 289, Manuscritos 4390/1 y 4390/2.

⁶³ Ver: BÓRMIDA, 1958; CASAMIQUELA, 1965

⁶⁴ Raul Mandrini critica a historiografia tradicional argentina que não considerava a complexidade das populações nativas da Pampa-Patagônia, ao mesmo tempo em que sugere que seja abandonada a ideia de nomadismo: “También debe ser abandonada la idea de nomadismo de los indígenas de las llanuras argentinas. La población india estaba asentada en parajes bien determinados donde la presencia de pastos, agua y leña hacía posible su supervivencia y algunos lugares - las tierras vecinas a las tierras del sur bonaerense, los valles del oriente de la actual provincia de La Pampa, el monte de Caldén y los valles cordilleranos – fueron centros de asentamientos de importantes núcleos estables de población. (2002, p.28 Grifos nossos). Neste aspecto percebemos uma certa

Leticia Katzer (2019) afirma que a lógica ocidental de governabilidade sempre buscou e busca produzir territórios ordenados, produtivos e rentáveis com circulação estritamente regulada e controlada. Nesta orientação, é possível compreender a concepção espanhola de *tierra adentro*, ou seja, terra selvagem a ser ocupada e os nativos como parte desse todo. “Desde este esquema el territorio nómade es clasificado como tierra improductiva, vacía, “nula” a ser colonizada” (KATZER, 2019, p.140)

Katzer pesquisa há mais de uma década as populações huarpes da atual região de Mendoza, na Argentina, como também seus antepassados. Seu trabalho introduz aspectos bastante sugestivos para pensar-se nos padrões de mobilidade das sociedades não sedentárias. Com efeito, ele permite ultrapassar a noção evolucionista ocidental geralmente aplicada ao “nomadismo”, conferindo ao conceito uma nova complexidade. Por meio de levantamento etnográfico e observação de campo, ela conceitua a organização territorial daqueles grupos nômades como sendo amplamente estruturada sobre a mobilidade. Estabelece, de fato, um mapa com “nodos de movilidad”, com zonas de pastoreio, de coleta e outras para fins religiosos, por exemplo.

A autora ressalta que no vocabulário nativo o nômade significa “campero”, sua mobilidade é chamada de “campear”, e essas “campeadas” se constituem em deslocamentos esporádicos para a população nativa adulta huarpe, associada com a atividade de campo, o cuidado de animais, a caça e a coleta. A “campeada” pode ser individual ou coletiva, o ato de “sair para campear” tem expressões múltiplas podendo envolver ir caçar, sair para seguir a trilha dos animais, além de testar e expor o potencial dos homens como “rastreadores” e “caçadores”. Durante estas “saídas”, mostra-se o que e quanto foi “capturado”. Assim, quanto aos posicionamentos sociais, elementos ligados à destreza dos cavalos e da caça são emblemas da agilidade como caçadores e rastreadores. A autora explica que para a “campeada”, eles utilizam das boleadeiras, alforjes, selas, cascos de tatu, peles de pumas, entre outros. Todos esses elementos são distinções da potencialidade dos homens em suas experiências como “rastreadores” e “caçadores” (KASPER, 2019, pp.136-137).

A “junta de animais” ou “pialada” é realizada no mês de abril. É uma atividade masculina efetivada coletivamente, em que se junta o gado para marcação. A pialada incide em enlaçar as patas traseiras ou dianteiras do animal em fuga; ao final da “pialada” se juntam os animais e se dividem entre todos. De fevereiro a março, se recolhe a alfarroba verde (fresca). Já o ciclo ritual religioso anual, do mesmo modo, envolve deslocamento temporário, uma vez

contradição em sua avaliação, pois igualmente a uma percepção evolucionista, Mandrini quer desassociar o estilo de vida nômade dos grupos pampeanos e afirma que eles possuíam núcleos estáveis de população.

que, as famílias mudam para habitações provisórias ou “ramadas” pela duração do ritual (três dias). As “ramadas” se organizam como reconfiguração atualizada das *tolderías*, sendo compostas por quatro troncos de alfarroba com um teto feito de juncos e ramos de jarilla⁶⁵. Cada família constrói seu ramo em cada um dos locais onde se realizam festivais religiosos. Katzer destaca que longe de ser reduzida a uma prática estritamente religiosa, ela está conectada a um recurso social local para reproduzir a prática nômade.

Para esta autora, o nomadismo também é uma forma de conhecer o mundo, uma forma de ativar a memória e de colocar esse conhecimento em circulação com as experiências e conhecimentos dos ancestrais. O rastro constitui a marca a partir do qual o nômade toma conhecimento do ambiente; a mobilidade enfrenta a imprevisibilidade do universo. Segundo a autora, é através da mobilidade que se pode conectar com o mundo do Outro. O nomadismo é espreitar e ver o que acontece, saber viver com o imprevisto, com a novidade. Nesse caso, até mesmo o repentino aparecimento de alguma figura de alteridade. Assim, o nomadismo em sua estrutura espera o advento do Outro.

[...] para los nómades circular, moverse, trasladarse constituye es signo de riqueza, bienestar, potenciación viviente, alegría, todo lo contrario a como lo simboliza y experimenta el sedentario, preocupado por el orden, el cálculo del interés, la medida. El espacio nómade es un espacio político, que abre el juego a la política rizomática, es decir, la política que articula agenciamientos múltiples, que expone e institucionaliza los flujos múltiples y móviles de la materialidad (KATZER, 2019, p.143-144).

O estudo de Katzer, da categorização do nomadismo, permite compreender a relação indígena com o território por meio de uma funcionalidade multifacetada. É importante ressaltar que compreendemos que ser nômade atualmente, como nos estudos de Katzer, não se iguala à condição dos grupos pampeano-patagônicos do período colonial, pois essa categoria possui diferenças sociais, locais e temporais. Da mesma maneira que as parcialidades indígenas e as culturas se transformam nos processos históricos, o nomadismo também; “El nomadismo es un modo de vida que se actualiza y reelabora en múltiples contextos y a través de múltiples formas” (KATZER, 2019, p. 143).

Outra análise que amplia a percepção de nomadismo, é de Gallois e Havt (1998), sobre os Zo’é, do atual noroeste do Estado do Pará, no Brasil. Segundo os autores, o território e os movimentos para este grupo nativo possuem uma compreensão ampla, seriam a definição do modo de vida. Território e mobilidade congregam as categorias ambientais de sua vivência,

⁶⁵ Planta nativa da Argentina que cresce em forma de arbusto.

indicam o esforço do grupo em conhecer o meio que ocupam. Nesse sentido, a oscilação dos movimentos e distribuição de concentração populacional que distinguem sua ocupação territorial, são “um princípio que rege a qualidade de vida do grupo, abrangendo desde as relações interpessoais entre famílias e entre grupos locais, até aquelas mantidas com os não-Zo’é” (GALLOIS, 2010, p.38)

[...] mostra-se claramente inadequado, para o caso dos Zo’é, a noção de “habitação permanente”, no sentido de uma vida sedentária ou centrada em aldeias. O grupo entremeia o período de cuidar das roças com deslocamentos para outras aldeias onde mantém roças, e com expedições para fins de caça, pesca e coleta. Inversamente, nos períodos que passam afastadas de suas roças, as famílias fixam-se em acampamentos a partir dos quais fazem suas expedições de caça. A agricultura e a roça demarcam o lugar dos Zo’é no mundo [...] (GALLOIS, 2010, p.39).

Por sua vez, Lídia Nacuzzi (2007) realizou uma investigação sobre os nômades tehuelches do Oitocentos. As conclusões da pesquisadora demonstram distintos locais de paradas das *tolderías* e uma ampla tradição nas configurações de uso dos espaços. Ela os classifica da seguinte forma:

- a) o acampamento base, durava vários meses e que, muitas vezes, era ocupado por mulheres, idosos e crianças, enquanto os homens saíam em grupos de caça ou comércio de duração variável;
- b) assentamentos em áreas de aquisições, em que abundava algum tipo de presas (como o guanaco) ou frutas que poderiam ser obtidas – essas áreas eram visitadas na temporada adequada, por quatro ou cinco dias consecutivos;
- c) as instalações de transição, que permaneceriam um dia ou uma noite, quando as transferências eram rápidas, por razões comerciais ou movimentos sazonais;
- d) múltiplos assentamentos amplos (no sentido de reunir os grupos étnicos identificados como diferentes ou, pelo menos, de responder a diferentes caciques) com lotes de unidades familiares que se reuniram na primavera ou no verão, por razões econômicas ou políticas de preferência em áreas de contato entre diferentes grupos.

Dessa maneira o que podemos compreender, por meio dos estudos de Katzer (2019), Gallois e Havt (1998) e Nacuzzi (2007) é que o significado da condição de “nômade”, vai além de uma forma de apropriação de recursos baseada fundamentalmente na caça e coleta. Podemos conjecturar que o nomadismo dos índios da Pampa-Patagônia era uma **praxe de existência**, um

padrão cultural e um modo de territorialidade que se configura em formas de residência, obtenção de recursos, sociabilidade e religiosidade.

Compreendemos por territorialidade indígena, as diferentes relações dos nativos com o território, diferente de áreas determinadas, de relações regularizadas, permanentes, produtivas, de administração controladas. João Pacheco de Oliveira (1996) adverte que “[...] não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas ao entrarem em contato com o homem branco” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1996, p.8).

A chegada dos espanhóis em território pampeano-patagônico trouxe diversas transformações para os grupos da região⁶⁶. Contudo, no que se refere ao território, a experiência colonial, através dos dispositivos de poder (BOCCARA, 1996) - *encomienda*, missões, fortes e fortins - buscou sedentarizar as populações nômades como uma estratégia de domínio e organização. Como já afirmamos, as missões jesuíticas não conseguiram manter os índios em estabelecimentos permanentes. Os jesuítas tiveram de “flexibilizar” a sedentarização, um dos motivos pelos quais as reduções foram malsucedidas aos olhos hispano-crioulos e descontinuadas definitivamente em 1753⁶⁷. Após está experiência frustrada, toma corpo uma nova política com a instalação de uma linha de fortes e fortins⁶⁸. Esses eventos acabam por configurar uma “paisagem mestiça” (ENRIQUE 2018) no período colonial tardio, que denota a mescla de expressões culturais de duas sociedades, o que ficará mais evidente ao longo da tese.

João Pacheco de Oliveira certifica que “a territorialização de uma sociedade indígena é algo que procede da compulsão de uma outra sociedade, dotada de mecanismos especializados de poder” (1996, p.99).

Situar os deslocamentos populacionais das sociedades indígenas (e seus segmentos) dentro de uma linha evolutiva é compreender muito pouco da sua dinâmica e da sua historicidade. Só a recuperação dos múltiplos eixos em que se movem e se concebem as culturas indígenas é que poderá permitir entender os movimentos migratórios como parte constitutiva destas sociedades. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1996, p.99).

⁶⁶ Abordaremos essa temática no próximo tópico e no capítulo III.

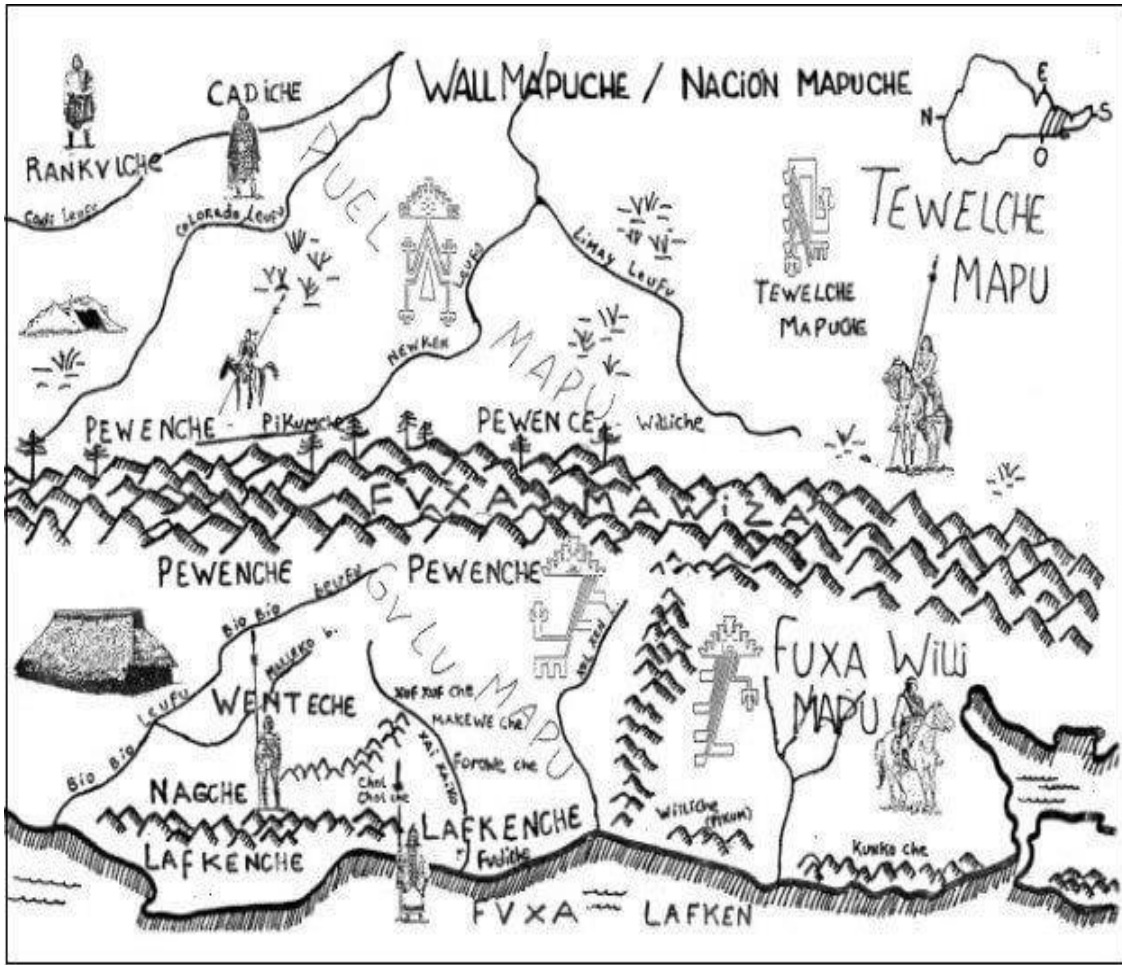
⁶⁷ Para um aprofundamento do tema das missões pampeanas ver: SILVA, Juliana Aparecida Camilo da. A fronteira negociada: índios e espanhóis nos confins meridionais do Império (Século XVIII). *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em História. Unisinos, 2016.

⁶⁸ Efetivamente já havia sido instalado o forte de Arrecifes em 1736, porém, esta ainda era uma fundação muito debilitada e não possuía os milicianos blandengues. A partir do abandono do projeto de pacificação pelo trabalho de catequese e redução, temos a fundação de novos fortes, como veremos adiante.

Sendo assim, podemos ratificar até o momento que a colonização tentou criar rótulos, grupos assentados em determinados territórios e organizados segundo pretensões exógenas. Posteriormente a historiografia argentina clássica se encarregou de referendar a mesma perspectiva. Todavia, como apontamos até aqui, fica evidente que as diferentes parcialidades nativas da região possuíam intensas relações com o território se movimentavam pelos distintos ecossistemas e agregavam um intrincado mosaico de recursos naturais que estavam disponíveis conforme o calendário estacional. Esses indígenas possuíam um histórico de contatos entre as diferentes parcialidades, muito antes da chegada do europeu, que variavam entre alianças e hostilidades, como veremos no decorrer do trabalho. Por isso, “a relação entre sociedade indígena e território não é simples, natural ou de origem” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1996, p.99).

Portanto, podemos compreender, segundo proposto por Katzer (2019), que o nomadismo tal qual uma estrutura social, contém em sua gênese a conexão com o “outro”, com o oposto e imprevisível. Dessa forma o *Wallmapu*, tal qual as parcialidades e suas respectivas culturas é indefinido, e acionado pelas populações de acordo com as circunstâncias.

Mapa 2 - O território nativo Wallmapu



Fonte: Marimán, P., Caniqueo, S., Millalén, J., Levil, R. ¡...Escucha, winka...! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro, Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2006.

2.4 A configuração social dos grupos nativos da Pampa.

Ao analisarmos nossas principais fontes para esse estudo, os documentos do Fundo “Comandancia de Frontera”, se evidencia a diversidade de nomes de líderes nativos das parcialidades pampeanas, e de seus enviados. Podemos destacar, entre eles, o cacique Toro, líder de uma parcialidade que, em um intervalo de três anos, entre 1788 e 1791, pudemos encontrar quinze registros relativos às fortificações bonaerenses.

Toro teve protagonismo em diferentes fortes fronteiriços em finais do século XVIII: Chascomús, Ranchos e Carmem dos Patagones⁶⁹, sendo responsável por uma intensa

⁶⁹ Efetivamente não analisaremos diretamente esse forte no trabalho. Nossas informações sobre ele nos chegam por meio do trabalho de Nacuzzi (1998) e de escritos de viajantes como: o “Diário de Reconocimiento de las

movimentação de diferentes bens na fronteira pampeana. Na documentação, ele aparece tanto com o rótulo de *pegüenche*, quanto de *auca*⁷⁰. Encontramos Toro nos registros do forte de Chascomús, em 15 de julho de 1788, quando o próprio cacique e mais seis índios da sua parcialidade, se dirigem à fortificação para obter permissão de ir até Buenos Aires a fim de encontrarem-se com o vice-rei, Nicolás Del Campo, marquês de Loreto, bem como para vender seus produtos.

Conduce el lenguaraz Juan Gregorio con dos blandengues una Partida de Indios de Nación Peguechus y Aucas, compuesta del cacique Toro y doze indios y cuatro chinas. Dho cacique dice que tiene que hablar con V. C y al mismo tiempo yan a comerciar. Enquanto a nobedades por lo que sea hablado con el expresado cacique dice no haber ninguna y que todo el campo se halla muy sosegado, aunque de tierra adentro han varado muchos indios de otras naciones pero estos vienen a comerciar con ellos [...]
(FERNÁNDEZ, Manuel. Comandância de Frontera, Forte de Chascomús, 15 de julho de 1788, AGN, Sala IX, 1-4-3)

Casos como o do comparecimento do próprio cacique no forte de Chascomús são infrequentes. Como mostraremos posteriormente em outras passagens da documentação, as lideranças, na maioria das vezes, não iam às fortificações, geralmente enviando parentes que possuíam o papel de os representar⁷¹ nos acordos com os hispano-crioulos. Esse grupo de pessoas nos fornece indício primordial para compreender a organização social das parcialidades, ou melhor dizendo a proeminência do papel dos caciques e as redes de parentesco.

Estudar as lideranças e o parentesco dos grupos pampeanos-patagônicos se torna uma tarefa árdua, pois contamos com pouquíssimas informações espalhadas nas fontes sobre tal questão. Para o período imediatamente anterior a este a que nos reportamos ao falarmos sobre o cacique Toro, nos relatos jesuíticos provenientes das missões austrais, podemos observar algumas características da organização dos grupos. É o caso da crônica de Sánchez Labrador em que encontramos:

guardias y fortines que guarnecen La línea de Buenos Aires” (1781), de Félix de Azara, contido na Coleção Pedro de Angelis; o “Diário de Pedro de García”, o “Diario de um viaje a las Salinas Grandes em los campos del sud de la Provincia de Buenos Aires (1786)” e o “Diario de una expedición a Salinas emprendida por orden del Marqués de Loreto, Virey de Buenos Aires, en 1786”, por D. Pablo Zizur.

⁷⁰ Lúcia Nacuzzi tem uma hipótese para essa dupla nomenclatura do Cacique como “auca e peguelches”, suspeitando que os funcionários coloniais podem rotular dessa forma pela aliança entre ambos os grupos na parcialidade do cacique. Outra possibilidade ela expressa da seguinte forma: “Pensamos que, desde la óptica de los hispano criollos, un motivo para que los designaran con ambos gentilicios pudo haber sido que usaban o entendían las lenguas de esos dos grupos étnicos”. Ver: NACUZZI, Lidia R. Los grupos étnicos y sus territorios en las fronteras del río Salado de Buenos Aires (SIGLO XVIII) *Población & Sociedad*, vol. 21, núm. 2, 2014, pp. 49-92. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3869/386939751003.pdf>. Acessado em: 29 de junho de 2020. Discutiremos essas categorias no capítulo III desta Tese.

⁷¹ Trataremos especificamente do papel dos “mediadores” no capítulo três.

Son los Pampas una junta de parcialidades de los indios que se reconocen en las tierras australes[...] cuando las Campañas y llanuras [..] mantenían tanto ganado [..] bajaban algunas **tolderías** [...] Los indios Pampas no son muchos⁷² y según lo que han averiguado los misioneros Jesuitas, los que pertenecen a Buenos Aires compondrán el **número de cuatrocientas familias de cinco personas cada familia**[...] Los Pehuenches o Serranos poseen las tierras que corren desde la Serranía del Volcán y Casuhati, hasta el río de los Sauces. Componen esta nación de bastante número de almas. Aumentose mucho con el tiempo y se vio obligada a **dividirse en varios cacicatos**. Entre estos el de más fama es el del cacique Bravo Cacapol, reconocido entre todos estos indios por su ferocidad y su valentía [...] La nación más numerosa es la de los Tehuelchus, que son los famosos Patagones, de quienes tantas fábulas se leen en los viajeros[...] Los Sanquelches, Peguenches, Vilimulches y Muluches en el fondo no componen sino **una nación dividida en esas parcialidades**[...] Todas estas parcialidades tienen su habitación hacia la gran Cordillera de Chile. (SANCHEZ LABRADOR [1772] 1936, pp. 29, 30) [grifos nossos]

Em outra passagem da produção jesuítica, está na obra do padre Cardiel encontramos:

“**La primera nación** que después de los Pampas de Buenos Aires se encuentra es la que en Buenos Aires llaman Serranos [...] **cuyo cacique principal es el cacique Bravo. Esta nación tiene cinco caciques**. Toda esta nación no pasa, según las más verídicas informaciones, de 100 a 120 hombres de tomar armas [...] Los dos caciques Serranos que habitan estas sierras tienen cosa de **30 familias**” (1956, pp. 151, 161) [grifos nossos]

Nestas informações percebemos que as parcialidades, chamadas pelo padre Cardiel de nações, habitavam as *tolderías* se dividindo em famílias, e que possuíam seus líderes principais e secundários, no esquema organizacional: “**parcialidade = tolderías/famílias/caciques**” Para intentarmos compreender a lógica da organização social pampeana, iremos utilizar como exemplo o caso da parcialidade liderada pelo cacique Toro.

Como mostramos acima, o próprio cacique esteve presente no forte de Chascomús, em 1788, e foi até Buenos Aires se encontrar com o vice-rei, trazendo de volta duas índias, que teriam sido provavelmente capturadas pelos hispano-crioulos: “Regresan en esta ocasión **El cacique Toro**, e Indios con que vajo a esta capital a exponer sus efectos: **van regalados y llevan las chinas Mariana, y Casilda** que tenia pedido anteriormente”⁷³

⁷² Relacionando a baixa demografia dos Pampas às guerras e conflitos motivados pelo consumo de álcool, Sanchez-Labrador não deixa de reconhecer os efeitos da varíola advindos do contato com os espanhóis. Diz ele: “Juntarse con eso otra ocasión [de su construcción], debida también a su comunicación frecuente con los españoles: Pegóseles muy pronto la viruela tan común a los de Europa, y sumamente fatal en estas tierras bárbaras, donde consomme muchos millares de indios. Diezmados por estos males, se redujeron, al fin, a un número tan insignificante, que consiste ahora solo de tres parcialidades no muy numerosas”. LOZANO, [1928] 1735 – 1743, p. 580.

⁷³ Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 22 de julio de 1788, AGN, Sala IX, 1-4-3

Anteriormente a presença do cacique no forte, em março do mesmo ano, uma índia chamada Catalina⁷⁴, em Chascomús, oferecera aos militares notícias de Toro e também de seu aliado Lorenzo, atestando que **“que están todos los caciques, muy contentos, com las pazes, y en particular, los caciques Toro y Lorenzo, que continuamente están encargando, la buena armonía, con los cristianos**⁷⁵. Efetivamente, o primeiro a aspecto a evidenciar é a eficiência do líder nativo como negociador com os hispano-crioulos, uma vez que essa característica se torna essencial com a chegada da sociedade colonial⁷⁶. A antropóloga Martha Bechis (1984, 2003,2008) estudando a constituição do que ela denomina de *cacicados* da área pan-araucana no século XIX, destaca suas funções de processadores de informação e negociadores: “Cuanta más información se necesitará para llevar a cabo las actividades de la parcialidad, mayor la necesidad de un líder” (2008, pp. 291-292). Para Bechis, o líder era construtor e manipulador de opiniões: “lo importante es que o líder no podía obrar por cuenta propia o dar órdenes legislativas. Debía conbencer” (2008, p. 290).

O já referido padre Falkner evidenciou algumas dessas características das lideranças indígenas pampeanas: “[...] los caciques, empero, **no pueden sacar impuestos ni cosa alguna a sus vasallos, ni los pueden obligar a que les sirvan sin paga**; por lo contrario, tienen obligación de tratarlos bien y con suavidad [...]”, e o religioso continua dizendo que os nativos possuem o direito de entrar e sair dos grupos caso não apreciem a atuação de seu líder “porque si **no van a buscar la protección de algún otro cacique**[...]”. Em outra passagem: “[...]el cacique tiene **el derecho de proteger a cuantos se acogen a él y de reconciliar u obligar** a que se callen a los que no pueden avenirse como también de aplicar la pena de muerte [...]”. Adiante, segue dizendo que: **“Obedientes a sus órdenes los indios acampan, levantan el real, o caminan de un lugar a otro para establecerse, cazar o hacer la guerra.** Con frecuencias los llama a sus toldos **y les larga un discurso sobre lo que conviene hacer** [...]” (Falkner; [1774] 1836; pp.51-52) [grifos nossos].

Se dermos créditos às palavras do religioso, podemos acentuar que as lideranças pampeanos-patagônicas têm a função de zelar por todos que estão sob sua responsabilidade, que seus liderados possuem a liberdade de escolha de seus líderes, que os caciques coordenam a mobilidade pelo território e usam da oratória como metodologia política. De tal modo, podemos indicar que os caciques pampeanos possuíam o posto de **orientadores e organizadores do grupo**, ou melhor dizendo, são aqueles que planejam e estruturam as ações.

⁷⁴ Voltaremos a esta personagem no último capítulo.

⁷⁵ Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 9 de octubre de 1757, AGN, Sala IX, 1-4-3

⁷⁶ Em nossa dissertação de mestrado já percebemos esta mesma característica na liderança do Cacique Bravo, ou Nicolás Cangapol. Para saber mais ver: Silva (2016).

Diferentemente do que ocorre em um poder mandatário, a força estava com o grupo e não sobre ele⁷⁷.

O cacique Toro desempenhava essa função. Ele se fez presente nas fortificações fronteiriças com frequência, foi presencialmente negociar com o vice-rei a recuperação das cativas indígenas e mostrou-se eficiente nestes casos. Em outra ocasião, segundo o diário de Pablo Zizur, enviado em 1781 pela coroa espanhola para reconhecer os territórios controlados por grupos indígenas além da linha dos fortes, o cacique Toro surge como um conselheiro para os outros caciques “[...] En estos toldos se halla otro a quien dan el nombre de cacique es hombre de mayor edad, y de quien **parece se aconsejan en todos sus asuntos; se llama el cacique Toro.** [...]” . O explorador afirma, ainda, que Toro era um orientador para cacique Lorenzo ou Calpishquis/Callfilqui “[...] y observando que el **cacique Lorenzo tenía varias conversaciones con el cacique Toro** [...] en secreto, y según algunas palabras que el lenguaraz pudo oír se dirigían las conversaciones, a desconfianza que tenía de nuestra venida y **aconsejando a Lorenzo que no fuese a Buenos Ayres.**” (ZIZUR, [1781] 1973, p 104) [grifos nossos]

Lidia Nacuzzi (2014) ao analisar o forte de Carmem dos Patagones no final do Oitocentos, aponta a conexão do cacique Toro com Lorenzo, o mesmo que assinalamos acima pela intérprete índia Catalina, no forte de Chascomús. Segundo a autora, o cacique Toro teria manifestado sua opinião no tratado de paz firmado entre os hispano-crioulos e o cacique Lorenzo em 1790⁷⁸. Nacuzzi também destaca os principais aspectos das lideranças pampeanas afirmando que “actuaban intermediando en negociaciones privadas (hacia el interior de sus grupos) o públicas (en relación a los contactos con otros grupos étnicos indígenas o españoles), convencían, explicaban, mediaban, desplegando su carisma y elocuencia” (NACUZZI, 2011, p.35)

Na configuração dos grupos pampeanos, as redes de parentesco eram essenciais para sua organização. Nos intensos movimentos no forte de Chascomús, podemos compreender a importância do parentesco “[...] una partida de índios de la nacion peguelchus y se **compone del hijo del cacique Negro cinco índios y dos chinas**”⁷⁹, em outra carta “[...] Del falecimiento del cacique **Antequem de las prendas que ha definido para su Hermano menor** y como no podemos fundar seguridad de **que muger y otro Hermano que ha despachado**”⁸⁰ e a rede

⁷⁷ Em nossa dissertação de mestrado já percebemos está mesma característica na liderança do Cacique Bravo, ou Nicolás Cangapol. Para saber mais ver: Silva (2016).

⁷⁸ Analisaremos a ação de Lorenzo e o referido tratado de paz, no próximo capítulo.

⁷⁹ Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, diversas cartas entre 1788/1790, AGN, Sala IX, 1-4-3 [grifos nossos]

⁸⁰ Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, diversas cartas entre 1788/1790, AGN, Sala IX, 1-4-3 [grifos nossos]

parental segue na correspondência “El que viene haciendo cabeza de dicha partida, **en El índio llamado Lorenzo, El Chico, hermano de El cacique Lorenzo**”⁸¹. Além dessas: “conducem a la disposicion a V. C. **la mujer, y una hija Del cacique Guaiguilepe** de nación auca.”⁸². No caso do cacique Toro, apesar de não constar na documentação o tipo de conexão de seus representantes que compareceram no forte, podemos conjecturar que faziam parte da sua rede parental, assim como nos casos que demonstramos acima: “El **índio lhamado Manuel** com otros três índios **mas bienen de chasque por el cacique Toro**”⁸³, além disso “Indios de la nacion Auca s y Peguelche compuesta de viente Indios y onze chinas, dtos índios bienen **conduzidos por um Indio llamado Chalupa vienen a bender sus efectos son dos Toldos del cacique Toro**”⁸⁴. Já no forte de Ranchos “**ocho índios y una china del cacique Toro** [...] han bajado con el fin de de bender sus efectos”⁸⁵

Como vimos em Chascomús e Ranchos, a rede parental se constituía de laços consanguíneos, envolvendo filhos, filhas, esposas, irmãos, bem como daqueles que com quem possuem vínculos de confiança mútuos. Autores como Martha Bechis, Álvaro Bello, Segundo Quintriqueo, Daniel Quilaqueo, entre outros, assinalam o parentesco como base estruturante dos cacicados pampeanos. Bello (2011), ao analisar a organização social dos araucanos do século XIX, afirma que tal sociedade era baseada no parentesco e nas trocas econômicas, que serviam de mediação e relacionamento entre grupos diferentes; “las relaciones de parentesco son la base de todo el esquema de relaciones” (BELLO, 2011, p.40). Ainda segundo o autor, no âmbito dos câmbios mútuos, o parentesco atuava como uma forma de cooperação econômica e promoção da paz. É através dessas redes de parentes que circulam bens, conhecimentos e relações sociais, dessa maneira, o intercâmbio de bens se realiza em dois níveis, o de bens mercantis e o de bens simbólicos. (BELLO, 2011, p.42).

Para Segundo Quintriqueo e Daniel Quilaqueo (2006), que trabalham com os mapuches do período contemporâneo, as relações de parentesco constituem um saber para a formação da pessoa mapuche. Para os autores, as relações parentais compreendem um conjunto de conhecimentos que determinam a vida social: a organização da família – comunidade, o trabalho, o acesso a recursos, o estabelecimento de alianças, bem como a memória coletiva. De

⁸¹Comandancia de Frontera,Forte de Chascomús,diversas cartas entre 1788/1790, AGN, Sala IX, 1-4-3 [grifos nossos]

⁸²Comandancia de Frontera,Forte de Chascomús, diversas cartas entre 1788/1790, AGN, Sala IX, 1-4-3 [grifos nossos]

⁸³Comandancia de Frontera,Forte de Chascomús,diversas cartas entre 1788/1790, AGN, Sala IX, 1-4-3 [grifos nossos]

⁸⁴Comandancia de Frontera,Forte de Chascomús, diversas cartas entre 1788/1790, AGN, Sala IX, 1-4-3[grifos nossos]

⁸⁵Comandancia de Frontera,Forte de Ranchos, 18 de junho de 1790, AGN, Sala IX, 1-5-1 [grifos nossos].

acordo com Martha Bechis, “los parientes en sociedades sin estado, como la araucana, los procesos y estructuras de parentesco proveen el armazón básico para la formación y el mantenimiento de la organización política” (2008,p.25). Por sua parte, Marshall Sahlins (2013), enfatiza que em diferentes culturas, períodos e conjunturas sociais, os parentes fazem parte do cerne da existência dos outros, eles dividem, como denominado por Sahlins, uma “mutualidade do ser” e de fato são partes uns dos outros.

A movimentação de caciques e seus parentes nos fortes fronteiriços, como no caso de Toro, aos finais do século XVIII, faz parte de um contexto em que espanhóis e indígenas mantinham diferentes tipos de relacionamento, que variavam entre negociações a ataques e hostilidades. Efetivamente, foi em meados dessa centúria, que as relações relativamente pacíficas entre os dois mundos começaram a mudar. Como veremos ao longo do trabalho, a demanda por gado, por bens de origem europeia, a avançada espanhola em território indígena, a intensificação dos contatos com os índios da Cordilheira e a migração dos mesmos para território pampeano, gerou diferentes impactos nas parcialidades. Nessas circunstâncias, líderes como Toro ganhavam proeminência, justamente pela capacidade de mediação e orientação, não somente com os hispano-crioulos como também entre parcialidades, uma vez que, os produtos de origem europeia haviam ganhado espaço efetivo nos grupos nativos.

É necessário destacar que com a chegada dos espanhóis em território pampeano, séculos antes da atuação do cacique Toro, ao longo do XVI, tanto o ecossistema, quanto os grupos indígenas passaram por intensas transformações. Como vimos, segundo informa o registro arqueológico, as diferentes parcialidades já possuíam intensas relações e rotas de intercâmbio de produtos, que conectavam as diferentes áreas do território pan-araucano. Antes da chegada espanhola, o guanaco, o cervo e a ema eram os maiores animais disponíveis para a caça, e as espécies vegetais acessíveis, como a alfarroba, eram aproveitadas para alimento e matéria prima. Junto com os espanhóis se instalaram na região pampeana novas espécies de flora e fauna, muitas delas foram acionadas pelos grupos indígenas como recursos econômicos, sociais e culturais, como os gados equino, bovino e ovino que se reproduziram em grande escala nas planícies pampeanas patagônicas, originando as manadas *cimarronas* ou selvagens.

Mandrini (2012) destaca que na primeira etapa da colonização espanhola, Buenos Aires foi convertida em um porto para o tráfico lícito e ilícito, entre o Oceano Atlântico e o Altiplano andino. Este último era, no período, o verdadeiro centro do Império espanhol nas Américas. Assim, o porto bonaerense se constituía no ponto terminal do caminho de Potosí. “Durante más de un siglo, Buenos Aires vivió de espaldas a las pampas, mirando a Potosí, a Asunción y al

Atlântico” (MANDRINI, 2012, p.196). Desse modo, o crescimento da cidade-porto estava vinculado a este comércio. Nesta perspectiva, a ocupação e exploração do território se deu de maneira lenta e, por isso, as relações entre indígenas e hispano-crioulos, foram na maioria das vezes pacíficas até que a ocupação colonial passou a avançar para estas regiões.

O cavalo foi uma das primeiras incorporações de origem europeia à vida indígena pampeana. De acordo com Mandrini (2012), sua presença na região datava da década de 1540. Enquanto a colonização prosseguia vagarosamente, os nativos adotaram-no em sua vida cotidiana e, mais tarde, ocorreu o mesmo com os bovinos e os ovinos. Para o autor, os equinos ampliaram as possibilidades de movimento, possibilitaram o transporte de cargas, modificaram as formas de se obter o alimento, permitindo a realização de grandes caçadas (as “boleadas”). As boleadeiras e a lança larga, com mais de quatro metros, substituíram o arco e flecha, difícil de utilizar em cima de um cavalo a galope. A dieta se fez rica e variada, pois os cavalos, especialmente as éguas, se converteram no alimento preferencial indígena. Seu aproveitamento era total, além da carne e sangue, se utilizavam do couro como matéria prima fundamental para utensílios, bem como as cerdas, crinas, os nervos e os ossos. Além do gado, se incorporaram as farinhas, obtidas dos cereais europeus, os instrumentos de ferro, os licores, aguardentes, açúcar, adornos, vestuário e também a erva mate proveniente das missões jesuíticas do Paraguai

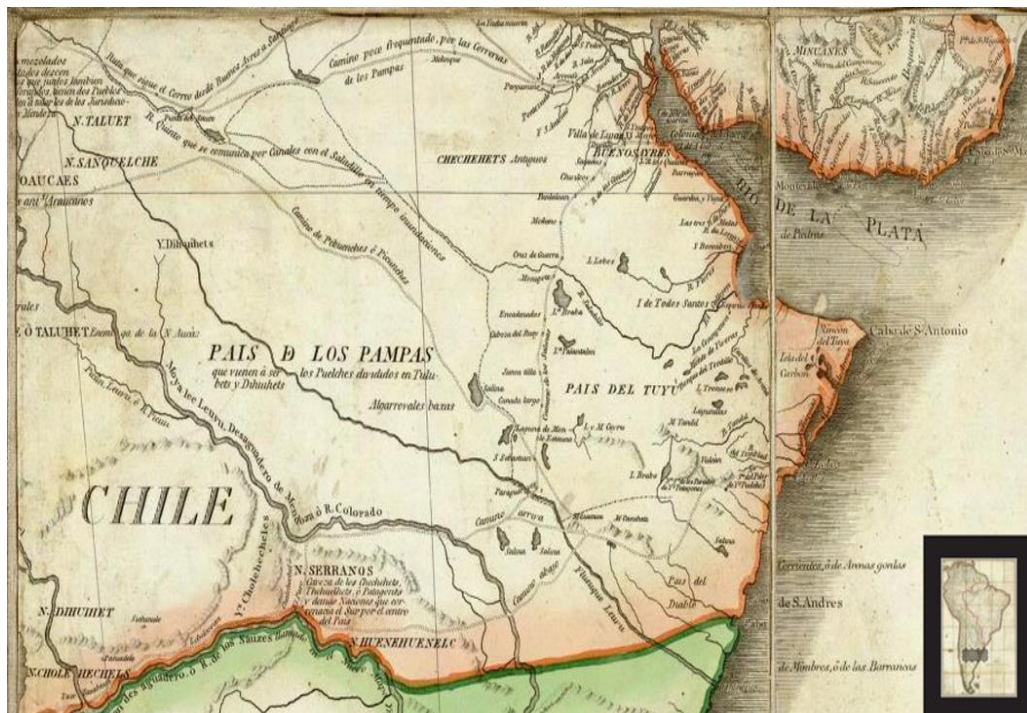
Neste cenário, líderes como Toro controlavam as rotas de intercâmbio de bens, ou as rastrilhadas, sendo que o domínio desses caminhos também gerava conflitos entre parcialidades. É importante lembrar, como apontamos anteriormente, que esse domínio é diferente de propriedade, pois o território dos nativos da área pan-araucana apresenta ocupações, utilizações e alcances difusos. As atuações de Toro entre Chascomús, Ranchos e Carmem dos Patagones nos dão alguns indícios do domínio das rastrilhadas entre esses territórios.

Raul Mandrini (2012) afirma que muitos dos produtos estimados pelas populações nativas eram impossíveis de conseguir ou fabricar em território indígena, e só se obtinham por meio do intercâmbio com os cristãos. Para aqueles grupos distantes da fronteira, isso ocorria somente através de trocas com outras parcialidades. O autor salienta que essa demanda ampliou a rede de circulação que vinculava distintas regiões mesmo antes da chegada europeia. Segundo Mandrini, existiam diferentes rotas, as mais frequentes eram a “rastrilhada dos chilenos” conexão que cursava o Rio Colorado e o rio Neuquén, e também o caminho do “Rio Negro e Colorado, Salinas Grandes e Serras de Tandil e Ventana”. Ademais, uma zona destacada pelos padres jesuítas das missões austrais, Tuyu, era local em que diferentes grupos se juntavam para caçar o gado cavalari selvagem que se reproduzia no lugar. No mapa abaixo, reproduzimos os

caminhos percorridos por Toro de acordo com os registros de Chascomús e, também, a região de Tuyu, referida pelos padres jesuítas. Podemos perceber que Toro possuía influência em um território muito alargado.

Las hileras de arena arriba dichas llegan três leguas del Cabo de Lobos, teniendo al poniente pantanos bajos de dos o más leñas de ancho, que se extienden toda la costa antes de llegar a la tierra más alta del Tuyu, no lejos de dos bosques del Tordillo. En este país hay muchas colinas pequeñas, que se extienden del levante a poniente, distantes unas de otras tres leguas. [...] este país, en ciertos tiempos del año, abunda de un número increíble de caballos silvestre, y por esto se juntan para hacer sus provisiones los Tehuelches, y algunos de las tribus de los Puelches, Goilliches y Moluches. Hacen sus pequeñas casas movedizas, sobre las referidas colinas, y van todos los días a la caza, hasta tener suficiente provisión para volverse sus tierras respectivas. (FALKNER [1774]1836, p.19)

Mapa 3 - Região de Tuyu



Fonte: Fragmento do “Mapa Geográfico de América Meridional”. Cruz Cano y Olmedilla, Juan de la, d. 1790; Faden, William, 1799. Disponível em: <http://www.davidrumsey.com/maps5794.html>. Acessado: 15 de outubro de 2020.

Em vista disso, autores como Raul Mandrini (1987, 2000, 2014) e Palermo (1991) caracterizam essas mudanças, isto é, a relevância do comércio tanto entre parcialidades, quanto entre os nativos e os hispano-crioulos e a importância dos caciques, como uma característica da transformação dos grupos nômades caçadores e coletores pampeanos para chefaturas, seguindo a definição antropológica de Elman Service (1979) e Robert Carneiro (1981). Mandrini afirma:

“[...] los grandes cacicados del siglo XIX, verdaderas jefaturas, poco tenían en común con las bandas de cazadores-recolectores que encontraron los europeos” (2000, p. 252). Nessa teoria antropológica, o modelo de desenvolvimento social humano é estabelecido por meio da evolução cultural⁸⁶, que compreende em uma chefatura como forma de organização social mais complexa do que uma “tribo” ou “banda”⁸⁷, e inferior a um Estado ou civilização.

Um modelo geral sobre as sociedades indígenas da América do Sul foi proposto por Julian Steward no *Handbook of South American Indians* (HSAI), publicado entre 1946 e 1950. De acordo com este esquema, as formações sociopolíticas sul-americanas podiam ser definidas em quatro grandes tipos, apresentados em uma hierarquia estabelecida em função da sua complexidade. “Essa tipologia fundava-se em uma associação estreita entre ecologia, modo de produção e organização sociopolítica, e possuía uma correspondência geográfica” (FAUSTO, 2005, p. 11). No estágio superior estavam as sociedades dos Andes Centrais e da costa do Pacífico que apresentavam “populações densas, sistemas intensivos de produção agrícola, criação extensiva de animais, aparelho estatal sofisticado, estratificação social, especialização e desenvolvimento de técnicas como a metalurgia” (FAUSTO, 2005, p. 12). No pólo oposto encontravam-se os povos “marginais”, “conjunto heterogêneo de sociedades definidas por possuírem uma tecnologia rudimentar, retirando seu sustento em ambientes inóspitos por meio da caça e da coleta” (FAUSTO, 2005, p. 12). Entre um e outro encontravam-se dois outros tipos de formação social: os posteriormente chamados de “cacicados” caracterizados pelo desenvolvimento incipiente de centralização político-religiosa, estratificação em classes e intensificação econômica. Abaixo dele, as tribos da floresta tropical seriam aquelas de horticultores que viviam em aldeias permanentes, mas sem instituições propriamente políticas.

⁸⁶ O evolucionismo clássico tem como principais expoentes os antropólogos Lewis Henry Morgan (1818-1881), Edward Burnett Tylor (1832-1917) e James George Frazer (1854-1941), em meados do século XIX e primórdios do século XX. A percepção básica desta fase clássica seria que em qualquer parte do globo terrestre, a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos e obrigatórios, em um sentido progressivo. Desse modo, todos os humanos deveriam passar por certos estágios, do mais simplificado ao mais complexo. Castro aponta: “No trabalho de reconstituição do processo geral da evolução cultural do homem, a antropologia evolucionista não demonstrava grande preocupação com aspectos mais específicos de povos particulares, nem com a exigência de alta confiabilidade nos relatos etnográficos. [...] A imagem do antropólogo trabalhando sentado em sua biblioteca era plenamente justificada na tradição da antropologia evolucionista. [...] os "selvagens" ou "tradicionais" existentes no mundo contemporâneo eram vistos como uma espécie de "museu vivo" da história humana — representantes de etapas anteriores da trajetória universal do homem rumo à condição dos povos mais "avançados"; como exemplos vivos daquilo "que já fomos um dia". (CASTRO, 2005, pp. 6-8). Após esse período inicial, em finais do século XX, muitos antropólogos seguiam a linha evolucionista, porém remodelada. Podemos destacar aí, Leslie White (1900-1975), Julian Steward (1902-1972) e, no Brasil, Darcy Ribeiro (1922-1997).

⁸⁷ As noções de tribo e banda se referiam a “sociedades primitivas”, sem história. Assim a tribo ou banda, eram consideradas isoladamente como unidades discretas, característica do mundo não ocidental. Para uma discussão mais apurada sobre o tema ver: BARTH, Fredrik; POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1998.

Organizadas pelo parentesco, sem poder político ou religioso destacados, seriam marcadas por forte igualitarismo” (FAUSTO, 2005, p. 12).

Os chefes são neste caso, qualificados por atributos fixos e formas institucionalizadas de liderança política, em que a tomada de decisão é centralizada em sua figura e está em relação com uma dada hierarquia social. Também no esquema de desenvolvimento sócio-político formulado por Elman Service ([1962] 1984) as chefaturas são descritas como estágios intermediários entre tribos e estados. Cruzando informações da arqueologia e da etnologia com a análise material das diferentes sociedades em relação aos seus ambientes, o antropólogo apresentou uma tipologia das organizações sociais que correspondiam a diferentes estratégias de adaptação econômica ao ambiente. Para Service (1962), é a partir da relação entre aumento da demografia e diminuição do espaço para exploração de recursos, que as sociedades se organizavam em bandos, tribos, chefaturas ou estados. Ou seja, ele argumentava que em uma perspectiva macro as sociedades humanas responderam por meio de uma complexificação política às pressões demográficas e ao devir histórico.

Outra característica das chefaturas é uma desigualdade social generalizada. Para Robert L. Carneiro, uma chefatura consiste em uma: "unidade política autônoma que compreende uma série de aldeias ou comunidades sob o controle permanente de um chefe supremo" (CARNEIRO, 1981, p 45).

Por sua vez, pesquisadoras como Nacuzzi e Martha Bechis discordam desse posicionamento⁸⁸. Elas compreendem as parcialidades pampeanas como sociedades segmentárias, um sistema formado por “[...] repetición de unidades casi iguales, autosuficientes en el aspecto político” (BECHIS, 2008, p. 276). Martha Bechis (2008) caracteriza por estrutura política segmentar, a configuração política formada por unidades ou segmentos autossuficientes menores. Cada um desses segmentos era governado por líderes carismáticos que, em muitos dos casos, pertenciam a prestigiosas famílias indígenas cujos membros geralmente - embora não necessariamente - seguiam um ao outro no desempenho da liderança. Embora a grande

⁸⁸ Para um aprofundamento nestes debates ver: BECHIS, Martha. “Los lideratos políticos en el área araucano-pampeana en el siglo XIX: ¿autoridad o poder?”, *I Congreso Internacional de Etnohistoria*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 1989; MANDRINI, Raul. “El viaje de la fragata San Antonio, en 1745-1746. Reflexiones sobre los procesos políticos, operados entre los indígenas pampeano-patagónicos”, *Revista Española de Antropología Americana*, núm. 30, 2000, pp. 235-263, MANDRINI, Raul. “Pedir con Vuelta ¿Reciprocidad Diferida o Mecanismo de Poder?,” *Antropológicas*, vol. 1, 1992, pp. 59-69; JONG, Ingrid de. “Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional”, *Quinto Sol*, núm. 13, 2009, pp. 11-45; JONG, Indrid y RATTO, Silvia. “Redes políticas en el área Arauco Pampeana: la confederación indígena de Calfucurá (1830-1870), *Intersecciones en Antropología*, núm. 9, 2008, pp. 17-37, MANDRINI, Raúl y PAZ, Carlos (comps.), *Las fronteras hispano criollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII y XIX*. Neuquén, Instituto de Estudios Histórico Sociales, CEHIR, UN del Sur, 2003, pp. 123-172.

maioria dos chefes fossem homens, também existiam chefes mulheres. Essas unidades independentes também podem se unir ou se fundir em uma confederação liderada pelo governante de um deles, sendo que geralmente essas fusões duraram pouco tempo.

Além disso, Lúcia Nacuzzi (2008) propõe o oposto das conclusões de Mandrini (1987/2000/2014) e Palermo (1991). Para ela, a chegada europeia não transformou os grupos indígenas em agrupações evoluídas e complexas, mas sim, acarretou uma simplificação de suas estruturas sociais. Pois, segundo a autora, apesar do contato resultar em amplas modificações materiais e simbólicas, as lideranças que, até meados do século XVIII, eram duais, no final do século estavam centralizadas em uma só pessoa: “Propongo invertir los términos, considerando que estaban complejamente organizadas social y políticamente, y que los efectos del contacto con los europeos y la sociedad hispano-criolla fueron en realidad una «simplificación» de prácticas” (NACUZZI, 2008, p. 77).

Isto posto, como apontamos anteriormente, os grupos nativos da área pan-araucana, se configuravam por meio de parcialidades, grupos políticos independentes que se coligavam e dividiam de acordo com seus objetivos e circunstâncias. Assim, podemos pressupor que aos finais do Oitocentos, caciques como Toro, possuíam a atribuição de interceder e nortear relações, ao contrário de exigir ou comandar. Ademais, por meio de sua rede parental, as parcialidades se articulavam politicamente com diferentes grupos e disputavam os domínios das rastrilhadas. Fica evidente na análise das fontes, que a concepção de chefatura não se aplica para os casos estudados. Igualmente, dissentimos de qualquer percepção que pretende adequar suas análises dentro de uma “caixa teórica”. Nesta percepção, voltamos às apreciações de Antony Giddens (1977) que critica análises que pretendem ossificar a compreensão do mundo social em um molde determinista, ou em uma “grande teoria”.

Para mais, mesmo com os efêmeros movimentos do cacique Toro registrados nos documentos do forte de Chascomús, nosso desígnio foi evidenciar suas ações naquele contexto específico, para demonstrar aspectos mais abrangentes como a organização social dos grupos pampeanos, no período colonial tardio. De tal modo, utilizamos a sugestão metodológica de Ginzburg e Poni (1989), ou melhor dizendo, empregamos o nome como sinal de reconhecimento individual que permite estabelecer uma nova modalidade de história social, atenta aos indivíduos surpreendidos em suas relações com outros indivíduos. Portanto, o objetivo geral deste capítulo foi apresentar os grupos nativos da área pan-araucana por meio dos vestígios presentes nas nossas fontes, embasados em um arcabouço teórico interdisciplinar.

*É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos
se não saímos de nós.*

José Saramago

3 A fronteira bonaerense.

Neste capítulo compreendemos os diferentes significados do conceito de fronteira. Primeiramente, abordaremos o que ela representava para a sociedade hispano-crioula. Devemos lembrar que a Pampa-Patagônia era habitada por diferentes grupos nativos que viviam de maneira independente, ou seja, fora da jurisdição da Coroa espanhola. Contudo, até o início do século XVIII, as relações na fronteira bonaerense entre os nativos e os colonos espanhóis, estabelecidos no *hinterland* de Buenos Aires, haviam sido relativamente poucas e não muito conflituosas, a não ser em momentos isolados. Talvez, também por isto, não contamos com muitas informações sobre elas antes deste período. É a partir de meados do XVIII que as fontes se tornam mais abundantes, e é neste momento que a região conhece fortes transformações. (SILVA, 2016). De um lado, o mundo indígena passava por intensas mudanças, por outro, Buenos Aires crescia e se tornava um pólo mercantil de produtos pecuários. Ademais as reformas borbônicas iniciavam uma série de reformulações que visavam assegurar as fronteiras e tornar a colônia moderna, organizada e rentável.

Assim, analisaremos como tais reformas se inseriram neste microcosmo do Império espanhol, para entender o que elas significavam para os diferentes sujeitos habitantes daquele espaço. Para isso, recapitularemos alguns episódios referentes às missões austrais, primeira tentativa de pacificação da fronteira. Logo conheceremos a conjuntura da inserção dos fortes e fortins naquele cenário e identificaremos quem foram os blandengues e quais eram as condições de vivência nas fortificações.

Ademais, discutiremos o conceito de fronteira, suas diferentes utilizações nas Ciências Humanas e Sociais, bem como as mudanças que a conceituação sofreu ao longo da última centúria.

3.1 A fronteira: velhos problemas, novos olhares.

O que é uma fronteira? Se pensarmos apenas pelo sentido etimológico, atualmente, o termo significa a demarcação extrema de uma terra, uma área ou ainda uma região, uma divisão, ela seria a parte que limita um espaço, que confina com outro. Nesta acepção, seu emprego é, na maioria das vezes, interligado a processos políticos e militares, conexo à noção de Estado.

Entretanto, presentemente a fronteira como um conceito é utilizada de formas variáveis, sua abordagem ultrapassa a noção de espaço físico, sendo também simbólico ideológico e imaginário, por isso, sua análise compreende diferentes disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. Para transgredirmos sua percepção comum de divisa, se faz necessário compreendermos suas principais significações, bem como algumas modificações no seu sentido histórico e sua aplicação no caso estudado, a fronteira pampeana bonaerense.

Ortelli (2014) indica que na Idade Moderna, para o Império espanhol, as fronteiras eram territórios não dominados e pouco conhecidos. Segundo a autora, nos primórdios da colonização, as crônicas apresentavam estes espaços como distintos e, ao mesmo tempo, antagônicos, tanto pelos atributos físicos quanto pelo modo de vida das sociedades que os habitavam. Ainda de acordo com ela, ao passar do tempo, esses locais ficaram definidos com fronteiras de guerra, que faziam limite com extensos e hostis “desertos” que eram habitados por “índios de guerra”.

Ortelli (2014) aponta que essa percepção de fronteira, manifesta suas origens na visão de *limes imperii*, denominação de área periférica da região propriamente romana. O *Limes imperii* demarcava a divisão dos povos bárbaros e cujo desígnio não era exclusivamente estabelecer ou marcar diferenças entre sociedades, mas também abalizar um interesse militar e aduaneiro. Neste sentido, a fronteira não era somente um limite, mas também um espaço estratégico que delimitava o domínio romano e servia de eixo para conquistas futuras.

Contudo, Zusman (2001), assinala que o período medieval e o respectivo processo de avanço dos reinos cristãos sobre os muçulmanos, na Península Ibérica, conduzem a uma compreensão que se aproxima mais daquela que encontraremos na Idade Moderna. Para a autora, as fronteiras entre o mundo cristão e o muçulmano, eram lugares de encontro e desacordo. Ela demonstra este último aspecto, por meio do exemplo de que cristãos e muçulmanos, entre os anos 1350 e 1460, experimentaram vinte e cinco anos de guerra “oficial” e oitenta e cinco anos de paz, com a assinatura de tratados. Nestas condições, uniões entre sultões e reis cristãos eram correntes, sendo que os acordos assinados variavam: envolviam troca de prisioneiros, comércio e resolução de problemas de fronteira.

Zusman (2001) destaca que negociações orais também eram comuns, para deixar pastar o gado dos cristãos nos territórios sob domínio muçulmano, por exemplo, o que mostra como algumas negociações, em virtude dos assuntos que tratam, foram feitas articulando lógicas diversas. Nesta conjuntura, as técnicas de câmbio e aliança, ao lado de ações ofensivas e defensivas foram características das relações entre os reinos cristãos e muçulmanos até a tomada de Granada, em 1492, pela Coroa de Castela. Para Zusman (2001), essas práticas, são reconhecidas também, nas ações desenvolvidas pelos espanhóis com as populações indígenas no mundo colonial⁸⁹.

Por sua parte, Florencia Roulet (2006), assinala que não se utilizava a palavra “fronteira” para distinguir as possessões espanholas dos outros reinos ocidentais, mas sim a noção menos hostil de “limites”, o que fica evidente na demarcação territorial do Tratado de Madrid, de 1750, que definia os territórios espanhóis e portugueses nas Américas. Para Roulet (2006), só se mencionava uma fronteira, quando era para referir-se ao palco de luta contra aquele que era considerado infiel como o índio⁹⁰, assim como na Reconquista espanhola ocorrera contra o mouro. A autora acentua que para o caso da fronteira pampeana, nosso objeto de análise, foi somente no século XVIII, que o termo ganhou suas conotações bélicas, momento em que as tensões entre indígenas e hispano-crioulos ganharam maiores proporções do que em centúrias anteriores, como indicamos no capítulo um.

Para Roulet (2006), a aplicação do termo para a realidade americana indicava um limite político e cultural, sendo este último aspecto de seu significado que adquire mais proeminência no uso que os hispano-crioulos deram naquele período. Assim sendo, essa fronteira definia um interior e um exterior e a percepção de “eles” e “nós”. Portanto, para a sociedade hispano-crioula, do período colonial tardio, a fronteira sul bonaerense, balizada pelo Rio Salado, era

⁸⁹ Outros autores que trabalham com o debate da transposição do inimigo “mouro” para as Américas são: TABOADA, Hernán. *The Shadow of Islam in America*. FCE. México DF, 2004. O autor traz a ideia de inimigo político -Islã- e como ela está presente em uma América que apresenta resistência ao processo de Conquista. BERNARD Vincent. 1492. *The Wonderful Year*. Análise. Barcelona.1992. Trabalho onde são expostas as origens de muitas das ideias que justificam a Conquista da América. WACHTEL, Nathan. *Paradis du Nouveau Monde*. Fayard. Paris, 2019. Retoma os imaginários sociais em vigor na época da Conquista, especialmente a ideia do 'índio judeu' e dos paraísos terrenos da América

⁹⁰ E no caso que nos toca, o índio é uma categoria colonial própria do aparelho jurídico, o que insere mais uma fronteira na realidade que pesquisamos. Assim, de acordo com Ferreira de Lema (2020), o espaço jurídico reservado ao indígena e as formas de tratá-lo juridicamente tem um longo recorrido, que pode ser recuado até os séculos XV e XVI, quando o debate relativo à servidão natural dos indígenas é presidido por teólogos, filósofos e juristas da Coroa espanhola. Uma vez determinada a sua humanidade e liberdade natural, foi se estabelecendo a doutrina jurídica que paulatinamente associou o indígena à condição de miserável. A principal consequência dessa associação foi considerá-lo um incapaz de defender-se no âmbito da justiça, sendo necessária a nomeação de um Protetor. Geralmente, os indígenas foram associados a duas classes de miseráveis: a de Rústicos e de Menores, ambas sustentadas pela doutrina de Francisco de Vitória, na qual a conquista e colonização das Índias se justificava pelo estado de desenvolvimento moral rudimentar dos bárbaros. (LEMA, 2020, p. 3).

uma demarcação social que logo mobilizou um imaginário. De fato, para os espanhóis ela era uma área habitada por nativos que não se submetiam ao poder da Coroa, e, ao mesmo tempo, um espaço a se apropriar.

Com a consolidação dos Estados nacionais americanos, do início do século XIX, as fronteiras passaram a ser pensadas a partir dos interesses estatais. Para Vélez (2016), não interessavam apenas os direitos sobre a terra, mas a importância de definir seus limites. Segundo ele, nestas condições, foi formalizada a ideia de soberania e domínio dos governantes sobre os novos Estados, seus habitantes e os territórios que os compunham. De tal modo, a edificação de tais Estados se fundamentou na ocupação concreta do território, no seu controle administrativo, bem como na imprescindibilidade de se engendrar uma identidade para as novas nações que as amparassem ideologicamente.

É necessário ressaltar, que no contexto oitocentista, as Ciências Humanas como um todo estavam atreladas a consolidação dos Estados Nacionais. A disciplina de Geografia, por exemplo, respaldava a ocupação territorial dos novos Estados. Geógrafos como o alemão Ratzel (1871)⁹¹, afirmavam que o território é a base de trabalho e de existência da identidade de uma sociedade, sua perda conduziria a decadência desse sentido de origem. Nesta perspectiva, o progresso permaneceria conexo ao maior uso dos recursos do território, daí a necessidade de os grupos sociais expandirem seus espaços e conquistarem novas terras. As formulações desse geógrafo, têm intrínseca analogia com o diagrama imperialista alemão que se manifestava na justificativa do expansionismo como algo legítimo e necessário numa sociedade que prospera.

Já na disciplina de História, nos Estados Unidos da América, em acordo com essa corrente nacionalista, em finais do Oitocentos, Frederick Jackson Turner, modificou a ênfase do sentido de território de fronteira na disciplina de História. Como percebemos até aqui, a definição do termo se modificava de acordo com a conjuntura histórica ocidental, porém sempre na acepção de demarcação, ou do desconhecido e, ainda, de lugar de conquista. Entretanto, uma grande transformação veio com Turner, uma vez que ele dirigiu suas análises teóricas sobre o estudo da fronteira, como um conceito social. Isto significa que sua aplicação foi expandida e ganhou diferentes colocações no devir histórico e geográfico, bem como com as Ciências Humanas e Sociais. Desde então, a fronteira em análises conceituais ganha diferentes aplicações e conotações.

⁹¹ Friederich Ratzel (1844-1904) foi professor de Geografia na Universidade de Leipzig, na Saxônia (Alemanha), seus trabalhos foram cruciais para a Geografia moderna, com formação naturalista foi influenciado pelo evolucionismo darwiniano e pelo positivismo.

Assim, Turner em 1893, desenvolveu sua definição histórica de fronteira, acepção que, segundo ele, se referiria apenas aos Estados Unidos da América. Produzido para ser lido numa Conferência, o texto *The Significance of Frontier in American History*, era extremamente inovador, principalmente, porque ele se afastava da historiografia da época que procurava as raízes americanas no continente europeu. Para Turner, a essência do homem americano havia se formado no avanço sobre a fronteira Oeste, dentro dos Estados Unidos da América, para Silvia Ratto (2001), foi com Turner que nasceu o mito da fronteira.

Frederick Jackson Turner explicou que ao avançar na ocupação para a região oeste americana, o homem, independentemente de sua origem, transformou suas formas de pensar e agir, para poder se adaptar à geografia selvagem da região. Foram nestas condições que o individualismo, a capacidade de improvisação e adaptação se desenvolveram, resultando numa personalidade puramente americana.

El desarrollo social norteamericano ha recomenzado continuamente en la frontera. Ese renacimiento perenne, esa fluidez de la vida norteamericana, esa expansión hacia el Oeste con sus nuevas oportunidades y su contacto ininterrumpido con la simplicidad de la sociedad primitiva, proporciona las fuerzas que dominan la idiosincrasia norteamericana. La verdadera mira en la historia de esta nación no es la costa atlántica, sino el Gran Oeste. (TURNER, 1987, p. 188)

Segundo Arthur Lima de Avila (2005), o ponto chave da tese de Turner é a formulação do elemento fronteira:

[...] o espaço fronteiro seria o encontro entre a barbárie e a civilização, entre o índio selvagem e o colono europeu - em qualquer lugar do continente. A fronteira seria, antes de tudo, um processo. Ali se verificaria a repetição de todo o processo evolutivo das sociedades humanas, iniciando com aquele breve meeting e culminando com a instalação de um sistema político, social e econômico aos moldes daquele existente nos Estados Unidos em fins do século XIX. Além disso, a fronteira seria o espaço onde se verificaria a verdadeira “americanização” do colono. (2005, p. 371)

Logo, para Turner, o avanço para a fronteira oeste, era a chegada da civilização sobre o espaço da barbárie, com suas terras livres e abertas. Essa ascensão teve implicações determinantes na concepção de uma unidade nacional, no progresso social, no modo de pensar e agir americano, bem como no regime democrático e suas instituições. Ademais, “ O tempo histórico da narrativa turneriana é um tempo linear e progressista, ou seja, com um dado fim. Assim como outras escolas teóricas do século XIX, [...] o modelo de Turner é explicitamente evolucionista” (ÁVILA, 2005, p. 389).

A tese de Turner criou um paradigma, o avanço da fronteira oeste americana se tornava, naquele momento, o mito fundador da nacionalidade estadunidense e ganhou repercussões mundiais, como veremos mais adiante. Em semelhança com o caso americano, a nação argentina também criou um dos seus principais mitos fundacionais atrelados ao território, na equação território igual a uma nação. Apesar de, no caso argentino, no século XIX, não haver surgido uma tese específica com o significado social da fronteira, como a de Turner e o Oeste americano, a criação da narrativa ideológica do “deserto rio platense”, da mesma forma, fazia referência a região de fronteira e sua relação com o estabelecimento da nação; nos dois casos, portenho e americano, os territórios de fronteira com o índio, eram apresentados como espaços vazios, próprios para a chegada da civilização e do progresso.

Para Mónica Quijada (2000) essa conceituação de deserto, que referia à imagem de “vazio”, apresentava três conotações. Por um lado, na perspectiva da construção do Estado, referia-se a vastos espaços a que não atingia a capacidade centralizadora do poder e à necessidade de uma integração territorial. De acordo com ela, ansiava-se que não existisse “um único centímetro de terra argentina que não estivesse sob a jurisdição das leis da nação” (p. 219). A segunda conotação era a de um território despovoado, com densidade populacional nula ou indigna de tal denominação⁹². Para a autora, esta maneira de apreender o conceito de “deserto”, só foi possível, porque a construção nacional argentina, não avaliou os indígenas fronteiriços como potenciais vizinhos e produtores. No sentido oposto de outros países hispano-americanos onde os nativos formavam uma importante força de trabalho, no Rio da Prata, a eventual subjugação dos índios não era considerada um meio ideal para aliviar a escassez crônica de mão de obra. Como afirmou Juan Bautista Alberdi, em 1852, “os indígenas não figuram nem constituem o mundo em nossa sociedade política e civil”. (ALBERDI, Juan Bautista, 1852 p. 107 apud: QUIJADA, 2000, p. 380 tradução nossa)

Ainda segundo Quijada, a terceira conotação de deserto era de um espaço “bárbaro” que, como tal, gerou “barbárie”; foi nesta conjuntura que se afirmou a oposição “civilização ou barbárie”. A civilização era urbana e europeia, fossem elas pessoas, ideias ou sistemas sociais; a barbárie era o resto. Desse modo, tudo o que não era “civilizado” era “bárbaro” ou “selvagem”. Por conseguinte, completar vazios, afrontar o deserto tornou-se, no pensamento do século XIX, um programa civilizador. Como dizia Domingos Faustino Sarmiento, “é disso que

⁹² “Que nome dás, que nome dá um país composto por duzentas mil léguas de território e uma população de oitocentos mil habitantes merecem? Um deserto. Que nome você dará à constituição desse país? A constituição de um deserto. Pois bem, esse país é a República Argentina, e seja qual for a sua constituição, não será outra coisa por muitos anos senão a constituição de um deserto” (ALBERDI, Juan Bautista, 1852 p. 107 apud: QUIJADA, 2000, p. 380 tradução nossa)

se trata, ser selvagem ou não” (SARMIENTO, 1845, p. 19 apud QUIJADA, 2000, 382 tradução nossa).

Ao revés do modelo de Turner, em que o Oeste, seu ambiente hostil, formou o verdadeiro americano, que se desvencilhava de qualquer raiz europeia, na história rio-platense o Estado munido de homens civilizados, especialmente europeus, ou europeizados, transformaram aquele território na nação Argentina⁹³. Por isso, dentro do plano civilizatório contra a barbárie, as áreas vazias do deserto seriam povoadas por pessoas da Europa. Segundo Quijada (2000), os pais da pátria compreendiam que a contribuição europeia havia sido fundamental na história de sua civilização, e seria dali a edificação de seu futuro.

É importante apontar que ao abalar o indígena como “selvagem” seu extermínio era autêntico em favor do desenvolvimento da nação argentina. Desse modo, em 1879, Julio Argentino Roca, futuro presidente da Argentina, utilizou de um plano ofensivo contra os nativos que não se rendessem às suas tropas, expulsando-os do “deserto” ou submetendo-os pelas armas. Essa política era embasada no discurso civilizador contra a barbárie, e isto legitimou estas condutas. Calculam-se que derivaram dela mais de vinte mil indígenas mortos e três mil capturados.

“Utilizando a justificativa da busca pela civilização e contando com o apoio dos setores agroexportadores, Roca empreendeu sua Campanha ao Deserto com relativa facilidade. Os recursos disponíveis nas mãos do governo como telégrafo e a existência de um exército profissional e bem equipado, deu grande vantagem frente às sociedades que há séculos habitavam a região[...]. (POMPEU, 2011, p. 7).

Yuln (2014) destaca que nesta conjuntura houve uma importante produção escrita de textos sobre a fronteira, ligada aos homens que participaram das Campanhas do Deserto. Trata-se de uma narrativa composta por múltiplos textos que servem para formar uma história fundamentada na guerra no deserto. Dentro desse mote, estavam crônicas jornalísticas, memórias militares, diários de viajantes, autobiografias, mensagens ao congresso nacional,

⁹³ Entretanto, a tentativa de homogeneização coletiva não se restringia a Argentina, a maioria dos Estados nacionais, contemporâneos à nação portenha, possuía o mesmo objetivo. As finalidades que baseavam tais ideias se atrelaram à tentativa de liquidar com as diferenças e estabelecer nações uniformes. Estas perspectivas impunham o estilo de vida ocidental como modelo cultural dominante e não admitiam outros modelos de vivência coletiva. Elas estavam alicerçadas nas teorias racialistas vigentes no período, o que justificava o investimento de políticas e recursos de incentivo à imigração europeia. Países como o Brasil compreendiam que os não-brancos, principalmente os negros, eram um fator de atraso no progresso da nação. Para saber mais sobre a imigração europeia para América Latina, semelhanças e diferenças entre o caso argentino e brasileiro ver: LANZA. Maria Lúcia Lamounier. A América Latina Como Destino Dos Imigrantes: Brasil E Argentina (1870-1930) — *Cadernos Prolam/USP* 14 (26): p. 90-107 [2015]

cartas e produções iconográficas. Essa enorme produção abrangia diferentes instituições e ordens discursivas: literária, científica, militar e política.

Martín Servelli (2010) denomina as obras que compõem essa narrativa como “literatura de fronteira”, ou seja, um extenso corpus textual composto por vários gêneros narrativos, ligados à conquista do território e à luta contra os índios. Segundo o autor, essas obras tornaram-se, na Argentina, um gênero em si mesmo. Esse gênero, de acordo com Servelli (2010), foi situado na intersecção de duas sociedades e duas culturas, um conjunto de textos emblemáticos da literatura argentina. Nesta narrativa, o nativo foi progressivamente apagado, pelo que, para Servelli (2010), essa literatura marca uma autêntica fronteira de exclusão.

La historiografía argentina tradicional asentada en el ideario romántico-liberal y en la metodología positivista decimonónica fue dominada por una tendencia muy marcada a reducir la problemática fronteriza al tema de la guerra de fronteras, una guerra tras la cual subyacía la oposición entre civilización y barbarie en la que esa guerra encontraba su justificación. Dicho de otro modo, la larga y costosa guerra contra las sociedades nativas se legitimaba como empresa civilizadora frente a un mundo bárbaro e irreducible. (MANDRINI, 2007, p.21)

Cabe ressaltar que nestas circunstâncias, na década de quarenta do século XX, o discurso historiográfico tradicional⁹⁴ na Argentina no que se refere a temática da instalação de fortes na fronteira bonaerense, é acometida do mesmo relato de guerra. Naquele período, o governo argentino, através do Ministério de Guerra e Marinha, solicitou aos governadores de territórios ligados à “luta” da fronteira que reconhecessem tais regiões como patrimônio da nação, pois estavam vinculados aos avanços contra o território indígena. Nesse contexto, muitos fortes e fortins se tornaram a materialização dessa narrativa e patrimônio nacional⁹⁵. Portanto, as fortificações, desde o período colonial, são apresentadas dentro da lógica de contenção da barbárie e imposição da civilização.

⁹⁴ Ver: LÓPEZ Y PLANES. *Historia de nuestra frontera interior*. La Abeja Argentina (Buenos Aires), vol. 1, nro. 2 (15 de mayo de 1822). Reeditado en República Argentina, Congreso de la Nación, Biblioteca de Mayo, Buenos Aires, 1960, tomo VI. QUESADA, V.G. *Las fronteras y los indios*. Apuntes históricos. La Revista de Buenos Aires, 18 de octubre 1864. BARBA, F.E. *Frontera ganadera y guerra con el indio, La frontera y la ocupación ganadera en Buenos Aires entre los siglos XVIII y XIX*. La Plata, Universidad Nacional de La Plata (1997). LEWIS, C.M. La consolidación de la frontera argentina a fines de la década del 70. Los indios, Roca y los ferrocarriles". En G. Ferrari y E. Gallo (compil.), *La Argentina del ochenta al Centenario*, Buenos Aires, Sudamericana. (1980).

⁹⁵ Para saber mais sobre a instalação dos fortes e a construção da narrativa nacional militar ver: PUPPIO, Alejandra. *Malones, fortines y estancias en la identidad de General Daniel Cerri / Alejandra Pupio y Hernán Perrière*; coordinado por Raúl Armando Menghini; Fabiana Sabina Tolcachier; Diana Itatí Ribas; Alejandra Pupio. - 1ª ed. - Bahía Blanca: Editorial de la Universidad Nacional del Sur. Ediuns, 2013.192 p.;

Para Pedro Navarro Floria (2005), o apelo da memória foi um dos instrumentos da política progressista do século XIX, na Argentina. A opção militar e a vitória dos “heróis do deserto” conseguiram instalar na memória coletiva, a percepção de uma guerra fronteiriça contínua ao longo de três séculos e a amnésia sistemática da história dos povos indígenas e da fronteira. Para Floria, a eficácia do discurso historiográfico militarista em sua operação de conquista da memória se manifesta ainda hoje em materiais de divulgação e textos escolares. As análises de Floria demonstraram que a historiografia argentina utilizou da conquista militar da Pampa e da Patagônia para a edificação desse paradigma excludente.

Por sua parte, no Brasil que dialoga com a historiografia argentina em algumas questões percebemos reflexos turnerianos na ideia de “marcha para o Oeste”, uma política e discurso progressista e nacionalista do Estado Novo, nos anos 1937-1945. Nesta política⁹⁶ pretendia-se desenvolver o sertão do Brasil, que abrangia as regiões Norte e Centro-Oeste, em grande parte habitadas por diferentes grupos indígenas. Desse modo, almejava-se povoar tais regiões com segmentos da população brasileira provenientes do litoral. Além do incremento populacional, desejava-se ampliar a malha rodoviária que interligasse o interior do Brasil com as principais metrópoles. Inspirada pelo mito do Oeste americano de Turner, a propaganda de Vargas vislumbrava o Oeste do Brasil como princípio da democracia, lugar para uma sociedade idealmente brasileira. Neste discurso, a região era denominada como “mata virgem”, “sertão”, “terras livres”, lugar aberto para o progresso sem restrições. O indígena era valorizado como as raízes da nação, romantizado e fadado ao desaparecimento “natural” por meio da integração nacional, na perspectiva positivista evolucionista. A política oficial tinha o intuito de civilizar os nativos e ao mesmo tempo reconhecê-los como as verdadeiras origens do Brasil, se afastando dos europeus, assim como sugeria Turner nos Estados Unidos da América.

Consequentemente, como vimos até aqui, a noção de fronteira ganhou outras conotações. Se no caso da nação Argentina, não contamos com uma tese de fronteira, como a americana, temos um discurso oficial que reproduziu um gênero textual “a literatura de fronteira”, cujo o resultado, foi a construção de uma memória coletiva excludente (FLORIA, 2005), do “deserto”, do forte como imposição do poder e contenção da barbárie, da “guerra contra o índio”, como única modalidade de relação, da vitória dos “heróis” da pátria, da edificação de uma “nação/território branca”, na qual o nativo surge apenas por meio dos

⁹⁶ Para maiores detalhes sobre a Marcha para o Oeste e a ideologia de Getúlio Vargas ver: GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100002&lng=en&nrm=iso Acesso 02 de fevereiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882000000100002>.-----

estereótipos. São os “selvagens”, “hostis”, “ladrões”, “indolentes”, sendo as outras minorias - como mulheres, negros e crianças - apagadas da narrativa. Portanto, a fronteira adquiriu durante os séculos XIX e XX, perspectivas teóricas, mas também ideológicas⁹⁷. Na consolidação de Estados como o americano, brasileiro e o argentino, ela tornou-se palco para a fundação de mitos nacionais, e a produção histórica serviu para firmar tais mitos.

As grandes mudanças nesta concepção sobre a fronteira e suas respectivas narrativas, começam, de fato, a ganhar ressonância na produção intelectual, somente na década de oitenta do século XX, praticamente cem anos depois da difusão da tese turneriana. Neste período, se vivenciava o advento da Nova História Social e da Nova História Cultural como parte das respostas da área para crise dos grandes paradigmas explicativos que ordenavam as ciências humanas e sociais. Vivia-se, também, a derrocada dos regimes ditatoriais latino-americanos, sendo que aquelas narrativas estiveram por muito tempo conectadas com as perspectivas estadistas⁹⁸ que “[...] habrían dejado escapar el dinamismo de los pueblos dominados y habrían cometido varios pecados capitales tales como el etnocentrismo, el androcentrismo y el positivismo”. (BOCCARA, 1999, p.2)

Nestas circunstâncias, para o caso dos Estados Unidos da América, a reação crítica à tese de Turner veio com a New Western History, ou NWH, nos anos 1980. Essa corrente de análises revisitou a história do Oeste estadunidense e trouxe uma nova compreensão, ao revés do modelo de Turner. Os principais pontos revisados pela NWH, apreendem o Oeste como uma região e não como uma fronteira, eles rejeitam o termo, por suas conotações racistas e nacionalistas. Para os historiadores da NWH o avanço para a região Oeste foi um processo e este seria melhor denominado como “conquista” ou “exploração e expansão do capitalismo”, com diferentes protagonistas, mulheres, índios, negros, as minorias como um todo, ademais este processo teria abalado negativamente o meio ambiente.

⁹⁷ Podemos citar como exemplo desses estereótipos e generalizações das populações indígenas, ainda hoje presentes no imaginário popular na televisão e na literatura na Argentina, a telenovela “*Más allá del horizonte (o Milagros)*” uma representação sobre a vida do cacique Catriel. Dados técnicos Canal 9 Freedom; Bons ares; 1ª temporada; 200 capítulos. 1994. Na literatura: o livro: *Índias Brancas*; Florencia Bonelli (2013). Alfaguara. Um romance em terras de Ranqueles. Uma representação preconceituosa sobre o cativo indígena.

⁹⁸ Contemporâneas a isso, surgem as análises da Nova História Social, preocupada em trazer para a narrativa histórica questões, pessoas e grupos que estavam até então menosprezados pela historiografia dominante. A principal preocupação da Nova História Social era a recuperação de grupos e temas até então marginalizados pelas correntes historiográficas dominantes, rompendo com os mitos da identidade nacional. Para Robert Darton a Nova História Social está conectada ao momento de furor político da década de 60 e da queda das grandes estruturas da história. “Acorreram não para preencher o vazio, mas para esgaravatar nas ruínas da velha nova história, não para reconstruir um passado único, mas para cavar em diversas direções. História Negra, História urbana, História do trabalho, História das mulheres, história da criminalidade, da sexualidade, dos oprimidos, dos silenciosos, dos marginais- abriram-se tantas linhas de investigação que a história social parecia dominar a pesquisa em todas as frentes” (DARNTON, 1990, p.177).

De acordo com Arthur de Lima Ávila a New Western History:

[...] propunha a reavaliação da história do Oeste norte-americano em termos mais inclusivos e denunciadores, incorporando minorias étnicas à suas análises e conceitos como “conquista” e “imperialismo”. Em um panorama mais amplo, a NWH tentou construir uma identidade complexa e não-redutora ao Oeste e seus habitantes, fugindo de determinismos e levando em conta a ampla diversidade das múltiplas construções identitárias lá existente. Além disso, o modelo narrativo da NWH privilegia os aspectos negativos da história do Oeste, tendo como objetivo principal a desmistificação dos antigos modelos explicativos ligados a Turner e seus discípulos. (2005, p. 391)

Segundo Ávila, além da crítica à antiga visão turneriana, a NWH também reavaliava a historiografia americana das décadas 40, 50, 60 e seus posicionamentos fundamentalmente progressistas e nacionalistas. Apesar disso, podemos ponderar que a tese de Turner encetou uma área de estudos. É inegável que suas apreciações deslocaram o olhar das análises históricas e sociais dos centros para as margens e trouxeram reflexão para os fatores sociais, culturais e identitários em tais espaços.

De tal modo, assim como nos Estados Unidos, na América Latina as análises sobre espaços fronteiriços ganharam dimensão e renovação. As mudanças que citamos anteriormente, juntamente com as aproximações de diferentes disciplinas, como História, Antropologia, Sociologia, Geografia, Arqueologia possibilitaram a ampliação teórica e metodológica de tais análises. Atualmente, existe, nas apreciações históricas, um consenso que marca a fronteira como um espaço heterogêneo e de inúmeros intercâmbios, tanto de bens materiais, quanto simbólicos, ambiente singular para estudo de diversas mestiçagens.

Dentre múltiplos trabalhos podemos mencionar as análises, a respeito do período colonial, com as conotações de “zona de contato”, de Pratt (1999). No livro “Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação”, a “zona de contato” é compreendida como sinônimo de fronteira colonial, enfatizando as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais. Para a autora a zona de contato refere-se “[...] ao espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem, relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (PRATT, 1999, p. 31)

Por sua parte, White (1991), apresenta o conceito “*middle ground*” (WHITE, 1991), narra a criação de um espaço de acomodação e de compromissos entre colonizadores e indígenas nos Grandes Lagos da América do Norte. Este local era protagonizado por mediadores tanto índios, quanto “brancos” no período colonial. Apesar dos termos fronteira e *middle ground* serem diferentes, já que nem sempre as fronteiras formam um *middle ground*,

White demonstrou a agência indígena na história da colonização americana, se diferenciando das antigas histórias de conquista, vitimização ou assimilação.

Guillaume Boccara, ao trabalhar com os mapuches, na região do atual Chile, denomina de “complexo fronteiriço” (BOCCARA, 2005), um espaço de soberanias imbricadas e formado por várias fronteiras e suas hinterland; um ambiente no qual distintos grupos - sociopolítica, econômica e culturalmente diversos - entram em relações relativamente estáveis em contexto colonial de lutas entre poderes imperiais e através dos quais se produzem efeitos etnogêneses e mestiçagens.

Para a região bonaerense, Lúcia Nacuzzi, intitula de “*espacios de frontera*” (NACUZZI, 2014), cujos argumentos se assemelham aos de Boccara (2005), esses espaços permitem o desenvolvimento no conhecimento de múltiplos fenômenos de interação e comunicação que são protagonizados por grupos humanos de diferentes culturas. Segundo ela, os espaços de fronteira são intangíveis, permeáveis e porosos, desde o ponto de vista da relação de pessoas. A fronteira está “[...] en constante reacomodamiento territorial y poblacional, en donde eran habituales la comunicación y el intercambio pacífico o conflictivo entre ambos grupos y los procesos de mestizaje cultural, social, político y económico” (NACUZZI, 2014, p. 104).

Apesar de algumas diferenças em tais conceituações, elas possuem a particularidade de avaliar a fronteira como um espaço de cruzamento e trocas recíprocas. Ao mesmo tempo, em todas elas observamos o favorecimento da noção de “espaço”, “zona” ou “região” que se coloca na contraposição à ideia clássica advinda da tese turneriana da fronteira como uma linha que se move em direção ao espaço selvagem (MARTINS, 2014).

Ademais, outra noção histórica de fronteira com sentido sociocultural, é trabalhada por Serge Gruzinski para analisar o surgimento de atores sociais mestiços e sociedades híbridas nos espaços coloniais. Na perspectiva de Gruzinski, temos o papel central do “pensamento mestiço” e da mediação cultural para compreensão das relações interculturais, bem como a relevância da ação dos mediadores culturais, ultrapassando a tônica da brutalidade em tais encontros.

Ainda assim, concordamos com Mónica Quijada (2002), com relação à fronteira bonaerense, a qual afirma que até mesmo os estudos recentes sobre a temática ainda falham por avaliar um ou outro lado dela⁹⁹. Para Mónica Quijada (2002), faltam análises que procurem a

⁹⁹ Para as análises do período colonial, na região bonaerense, nosso tema de estudo, como precursores nessas mudanças temos autores como Carlos Mayo, que embora permanecessem com aspectos da tese Turner, traziam novos tons para a narrativa fronteiriça portenha, porém privilegiando o lado ocidental. Por exemplo, em seu livro: “Terratenientes, soldados y cativos” (1998), Mayo tem como objeto de estudo a fronteira, no período de 1736-1815, analisou a vida na região por meio de diferentes atores sociais, ele apresentou outros agentes, como:

desvitimização dos grupos envolvidos e que repensem as partes para compreender seu papel histórico, seus condicionamentos, suas margens de atuação, seus objetivos e motivações.

À vista disso, entendemos que a fronteira da pampa bonaerense, no período colonial tardio, é a demarcação da coexistência de duas sociedades, a hispano-crioula e a indígena. Para os cristãos demarcava uma região não conquistada, de nativos independentes. Ademais, como vimos, no capítulo anterior, esse espaço era distinguido como uma macrorregião heterogênea e abarcava diversos ecossistemas. Os indígenas o utilizavam por meio de um calendário sazonal, sendo que os diversos ambientes produziram um corredor de interação que interligava diferentes grupos, mesmo antes da chegada dos europeus, tal espaço era utilizado de acordo com a cosmovisão nativa. As relações entabuladas tanto entre grupos nativos, quanto entre nativos e hispano-crioulos, variavam entre alianças e hostilidades.

Nossa concepção de fronteira se distancia da visão turneriana e se aproxima de todas as ressignificações que o conceito ganhou após a década de oitenta do século passado, a partir do advento da *New History*. A vista disso, compreendemos que na prática, para os agentes que viviam na região fronteira, sejam nativos ou hispano-crioulos, ela era um espaço de contatos múltiplos, que possuía diferentes significados de acordo com atores sociais em questão. Dessa forma, nossa percepção de fronteira se aproxima da concepção de Thompson e Farinatti (2009) que a denotam como “fronteira manejada”, produto da ação humana, um locus de atividades produtivas e relações sociais (FARINATTI, THOMPSON, 2009, p.153).

Neste trabalho, nos guiamos na percepção destes autores, entretanto, optamos por denominar a região de “fronteira agenciada”. Ao utilizar tal conotação, aspiramos descolonizar o significado de fronteira, bem como desprendê-la das percepções tradicionais de ambiente de guerras constantes. Pretendemos, ademais, ao utilizar a noção de “fronteira agenciada”, demonstrar a heterogeneidade de indivíduos que transitam no ambiente fronteiro e que eles não são passivos ou meros receptores do poder colonial, e, ao mesmo tempo, não são alheios a esse poder.

A fronteira, em nossa percepção, é um processo dual, ou seja, ela é um efeito estruturante na ação dos agentes, bem como ela é estruturada por eles (GIDDENS, 1993).

proprietários rurais, militares e cativos, trazendo aspectos da vida cotidiana. Nesta perspectiva, o autor aproxima a fronteira bonaerense com a tese fronteira de Frederick Jackson Turner, principalmente por entendê-la como lugar de “terras livres”, ou seja, terras disponíveis para fácil ocupação dos hispano-crioulos, embora elas sejam ocupadas por diferentes grupos nativos. Além disso, destaca a fronteira como ponto de encontro de duas ou mais culturas, entretanto os índios são apagados da narrativa de Mayo, a ação indígena surge no seu trabalho como dependência do mercado comercial ocidental, para o autor o intercâmbio entre nativos e hispano-crioulos contribuiu para o processo de aculturação dos indígenas da pampa; “[...] haya contribuido a activar el proceso de aculturación de los indios de la pampa” (MAYO, 1998, p.35). A

Ademais, apesar de sabermos que a fronteira se apresenta como um processo de múltiplas inter-relações, não podemos desvalorizar a sua existência ou negar sua relevância, pois ela não é um ambiente de total inclusão. Como vimos, ela pode ser uma região hostil e de alianças concomitantemente.

Sem embargo, a fronteira era um espaço de controle colonial inconsistente, uma área marginal que facilitava aos diferentes atores sociais, nos interstícios daquele controle inconsistente, a possibilidade de manifestar a sua capacidade de agência em sentido ampliado, tanto no seguimento da vida social quanto na sua metamorfose. Isso não significa que essa capacidade dá origem ao sistema social em que o sujeito está inserido, mas quer dizer, que ele tem o poder de criar e recriar as condições que tornam sua ação possível. Desse modo, o poder da agência reside na capacidade de produzir um efeito, uma modificação no sistema social. Em nossa percepção, a fronteira é o palco que mostra intensamente essa capacidade, ela é a zona na qual o agente tem a oportunidade de atuar de maneira diferente”, uma vez que, ele tem a capacidade para intervir e influenciar processos (GIDDENS,1993).

Para Sahlins (2003), os sujeitos não são marionetes de estruturas sociais rígidas, tampouco são racionalmente alheios às suas construções culturais. Para ele, os sujeitos históricos são agentes com a capacidade de lançar novos sentidos culturais quando novas relações são estabelecidas. Neste caso, o espaço fronteiro torna-se um microcosmo de relações, um espaço singular para essas múltiplas atuações.

Assim, a fronteira bonaerense se apresenta de diferentes formas de acordo com o agente ou grupo de agentes em questão. Por exemplo, para alguns ela era espaço de batalhas, para outros morada, possibilidade, negócio, refúgio, ou ainda prisão, local de encontros e desencontros, local de transformações, sejam econômicas ou culturais, e espaço de mestiçagens. Compreendemos que esse ambiente se edificava e se reconfigurava através dos agentes sociais que se relacionavam ali. É daí que cunhamos a expressão “fronteira agenciada”, posto que, entendemos, que foi no convívio desses agentes que a fronteira foi construída e reconstruída. Eram os sujeitos que atuavam de distintas maneiras naquele ambiente, eram eles que o conduziram, que estabeleceram sentido, meios para viver naquele lugar, recriaram, reproduziram e criaram conformações culturais, que mediavam relações constantemente, como pretendemos demonstrar ao longo desse trabalho.

3.2 O projeto colonial para as regiões fronteiriças americanas. O caso da pampa bonaerense

Como vimos neste último tópico, a fronteira agenciada da pampa bonaerense era palco de múltiplos atores e de intensas relações. Sabemos que a fronteira, para a óptica do poder colonial, era uma região que abrigava nativos que estavam fora do controle da Coroa e, ao mesmo tempo, um espaço a se apropriar. A partir do século XVIII, estas áreas passam a receber uma nova atenção das autoridades. Como veremos, o avanço da colonização em direção a elas, bem como as reconfigurações das populações nativas, resulta em que as crises entre indígenas e hispano-crioulos auferiram maiores dimensões do que em centúrias anteriores, como indicamos no capítulo um.

Essa nova atenção demandada pelo governo colonial, veio com a chegada ao trono espanhol de uma nova dinastia, a Bourbônica (1700-1808), que assumiu o poder e implementou uma série de reformulações, na metrópole e nos territórios de ultramar. O intuito era tornar o Império uma potência moderna, rentável e organizada. As chamadas reformas bourbônicas pretendiam reverter o declínio econômico da Espanha e buscavam melhorar a administração pública, aumentar a produtividade, o comércio e alargar a segurança na América não só contra os nativos insubmissos, como também para conter a possibilidade de uma invasão por de outros impérios europeus. Neste contexto as fronteiras ganharam proeminência.

A dinastia Habsburgo (1519 -1700), anterior aos Bourbons, encarou uma profunda crise em todos os setores sociais. O cenário que se desenhou para a Coroa espanhola apresentou sua perda de importância em relação a outras potências europeias, como Grã-Bretanha e França. Depois de uma crise continuada, o reinado do último Habsburgo Carlos II (1664-1700), acumulou muitas derrotas militares, alta inflação, fome da população e queda do valor da moeda que culminou em um colapso generalizado. A crise chegou ao ápice com sua morte precoce no ano de 1700 sem que ele deixasse herdeiros.

A região pampeana, até os primórdios do século XVIII, não havia recebido políticas efetivas dessa dinastia, uma vez que a aparente escassez de recursos valiosos não estimularia os espanhóis a apropriar-se da região.

Para los Habsburgos, quienes gobernaron España hasta 1700, los beneficios de extender la conquista territorial más allá de las tierras altas de México, América Central y América del Sur, en general, pareciera no merecer el esfuerzo. Con notables excepciones -tales como el área cacaofera de Venezuela, los valles de los ríos Cauca y Magdalena en la actual Colombia, ciertas zonas del Paraguay, y el Chile central al sur del Bío-bío- el rigor del clima, la inaccesibilidad, y una aparente escasez de

recursos valiosos en las tierras bajas no estimularon a los españoles a apropiarse de esas regiones. (WEBER, 1998, p. 150)

Por sua vez, a era borbônica trouxe uma percepção renovada das carências do Império, bem como de seu comando. O primeiro Bourbon, Filipe V (1701-1746), neto do francês Luís XIV, alicerçado nas políticas do avô, iniciou as transformações, continuadas por Fernando VI (1746 – 1759). Com o monarca Carlos III (1759-1788) que o processo de reformulações ganhou rapidez e sistematicidade. Entretanto, seu substituto, Carlos IV (1788-1808), não conseguiu dar continuidade no projeto e a Espanha perdeu quase a totalidade de seus territórios americanos.

David Weber (1998) destaca que com Carlos III os funcionários espanhóis, baseados em princípios ilustrados, tentaram aplicar a razão nas políticas públicas e, dessa forma, incrementar o pensamento racional e científico nas políticas do Império e, ao mesmo tempo, aos problemas sociais. Pretendiam libertar os súditos da Coroa da pobreza, da ignorância e da opressão, convertendo-os em contribuintes mais produtivos, tanto na colônia, quanto na metrópole. O mesmo autor assinala que ao longo das margens do império, os nativos independentes ameaçavam a rede comercial das colônias e a integridade dos territórios espanhóis. Em síntese, de acordo com Weber, esses índios ameaçavam o conglomerado do projeto borbônico nas possessões americanas.

Ademais, segundo Weber (1998), os conselheiros ilustrados de Carlos III elaboraram um novo sistema¹⁰⁰ de contato com os nativos, para tratá-los com desenvoltura e amizade. Os conselheiros reais argumentavam e lamentavam pelos milhões perdidos com guerras contra as populações indígenas e lembravam que a princípios do século XVI, os espanhóis não possuíam muitas alternativas, senão a força militar. Porém, no século XVIII, a situação era diferente e o comércio com as populações nativas se tornava uma alternativa viável.

David Weber (1998) aponta que para a Espanha, uma política indígena conciliatória assegurava mais do que proveitos econômicos e estratégicos. Pois, ao mesmo tempo, oferecia um conforto leniente à consternação ocasionada pela reputação de seus ancestrais pela desumana tirania a que sujeitaram os nativos durante e após a Conquista. Para os conselheiros ilustrados do rei, a humanidade era a propriedade máxima da civilização. Segundo Weber, na

¹⁰⁰ Este novo sistema se caracteriza, segundo Weber, em tentar “controlar a los indígenas a través del comercio más que por medio de la conquista física o espiritual. La más clara exposición de esa idea en la tradición del pensamiento español se encuentra en el bien conocido Nuevo Sistema de Gobierno Económico para la América, un plan maestro para el desarrollo económico de las colonias españolas. Los especialistas discrepan, acerca de quién haya sido el autor del Nuevo sistema, publicado por primera vez en 1779, y acerca de su influencia sobre la política española. Pero si no fue «la biblia de los reformistas, el texto definitivo que inspiró la revolución en el gobierno borbónico», como ha argumentado un historiador, sí reflejó claramente los puntos de vista de ciertos funcionarios liberales que rediseñaron la estructura administrativa de las colonias españolas en América durante el reinado de Carlos” (1998, p. 111)

concepção ilustrada, os povos indígenas formaram o alicerce do ressurgimento comercial e econômico da Espanha, e não eram mais meros inimigos.

O autor indica que onde os espanhóis da Renascença esperaram que os nativos abraçassem a fé cristã, desde que fosse revelada a eles por seus evangelizadores; o novo sistema, de Carlos III esperava que eles se comportassem como consumidores europeus racionais quando os mercadores exibiam seus produtos. Enquanto os espanhóis, de acordo com a percepção tradicional, compreendiam os índios como viciosos ou indolentes por natureza, o novo sistema argumentava que os indígenas seriam sensíveis aos benefícios da nova situação e voluntariamente, seguindo seus próprios interesses, se tornariam produtores e consumidores. Para Weber (1998), os espanhóis ilustrados acreditavam que os indígenas poderiam mudar se o sistema mudasse, e os benefícios econômicos para a Espanha seriam enormes. Neste sentido, a expansão do comércio proporcionaria à Espanha os benefícios da comercialização, sem os custos de um controle político formal e econômico sobre os povos indígenas.¹⁰¹

Entretanto, como essas ideias funcionavam na prática? Como a entrada dessa nova dinastia comprometeu a região analisada? Para responder a essas perguntas, se faz necessário recapitular que antes da instauração efetiva da linha de fortes e fortins na Pampa bonaerense, houve, a partir de 1740, a instalação já referida, de missões na área, pelos padres jesuítas. Apesar da permissão da Companhia de Jesus, para constituir povoados nesta área desde 1684, por meio da Real Cédula de 21 de maio, mas foi apenas neste ano, com o primeiro Bourbon, Felipe V e em circunstâncias conflituosas, que a “missão austral” se iniciou. Um dos motivos mais imediatos pelos quais as reduções foram implantadas, foram dois grandes *malones*¹⁰²

¹⁰¹ Segundo Weber (1998) os administradores espanhóis interessados na política indígena não precisavam ler o Novo Sistema para ouvir sua mensagem. Os iluministas espanhóis que geralmente preferiram buscar novas ideias no exterior, tiveram oportunidades abundantes de aprender diretamente das obras em francês e inglês que inspiraram o Novo Sistema. Campomanes, por exemplo, estava cheio de entusiasmo pelo sistema de comércio inglês em 1784, quando recebeu uma descrição detalhada desse sistema enquanto era presidente do Conselho de Castela. Ele recomendou o sistema britânico ao ministro das Índias, José de Gálvez, como a melhor forma de controlar os "bravos índios" na área contígua aos Estados Unidos.

¹⁰² Via de regra eram entradas indígenas a estâncias e povoados espanhóis, muitas vezes violentas, com mortes e sequestros. As incursões podiam ter diferentes objetivos, como a busca por mantimentos e cativos, vingança ou a imposição de negociações com os hispano-crioulos. Florencia Carlón (2012) aponta que os *malones* podem ser interpretados como uma empresa econômica, devido a sua associação com a aquisição de bens e recursos. Neste caso, os assaltos buscavam gado, roupas, armamentos e, frequentemente, cativos, principalmente mulheres e crianças. O papel dos cativos nas sociedades ameríndias era muito importante. Carlos Mayo (1993) destaca a relevância desses personagens na história da fronteira bonaerense, pois os cativos eram utilizados pelos índios como intérpretes, informantes, diplomatas e as mulheres cativas, muitas vezes, gestavam filhos mestiços. Eram, ainda, usados como moeda de troca entre os próprios índios e também entre eles e os brancos. No entanto, além dos cativos, os assaltos também podem ser relacionados com a busca de poder e prestígio pelos líderes étnicos. Porém, estes aspectos não devem ser generalizados para todos os ataques, pois cada *malón* possuía um propósito em particular (CARLÓN, 2012). Outro aspecto a destacar relativamente a este tema, é a capacidade de acordos estratégicos entre diferentes grupos da campanha para a prática da guerra (CARLÓN, 2012). Por isso, eles também eram uma forma de “impor” negociações com os espanhóis e, principalmente, uma possibilidade de se relacionar com o “outro”. Felipe assinala que a guerra fazia parte da cosmovisão

(1737-1740) dirigidos contra os povoadores dos arredores de Buenos Aires, um deles liderado pelo cacique Cangapol, o Bravo¹⁰³.

Em nossa pesquisa anterior (SILVA, 2016), destacamos que a interrupção destas reduções fez parte de uma conjuntura violenta, na qual diferentes caciques tiveram agência¹⁰⁴. O padre Sánchez Labrador distingue que a decadência dos povoados se iniciou em *Nuestra Señora de los Desamparados*. Sua destruição aconteceu no dia 24 de fevereiro de 1751. Segundo ele, o cacique Cangapol provocou uma grande emboscada contra as reduções e, simultaneamente, a vilarejos e estâncias hispano-crioulas aos arredores de Buenos Aires. “La comitiva del bárbaro se componía de 500 hombres, aunque no todos eran sus vasallos, porque venían con otros Caciques sus aliados, entre los cuales había uno de Nacion Auca, llamado Piñacal” (SÁNCHEZ LABRADOR, [1772] 1936, p. 130).

A próxima redução a desmoronar foi *Nuestra Señora del Pilar*. Os missionários receberam a notícia de que o cacique Bravo chegava marchando vagarosamente para o aniquilamento daquele povoado. Conforme Sánchez Labrador, os evangelizadores escreveram

indígena, advinda de uma razão mitológica. Por isso, para o autor, “[...] o inimigo antes de ser um problema, era um gerador de relações sociais, e a guerra, uma ação positiva” (2013, p.142). O autor prossegue afirmando que a guerra para os índios era um acrescentar de vida e um modo diferenciado de adquirir novos sujeitos e internalizá-los. Portanto, era “[...] o método mais eficaz de estabelecer relações e, conseqüentemente, de movimentar o meio social” (FELIPPE, 2014, p. 88). Segundo ele, os observadores europeus generalizavam a prática da guerra entre os índios, e não apenas a guerra propriamente dita era interpretada e criticada pelos “brancos”, mas também todo o preparo e seus resultados. Desse modo, a formação das alianças, os rituais, o tratamento dos vencedores com os inimigos sobreviventes e seus cadáveres, eram classificados como condutas de selvageria. Assim, os malones eram temidos pelos espanhóis e utilizados para impor estereótipos e generalizações sobre os nativos que se perpetuam na literatura tradicional, ainda atualmente.

¹⁰³ Outra característica a ser destacada a respeito da constituição dos três *pueblos* foi o “pedido” realizado por um grupo de caciques pampas para que os padres estabelecessem missões para sua gente. Diante do acirramento dos conflitos com os hispano-crioulos, segundo os alguns padres jesuítas, temendo por suas vidas e pela segurança, os caciques pampas teriam procurado as autoridades espanholas, solicitando reduções: “Aunque nunca se hubieran declarado los Pampas manifiestamente enemigos de los españoles, y hasta afectasen muchos de sus caciques llevar nombres de santos y apellidos castellanos, se había perdido toda esperanza de sacar de ellos verdaderos cristianos, cuando en 1739 dos de sus jefes y dos de los Serranos fueron a ver en Buenos Aires al Maestro de Campo, D. Juan de San Martín para pedirle que les procurase Padres de la Compañía, que quisieran tomarse el trabajo de instruirlos en nuestra santa Religión. Dio al punto aviso D. Juan al Gobernador de la provincia, D. Miguel de Salcedo, quien inmediatamente escribió al P. Machoni, Provincial a la sazón de los Jesuitas, para empeñarlo en aprovechar tan bella ocasión de llevar la luz del Evangelio a aquellos pueblos. Propuso el Provincial la empresa a los Padres del Colegio de Buenos Aires, y se ofrecieron gustosos para ella el PP. Matías Strobel y Manuel Querini, que fueron aceptados (CHARLEVOIX, 1916, t. VI, p. 171)” Entretanto, é necessário relativizar essa narrativa pois em outros documentos, as reduções aparecem como uma imposição do governo colonial para que os índios não fossem atacados. Segundo alguns padres, como José Cardiel e Lozano o chefe das milícias de Buenos Aires ameaçou de morte àqueles que não se colocassem sob a tutela dos padres da Companhia. Ver: MARTINS, M. Cristina Bohn. As missões de pampas e serranos: uma experiência de fronteira na pampa argentina (Século XVIII). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica* (ISSN 0102-9487), n. 30.1 (2012). pp.1-15.

¹⁰⁴ Autores como Mandrini (2012) e Bechis (2008) afirmam que já em meados do XVIII havia uma intensa disputa entre parcialidades sob as vias de circulação de bens, podendo ser este um dos motivos dos ataques de Cangapol. Isto porque ambos os povoados, de Pilar e de Los Desamparados, estavam muito próximos de um desses trajetos de tráfico de mercadorias da Pampa-Patagônia, a rota do Rio Negro e Colorado (MANDRINI, 2012, p.226).

amedrontados ao governador pedindo ajuda de alguns soldados. Todavia, a resposta foi negativa e o governador Andonaegui ordenou que os padres se retirassem para *Concepción*, a única redução que restava, e enviou alguns milicianos para escolta. O missionário Matias Strobel manifestou, em carta ao jesuíta Garau, a crise que rondava o povoado *del Volcán*:

Aquí el demonio tanto nos persigue con las guerras y estamos obligados a dejar este paraje y retirarnos a la Reducción de los Pampas. Por la mucha distancia y gastos excesivos el Señor Gobernador no nos quiere dar soldados de destacamento fijo, y sin soldados no podemos mantenernos entre las fuerzas del cacique Bravo y sus aliados, los cuales vendrán en esta luna que a 21 de este mes entra, según repetidos avisos; y estoy esperando cada día unos 60 soldados de los vecinos de Buenos Aires, a los cuales nos envía el Señor Gobernador para retirarnos con toda la hacienda y trastes de esta Misión. Ya van dos semanas, sentimos de noche a los bomberos de los enemigos. Con tiros de fusil procuramos asustarlos, pero no hay fuerza para resistir el tropel grande que vendrá. (STROBEL [1751] In: Leonhardt 1924, p. 136).

A última redução, *Nuestra Señora de La Concepción de Los Pampas*, foi desmantelada em 1753, depois de hostilidades entre as próprias parcialidades e entre os hispano-crioulos e nativos. Para afiançar a necessidade de interromper a sua continuidade, instaurou-se um inquérito pelo procurador geral do Cabildo de Buenos Aires. Seus termos estão no manuscrito intitulado: “*Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, que están a cargo de lo RR. PP. de la Compañía de Jesús – agosto de 1752*”¹⁰⁵. A própria investigação¹⁰⁶ já demonstra a desconfiança do governo bonaerense e dos moradores fronteiriços com as reduções e apresenta muitos indícios da decadência do projeto jesuítico na Pampa. O foco da investigação era a suspeita que os índios das reduções contribuíram com os “infiéis” que atacavam os povoadores da fronteira, oferecendo avisos sobre os movimentos das autoridades e servindo de sentinela para os inimigos. Os testemunhos foram de alguns soldados¹⁰⁷ e cativos¹⁰⁸ que tiveram contato com as reduções durante os treze anos de sua existência. Por

¹⁰⁵ Nos documentos do Museu Etnográfico de Buenos Aires encontramos a seguinte referência: Cabildo de Buenos Aires – Información presentada en 15 de octubre de 1752, s/la reducción de Pampas a cargo de la Cía. de Jesús, Caixa J, documento nº 16. No trabalho nos referimos a ele da seguinte forma: ME, Carpeta J.16. No anexo A transcrevemos as perguntas do questionário.

¹⁰⁶ Este inquérito é duramente criticado pelo padre Sánchez Labrador, que se torna uma espécie de porta-voz oficial da Companhia de Jesus na defesa dos padres (ÁRIAS, 2012). O jesuíta diz sobre a investigação: “púsose empeño en formar un proceso jurídico contra los inocentes Pampas, y sus misioneros, por más que se paliarse esto último. Citáronse varios testigos, los que agradaban a los Jueces, para que depusiera [...]. De estos unos atestiguan unas cosas y otros otras, como hombres que hablaban por dar gusto, pero con alguna memoria de su reputación, pues llegaría a descubrirse la trama” ([1772] 1936, p. 146-147). Nesse período já existia uma grande desconfiança não só em Buenos Aires, mas em praticamente todo o espaço colonial português e espanhol pairando sobre os jesuítas (SILVA, 2016, p. 121)

¹⁰⁷ Os militares testemunhas foram: tenente Antonio Barragán, soldado Dragón Blas de Espinosa, Cabo Joaquín Marín, soldado Dragón Juan Galeano, míos, Capitão de Milicias Ventura Chavarría, soldado Dragón Gregorio Velásquez, Cabo Ramón Aparicio. Capitão Don Alonzo de la Pena.

¹⁰⁸ Os cativos que testemunharam foram: Raphael de Soto, Maria Rodrigues, Manuel de Mazedo, Eusébio del Barrio e Ramón del Barrio.

unanimidade todos os testemunhos não só afirmaram que as missões eram utilizadas como refúgio e ponto estratégico para os “infieis” de *tierra adentro*, bem como que os índios reduzidos camuflavam os inimigos e os acobertavam. Reconhecemos que tais testemunhos reproduzem uma série de preconceitos firmados contra os índios, no entanto muitos depoimentos estão em consonância com algumas das principais queixas dos jesuítas, especialmente quando se referem às idas e vindas dentro dos *pueblos*, ao comércio ilícito, especialmente de aguardente, e a presença de *infieis* nas reduções. Os trechos abaixo, extraídos do inquérito, propagam nitidamente o julgamento de todos os testemunhos, ou seja, que as reduções jesuíticas eram utilizadas estrategicamente pelos índios de *tierra adentro* e que os nativos reduzidos acobertavam os ataques aos povoados hispano-crioulos. Isso fica evidente no relato da ex-cativa María Rodríguez:

no se atreven a venir solos [a Buenos Aires] pues no saben cómo está el español, y lo que hacen es que cuando dichos indios del Pueblo vienen a esta ciudad, que es muy cotidiano, mezclados con ellos vienen los enemigos y solo quien los conoce podrá saberlo; en cuyo tiempo ven, oyen y saben todo, y si son chontales, los yndios del Pueblo les explican lo que pasa (ME, Carpeta J.16, p. 39-40).

Em outro depoimento, o capitão Don Alonzo de La Pena continua: “un yndio del dito pueblo llamado Francisco Babu se fue con otro yndio de la tierra adentro huido y sin que lo padre lo supiese [...] y que es voz común que dhos yndios pampas del expresado pueblo tratan y contratan con los de tierra adentro” (ME, Carpeta J.16, p.7). Notamos que esta circulação de ideias permite aos nativos planejar ações, o que mostra o fluente agenciamento da fronteira.

Ademais, como mencionamos acima, em nossa investigação anterior percebemos que diferentes caciques tiveram envolvimento e protagonismo tanto na edificação das reduções como nos seus momentos finais, destacando-se Cangapol Yati e Calelían. O contexto das reduções demonstrou a principal característica destas parciais, ou seja, grupos que possuíam uma união política transitória permeada pelo parentesco, real ou putativo. Tal aspecto fica indiscutível no ataque do cacique Bravo ao *pueblo* de *Madre de los Desamparados*. Nessa incursão, Cangapol se aliou ao cacique reduzido chamado Sacachu, para convencer os grupos tehuelches (também denominados de theuelches ou patagones) para retirar-se da redução, como nos relata Sánchez Labrador:

Convidó a algunos caciques, quienes por la gran distancia se excusaron; pero otros más inmediatos, por temor a Bravo, en cuyas cercanías habitaban, se coligaron con él para ejecutar sus designios. Uno de estos caciques llamado Sacachu, hombre astuto, conociendo que la Guerra miraba a envolver en sangre, no solo a los Puelches de la

Reducción del Pilar, sino también a los Thuelches de su Nación, agregados a los Misioneros, uso de esta estratagema (SÁNCHEZ LABRADOR, [1772] 1936, p. 133).

Nesta ocasião o cacique Sacachu, convenceu o restante dos grupos da redução a se aliar a Cangapol e deixar o povoado jesuítico. Na fuga os índios furtaram o gado do povoado de *Del Pilar*, que era próximo. De tal modo, isso elucida que as parciais em alguns momentos realizavam alianças ou fusões como denominado por Martha Bechis (2010), em outros se dissolviam ou praticavam fissões (BECHIS, 2010) e até mesmo se hostilizavam, evidenciado o fluxo e versatilidade das relações.

Com esse término conflituoso do projeto dos jesuítas, o protagonismo de diferentes líderes indígenas e a continuação de ameaças e ataques nativos, bem como o desejo de expansão de terras pelos espanhóis, a sociedade hispano-crioula fronteiriça pressionava o governo colonial com uma série de reclamações formais ao Cabildo, demandando por políticas mais eficientes. Devemos ressaltar que os próprios povoados fronteiriços formaram milícias para proteger suas terras, apesar do que, não conseguiam controlar as incursões nativas.

Assim, o influente estancieiro Juan Francisco Basurco, morador da região noroeste da campanha, em Arrecifes, em fevereiro de 1751, apresentou ao Cabildo uma extensa declaração que reclamava dos ataques sofridos pelos indígenas. Nesta ampla protestação, o estancieiro relatava ofensivas violentas com mortes e altos prejuízos materiais altíssimos. Requeria, por isto, urgentemente, a instauração de Companhias de milícias assalariadas e recomendava a formação de um Ramo de Guerra:

[...] Primeramente es notorio a VS. el estrago sangriento que el año pasado de 49, practicó la infiel hostilidad del enemigo, en la tropa y carretas que conducían Dn. Nicolás Gil y Dn. Francisco Escudero, con cantidad de plata y otros efectos del Reino de Chile, tan cruel y lamentable, que de entre 40 y personas entre peones y pasajeros, solo pudo escapar uno a industria de su temor, para que sirviese su dicho de trágico epitafio. [...] Desde el '49 al presente en que estamos, ha robado su malignidad furtiva sobre 50.000 cabezas de ganado abundante, [...] que por este motivo se vieron destruidos sus campos, degollados sus habitantes reduciendo las vecindades al recinto de la ciudad hasta que conociendo después de desolado **que el único remedio era el de formar Compañías pagadas, con gente del país que persiguiesen a los dichos indios, se fueron restableciendo a su antiguo estado**[...], en: Expediente obrado a representación de Dn. Juan Francisco Basurco en cuanto a los insultos, robos y homicidios que han padecido [de] los enemigos infieles en los Arrecifes y otros parajes, para cuyo remedio se trata del establecimiento de 2 o 3 compañías de gente del país asalarada y de los Arbitrios con que deba subvenir al pago de sus sueldos – abril de 1751, (AGN, Sala IX, Archivo del Cabildo, legajo 19-2-4, fol. 6 f. a 8 f.) [Grifos nossos].

Em agosto do mesmo ano, o também respeitável Mestre de Campo Juan de San Martín, igualmente morador de Arrecifes, juntamente com o também estancieiro Juan Basurco, faz

novamente uma reclamação junto ao Cabildo de Buenos Aires exigindo ações sólidas para conter os ataques indígenas na fronteira.

Fabian Árias (2012) aponta que o maior problema a ser superado pelas autoridades era a falta de recursos para sustentar as atividades das milícias. Segundo ele, desde 1737, petições eram destinadas a requerer, aos governadores coloniais e às autoridades metropolitanas, a instauração do Ramo de Guerra que agilizaria as atividades das milícias na fronteira. O mesmo autor afirma que a Coroa respondeu negativamente a todos os pedidos, mencionando ao grande número de vizinhos existentes e a insuficiência dos recursos defensivos, pois o Tesouro Real investia na guarnição do Exército local. Árias (2012) salienta que no transcorrer dos anos de 1737-1752, as duas vezes em que se angariavam impostos para auxiliar as ações defensivas das milícias, elas foram aprovadas pelos governadores sem autorização das autoridades metropolitanas. Os dois governadores, tanto Domingo Ortiz de Rozas, em 1745, quanto Joseph de Andonaegui, em 1752, adotaram a decisão de permitir a cobrança de um conjunto de impostos sem licença prévia da Coroa, que continuou a se recusar a reconhecer esses poderes até 1760. Para a Coroa espanhola, que se negava a permitir a instalação de milícias pagas e dos fortes, a melhor estratégia era povoar a fronteira, como percebemos na Real Cédula de 10 de julho de 1753, um ano após a criação dos blandengues. No documento podemos perceber a posição da metrópole:

“[...] que se considera más útil y proporcionado para evitar tan graves inconvenientes, **es el de el establecimiento de poblaciones**¹⁰⁹, pues manifiesta la experiencia cuán pocas veces común se atreve la osadía de esos bárbaros a invadir las, efectuándose con tanta frecuencia con los que encuentra dispersos en la campaña”. (YRIBARREN, 1937, p. 61-65) [grifos nossos]

Alemano (2016), afirma que a fronteira bonaerense, neste contexto, elucida uma nova perspectiva sobre o papel do Cabildo de Buenos Aires, no século XVIII, no que diz respeito a sua posição na administração colonial e dentro da própria Monarquia espanhola. Como vimos, foi iniciativa dos povoadores fronteiriços e respectivamente do Cabildo, a criação das milícias pagas e do novo imposto para mantê-las. Nestas circunstâncias, para Alemano (2016), diferentemente do que a historiografia clássica afirmava, ou seja, que o Cabildo de Buenos Aires não possuía ação política na colônia, a ação miliciana na fronteira mostra definitivamente o contrário, ou seja, uma disputa pelo agenciamento da fronteira.

¹⁰⁹ O que deve ficar claro é que a Coroa espanhola desejava que os “brancos” se apropriassem da fronteira, por isso a disposição de estabelecer esses povoados.

Como se verá, estas condiciones le permitieron al Cabildo de Buenos Aires disputar su lugar en el seno de una Monarquía policéntrica, elevando su preeminencia material y simbólica. Por otro lado, cuando la gobernación centralizó los blandengues y el «Ramo de Guerra», la causa de la frontera se convirtió en un motivo de su oposición política a la administración colonial. (ALEMANO, 2016, p.32).

Com efeito, a historiografia clássica considera que os cabildos progressivamente perderam sua capacidade de representar os interesses locais. O que percebemos aqui, ao contrário, é a ação do cabildo em prol dos interesses dos *vecinos*, confirmando a fecundidade de análises feitas a partir de uma mirada em escala reduzida.

Na mesma perspectiva, Árias (2012) ratifica que o ano de 1752 se abre com uma série de medidas governamentais por parte da administração local. A primeira medida foi aprovada no primeiro bimestre de 1752 a cobrança de alguns tributos para aumentar o valor que já era arrecadado. Entretanto, os rendimentos não eram suficientes para sustentar o plano defensivo sugerido. Em abril daquele mesmo ano, o governador Andonaegui aprovou outra série de impostos extraordinários a serem cobrados da circulação comercial de certos produtos. Nesse mesmo mês já havia sido constituída a primeira Companhia de Milícias assalariadas, os Blandengues e os seus respectivos fortes, de Luján, Salto e El Zanjón. Como mostraremos abaixo, eles funcionariam concomitantemente com as milícias de povoadores.

Efetivamente, foi aí que se iniciou um novo projeto para a fronteira bonaerense, ou melhor dizendo a criação da companhia de milícias assalariadas e dos fortes e fortins. Desse modo, se a tentativa de mediação da sociedade hispano-crioula com os indígenas a cargo dos padres jesuítas não trouxe os resultados esperados, neste momento ela passa às mãos do Cabildo através das ações dos milicianos. Essa transformação na tomada de ação por parte do governo da colônia, deixa nítido a necessidade de mudança e de um controle mais efetivo da campanha bonaerense. Apesar disso, esse sistema era muito debilitado, como veremos com mais detalhes mais adiante.

Podemos afirmar que este aspecto do projeto político borbônico apresenta-se de forma mais efetiva, na Pampa bonaerense, sob o reinado de Carlos III, em consonância com as análises de David Weber (1998). Com efeito, é neste período que se concebe a criação do Vice-reinado do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires, atendendo ao intento do monarca de criar um centro político e militar eficaz.

A Real Cédula de 27 de outubro de 1777 consolidou a criação do Vice-reinado colocando à sua frente o vice-rei Juan José Vertiz. Projetou-se, principalmente, modernizar e organizar a cidade de Buenos Aires, e *resolver os problemas com os índios insubmissos e os problemas na fronteira*. Devemos lembrar aqui, que o esforço em resolver a “questão indígena”

também se relacionava ao temor de que eles se tornassem potenciais aliados dos interesses estrangeiros.

Com a consolidação do vice-reinado do Rio da Prata e a chegada de um novo vice-rei, houve a tentativa de intensificar o projeto de povoamento da fronteira. O vice-rei, Juan Joseph de Vértiz y Salcedo (1778-1784) estendeu uma série de reformulações na administração e no governo colonial, principalmente com relação às fronteiras. Sob o comando desse administrador, se tenta colocar em prática uma política defensiva e a edificação de um corpo veterano nos blandengues. Entre os anos de 1779 e 1781 ele põe em marcha seu “cordão defensivo” que consistiu em edificar mais cinco fortes principais (Chascomús, Monte, Luján, Salto e Rojas) e quatro intermediários (Ranchos, Lobos, Navarro y Areco) no hinterland bonaerense. Simultaneamente à edificação do cordão defensivo de Vertiz foram fundados na costa Patagônica os povoados e fortes de Carmen de Patagones (1779), San José (1779) e Forte de Floridablanca (1780). Esses assentamentos patagônicos são resultados não só das contendas com as populações nativas, mas também, da grande preocupação dos espanhóis com os britânicos que, como dissemos, eram uma ameaça real de estabelecimento na área. A ideia do vice-rei era que se formasse pequenos núcleos populacionais em torno das fortificações.

Sendo assim, retomamos a questão que lançamos precedentemente, isto é, como as ideias borbônicas, baseadas na Ilustração, funcionavam na realidade colonial da fronteira da Pampa? Nossa hipótese é que não era uma relação de poder unilateral da metrópole sobre a colônia. Como vimos, primeiramente, as reduções jesuíticas não renderam os resultados esperados, seu final dramático, a atuação dos indígenas, dos líderes nativos, das populações hispano-crioulas fronteiriças, a desconfiança destes últimos com os povoados jesuíticos e o próprio inquérito instaurado para averiguar as reduções nos sugerem a capacidade das populações fronteiriças tanto nativas, quanto espanholas de manobrar a política imperial.

Corroborando com essa conjectura, ou seja, a relevância das manobras locais sobre o poder metropolitano, a criação do Ramo de Guerra e das milícias assalariadas também são outro exemplo dessas estratégias, pois elas foram uma iniciativa do governo da colônia, sem autorização da Coroa. Mais tarde, mesmo com a consolidação do vice-reinado e as reformas de Vertiz, as ideias ilustradas constantemente chocavam-se com os interesses locais, como veremos no próximo capítulo.

Para David Brading (1993), as reformas borbônicas foram uma autêntica “revolução no governo” e à chave explicativa da última etapa colonial¹¹⁰. Da mesma forma, John Lynch

¹¹⁰ Para saber mais das formulações do autor ver: BRADING, David A. *Mineros y comerciantes en el México Borbónico (1763-1810)*. México: FCE 1993. p.55-132; Idem. *La España de los Borbones y su imperio*

(1991), salienta que essas reformulações originaram uma moderna colonização da América¹¹¹, que ele denomina como a “segunda conquista”. Contudo, podemos assegurar, que essas reformas não foram homogêneas e nem constantes.

Como veremos com mais detalhes no próximo capítulo, nem sempre as regras correspondem com a realidade, pois a efetivação dessas políticas dependiam exclusivamente do elemento humano por trás da prática. Em vista disso, as experiências individuais dos funcionários coloniais também influenciaram diretamente nas ações. David Weber (1998) indica que alguns militares estavam acostumados a desconfiar dos índios insubmissos e se opunham à proposta de coexistir preferindo sua aniquilação. Isso ficará evidente com a chegada do vice-rei Vertiz no Rio da Prata, considerado um ilustrado, se negava a negociar com os nativos, sua política apostava na apreensão dos caciques e no povoamento hispano-crioulo da fronteira, como veremos adiante as ações de Vertiz influenciaram na conjuntura hostil da fronteira a partir de 1778. Assim, as propostas ilustradas, seus regulamentos, como destacamos anteriormente, poucas vezes correspondem com as possibilidades.

Portanto, o poder da metrópole e respectivamente as reformas borbônicas, não eram uniformes, pois a conjuntura específica da região demarcava as ações, ou seja, no caso pampeano, foram os hispano-crioulos fronteiriços e a situação singular das parcialidades nativas com seus distintos líderes e formas de influências, que impulsionaram as mudanças. Assim sendo, o novo sistema instaurado em 1752, teve como protagonistas os atores sociais fronteiriços, pois foram eles os responsáveis por edificar e moldar constantemente essa nova estrutura, o que solidifica nossa conjectura para a região que denominamos de “fronteira agenciada”.

Por este ângulo, David Weber e Jane M. Rausch (1994) ratificam nossa percepção, ao afirmar que:

En algunos lugares, **las acciones de las personas en las fronteras transformaron las instituciones políticas y económicas mucho más allá de la frontera en sí misma** [...] A su vez, procesos históricos más amplios dieron forma a la vida de las poblaciones de la frontera, [...] Las transformaciones asociadas a las fronteras, entonces, ocurren tanto en el nivel local como en el nivel global, y sólo pueden ser completamente entendidas cuando capturamos la interrelación de intereses locales y globales. (Apud: Alemo, 2016, p.25) [grifos nossos].

americano. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina. Vol.2. América Latina Colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII y XVIII*. Barcelona: Crítica, 1990. p.85-126.

¹¹¹ Ver: LYNCH, John. *El siglo XVIII (Historia de España, XII)*. Edição original inglesa de 1989. Barcelona: Crítica, 1991. p.295-336; Idem. *El reformismo borbónico e Hispanoamérica*. In: GUIMERA, Agustín (ed.). *Op. Cit.*, p.37-59.

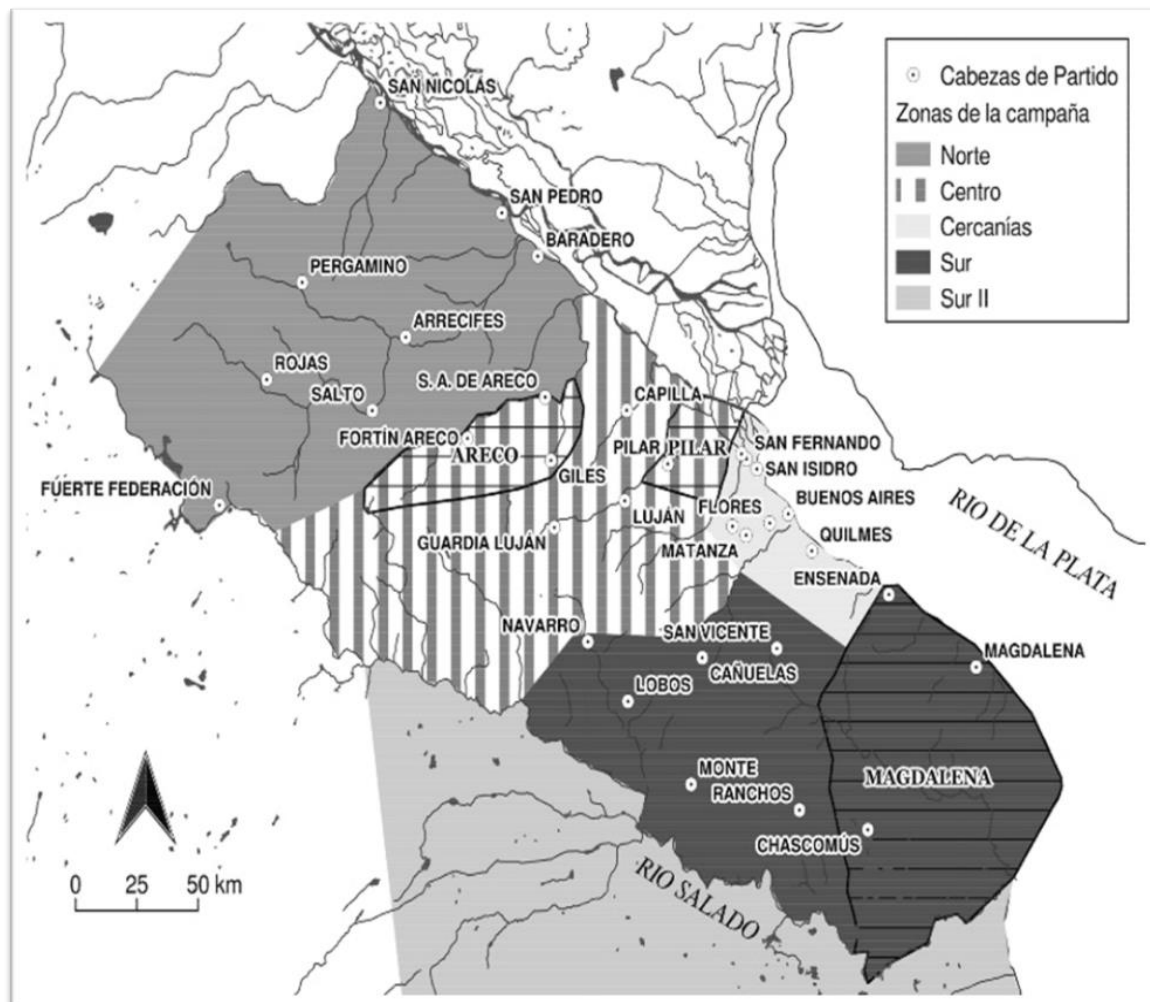
3.3 Introdução dos fortes e fortins na campanha sul bonaerense.

No tópico anterior, vimos que a criação de uma companhia de milicianos pagos foi uma iniciativa dos povoadores da fronteira, inclusive contrariando o desígnio da Coroa Espanhola, uma vez que, as demandas regionais e as políticas bourbônicas nem sempre estavam na mesma sintonia, como ficou evidente no caso da fronteira bonaerense. Por isso, neste tópico iremos conhecer como se organizou esse empreendimento provincial, a estrutura dos fortes, quem eram os blandengues e qual era o papel da fortificação na fronteira.

Como vimos, foi em 1752, que foram organizadas as companhias de milicianos denominados de Blandengues. A primeira companhia se chamou “Valerosa”, e foi comandada pelo capitão José de Zárate. Nos seus primeiros meses, de abril a junho, os milicianos vigiaram a campanha sem estarem assentados, para em julho de 1752 se fixarem na localidade de Luján. Somente dois anos depois foi erguido o forte homônimo. A segunda companhia foi denominada “Atrevida”, dirigida pelo capitão Isidoro Troncoso, e se colocando na paragem de Salto, para compor posteriormente o forte de mesmo nome. Já a terceira companhia, “La Conquistadora”, se estabeleceu no local conhecido por Samborombón, constituindo-se o forte de El Zanjón, comandado pelo capitão Juan Blas Gago.

Segundo Arias (2012), o total de blandengues, neste primeiro momento, beirava o número de 150, entre militares, suboficiais e oficiais; todos eles formaram esquadrões de cavalaria, cuja principal tarefa era visitar periodicamente a campanha. A ideia era controlar e vigiar os extensos territórios que se estendiam desde o rio Arrecifes, no Norte, até o rio Samborombón, no sul. No mapa abaixo, podemos ter uma ideia da extensão territorial entre estes dois rios, bem como entre os fortes, que atualmente possuem localidades, muitas vezes homônimas na província de Buenos Aires. São em torno de 420 quilômetros, sendo que, nestes primeiros anos, teremos a presença de somente três fortificações, a saber, Luján, Salto e El Zanjón. No entanto, haverá, também, alguns fortins ou guardas, construções de menor envergadura, que abrigavam a própria população miliciana. Esse contingente, que não era assalariado, era sustentado com mantimentos.

Mapa 4 - Os povoados e fortes da fronteira

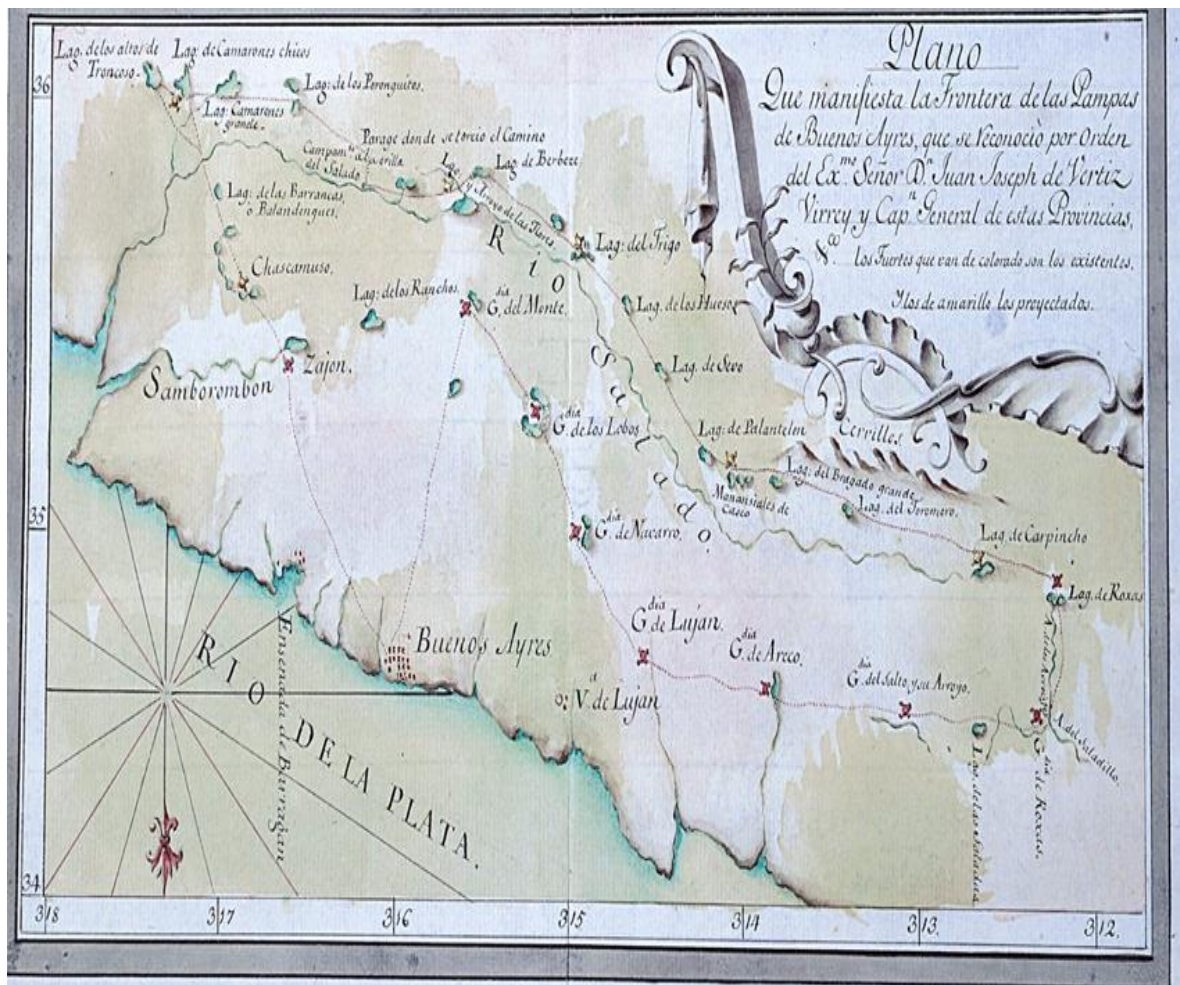


Fonte: GELMAN, Jorge y SANTILLI, Daniel. La distribución de la riqueza en el Buenos Aires rural entre finales de la colonia y la primera mitad del siglo XIX. ¿Una desigualdad moderada y en declive?.

Am. Lat. Hist. Econ [online]. 2018, vol.25, n.2 [citado 2021-12-11], pp.7-41. Disponible en:

<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532018000200007&lng=es&nrm=iso>. ISSN 2007-3496. <https://doi.org/10.18232/alhe.v25i1.891>.

Mapa 5 - O caminho das Companhias de Blandengues



Fonte: AGI. Plano que manifiesta la Frontera de las Pampas de Buenos Ayres, que se reconoció por orden del Excelentísimo Señor don Juan Joseph de Vertiz Virrey y Capitán General de estas Provincias, etc." Mapa de la frontera de la provincia de Buenos Aires, desde la desembocadura al nacimiento del río Salado. Remitido por el virrey de Buenos Aires Juan José de Vertiz, con expediente y carta número 169, de 8 de junio de 1779. BUENOS AIRES. Disponível em: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/16926?nme>

Para análise desse primeiro período, entre 1752 e 1779, investigamos as correspondências do forte de El Zanjón, que foi transferido para Chascomús em 1779, uma vez que, as outras fortificações analisadas só serão edificadas a partir de 1780. O forte de El Zanjón, estava localizado na região chamada de Pago de Magdalena, ao sul de Buenos Aires e seus limites lidavam com o rio Salado.

De acordo com Carlon (2009), especificamente, Magdalena, era o maior povoado da campanha na região sul. Em meados do século XVIII, abrangia das proximidades da atual avellaneda, em Buenos Aires, ao rio Samborombón, compreendendo os atuais municípios de Quilmes, Florencio Varela, Berazategui, La Plata, Ensenada, Berisso e Magdalena¹¹².

O forte de El Zanjón, e, mais tarde, em 1780, os de Chascomús, Monte e Ranchos estão localizados em uma região chamada de “paisaje de las lagunas”, onde o Rio Salado estende suas águas até o Rio da Prata. A paisagem é caracterizada por terrenos planos, com partes mais baixas que formam banhados, bordas de arroios e lagoas. Essas áreas são marcadas ao sul pelo rio Salado e a nordeste pelo Samborombón, onde se instalou o forte de El Zanjón. Em direção a esses dois rios existe uma grande quantidade de lagoas que carregam suas águas para riachos menores, pois dependem do regime de chuvas (BANZATO, 2012).

Essa área possuía a dupla função de favorecer o acesso a água e formar barreiras naturais que evitavam a dispersão dos animais. Entretanto, durante o inverno o rio Samborombón crescia com velocidade extrema e ao se aproximar do Rio da Prata tornava-se uma verdadeira torrente. Já o clima é temperado, havendo um período quente entre os meses de novembro e março, com temperaturas médias entre 19° e 23°, e um período mais frio, entre maio e agosto, com temperaturas médias em torno de 10°. Entre o final do verão e o início no outono o clima é mais estável, mas durante a primavera e o início do verão, pode haver tempestades violentas. Em síntese, essa área se caracterizava pela fertilidade e abundância de pastos, o que atraía indígenas e hispano-crioulos.

Segundo Florencia Carlon (2009), Matanza e Magdalena foram áreas de ocupação colonial mais recente que, devido à fecundidade dos campos e fartura de pasto e água, abrigavam muitas fazendas dedicadas à produção animal. Mesmo assim, podemos assinalar

¹¹² Entretanto, para a região norte, segundo ALEMANO, M. E. y F. CARLÓN, a área recebeu dinamismo através de migrantes na primeira metade do século XVIII, o que é revelado pelo crescimento populacional de 1726 a 1744, para se estabilizar em 1815. O Norte de Buenos Aires era uma área muito rica em produção agrícola, mas acima de tudo pecuária, com presença significativa de bovinos, equinos e mulas, favorecidas pela qualidade de suas pastagens, que eram muito férteis pela presença de numerosos cursos de água. (2009, p.32)

que as características gerais deste espaço eram a diversidade produtiva e a heterogeneidade na sua composição social. Ainda que a historiografia tradicional argentina apresente o cenário da campanha como quase homogeneamente pecuário, alocando a grande estância como eixo das relações de trabalho e sociais, os trabalhos contemporâneos demonstram uma realidade diversa. De fato, existiam grandes fazendas, porém junto delas, havia uma série de propriedades menores com pequenas famílias que podiam ser de terras próprias ou arrendadas (GARAVAGLIA Y GELMAN, 1998).

Neste sentido, a pecuária era seguida por áreas agrícolas destinadas à produção de trigo e outros cultivos, o que formou um espaço de cultivo que supria as necessidades internas da campanha bonaerense (GARAVAGLIA, 1999). Desse modo, segundo Taruselli (2010), às tarefas sazonais do calendário agrário organizavam a vida e o espaço populacional. A atividade mais importante e estimulante se encontrava nas estâncias de criação, onde o gado era marcado com ferro e os machos jovens eram castrados no início do outono (março-abril) ou no final inverno (agosto-setembro). A falta de cercas tornou necessária a realização de uma vigilância constante do gado, bem como habituá-lo a permanecer em determinado local e, depois, realizar transferência para campos de “invernada”, como aqueles que, pelas suas características, eram chamadas pastagens permanentes e diluídas, mesmo em épocas de seca ou invernos rigorosos. Enquanto isso, as atividades do ciclo agrícola com maior exigência de mão de obra, poderiam ser complementadas com as anteriores.

O cultivo do trigo por exemplo teve início no período de maio a agosto e sua colheita poderia ocorrer entre dezembro e fevereiro. As autoridades tinham de levar especialmente em consideração as épocas de colheita e semeadura para realizar antes ou depois de outras atividades, como assembléias instrucionais de milícias ou a expedição às salinas para abastecer Buenos Aires (TARUSELLI, 2010). A demanda por mão de obra na região tornou-se um fator de atração da população. Estudos demográficos recentes demonstram a importância da imigração precoce de famílias das regiões do interior do vice-reinado, especialmente Santiago del Estero e Tucumán, que se estabeleceram na campanha de Buenos Aires. A contribuição dos povos indígenas tanto do litoral como da região andina não é menor na composição deste fluxo migratório constante (TARUSELLI, 2010).

Enrique (2018), afirma que as estações do ano afetavam fortemente a configuração da paisagem pampeana, sendo os ciclos agrícolas muito relevantes na construção da paisagem da Pampa, principalmente, no período de safra, que monopolizava todas as atenções. Nesse caso, os fortes de fronteira eram negligenciados, pois o trabalho agrícola fazia com que os homens os deixassem em determinados momentos, como na colheita,

para cuidar de seus assuntos pessoais e evitar perdas produtivas e econômicas. Nesse caso, as fortificações eram abandonadas e ficavam desprotegidas dos possíveis ataques e incursões dos indígenas, dado que eles conheciam esses ciclos de ocupação.

É neste cenário que é instalado o Forte de El Zanjón. Sua origem advém da iniciativa do maestro de campo Juan de San Martín, que é contratado para designar um grupo miliciano de povoadores de Magdalena para proteger a área. Neste contexto, eles elegem o nome de “Guarda del Zanjón”, também conhecido como “Forte San Martín” ou “San Martín del Zanjón”, em homenagem ao seu fundador.

Se faz necessário evidenciar, como apontamos anteriormente, que já existiam milícias rurais, compostas pelos próprios povoadores, as quais ficavam em diferentes pontos da região instaladas em guardas ou fortins. Estas milícias haviam tido papel nos conflitos com os indígenas que tensionaram as relações entre eles e a sociedade colonial no período que antecedeu a fundação das missões jesuíticas. Os nomes das guardas eram Atalaya, criada em 1757, Avanzada Samborombón, criada em 1766, e as de Ensenada e Punta Lara, que operaram a partir de 1750 e 1774.

Mapa 6 - O forte de El Zanjón



Fonte: Fragmento do mapa anterior para visualização de El Zanjón e Chascomús. Fonte: AGI. Plano que manifiesta la Frontera de las Pampas de Buenos Aires, que se reconoció por orden del Excelentísimo Señor don Juan Joseph de Vertiz Virrey y Capitán General de estas Provincias, etc." Mapa de la frontera de la provincia de Buenos Aires, desde la desembocadura al nacimiento del río Salado. Remitido por el virrey de Buenos Aires Juan José de Vertiz, con expediente y carta número 169, de 8 de junio de 1779. BUENOS AIRES. Disponible en: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/16926?nme>

Nos documentos consultados, encontramos algumas pistas referentes às instalações do forte de El Zanjón, ele possuía uma estrutura quadrangular, com entorno de sessenta e três metros, teto feito de palha, uma capela, curral, uma área para oficiais e cozinha que abrigava em torno de 50 homens, “[...] un cuadrilongo de cincuenta y siete varas, defendido de palo a pique, sin foso, ni rastrillo, ni puerta, um cartel capaz para alojar cinquenta homens [...]”¹¹³.

Segundo Néspolo (2006), em termos gerais, as fortificações possuíam características em comum, como os materiais de construção que eram principalmente madeiras, barro, adobe e palha. “En igual orden, es su capacidad efectiva o tamaño, porque en todos los casos la dimensión máxima alcanzada no puede albergar más de cien milicianos o blandengues, número de soldados que es más que anhelado para el siglo XVIII.” (NESPOLO, 2006, p. 92). Já as guardas ou fortins eram estruturas mais rudimentares como as réplicas abaixo.

As figuras a seguir procedem de réplicas do fortín de Navarro, edificado em 1767 e de Ranchos, que atualmente ficam na localidade de mesmo nome. Mesmo que de estrutura menor, por se tratar de um fortín ou guarda, podemos fazer algumas analogias entre ele e o forte de El Zanjón, principalmente no que se refere aos materiais de construção como a madeira, o barro, a palha, sendo a pedra praticamente inexistente. Também são comuns, a estrutura quadrangular, a cozinha separada do dormitório, a proteção do local feita através de uma cerca de madeira e sem fosso.

Fotografia 1 - Estrutura física de um forte bonaerense no século XVIII



¹¹³ Ignácio Zavala, AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandância de fronteira de El Zanjón, 3 de fevereiro de 1777.

Fonte:<https://ahicitonomas.com.ar/2019/02/11/el-fortin-san-lorenzo-de-navarro-replica-fiel-del-puesto-de-frontera-original/>

Fotografia 2 - Estrutura física de um forte bonaerense no século XVIII



Fonte:<https://ahicitonomas.com.ar/2019/02/11/el-fortin-san-lorenzo-de-navarro-replica-fiel-del-puesto-de-frontera-original/>

Fotografia 3 - Estrutura física de um forte bonaerense no século XVIII



Fonte:<https://ahicitonomas.com.ar/2019/02/11/el-fortin-san-lorenzo-de-navarro-replica-fiel-del-puesto-de-frontera-original/>

Fotografia 4 - Forte de Ranchos



Fonte: <https://mapio.net/pic/p-42399922/>

A humildade das instalações estava de acordo com as condições sociais dos blandengues. Realmente, eles deveriam ser “jente de onrado nacimiento y buenos procederes, [...] sean robustos, de buena estatura y conocido valor”¹¹⁴. Contudo, esses soldados, eram recrutados dos setores mais humildes da campanha, basicamente trabalhadores do meio rural. Não possuímos os dados da composição social dos blandengues de El Zanjón, mas podemos estabelecer alguns parâmetros com as informações do forte de Salto, em 1766, encontradas no trabalho de Alemanno (2017), e nas análises de Mayo (1998).

De acordo com esses autores, a base social do recrutamento de blandengues era alicerçada entre as camadas mais baixas da população, de migrantes da própria província e de afrodescendentes. Para Alemanno (2017), esse recrutamento era ao mesmo tempo, uma possibilidade de deslocamento geográfico e ascensão social. Na listagem utilizada por este ela,

¹¹⁴ AGN, Sala IX, 1-5-2, Comandancia de Frontera, Arrecifes, APUD: Mayo, 1998, p.73.

dos cinquenta homens da guarda de Salto, somente onze eram caracterizados como brancos, seis eram de cor *trigueña* (cor amarela escura, como o trigo maduro)¹¹⁵ e trinta e três eram morenos, ou seja, de origem africana. Desse modo, de acordo com a autora, a maioria dos blandengues de Salto eram de pessoas de cor, ou seja, 80% da tropa. Outro dado importante, refere-se ao local de origem dos soldados: dos cinquenta nomes, somente dezesseis eram de Buenos Aires, o restante provinha do interior rio-platense.

Por sua parte, Carlos Mayo (1998) assinala que a maioria da tropa era composta por trabalhadores do meio rural, não qualificados, com ofício “do campo”; m número menor era de artesãos; “Si esta muestra se revelara representativa, entonces el típico blandengue – como todos los soldados y en especial los de las fronteras coloniales hispano-americanas – ha sido reclutado entre los estratos más bajos de la sociedad” (MAYO, 1998, p.73).

De tal forma, podemos considerar que o mesmo perfil social incidia no forte de El Zanjón. De acordo com nossa investigação, percebe-se que desde os primórdios da instalação do forte, em 1750, até sua mudança da localização, em 1779, ou seja, ao longo de vinte e nove anos, a situação dos blandengues e milicianos era extremamente árdua. Em repetidas cartas, durante estes quase trinta anos de existência do forte, os tenentes e capitães responsáveis pela fortificação suplicavam por pagamentos, apoio e mantimentos.

Logo no início dos trabalhos em El Zanjón, em outubro de 1750, o tenente José Ignacio Zavala escrevia ao governador de Buenos Aires, José de Andonaegui; “[...] para que inmediatamente que vea esta le haga entrega de los utensilios pertencientes a dha Cia”¹¹⁶. A situação somente se agravou com anos. O mesmo tenente alertava ao governo da província que os índios furtavam os cavalos do forte, pois ele não contava ao menos com um curral para sítar os animais: “[...] este índio Gualquen es el venir a quitarme los cavalos de esta guardia [...] pues no tengo un corral em poderla asegurar de noche las partidas que corren el campo van y otras vienen [...]”¹¹⁷. Em outra diligência ao governador, em vinte e nove de setembro de 1761, o tenente de El Zanjón, Joseph de Castilla, escrevia sobre a fragilidade das defesas da guarda: “Aziendo le présente la indefensa de la Guardia y que em caso de atacado ni aun para la

¹¹⁵ No dicionário da Real Academia Española, em Diccionario de Autoridades - Tomo VI (1739), temos a seguinte definição para o termo: TRIGUÑO, ÑA. adj. Lo que tiene el color del trigo entre moreno, y rubio. Lat. Color subfuscus, vel triticeus. FIGUER. Passag. Aliv. 1. Que en aquellos es blanco, y sanguino: en estos, quanto se alejan más de los Alpes, tanto más adusto, y trigueño. HORTENS. Mar. f. 246. Aunque parece que negréo de trigueña, mi pedazo tengo de buena cara, ya que lo tostado es del Sol. Disponible en: <https://apps2.rae.es/DA.html>, acceso em 13/05/2021.

¹¹⁶ Zavala, Ignacio. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 2 de outubro de 1750.

¹¹⁷ Zavala, Ignacio. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 29 de outubro de 1758.

defenziba hai gente [...]”¹¹⁸. Mais tarde, em 1766, o sargento López faz uma extensa súplica ao rei ilustrando as condições miseráveis em que se encontrava a tropa:

[...] darles un par de pagos están muy pobres ponerles un capellán para que les de el paso espiritual. [...] Señor esta Guardia está muy destruída no es una defensa para esta gente, p. q. no hay forte ni corral ni vecindad, la que toda se ha retirado por temor del enemigo esperando de que V. Ex. Como celosisimo pai desta república interponha sua poderosa mano [...]. (López, Clemente. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 23 de setembro de 1766).

Passada uma década, nada havia mudado. Assim, o capitão do forte Pedro Escribano, escreveu para o Vice-rei Joseph Vertiz, em fevereiro de 1777: “Hago presente a V.S. lo que dht fuerte se necesita para su defensa y resguardo y su recomposición pues todo se allá inhabitable por lo muy mal tratado que está [...]”¹¹⁹ Em novembro desse ano, o mesmo capitão, relatava ao comandante geral dos blandengues, Joseph Molina: “Dando parte que haber robado los indios en aquella guardia 300 caballos y éguas [...]”¹²⁰. Alguns dias depois, o sargento Clemente López, que escreveu a súplica de 1761, manifestava novamente os mesmos descontentamentos: “Y prevengo a V. Ex. que esta gente está muy expuesta a una desgracia de no tener fuerte más de una pequeña zanja y ni un corral para asegurar los caballos [...]”¹²¹.

Encontramos no Diário de Reconhecimento da Fronteira de Buenos Aires, realizado pelo Tenente Coronel Francisco Betbeze de Ducos, a mesma situação para El Zanjón, em 1779: “Este fuerte del Sanjon, es un cuadrilongo de 13 varas de longitud, y 30 de latitud hecho de malas estacas torcidas, y desiguales, con varios portillos, y sin rastrillo, siendo también poco menos que inservibles los cuarteles” (BETBEZE, 1779, In LEVENE, 1952, p.65).

De tal modo, a pobreza e precariedade não se restringia a fronteira sul e ao forte de El Zanjón. Na guarda Navarro, em 1774, o comandante se queixava: “esto que llaman fuerte no es en realidad otra cosa que un mal corral de ganado pues entre palo y palo cabe un hombre”¹²².

No diário de Betbeze localizamos informações sobre as outras fortificações fronteiriças. O forte de Luján, por exemplo, em 1779, segundo ele, era um recinto quadrilátero de cem varas do lado maior e oitenta do lado menor, em forma de curral de simples parede de terra. Tão destruída era esta, que é fácil entrar por todos os lados a pé, e a cavalo. A vala em algumas partes servia de fosso, e não tem porta ou ponte levadiça. O tenente advertia: “Los cuarteles

¹¹⁸ Castilla, Joseph. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 29 de setembro de 1761.

¹¹⁹ Escribano, Pedro. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 3 de febrero de 1777.

¹²⁰ Escribano, Pedro. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 6 de novembro de 1777.

¹²¹ López, Clemente. Pedro. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 17 de novembro de 1777.

¹²² AGN, Sala IX, 1-5-1, Comandancia de Frontera, Navarro, apud: MAYO, 1998, p.89.

son muy reducidos, estos, y las de las habitaciones están absolutamente inservibles.” O mesmo sucedia no forte de Lobos, “un cuadrado hecho de estacas torcidas, y desiguales, de cuarenta, una varas de lado, su berma de dos y media, el foso dos de ancho, en lo más elevado, y una y media de profundidad. No tiene puerta ni rastrillo” (BETBEZE, 1779, In LEVENE, 1952, p.67).

Como percebemos, ao longo das três décadas de existência de El Zanjón, suas condições não mudaram. Mesmo com os diferentes governadores e suas políticas próprias, José de Andonaegui (1745-1756), Pedro de Cevallos (1756-1766) Francisco de Paula Bucarelli (1766-1770), Juan José de Vértiz y Salcedo (1770-1776), Pedro de Cevallos (1777-178), Juan José de Vértiz y Salcedo (1778-1783), Nicolás Francisco Cristóbal del Campo (1784-1789), Nicolás Antonio de Arredondo ((1789-1795) e Pedro de Melo e Portugal (1795-1797) a miséria e a precariedade eram a regra da vivência nas fortificações.

Ademais, outro problema recorrente entre os blandengues, como apontamos anteriormente, era o atraso dos salários. Em 1761, o capitão dos blandengues de El Zanjón, Joseph Castilla, escrevia ao governador reclamando que os soldados da Companhia não recebiam seus salários havia quatro anos, e, por esse motivo, se negavam a trabalhar. De acordo com os documentos, eles receberam em 1762 um socorro de dois meses de pagamentos mas, nos anos seguintes, nada havia mudado. Em 20 de outubro de 1766, encontramos uma relação de nomes dos milicianos e os respectivos valores devidos pelos seus serviços referentes aos anos de 1764 e 1766.¹²³ Novamente a situação não se restringia apenas ao forte de El Zanjón. Em 1774, o capitão Juan Mier relatava, desde o forte de Salto, “que los soldados estaban quase totalmente desnudos” pois se deviam dois anos e meio de salários atrasados. (MAYO, 1998, p. 76).

Alemano (2018) atenta que na década de 60 do Setecentos, a arrecadação do “Ramo de Guerra”, que custeava a companhia de blandengues, passava por uma intensa crise. Havia suspeitas de corrupção por parte de seus administradores. Além disso, a entrada da Espanha na Guerra dos Sete anos drenou os recursos da Coroa para o conflito, restando aos blandengues bonaerenses verdadeiras esmolos. Ademais, a entrada da Espanha nessa guerra, também repercutiu na colônia, e hispano-crioulos e luso-brasileiros abriram conflitos pela Colônia do Sacramento¹²⁴.

¹²³ AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón. 1774 -1776.

¹²⁴ Para saber mais do tema ver: POSSAMAI, Paulo. *A vida cotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006. POSSAMAI, P. C. O recrutamento militar na América Portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737) . *Revista de História, [S. l.]*, n. 151, p. 151-180, 2004. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i151p151-180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18989>. Acesso em: 30 jan. 2022. POSSAMAI, Paulo. “Montevideo fortificado es otro Gibraltar”: As tentativas dos portugueses em ocupar Montevidéu no século

Em 1761, o governador Pedro Cevallos, preparou uma expedição para a tomada de Sacramento. Nesta conjuntura, ele ordenou que todos os homens adultos livres, tanto do campo, quanto da cidade, formaram milícias. Alemanno (2016), aponta que na campanha bonaerense se formaram vinte e quatro companhias de milícias, mobilizando mais de dois mil homens, o que significa quase toda a população adulta masculina. Foi neste cenário que muitos fortes e fortins perderam milicianos e recursos.

A vista disso, podemos indagar: como estes fortes coloniais conseguiram se manter por mais de meio século? Primeiramente, devemos lembrar que servir nas companhias era um trabalho obrigatório, apesar da resistência da população e das muitas deserções dos milicianos¹²⁵. Como vimos, a composição social desses soldados provém das camadas mais baixas da população, pessoas que viviam às margens da sociedade. Dessa forma, viver como um miliciano nas guardas recebendo produtos para sobrevivência, mesmo que em quantidade reduzida, como gado para provimento de carne, e mantimentos do governo colonial, como farinha, açúcar, erva, entre outros, era uma oportunidade. Da mesma forma que o comércio de alguns desses bens com as populações indígenas. Assim, mesmo com salários atrasados, miséria e precariedade, tinham o interesse de conseguir ascender socialmente, e a vida militar trazia essa vantagem¹²⁶.

Para mais, a ampla documentação do fundo Comandancia de Fronteira mesmo dotada de heterogeneidade, deixa transparecer um dado muito importante, as fortificações fronteiriças eram munidas de uma rede de cooperação. As diversas cartas demonstram como essa rede funcionava. Em 1774, o sargento Clemente López, escrevia ao governador, informando que o forte de El Zanjón, receberia uma escolta de cento e cinquenta homens, por conta do grande número de índios que estavam nas redondezas:

[...] La propuesta que a VS hace dicho Sargento Mayor a que más bien se me darán ciento y cincuenta hombres para la escolta y que mi partido ponga cincuenta hombres en la frontera del Zanjón, [...] el crecido número de Yndios que hay en la campaña para lo que me hace preciso que la gente que lleve para escolta sean hombres de mi

XVIII. Estudios Historicos – CDHRP, Diciembre 2009, N. 3. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/paulo-possamai.pdf. Silva, H., dir. *Los caminos del Mercosur: História económica regional. Etapa colonial*. México: Instituto Panamericano de Geografía e História. 2004. pp.163-199. Possamai, Paulo Cesar A última guerra pela Colônia do Sacramento (1777) Cuadernos de H ideas, vol. 14, núm. 14, 2020 Universidad Nacional de La Plata, Argentina. PRADO, Francisco Pereira. *A colônia do Sacramento: O Extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado. 2002.

¹²⁵ Trataremos desse tema no próximo tópico.

¹²⁶ Como caso da trajetória do sargento maior de milícias Diego Trillo, analisado por Maria Eugenia Alemanno, que a partir da carreira militar conseguiu ascensão social e grandes posses de terras na campanha bonaerense no período colonial tardio. Para saber mais ver: Alemanno, María Eugenia Construcción de poder y ascenso social en una frontera colonial: el caso de Diego Trillo. *Andes*. 2013; 24 (): 179-209. [Fecha de Consulta 11 de Diciembre de 2021]. ISSN: 0327-1676. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12730581006>

satisfacción. (AGN, Sala IX, Leg. 1-4-5, Comandancia de Fronteras, Matanza y Magdalena, 18 de septiembre de 1774. (“Carta del Sargento Prefeito Clemente López al gobernador”)

Em outra passagem, o capitão de el Zanjón, escrevia ao governador avisando que iria socorrer o sargento maior, Manuel Pinazo, na expedição que fazia em tierra adentro, dizendo que ele estava “dispuesto socorrer a Pinazo con armas y gente por perseguir a los Teguelchus”¹²⁷. Mais tarde, o governador escrevia para o forte de El Zanjón, dizendo que os índios amigos avisaram que haveria ataques naquela fronteira, e, por isso, iria mandar o auxílio da companhia de milicianos do forte de Areco: “De necesitarlo se valdrá VM de las fuerzas, asegurando ese flerte [...] y auxilio a V. M con la compañía de Don Gregorio Barragán y demás milicias de aquel partido [...]”¹²⁸

Alemano (2016), ressalta que as diferentes forças de blandengues e milicianos se articulavam em contextos de maiores conflitividades com os indígenas. Com efeito, os excertos destacados mostram que as expedições militares não se organizavam de maneira isolada, e que moviam forças de diferentes lugares, mesmo distantes em dezenas de quilômetros, como o caso revelado nos registros de El Zanjón e Areco. A mesma autora aponta que, na zona sul da campanha bonaerense, além dos blandengues, recebeu-se apoio das “guardas menores”, compostas pelos milicianos sem salário, como Ensenada Punta Lara, Atalaya e Samborombón, em ocasiões de maior conflito, a ajuda vinha de pontos distantes como Luján, Arrecifes e Areco.

Diante disso, podemos considerar que essa fronteira não sofreu um processo de militarização a partir da edificação dos fortes e guardas, com uma política de guerra efetiva, levada a cabo pela política ilustrada bourbônica, como apontado por Carlos Mayo e Latrubesse (1998) e pelos trabalhos tradicionais de Marfany (1940) e Beverina (1992). Realmente, era um sistema muito rudimentar, que ganhará maior preponderância somente após 1780, com as reformas do governador Vertiz e concomitantemente com o vice-rei Loreto. Mesmo assim, ela não rendeu os frutos esperados, como veremos no próximo capítulo. De fato, esse sistema milicianos/blandengues era caracterizado por uma rede de cooperação e afinidades, podendo-se concordar com Néspolo (2007) que aponta que os milicianos e blandengues formavam uma organização de apoio mútuo, que era organizada pelos chefes de milícias, entretanto nossa hipótese acrescenta que essa rede de cooperação também era formada por indígenas, mostraremos esse pressuposto no próximo capítulo.

¹²⁷ AGN, Sala IX, Leg. 1-5-3, Comandancia de Fronteras, El Zanjón, 24 de septiembre de 1770.

¹²⁸ AGN, Sala IX, Leg. 1-5-3, Comandancia de Fronteras, El Zanjón, 27 de septiembre de 1770.

Ainda assim, é possível considerar que os fortes e guardas eram um dos dispositivos de poder da empresa colonial, uma tentativa de apropriação da paisagem e imposição da sociedade hispano-crioula. Porém, o que fica evidente até aqui, e, como veremos no próximo tópico a respeito do cotidiano nas fortificações, essa paisagem se conformava de acordo com os significados e os usos que as pessoas que nela viviam lhe deram, a partir de um jogo de relações com aqueles considerados os “outros”. Argumentamos que o forte não foi uma imposição de poder. Como vimos, as formas de construções se adaptaram ao ambiente pampeano, sendo que a vida era organizada conforme o ritmo das estações do ano, pelas chuvas, pela época da colheita. O cotidiano nas fortificações era marcado pela precariedade. Por isso, de fato, durante o final do período colonial, as fortificações configuraram uma “paisagem mestiça” (ENRIQUE, 2018), que implica não só uma certa aproximação e mistura de sociedades, mas também a criatividade dos atores para reorganizar a paisagem adaptando-se às novas circunstâncias. Nesse caso, a “fronteira agenciada” do período colonial tardio era composta por sujeitos que compuseram essa “paisagem mestiça” onde suas ações organizavam e reorganizavam as possibilidades de acordo com a conjuntura.

O indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade, o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram a formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder. (LORIGA, 1998, p.249)

4 O cotidiano dos fortes e fortins e a consolidação do portal diplomático

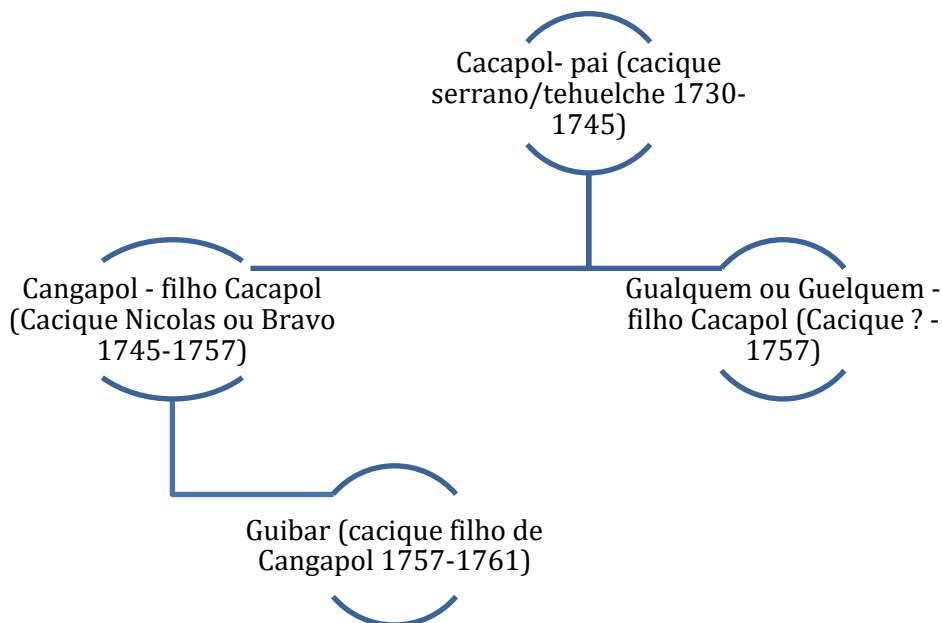
Como vimos no tópico anterior, um conjunto de fortes nas proximidades de Buenos Aires foi criado a partir da iniciativa dos povoadores fronteiriços, em uma conjuntura dinâmica onde diferentes atores sociais, tanto índios quanto cristãos, tiveram protagonismo, configurando o que chamamos de fronteira agenciada. Contudo, os fortes e fortins careciam de recursos e conseguiram se manter apenas por meio de uma rede de cooperação e relações entre os blandengues, milicianos não assalariados e indígenas como demonstraremos neste capítulo.

A conformação dos fortes em *tierra adentro* edificaram a formação de uma “paisaje mestiza” (ENRIQUE, 2018), construída mediante a utilização, interpretação e apropriação de bens e valores materiais e simbólicos de ambas as sociedades, a indígena e a cristã. Neste tópico avaliamos como a paisagem e a cultura mestiça se conformaram no cotidiano das fortificações de fronteira, conheceremos alguns personagens daqueles espaços e, principalmente, discutiremos as relações da sociedade hispano-crioula com as sociedades indígenas e como esses dois mundos se entrelaçavam nestes espaços.

As fontes sobre os acontecimentos desta época, encontradas em arquivos argentinos, em especial aquelas que dizem respeito ao fundo *Comandancia de Frontera*, deixam transparecer a rotina dos fortes e demonstram, entre outros aspectos, o convívio entre os nativos e os cristãos. Como evidenciamos no capítulo 1 deste trabalho, uma característica dos registros dos militares dos fortes, na chegada de índios naqueles espaços, é a denominação do grupo através de seu cacique. Por meio dessa característica conseguimos rastrear os movimentos de alguns desses líderes nativos e, ao mesmo tempo, analisar suas relações com a sociedade colonial. Assim utilizaremos a sugestão metodológica de Ginzburg e Poni (1989), de aproveitar os nomes como rastros para, como pretendemos demonstrar uma vivência que permanece oculta na documentação, até que o historiador venha a revelá-la.

4.1 Os rastros dos caciques nos fortes e fortins

Figura 2 - Caciques da linhagem dos Bravos



Fonte: Elaboração própria com base nos documentos do Fundo Comandancia de Frontera El Zanjón, AGN, Sala IX, 1-5-3 e SANCHEZ LABRADOR, José. [1772] *Paraguay Cathólico. Los indios pampa-puelches-patagones*. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1936.

Os primeiros nomes que encontramos nos registros do forte de El Zanjón foram os da família do cacique Cangapol, ou Nicolás “o Bravo”. Em pesquisa anterior, ressaltamos o protagonismo desse cacique na fronteira bonaerense, entre as décadas de 1740-1753, período em que foram edificadas as, assim chamadas pelos jesuítas, “missões austrais”. É importante lembrar que Cangapol, utilizava diferentes estratégias de ação para com os cristãos: em 1740, foi líder de um grande *malón* que assaltou o povoado de Magdalena; já em 1742 aceitou o tratado conhecido como as “pazes de Casuhatí”¹²⁹, passando a deter o *bastón de mando*, que o tornaria aliado dos espanhóis e responsável por “guardar” a fronteira de ataques de outros grupos nativos. Vimos, também, entretanto, que entre o que era escrito nestes tratados e o que era efetivamente realizado pelos nativos, havia discrepâncias.

Esse líder indígena ganhou proeminência naquele período por sua intensa capacidade de negociação com a sociedade colonial, atributo que destacamos como um “capital social” (GARCIA, 2008). Nesta percepção, Elisa Frühauf Garcia, evidencia que um dos aspectos que passou a ser cada vez mais estimado entre os nativos, era a competência de concretizar

¹²⁹ Em nossa dissertação de mestrado trabalhamos com a trajetória do cacique e com o Tratado estabelecido entre ele e os cristãos. Para saber mais ver: Silva (2016)

negociações com a sociedade colonial. Garcia confirmou que o contato com a sociedade colonial portuguesa foi aproveitado pelos minuanos como um “capital social”, e este foi utilizado em benefício do próprio grupo.

[...], a vida junto da sociedade colonial não acarretava apenas perdas para os índios, no sentido de destruição do seu *modus vivendi* “tradicional”, mas também proporcionava experiências aos índios, manejadas, quando julgado pertinente, a seu favor” (GARCIA, 2008, p. 630).

Todavia, em 1753, o próprio Cangapol ataca as missões bonaerenses e elimina diferentes caciques aliados, como os da linhagem dos Yati, de que trataremos a seguir. Como fica claro, Cangapol não só não “guardou” a fronteira, como ele mesmo atacou, atestando a discrepância entre o escrito no Tratado e aquilo que era efetivamente realizado pelos grupos nativos. Se este tipo de situação construiu a percepção da inconfiabilidade e caráter traiçoeiro dos indígenas na concepção dos “brancos”, entendemos que ele revela, isto sim, sua capacidade de discernir e agir em favor de seus interesses e necessidades.

Com a criação dos fortes e o desmantelamento das missões jesuíticas, os parentes de Cangapol surgem em El Zanjón, região que circundava a antiga redução de Concepción de Los Pampas, assegurando uma continuidade no relacionamento com a sociedade cristã. Os documentos demonstram que após a morte de Cangapol, em 1757, seu grupo passa por um exponencial enfraquecimento. O irmão de Bravo, Gualquem ou Guelquem, e seu sobrinho Guibar (filho de Bravo), acabam por iniciar uma disputa pelo *bastón de mando*. Com efeito, segundo David Weber (2007), os líderes indígenas recebiam da Coroa, “sinais de distinção”, como bastões de mando, medalhas, roupas, manufaturas de metal, que os caciques incorporaram em seus grupos. Esses elementos simbólicos europeus começam a ser ressignificados e fazem parte da cultura indígena. Nesse caso, a querela evidencia o prestígio desse novo componente entre os grupos da Pampa bonaerense.

A disputa também esclarece que a liderança nestas sociedades não era hereditária e, como vimos, irmão e filho de Cangapol, tio e sobrinho, rivalizaram pela atribuição para si, da condição de cacique. Conforme os registros, podemos supor que Gualquen acaba vencendo essa disputa, pois seu nome surge com mais assiduidade na documentação, enquanto Guibar não é mais citado. Martha Bechis (2009) sinaliza que as lideranças pampeanas não se instalavam a partir de um cargo preexistente e que, de fato, as lideranças se construía a partir de oportunidades criadas por méritos pessoais. Pistas a partir de Gualquen que evidenciamos abaixo demonstram essas características.

O que fica claro, é que Guelquem adotou uma estratégia de relacionamento com os cristãos semelhante àquela seguida pelo seu irmão, ora se aliando a eles, ora atacando. Outro indicativo que as fontes apontam é relativo ao comércio de produtos indígenas por intermédio dos fortes.

Señor day parte [...] que se llegaron en este fuerte 12 indios de los de brabo los que los pasan a la ciudad con un soldado que van a vender sus géneros como son plumeros, botas y pellejos y pude informar del sargento estos indios eran doze o catorce grandes [...] (Comandancia de Frontera, Forte El Zanjón, outubro de 1757, AGN, Sala IX, 1-5-3). [grifos nossos]

Como percebemos no relato, os índios de Bravo pedem permissão para vender seus gêneros na cidade - maços de penas, botas e pelegos - episódios que ganharam cada vez mais frequência nos fortes fronteiriços. Abaixo segue uma tabela elaborada a partir dos documentos que apresentam os movimentos do grupo de Bravo no forte de El Zanjón.

Tabela 2 - Grupo dos índios de Bravo e os vínculos no Forte de El Zanjón

Caciques/grupo/ parentesco	Vínculos com os hispano-crioulos/anos em torno do forte de El Zanjón (1757-1780)
<i>Guibar e Gualquen</i> ou <i>Guelquen</i> (tehuelches/serranos) - filho e irmão de Cangapol ou Nicolás “O Bravo”	<p>Episódios entre os anos de 1757 a 1761. Caciques vem até o forte de El Zanjón diversas vezes, vão ao forte para negociar mercadorias (principalmente <i>plumeros</i> e botas).</p> <p>1758 - Gualquen rouba os cavalos do forte de El Zanjón.</p> <p>1758 - Gualquen ataca estância do morador Carmona.</p> <p>1758 - Guibar e Gualquen pedem para ficar com seus (10) toldos nas terras da redução dos jesuítas.</p> <p>1758 - Gualquen rouba os cavalos do forte de El Zanjón.</p> <p>1758 - Guibar e Gualquen se instalam ao lado forte com seus toldos; temor de ataques dos aucas.</p> <p>1760 - Guibar e Gualquen pedem ajuda ao forte de El Zanjón por temor dos ataques dos aucas e dos Yati.</p> <p>1761 - Gualquen se instala perto nos arredores do forte, 11 toldos</p> <p>1761 - Gualquen vai a Buenos Aires negociar cativos.</p>

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos do Fundo Comandancia de Frontera, El Zanjón, AGN, Sala IX, 1-5-3 e SANCHEZ LABRADOR, Jose. [1772] *Paraguay Cathólico. Los indios pampa-puelches-patagones*. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1936.

Realmente, o que podemos ressaltar é que, até 1760, os vínculos da família de Bravo com os cristãos oscilavam entre alianças e ofensivas. Em 1758 Gualquen roubou os cavalos do forte. Logo depois, atacou a propriedade de um morador fronteiriço sendo que, no mesmo ano, pediu ajuda aos cristãos em razão das rivalidades que mantinha com os grupos araucanos e com a parcialidade dos Yati. Nos anos seguintes percebemos uma mudança significativa no relacionamento com os hispano-crioulos, pois o grupo de Gualquen se instala com onze toldos nos arredores do forte de El Zanjón, visto que, existiam contendas entre os grupos dos Bravo, os Yati e os aucas. O miliciano do forte de El Zanjón, Blas Pago, escreve ao Governador indicando que acha conveniente que os *índios de paz* das parcialidades dos Bravo fiquem na localidade da antiga redução: “[...] era uno conveniente el que los yndios de paz del Bravo se ponham en el Rincón de los Padres [...]”¹³⁰

Se dermos crédito às palavras do miliciano, os Bravo eram considerados “índios de paz”. O fato parece indicar que essa linhagem preferia negociar com os cristãos, demonstrando a dificuldade do grupo em estabelecer alianças com outros indígenas. Uma explicação para isto poderia ser que Gualquen não possuía os mesmos atributos de persuasão que seu irmão Cangapol, podendo ser esse um dos motivos do enfraquecimento do grupo. Ademais, o que fica evidente, é que as rivalidades entre os Yati e os Bravo, que já eram pregressas, permaneceram pelas décadas posteriores. É necessário lembrar que Cangapol havia assassinado Phelipe Yati na conjuntura de crise missões austrais¹³¹.

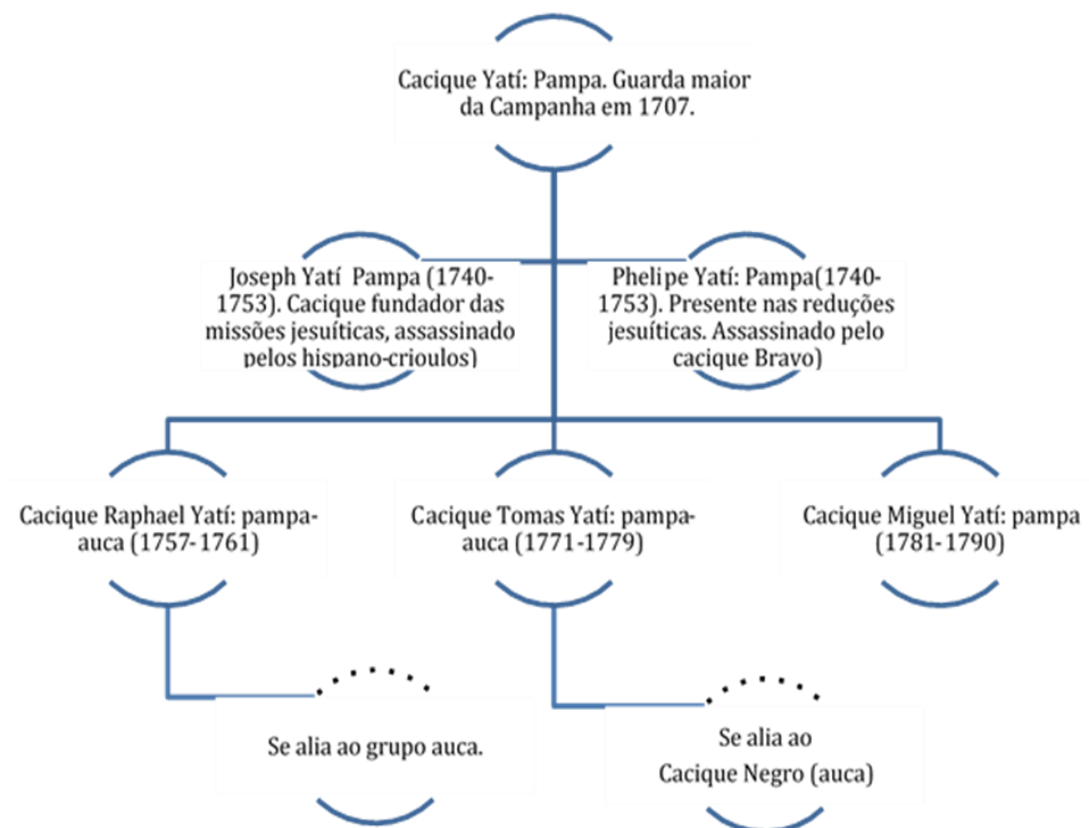
Assim, diferentemente dos anos antecedentes onde Cacapol e Cangapol mobilizavam diferentes grupos nos ataques aos cristãos,¹³² a linhagem dos Bravo, após a morte do influente cacique, perdeu sua distinção, e sugerimos que as rivalidades entre tio e sobrinho e a baixa capacidade de convencimento de Gualquen, levaram a esse enfraquecimento. Além disso, não podemos esquecer que a presença dos aucas em território pampeano era constante em meados do Setecentos, e os Bravo mantinham intensas rivalidades com esses grupos. Nesse caso, eles optaram por se aliar aos hispano-crioulos aproveitando do “capital social” inicialmente angariado pelo líder Nicolas Cangapol, visto que permaneceram com seus toldos em torno do forte. Infelizmente após 1761 perdemos o rastro de sua linhagem nas fontes.

¹³⁰ PERALTA, Manuel. Forte El Zanjón, 6 de agosto de 1758, AGN, Sala IX, 1-5-3.

¹³¹ O padre Sanchez Labrador conta que Bravo “era enemigo jurado de Phelipe Yahati; y envidioso de la presa que llevaba, dio con su gente sobre ellos, quitó a bastantes la vida y a todos despojó del hurto. Aquí pagó con muerte cruel Phelipe Yahati sus iniquidades” ([1772] 1936, p.156-158).

¹³² “Cacapol, que con los tehuelhets [...] salió al campo á la cabeza de mil hombres (otros dicen cuatro mil) compuestos de Tehuelches, Guilliches, y Peguenches [...]”. (FALKNER, [1774], 1836, p.42). Esta narrativa ilustra a capacidade de mobilização do líder indígena e a flexibilidade dos limites externos e internos dos grupos nativos da Pampa-Patagônia.

Figura 3 - Caciques da linhagem dos Yati.



Fonte: Elaboração própria com base nos documentos do fundo Comandância de Fronteira: AGN- 1-5-3, El Zanjón, AGN 1-4-3, Chascomús, AGN 1-4-5, Matanza e SANCHEZ LABRADOR, Jose. [1772]

Paraguay Cathólico. Los indios pampa-puelches-patagones. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1936.

Tabela 3 - A linhagem dos Yati

(Continua)

<i>Caciques/grupo/ parentesco</i>	<i>Vínculos com os hispano-crioulos/anos em torno dos fortes de El Zanjón, Matanza e Chascomús (1757-1790)</i>
<p>Raphael e Tomas Yati e Miguel Yati (1757-1790) são parentes de Joseph e Felipe Yati (pampas)– envolvidos com a edificação e os eventos violentos do final da redução de Concepcion. São familiares do Yati (1707) que foi denominado pelo Cabildo em 1717 como Guarda Mayor de La Campaña. São inimigos dos Bravos, aliado dos aucas e de Lorenzo Calispi (pampa/auca, 1780).</p>	<p>Vínculos firmados em diversos momentos; auxílio aos hispano- crioulos; troca de cativos; comércio de ponchos.</p> <p>1757- Tenente de El Zanjón avisa com receio sobre a incorporação dos aucas aos toldos de Raphael Yati.</p> <p>1757 – Raphael Yati se apresenta na guarda de Matanza.</p> <p>1757- Raphael Yati vai a Buenos Aires.</p> <p>1757- Hostilidades entre os grupos de Bravo e dos Yati. (Já eram rivais nos tempos das reduções 1740-1753).</p> <p>1757- Raphael Yati vende ponchos na guarda de Matanza.</p> <p>1757- Raphael Yati negocia cativos de aucas com os espanhóis.</p> <p>1758- Raphael Yati acompanha a expedição espanhola as Salinas Grandes.</p> <p>1758- Raphael Yati pede auxílio à guarda de Matanza para castigar Gualquem (Bravo) que havia roubado o gado de El Zanjón.</p> <p>1759- Raphael Yati regressa de Buenos Aires com tabaco e erva.</p> <p>1760- Raphael Yati em guerra com os tehuelches.</p> <p>1760- Raphael Yati e os aucas; hostilidades com Gualquen (Bravos).</p> <p>1760- Raphael Yati deixa sua família na guarda de Matanza para guerrear com os tehuelches. (Ele não aparece mais nos registros de Matanza)</p> <p>1771 a 1774- Tomas Yati vai à capital vender produtos.</p> <p>1777- Tomas Yati pede ajuda no forte pois teme sua vida.</p> <p>1777- Tomas Yati se alia ao cacique Negro.</p>

1779 – Negocia cativos.

1781- Miguel Yati se instala nas proximidades de Chascomús

1790- Miguel Yati segue instalado em Chascomús. É considerado aliado e fala español fluente.

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos do Fundo Comandância de Fronteira: AGN- 1-5-3, El Zanjón, AGN 1-4-3, Chascomús, AGN 1-4-5, Matanza, e SANCHEZ LABRADOR, José. [1772] *Paraguay Cathólico. Los indios pampa-puelches-patagones*. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1936 e do trabalho de CAMPETELLA, 2007.

A mais antiga linhagem de líderes desta região que conseguimos rastrear é a dos Yati. Seus nomes aparecem na documentação por mais de setenta anos, entre 1717 e 1790. Os primeiros registros a respeito deles surgem em 1717, quando o Cabildo de Buenos Aires decidiu eleger os caciques pampas Mayupilquiyán e Yati como “Guardas maiores da campanha” (CAMPETELLA, 2007). Neste contexto, havia uma disputa entre o governo da colônia, os hispano-crioulos e os indígenas pelos rebanhos de gado selvagem na região. Os caciques nomeados pelo Cabildo como “Guardas maiores” tinham a função de vigiar a Campanha contra aqueles que caçavam gado (nas chamadas “vacarias”) sem autorização. Em troca dessa vigilância, o Cabildo tinha de reservar uma quantia de dezoito pesos para *regalar* tais caciques.

Anos mais tarde, o nome dos caciques pampas Phelipe e Joseph Yati surgem nas reduções bonaerenses. Em pesquisa anterior (Silva, 2016), destacamos que esses caciques utilizaram as missões pampeanas como oportunidade de negociação e para auferir benefícios para seu grupo. Naquela conjuntura, Phelipe Yati entrava e saía das reduções com suas *tolderías* e os padres não puderam suprimir esses movimentos. Em uma dessas saídas:

Dicho Phelipe fue preso por los españoles con 15 indios de sus secuaces. Estos habían ido hacia Luján, y sin más fundamentos les atribuyen muchos hurtos de ganado que meses antes habían hecho los indios. Substanciada tumultuariamente la causa, Phelipe fue sentenciado a muerte, y los demás a destierro en Montevideo. En esta situación se hallaba Phelipe en Buenos Aires, cuando Marique y Chuyantuya con otros 3 indios, hermanos del cacique preso, llegaron repetidas veces *con mucha sumisión a los Padres Misioneros del Volcán: hacían mil protestas de querer vivir y morir en la Reducción, y dejar sus hechiceros, y su mala vida pasada, si los Padres impetraban la vida y la libertad del cacique Phelipe [...]* los caciques Marique y Chuyantuya con doce toldos se vinieron a vivir con los Padres en el Volcán [...] Al cabo de 4 meses de su prisión fue revocada la sentencia de Yahati, y puesto en libertad. *Trabajaron mucho en esto los Jesuitas, y su Provincial el P. Manuel Querini, por el gran fruto que se esperaba de conceder la vida a Phelipe, que logró también la libertad de los suyos.* Este tan beneficiado cacique, se fue luego al Volcán con su *toldería*, pero olvidó presto los buenos oficios que con él y los de su comitiva, habían hecho los Jesuitas (SANCHEZ LABRADOR, [1772] 1936, p.102-103). [grifos nossos]

No trecho destacado se percebe que não só o líder mas seu rol de parentes, soube manobrar a política colonial pois prometeram que se tivessem sua solicitação aceita, iriam viver nas reduções e se entregar à fé católica. De fato, utilizaram as missões jesuíticas e a influência dos jesuítas para libertar o cacique que tinha sido condenado à morte. Tendo sido concedida a liberdade de Phelipe Yati, o acordo com os padres não foi cumprido.

Anos mais tarde, foi Joseph Yati que usou da mesma estratégia em meio a um clima hostil que pairava na região. Na década de 1750, diferentes grupos disputavam rotas de comércio e, ao mesmo tempo, entabularam negociações com os cristãos. O cacique Cangapol, mencionado acima, havia atacado e destruído a redução de Nuestra Señora del Pilar Volcón. Nesta ocasião os milicianos assassinaram o cacique Joseph Yati que, em busca de proteção, se dirigia com seus toldos para viver com os padres na missão de *Concepción*.

El cacique Joseph Yahati, [...] se venía a vivir con los Padres en la Reducción de los Pampas. Estaba ya a distancia de una legua de la reducción con sus toldos quando chegaram os milicianos. Llevados de este odio y sin guardar las órdenes [...] Cargaron sobre los indios indefensos, quitaron la vida a los grandes, sin dar cuartel a las infelices mujeres, de las cuales pronto perecieron algunas a los filos de los alfanjes [...] (SANCHEZ LABRADOR [1772] 1936, p.152).

Os soldados levaram Joseph Yati e o prenderam em uma espécie de cadeia que existia dentro do povoado de *Concepción*. Por descuido, Yati escapou e se abrigou na igreja da redução. Sanchez Labrador, descreveu a violenta morte do cacique que buscou se proteger junto ao altar:

[...] el cacique Yahati no se dio por seguro sino agarrándose del Altar Mayor, haciendo fuerza para que no lo llevasen [...] sacaron los alfanjes los soldados y a Yahati agarrado del altar dieron tantas cuchilladas que quedó mal herido y todo bañado en sangre (SANCHEZ LABRADOR [1772] 1936, p.153).

Se dermos crédito às palavras do narrador, o cacique Joseph compreendeu o significado do altar para os cristãos para tentar garantir sua vida. Com sua tentativa de refugiar-se no templo podemos compreender que o indígena entendia e manejava aspectos simbólicos próprios da sociedade ocidental.

Uma conjuntura perigosa havia se instaurado em *Concepción* e, com a morte de Joseph Yati, seus parentes buscaram vingança. No dia 13 de janeiro de 1753, Phelipe, seu irmão, assaltou o povoado: “Acercarse los enemigos al Pueblo [...] en el camino encontraron dos centinelas, á las quales degollaron. Para atemorizar á los que estaban dentro de la Reducción,

enarbolaron en dos lanzas las cabezas entrando con confusa gritería en la Población [...]” (SÁNCHEZ LABRADOR [1772] 1936, p.155). Na volta do *malón*, Yati é capturado por Cangapol e acaba morto, o que salienta a intensa concorrência entre ambos os caciques, como já havíamos destacado.

Em 1757, já no forte de El Zanjón, sem a presença dos padres, os milicianos temiam a aliança de outro Yati, agora o cacique Rafael, com os aucas provenientes da Cordilheira. Aqui podemos compreender que os índios aucas eram vistos com desconfiança pelos soldados do forte. Entretanto no universo indígena essas alianças cresciam a cada dia¹³³. O cacique Rafael Yati surge com frequência nos registros da guarda de Matanza, em relatos onde podemos observar que ele mantinha intensas relações com os hispano-crioulos e aucas.

É importante assinalar que Raphael Yati é apontado duplamente como pampa-auca. Acreditamos que um dos motivos para essa dupla denominação é o de suas relações com o grupo dos araucanos.¹³⁴ Diversas delegações mostram que ele utilizava o forte para comercializar ponchos. Também se dirigia a Buenos Aires, de onde retornava *regalado*. Além disso, ofereceu ajuda aos milicianos de El Zanjón para capturar o já mencionado Gualquem, que havia roubado os cavalos da fortificação, atestando, mais uma vez, a rivalidade entre os Yati e os Bravo, que perdurou por décadas. Ademais, assim como os Bravo se instalaram próximo a Zanjón, foi no ano de 1760 que Rafael Yati se alojou em torno do forte de Matanza por conta das hostilidades com os tehuelches. Ele deixou toda sua família na Guarda, demonstrando confiança na proteção que receberiam dos hispano-crioulos.¹³⁵ Após esse episódio, lamentavelmente, perdemos sua pista.

Alguns anos mais tarde, surge na documentação o nome do cacique Tomas Yati. Seus rastros aparecem em El Zanjón entre 1771 e 1779, sendo, provavelmente, um remanescente das *tolderías* de Rafael Yati e utilizando a mesma estratégia de negociação com os cristãos. Isto é, Tomas Yati vendia seus produtos em Buenos Aires, negocia cativos e acabou se aliando com o cacique Negro, outro influente líder auca, tática parecida com a anteriormente acionada por seu parente Rafael Yati.

O cacique Tomas Yati havia se instalado aos arredores de El Zanjón. Em 1777 o miliciano do forte escrevia sobre seu paradeiro próximo: “[...] se halla com sus toldos en la

¹³³ Abordaremos essas relações entre os índios da Pampa e os aucas no próximo tópico, em que trataremos do caso da nativa Maria Catalina.

¹³⁴ Vamos analisar esse tema no próximo tópico.

¹³⁵ López, José Antonio. La Matanza, AGN IX 1-4-5,21 de outubro de 1760.

reducción vieja”¹³⁶ Tomas Yati¹³⁷ mantinha convívio amistoso com os milicianos do forte, o que fica evidente quando da chegada do novo comandante na fortificação, Pedro Nicolas Escribano. O comandante fez questão de chamar Tomas Yati para se apresentar e não causar nenhuma suspeita entre os indígenas. Esse episódio esclarece que os cristãos tinham pleno conhecimento da relevância do poder da palavra, da confiança e das relações pessoais para a cultura nativa; “[...] luego que me entregue de dicho flerte mandé llamar al cacique Don Tomas que en ningún tempo le causase sospecha de mi venida a dicho fuerte”¹³⁸.

Ao procurarmos pistas sobre o cacique Tomas Yati, encontramos registros de mulheres índias da sua *toldería* recolhidas na Casa de Reclusión de Buenos Aires, em lugar destinado ao recolhimento de mulheres em situação marginal¹³⁹. Nos registros da Casa encontramos que o cacique faleceu no forte de El Zanjón, anos antes de 1785, possivelmente em 1780, justamente quando perdemos seu rastro. A índia María de la Concepción relata que era uma nativa pampa do grupo do cacique Tomás Yati: “que fallecio años ha en la Guardia del Sanjon, que ella quedo chica”¹⁴⁰. Além dela, encontramos referência a outras cinco índias do grupo na mesma casa em Buenos Aires. Elas lá estavam desde 1780, precisamente no ano em que suspeitamos que o cacique faleceu.

O último dos Yati de que temos rastro é o cacique Miguel que em 1781 se instalou nas proximidades do forte Chascomús. É necessário recordar aqui, que o forte de El Zanjón foi transferido para Chascomús em 1779. O cacique Miguel Yati é identificado como auca pelo comandante de Chascomús, atestando as relações cada vez mais estreitas entre seu grupo e os aucas, que se davam desde os apontamentos de Rafael em Matanza, em 1760. Nesse mesmo registro, o comandante de Chascomús salientava que os membros do grupo “[...]se hallan con sus toldos inmediatos a esta frontera como ocho leguas”¹⁴¹. Alguns meses depois, o mesmo comandante chama Miguel Yati de *cacique fronterizo*¹⁴² por conta das suas proximidades com o forte. Em outra passagem encontramos mais informações sobre ele: “[...] él es ladino en lengua castellana, de buena índole, pues en cinco años que hace se halla próximo cinco leguas a esta frontera por disposición del [...] no se le ha reconocido infidelidad, sino mucho amor a los cristianos”¹⁴³.

¹³⁶ ESCRIBANO, Pedro Nicolás. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 18 de dezembro de 1777.

¹³⁷ Tomás Yati também é rotulado de duas formas e, como Raphael Yati, possuía relações com os aucas.

¹³⁸ Escribano, Pedro Nicolás. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 3 de fevereiro de 1777.

¹³⁹ Voltaremos a esse tema no próximo tópico.

¹⁴⁰ AGN, Casa de Reclusión, IX 21-2-5, 27/07/1788. APUD: Palma, 2009, p.72.

¹⁴¹ COLOMER, Vicente. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 18 de fevereiro de 1790.

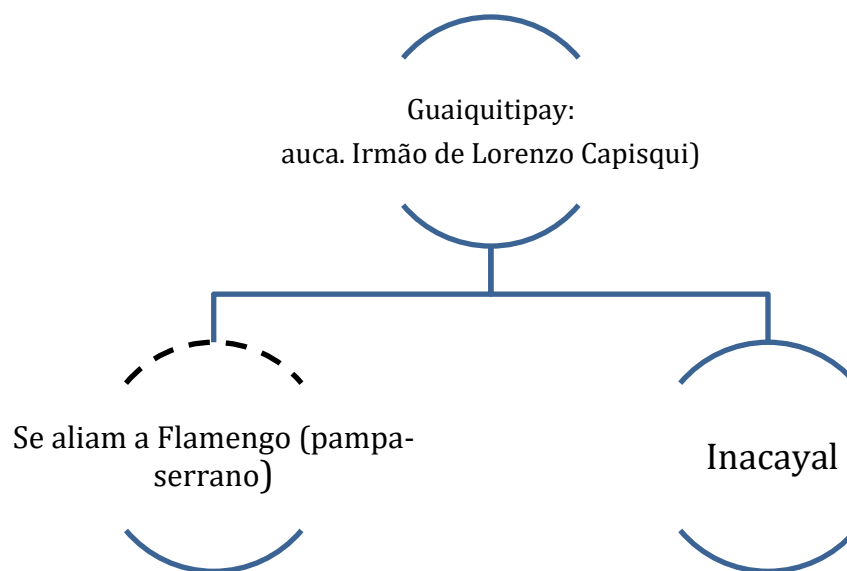
¹⁴² FERNANDEZ, Manuel. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 25 de julho de 1790.

¹⁴³ FERNANDEZ, Manuel. Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 7 de setembro de 1791.

Como podemos observar, a linhagem dos Yati mantinha relações consideradas amistosas com os hispano-crioulos aos finais do século XVIII. Podemos sugerir, que desde a eleição do primeiro Yati, em 1717, como *Guarda Mayor* da campanha, foi se construindo uma rede de relações entre esse grupo e os cristãos, que se refletiram nas ações dos Yati nas reduções jesuíticas e, depois, nos fortes e guardas. Salientamos, ademais, que esta linhagem exemplifica, entre outros aspectos, que o parentesco era a base estruturante desses grupos. Já as alianças firmadas entre os Yati e os cristãos, e entre os primeiros e os aucas, enfatiza que essas relações iam se ampliando e flexibilizando para anexar aliados de ambos os mundos, o cristão e o nativo.

Evidenciamos que os movimentos do grupo dos Yati elucidam a utilização do relacionamento com os hispano-crioulos como um fundo de poder (BECHIS, 2010). Uma série de eventos e ações sustenta esta afirmação: a referida nomeação de 1717, a presença de membros do grupo nas reduções e, depois, em diferentes fortes, suas estadas em Buenos Aires, comercializando produtos, o apoio mútuo entre eles e os cristãos, a utilização da língua espanhola pelos indígenas. As alianças com os aucas e caciques de relevância que controlavam rotas de comércio, como Negro, acentuam esse “fundo de poder” alicerçado no manejo de informações. Desse modo, o líder indígena exitoso na Pampa bonaerense era aquele que possuía a habilidade de criar e conduzir estratégias, de utilizar redes informações em prol do seu grupo, e os Yati são uma amostra disso.

Figura 4 - A linhagem de Guaiquitipay



Fonte: Elaboração própria com base nos documentos do fundo Comandancia de Frontera, AGN 1-5-3, El Zanjón.

Tabela 4 - Os rastros dos caciques Guaiquitipay e Inacayal

Caciques/grupo/ parentesco	Vínculos com os hispano-crioulos/anos em torno dos fortes de El Zanjón, (1770-1777)
<p>Guaiquitipay e Inacayal (aucas aliados dos tehuelches); pai e filho. O primeiro era parente de Lorenzo Calpiski; inimigos de Lepín</p>	<p>1770- Guaiquitipay se alia ao cacique Flamenco e não assina o tratado de paz da “Laguna dos Huesos”. Se torna inimigo de Lepín, nomeado cacique principal de acordo com esse mesmo tratado)</p> <p>1770- (novembro)- Guaiquitipay é assassinado por Lepín e pelo sargento Manuel Pinazo.</p> <p>1774- Inacayal aparece em El Zanjón a frente dos toldos de Guaiquitipay</p> <p>1774- Inacayal intermedia negociações entre governo colonial e os caciques Toro e Negro.</p> <p>1777- Inacayal é assassinado a mando de Negro e Toro.</p>

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos do fundo Comandancia de Frontera AGN, 1-5-3, El Zanjón.

Sobre os caciques de que falaremos a seguir, encontramos apenas um curto registro nos documentos de El Zanjón, diferentemente do ocorrido com os Yati e os Bravo. Os nomes de Guaiquitipay e Inacayal aparecem na documentação ao longo de um intervalo de sete anos. Os dois caciques são rotulados como aucas pelos milicianos do forte e são vistos com desconfiança pelos soldados. A primeira aparição de Guaiquitipay é sugestiva, pois ele vai até o forte se designando como cacique principal do seu grupo e buscando criar um laço de confiança em El Zanjón¹⁴⁴.

Entretanto, no dia vinte e cinco de maio do mesmo ano, um mês antes daquela aparição em El Zanjón, outro cacique de envergadura, chamado Lepín, que tem protagonismo na área do forte de Luján, região nordeste da atual província de Buenos Aires,¹⁴⁵ firma uma aliança com os hispano-crioulos, no tratado chamado de "Paces de Laguna de Los Huesos". Apesar de

¹⁴⁴ PINAZO, Manuel. AGN, Sala IX, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 1-5-3. 20 de junho de 1770

¹⁴⁵ Como indicado em outro momento, nosso trabalho centra sua análise na fronteira sul da província de Buenos Aires.

ser uma territorialidade diferente da que analisamos, devemos atentar para que os indígenas da Pampa tinham a mobilidade como um padrão cultural e utilizavam o vasto território da área pan-araucana com movimentos programados que aproveitavam diferentes áreas para obtenção de recursos, para sociabilidade e práticas de religiosidade. Contudo, no século XVIII, muitas dessas áreas eram disputadas pelos diferentes grupos para o controle das rotas de intercâmbio. O surgimento dos nomes dos mesmos caciques em diferentes fortes fronteiriços de norte a sul de Buenos Aires é uma evidência dessa mobilidade.

Nesse sentido, Guaiquitipay aparece nas capitulações do tratado com o cacique Lepín. Entre outros aspectos, as cláusulas deste acordo determinavam que Lepín seria “cacique principal” da área e que os índios não deveriam ultrapassar o terreno indicado para aquelas partes das fronteiras; caso necessitasse ultrapassar deveria ser precisamente em direção ao forte de Lujan, seguindo o caminho de Salinas. Ademais, as capitulações instituíram que havendo qualquer dano ocasionado naquela jurisdição, ainda que feito por índios de outra nação, Lepín seria responsabilizado. Além disso, ele devia cuidar para que Guaiquitipay cumprisse o acordado.¹⁴⁶

Narramos esses episódios para compreender o pedido de paz de Guaiquitipay, em El Zanjón, em vinte de junho de 1770, um mês depois do tratado, súplica que foi vista com desconfiança e negada pelo capitão Juan Mier.¹⁴⁷ Após esta negativa, Guaiquitipay, se aliou ao cacique Flamengo que, naquela circunstância, era apontado como inimigo dos cristãos. Em novembro de 1770, cinco meses depois de sua ida ao forte de El Zanjón, Guaiquitipay foi assassinado por Lepín e pelo sargento Manuel Pinazo.

Em 1774, é o filho do cacique morto, chamado Inacayal, que chega em El Zanjón dizendo que era, agora, o líder dos toldos do seu pai. No mesmo ano ele assume as negociações entre os caciques Toro e Negro com o governo colonial. Entretanto, em 1777 teve o mesmo fim que seu genitor, sendo assassinado a mando daqueles dois caciques, Toro e Negro.

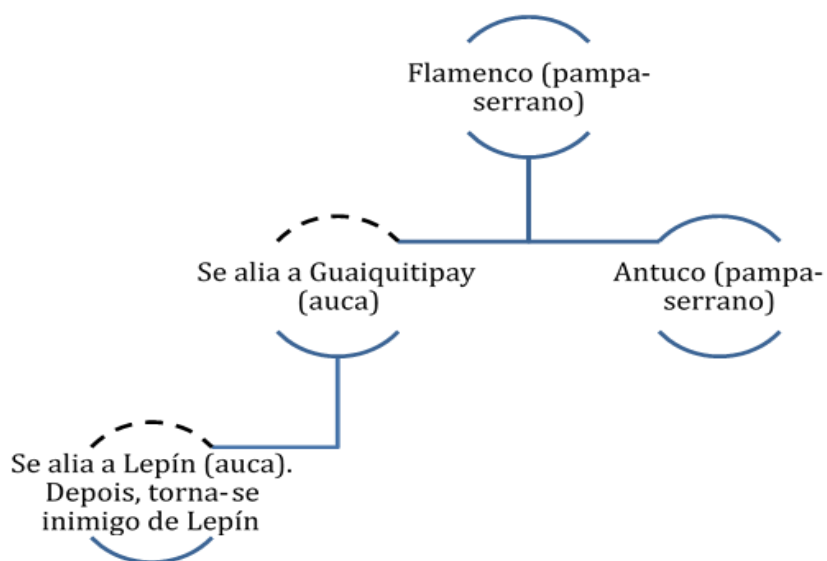
A breve história desses dois líderes, apontados como aucas, coloca em relevo as contendas entre os grupos nativos da área pan-araucana. Nessas contendas, o contato com os cristãos estava em um ponto chave, o que fica perceptível no relato sobre Guaiquitipay e Inacayal. Receber apoio dos hispano-crioulos poderia significar a sobrevivência do grupo, como fica evidente no caso dos Yati. O governo colonial utilizava das relações entre os grupos e suas rivalidades para acabar com caciques considerados inimigos, e os líderes indígenas

¹⁴⁶ LEVAGGI, 2002, p.208.

¹⁴⁷ MIER, Juan.AGN, Sala IX, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 1-5-3. 20 de julho de 1770

utilizavam do apoio dos cristãos para neutralizar outros caciques e firmar lideranças maiores. Consequentemente estamos diante de uma política de mão dupla.

Figura 5 - Os caciques da família de Flamenco



Fonte: Elaboração própria com base nos documentos do Fundo Comandancia de Frontera AGN, 1-5-3, El Zanjón.

Tabela 5 - A linhagem de Flamenco

(continua)

<i>Caciques/grupo/ parentesco</i>	<i>Vínculos com os hispano-crioulos/anos em torno dos fortes de El Zanjón, (1761-1779)</i>
<p>Flamenco e Antuco (pampa-serrano), pai e filho. Aliados de Guaiquitipay, aliados e depois inimigos de Lepín.</p>	<p>1761- Flamenco chega a El Zanjón para relatar briga com Guiliches</p> <p>1765- Flamenco acusado de roubar gado da fazenda de López.</p> <p>1765- Flamenco aparece na guarda de Lujan; aliado de Lepín.</p> <p>1766- Flamenco é utilizado como <i>baqueano</i> (guía) do coronel Tomas. Nesta ocasião deixa sua família na guarda de El Zanjón.</p> <p>1766- Retorna de sua viagem e sua família havia sido levada presa a Buenos Aires.</p> <p>1767- Declaração de cativo em El Zanjón diz que Flamenco quer atacar a região do forte e não é mais aliado de Lepín.</p> <p>1767- A região de Magdalena é atacada por Flamenco.</p> <p>1768- Flamenco volta a atacar Matanzas e Magdalena.</p> <p>1769- Flamenco pede para se instalar próximo ao forte de El Zanjón. Governador nega.</p>

(Conclusão)

<i>Caciques/grupo/ parentesco</i>	<i>Vínculos com os hispano-crioulos/anos em torno dos fortes de El Zanjón, (1761-1779)</i>
	<p>1769- Flamenco tem vínculos amistosos com os moradores de Magdalena.</p> <p>1770- Flamenco e Lepín entram em atrito.</p> <p>1770- Flamenco é aliado de Guaiquitipay.</p> <p>1770- Guaiquitipay é assassinado por Lepín pelo e sargento Pinazo.</p> <p>1770- O comandante de El Zanjón manda Flamenco ir a Buenos Aires e lá ele é preso.</p> <p>1771- Antuco, filho de Flamenco, é preso na guarda de Sambomrombom.</p> <p>1771- Flamenco e seu filho são mandados para o presídio das Malvinas por infidelidade e por invasão das fronteiras.</p> <p>1778- O governador Vertiz manda trazer Flamenco para o Buenos Aires como guia de uma expedição.</p> <p>1780- Flamenco é solto do cárcere.</p>

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos do fundo Comandancia de Frontera AGN, 1-5-3, El Zanjón e no trabalho de Taruselli (2010).

Os últimos caciques do forte de El Zanjón rastreados nesta pesquisa são Flamenco e Antuco, rotulados duplamente como pampa-serranos, o que mostra, mais uma vez a dificuldade dos agentes do governo colonial em compreender a territorialidade e as relações dos grupos pampeanos. Flamenco firmou intensos vínculos naquela área, tanto com hispano-crioulos do forte, quanto com os moradores da região e com os indígenas de diferentes grupos. Suas aparições no forte são colidentes pois, nos primeiros anos ele surge como um informante para, tempos depois ser acusado de roubar gado dos moradores vizinhos da Guarda. Neste mesmo ano, ele aparece nos registros do forte de Luján, noroeste de Buenos Aires, como aliado do importante cacique Lepín¹⁴⁸.

No mesmo período foi guia ou *baqueano* em uma viagem às Salinas, ocasião em que deixou sua família instalada no forte de El Zanjón. Ao retornar da viagem, Flamenco se

¹⁴⁸ Ver: Levaggi, 2002, p.208.

surpreende ao saber que seu grupo havia sido preso e conduzido a Buenos Aires. Um ano depois, em 1767, a declaração de um cativo, no forte de El Zanjón, atesta que Flamenco, por vingança em razão da prisão dos seus, planejou atacar o forte. Realmente naquele ano ele é o responsável por um *malón* aos arredores do povoado de Magdalena, circundante ao forte. Em 1768, ele volta a atacar as mesmas regiões.¹⁴⁹

Contudo, Flamenco possuía estratégias oscilantes, pois em 1769, se apresenta novamente no forte, definindo-se como amigo e solicitando instalar-se nos arredores de El Zanjón. É compreensível que, pelos ataques recentes, o governador Vertiz tenha negado o pedido do cacique¹⁵⁰. Mesmo assim, o nome de Flamenco pode ser encontrado nos documentos comercializando com os moradores dos pagos (área) de Magdalena.¹⁵¹ Nesse mesmo período, ele e Lepín entram em discordância e o parceiro de Flamenco, Guaiquitipay, a que nos referimos acima, foi assassinado por Lepín e Pinazo.

Nestas circunstâncias, a situação não era favorável para Flamenco. Em uma das viagens comerciais que ele fez a Buenos Aires, o comandante de El Zanjón armou um estratagema com as autoridades bonaerenses e, na chegada do cacique à cidade, ele foi preso. Um ano mais tarde, o filho de Flamenco, o cacique Antuco, também foi aprisionado na guarda de Samborombón.

Em 1771 Flamenco e seu filho são mandados para o presídio das Malvinas por infidelidade e invasão das fronteiras (TARUSELLI, 2010). Após esse período, perdemos o rastro do referido cacique nas fontes do forte de El Zanjón. Entretanto, encontramos nas análises de Taruselli (2010), um desfecho muito surpreendente para sua história. O autor trabalhou com um documento de 1784, que apresenta o cacique Flamenco como guia em uma expedição a *tierra adentro*, conduzida pelo comandante de fronteira Francisco Balcarte. A conduta de Flamenco nessa expedição teria rendido a ele sua soltura. Os registros atestam que sua prisão havia sido uma injustiça e, por isso, foi acatado o pedido do nativo de passar os últimos anos de sua vida nos campos de seu território ancestral.

O caso de Flamenco e seu filho ilustram as fidelidades constantemente negociadas na fronteira. Ele atuava, assim como os outros casos que apresentamos anteriormente, de diferentes maneiras: se aliava, atacava, comercializava e guiava. Foi um protagonista da fronteira agenciada e utilizava de todas as possibilidades abertas pelas circunstâncias. Mesmo depois de preso por quatorze anos nas Malvinas, ele não perdeu sua condição de negociar. Como vimos,

¹⁴⁹ López Clemente Osornio, AGN, 1-5-3, Samborombón, 28 de agosto de 1768

¹⁵⁰ “Dice dicho Flamenco, que si V ex da licencia, para parar sus toldos en los montes (paraje que dista de esta frontera treinta o cuarenta leguas) vendrá con sus indios, y que será atalaya por si los enemigos intentarán hacer alguna irrupción”. MIER, Juan. AGN IX 1-5-3.El Zanjón, 18 de julho de 1769.

¹⁵¹ ZAVALA, José Ignacio de. AGN IX 1-5-3 El Zanjón, 30 de maio de 1769.

foi indicado como *baqueano* de uma expedição e depois retomou sua liberdade, pois manobrava habilidosamente os códigos dos dois mundos, o índio e o cristão. Os casos são diversos. A fronteira agenciada da pampa sul bonaerense era viva e isso só foi possível porque hispano-crioulos e nativos edificaram naquela região o que chamaremos de portal diplomático, tema para nossos próximos tópicos.

4.2 Os relacionamentos entre cristãos e nativos nos fortes ao sul de Buenos Aires

Nosso objetivo até aqui foi demonstrar como foi se edificando uma rede de relações em torno dos fortes e fortins ao sul de Buenos Aires. Nossa metodologia de trabalho, que se baseou na busca do nome de lideranças indígenas para rastrear a movimentação de seus grupos em torno dos fortes (GINZBURG e PONI, 1989), possibilitou mesmo que de maneira retalhada, encontrar pistas dessas famílias que protagonizaram diferentes tramas naquele espaço. Estas pistas permitiram compreender as relações cotidianas das fortificações. Em uma atmosfera marcada por carências, a aproximação dos milicianos com os indígenas construiu, de certa forma, um entrelaçado de apoio e informação, que era constantemente negociado, o que era essencial para a manutenção dos fortes e fortins. Com efeito, assim como as análises de Néspolo (2007) e Alemanno (2016) destacam que as fortificações só sobreviveram por meio da rede de cooperação e afinidades entre milicianos não pagos e blandengues, nos atrevemos a acrescentar que os fortes resistiram não somente por essa colaboração entre cristãos, mas, sobretudo, pelas relações com os indígenas.

Apesar das fidelidades serem constantemente negociadas, a presença indígena nas fortificações criava um cruzamento de informações que era essencial. Vimos como esse contato era utilizado pelos grupos indígenas da Pampa como um “capital social” (GARCIA, 2008). Também como um “fundo de poder” (BECHIS, 2010) importante para os caciques, uma vez que, para os grupos pampeanos, o “poder” não estava na capacidade de mando ou força, mas sim na persuasão, na capacidade de controle pessoal. Neste sentido, um elemento essencial para este fundo de poder residia no processamento de informações.

Os grupos da área pan-araucana, como apontamos no capítulo 1 deste trabalho, formavam uma unidade social e cultural, dividida em parcialidades. Eles eram uma unidade cultural e social porque nenhum grupo ou unidade política se reproduzia de forma independente, cada parcialidade dependia da outra e a documentação dos fortes deixa evidente essa característica. As relações de parentesco organizavam a vida social. Nesse sentido, os

matrimônios, as alianças comerciais e pactos militares consolidavam a rede social e a diversidade de lideranças (BECHIS, 2010).

Os contatos processados a partir dos fortes da região sul, não se restringiam ao comércio de produtos e à rede de informações. Como vimos em todos os exemplos apresentados acima, era comum nos fortes que os toldos indígenas passassem longas temporadas instalados ao redor das fortificações. Temos também registros de relações pessoais entre os milicianos, os moradores da região e os nativos. Em El Zanjón, em 1758, o blandengue Ignacio de Zavala escrevia ao governo da colônia:

[...] tocante a los índios que se hallan en esta guardia [...] son de la casta de indios de las reducción de los padres, y las más son chinas, y chusma y cada vez que traen ellos aguardiente ai mil pendencias y sobretudo la inquietud de los soldados y de noche no puedo estarlos continuamente zelando que cada uno vive en su ranchito por estar el cuartel caído no puedo tenerlos todos juntos y aquí hay todas las castas de índios [...] el todo más de sesenta, se puede repartir por las estancias y quitar la inquietud, de aquí ellos no sirven de ninguna utilidad sino de mucho perjuicio desta guardiã [...]. (Zavala, Ignacio. Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 13 de octubre de 1758).

O registro do miliciano mostra que os índios da antiga redução dos jesuítas permaneceram na região, depois de as missões terem sido desmanteladas em 1753. Em 1758, os nativos desenvolviam relações íntimas com os blandengues; os soldados participavam da vida social indígena, compartilhando inclusive das festas regadas com bebidas alcoólicas. Outra menção importante é a sugestão de Zavala para que as autoridades distribuam aqueles índios entre as estâncias circunvizinhas ao forte.

Em outra passagem, Ignacio Zavala reclamava que os soldados se relacionavam sexualmente com as índias que estavam no entorno do forte. Segundo ele, os milicianos não saíam dos toldos indígenas, justamente por conta das nativas.

[...] aquí en el contorno be hallado unos ocho toldos de yndios y muchas chinas creio sejan muy perniciosas y son del tipo del defunto gago, pues he sabido que los soldados no saen de ditos toldos a me parecer no convienen por muchos motivos. V.S puede se informarse del sargento Mor. de los indios eran doze o quatorze grandes y chusma bastante de mucha chusmas y chinitas chicas y más grandes ellos están media cuadra de nosotros, de noche no sabemos quién entra, ni quien quien sale por que ellos andan com sua quyapis [...] (Zavala, Ignacio Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 10 de outubro de 1758).

Já que as *tolderías* permaneceram instaladas no entorno das guardas como uma prática constante, podemos conjecturar que o convívio íntimo entre os milicianos e indígenas era frequente. Além disso, como veremos no tópico a seguir, as mulheres nativas eram vitais nas negociações da fronteira. Em praticamente todas as delegações de índios chegadas aos fortes

da fronteira sul, as mulheres eram presença assídua. Era habitual, ainda, os soldados terem filhos com as mulheres nativas. Como salientado na reclamação abaixo.

Uma década mais tarde, o soldado Joseph Ignacio é mandado para prisão, por “[...] concurrir todas las noches a un toldo de los índios que están en esta guardia [...] se pone a tomar aguardiente y sospecho que anda juerga con las chinas que habitan en la ranchería y que terminan con hijos de estos soldados”¹⁵².

Sobre as vidas dessas crianças temos apenas algumas pistas. Em março de 1789, por exemplo, no forte de Chascomús o miliciano Manuel Hernandez escrevia ao vice-rei sobre a pretensão do sargento Miguel de Castro de colocar uma escola naquela fronteira, de doutrina cristã e alfabetização, pois havia muitas crianças necessitadas: “[...] pretensión que hace sargento de infantaria Miguel de Castro en querer poner escuela en esta frontera de doctrina e primeras letras [...] que será de muy útil e provechosa [...] dtha frontera tiene bastante niños en edad. [...]”¹⁵³. A resposta, com um parecer positivo, veio em junho daquele mesmo ano: “[...] a poner la escuela de 1ª letras em esta frontera lo que se há practicado sin perdida de tempo [...]”¹⁵⁴. Sabemos que a região era habitada por moradores hispano-crioulos. Entretanto, podemos sugerir, tendo em vista os registros apontados acima, que muitas crianças, filhos de soldados e índias conviviam ali. Ademais, o trabalho de Bjerg (2007) que analisa registros paroquiais do início do século XVIII e XIX em diferentes áreas circunvizinhas de Buenos Aires, deixa transparecer vínculos desta ordem. Através das atas de batismo, a autora conseguiu demonstrar as intensas conexões entre os habitantes hispano-crioulos e os índios de *terra adentro*. Nos registros paroquiais analisados pela autora, encontram-se muitas crianças com mães índias e pais crioulos, ou ainda pais indígenas e padrinhos crioulos. Desse modo, as análises de Bjerg salientam que, em meados do XIX, era comum moradores da fronteira apadrinharem índios, ou adotarem nativos, ou cativos com diferentes objetivos, como por exemplo, utilizá-las em serviços domésticos. Ademais, a autora destaca que o apadrinhamento alimentava uma rede onde as relações de parentesco estavam no centro da vida social¹⁵⁵.

Como vimos até aqui, longe de ser um deserto desabitado, como a historiografia tradicional argentina apontava, a região da campanha bonaerense era ocupada por uma gama de atores sociais. Os exemplos que apresentamos mostram que em torno dos fortes e guardas ao sul de Buenos Aires, indígenas e cristãos edificaram um sistema de relacionamento que se

¹⁵² ZAVALA, José Ignacio de. AGN IX 1-5-3 El Zanjón, 27 de mayo de 1768.

¹⁵³ FERNANDEZ, Manuel. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 11 de abril de 1789.

¹⁵⁴ FERNANDEZ, Manuel. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 2 de junho de 1789.

¹⁵⁵ É necessário ressaltar que não desconhecemos as relações violentas que ocorriam entre “brancos” e índias, ademais eram raros os casos entre mulheres hispano-crioulas e índios, a não ser nas relações de cativo.

completava, em um jogo de vínculos onde as fidelidades eram constantemente negociadas. Os toldos indígenas se assentavam em torno dos fortes em busca de proteção e para firmar tratados comerciais na capital. Ao mesmo tempo, os índios abasteciam a rede hispano-crioula com informações. E o contrário também ocorria, cristãos que contavam com o apoio nativo para conseguir vencer outros indígenas que não entravam naquele jogo, simultaneamente firmavam associações comerciais.

Ademais, nesta conjuntura complexa, vimos no convívio nativo e hispano-crioulo, pessoas de carne e osso que se relacionam, para além dos rótulos coloniais de serem índios e cristãos, eram mulheres e homens que possuíam sentimentos e personalidades diversas e nesta trama se envolviam, inclusive emocionalmente. A documentação nos revela histórias de milicianos que socializaram com os índios, índios que negociavam com estancieiros, nativos que serviam como guias, soldados tinham relações íntimas com as índias, nativas e cristãos tendo filhos mestiços, mostras de personagens reais que faziam da fronteira agenciada um lugar dinâmico.

Do lado nativo, vimos, na maioria dos casos que mostramos acima, que ele igualmente era um espaço complexo; os grupos estavam constantemente em contendas por diferentes motivos. A partir da Conquista, o contato com os cristãos passou a estar, na maioria das vezes, no cerne das querelas. Ao longo do século XVIII, as demandas comerciais cresceram, Buenos Aires era um pólo mercantil onde a cultura nativa já se fazia presente por meio de couros, botas, pelegos, arreios e ponchos, artigos indígenas que já eram essenciais ao mundo cristão. Da mesma forma, o espaço nativo se modificava e os produtos provenientes do universo hispano-crioulo eram habituais, como veremos no caso que abordaremos a seguir, dos cativos e da índia Maria Catalina. Realmente, os artigos cristãos estavam presentes no cotidiano indígena, sendo a demanda por açúcar, farinha, tecidos, bebidas, facas, vasilhas, chapéus entre outros, era de grande amplitude.

Além disso, a teia de fidelidades negociadas não era enredada somente com os nativos, aparecendo, também, no setor cristão da sociedade, como nos revelam os casos dos desertores. Mesmo sabendo que desertar era crime, passível de morte em tempo de guerra, sendo que a pena atingia da mesma maneira, os cúmplices, esta foi uma prática presente.

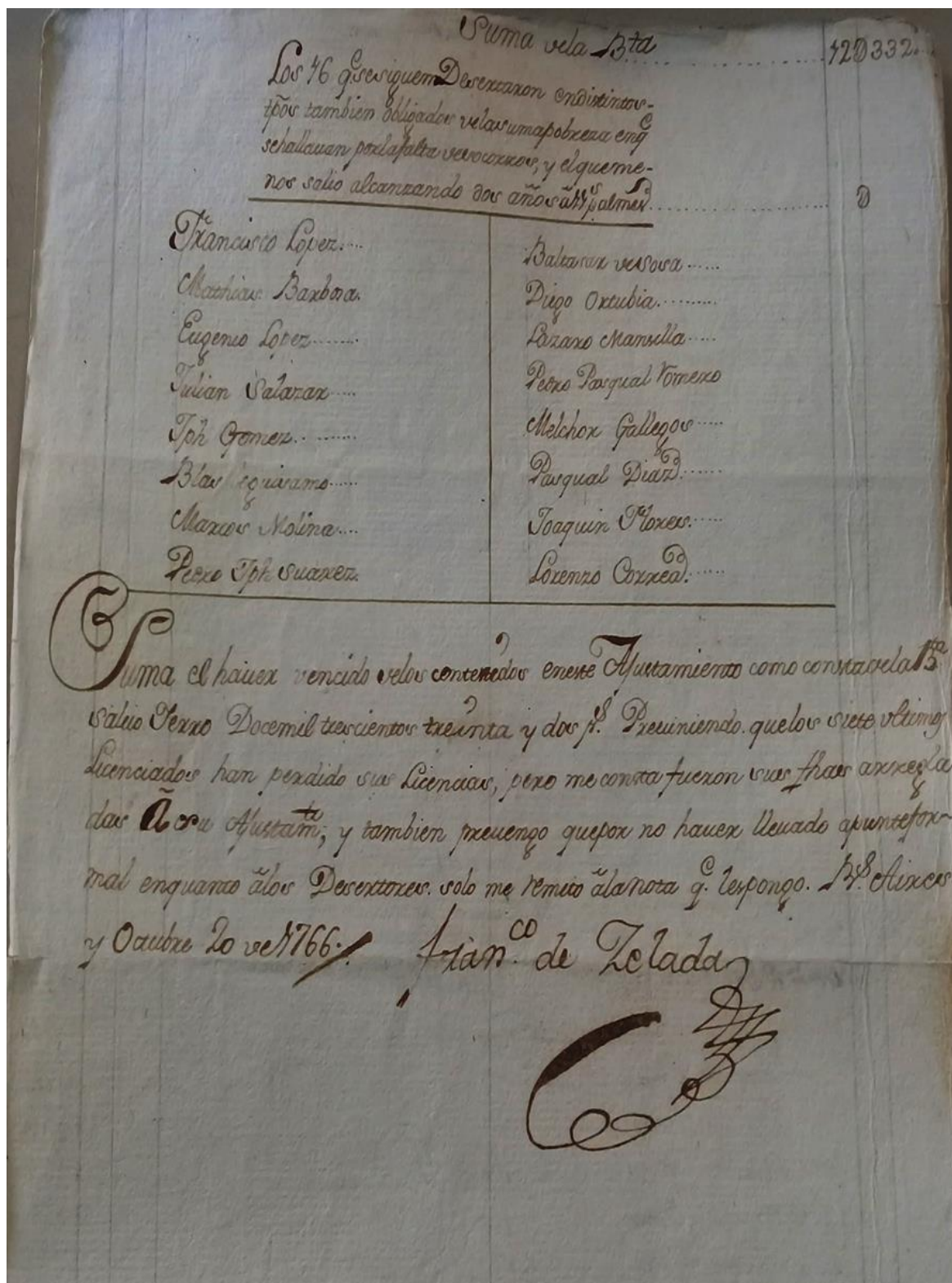
Para Mayo e Latrubesse (1998), a indisciplina, em todas as suas formas, foi o contragolpe da sociedade rural à obrigatoriedade da militarização. De acordo com os autores, a rebeldia poderia ser individual ou coletiva; alguns se recusaram a servir “mesmo que os enforcassem”; outros fugiam em meio a batalhas contra os índios; além disso, alguns desafiavam e insultavam seus superiores. Desde El Zanjón, em 1766, o sargento Francisco

Zeladas, explicava ao governador, Pedro de Cevallos, que os milicianos desertaram pelas péssimas condições em que viviam. Suas dificuldades envolviam a falta de pagamentos e até mesmo de mantimentos: “Los 16 que se seguem desertaron en distintos tiempos también obligados de la pobreza enquanto se hallaban [...]”¹⁵⁶. Dos dezesseis desertores da lista, sete haviam sido recapturados. Entretanto, o sargento sugeria que esses homens fossem realocados nas milícias locais.

Assim, as deserções eram frequentes e aumentavam ao longo da segunda metade do século. Além de El Zanjón nos outros fortes e guardas as fugas também eram comuns. Mayo e Latrubesse narram diversos casos a este respeito: Em 1777, por exemplo, eles destacam que “dos 150 milicianos convocados em Lujan, apenas 30 apareceram”. Por sua vez, no forte de Salto ocorreu um motim; no forte de Lobos houve a deserção de três soldados e o sargento da localidade alertava que muitos mais poderiam fazer o mesmo (MAYO E LATRUBESSE, 1998)

¹⁵⁶ Zeladas, Francisco de. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 1 de outubro

Fotografía 5 - Lista dos 16 desertores do Forte de El Zanjón, 1766



Fonte: Francisco de Zeladas. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 1 de outubro de 1766.

Também Roselly (2020), trabalhando com os sumários militares da Pampa bonaerense, examinou o tema da deserção entre os milicianos. Nas análises da autora percebemos que as deserções reincidentes foram ainda mais comuns. Em pelo menos dois terços dos sumários analisados, os desertores voltaram a cometer o mesmo delito. Outra conjectura de Roselly é de que, apesar de ter sido afirmado que a reincorporação do desertor era proibida, era habitual encontrar casos desta natureza entre milicianos até três vezes. Este aspecto fica evidente no episódio das deserções de El Zanjón, que mostramos acima, onde o sargento López sugeria a reincorporação de seis desertores.

Além disso, Roselly (2020) destaca o exemplo do miliciano Marcos Soria, um homem moreno de trinta anos, que atuava como blandengue há cinco anos e que desertou duas vezes, em 1786. O fez primeiro em janeiro; preso três meses depois, desertou novamente em setembro e foi recapturado em dezembro do mesmo ano. Testemunhas no julgamento de sua terceira deserção, em 1788, o reconhecem como um homem de comportamento irregular, "especialmente em embriaguez e muita apatia pelo serviço"¹⁵⁷ Em outro caso salientado por Roselly (2020), Mariano Peralta Tambor¹⁵⁸ foi processado, em 1792, por ferir um miliciano embriagado. No entanto, no seu julgamento foi apontado que ele havia desertado em duas ocasiões, a primeira em abril de 1782 e a segunda em 1789. Em ambas as ocasiões foi reinserido, uma vez por ordem do inspetor e outra com a aprovação do próprio vice-rei.

Em meio a tais fugas constantes e reinserções, havia soldados que decidiam ficar vivendo juntos aos índios, mesmo que isso fosse considerado como crime de traição por supor aliança com os "inimigos". As instruções do vice-rei Vertiz, em 1780, eram claras ao estabelecer que aqueles que residissem com os índios, deviam ser punidos com pena de prisão perpétua.¹⁵⁹

Podemos conjecturar, com base nos dados que levantamos até o momento, que a linha de separação social e cultural entre milicianos e indígenas, embora existisse, era fluida e permeável. Com efeito, a vida na campanha bonaerense proporciona, também, contato e reciprocidade, mesmo que assimétrica, entre as duas sociedades. Desse modo, é possível pressupor que assim como os índios, os milicianos adquiriram ao longo dos anos, as habilidades que permitiam a interpretação e o manejo dos códigos culturais nativos.

¹⁵⁷ AGN-A, IX, SM, 12-7-7, exp. 7, apud: Roselly, 2020, p.19.

¹⁵⁸ AGN-A, IX, SM, 12-7-5, arquivo 7, apud: Roselly, 2020, p.23.

¹⁵⁹ "cualquiera a quien se le justificare haber pasado, y residido voluntariamente con los Yndios, estando en guerra con ellos por el mismo caso, y sin necesidad de otra prueba sea castigado con pena de la vida en la forma, que se usa, y práctica en el Exercito con los Espias y Desertores, que se pasan á los Enemigos. Documentos para la Historia, 305 APUD: Roselly, 2020, p.107.

Nessa perspectiva, as investigações de Roselly (2020) a partir dos sumários militares, corroboram com nossa hipótese, pois elas apontam que o crime de “viver com os nativos” não era tão incomum. Como evidência disto, temos outro episódio analisado por Roselly, no qual o soldado do forte de Ranchos, Manuel foi encarcerado por uma segunda deserção que aconteceu em uma viagem para Salinas, a qual ele abandonou indo viver com os índios. Esse réu, que já havia sido condenado por desertar em 1789, foi absolvido por indulto concedido no mesmo ano.

Depois de quase um ano vivendo com os índios, o soldado apareceu no forte de Ranchos, trazendo uma manada de cavalos, mas não a arma e as munições que havia roubado em sua deserção. Manuel contou que viveu nos toldos de vários caciques, entre eles Lorenzo e Toro. Justificou sua deserção dizendo que teria se perdido do grupo na viagem e, no caminho, encontrou índios que lhe ofereceram proteção. Depois de transitar por diferentes *tolderías*, o cacique Lorenzo em uma viagem aos arredores do forte, teria convidado o soldado a se estabelecer com ele. Da mesma forma que se perdeu na rota das Salinas, em 1789, teria se perdido de Lorenzo e resolvido voltar ao forte (ROSELLY, 2020).

O mais surpreendente neste episódio é que Ramalho retorna, presenteando os soldados do forte com uma manada de cavalos que pertenciam ao cacique Toro. Entretanto, ele não traz as armas e a munição anteriormente roubadas, pois, provavelmente, teria *regalado* os líderes indígenas com elas. A prática de *regalar* era corriqueira entre os nativos. O inusitado é o miliciano fazer o mesmo no retorno para o forte. Entretanto, os cavalos foram devolvidos para Toro. O final desse caso apresenta um enredo interessante, porque Manuel não foi posto em cárcere perpétuo, como indicava o indulto do vice-rei, sua sentença foi voltar a servir no mesmo forte e fazer a limpeza do quartel.

Outros personagens fundamentais na trama da vida social da fronteira foram os cativos, sendo que muitas das nossas informações provêm justamente desses indivíduos. Quando um cativo retornava das *tolderías* indígenas, por fuga, ou por restabelecimento a partir de negociações, se fazia uma série de perguntas sobre o período do cativo. Muitas vezes, o primeiro lugar de contato com os cristãos, quando retornavam do cativo, eram os fortes. Assim, a partir desses atores se conheciam muitas características da atmosfera nativa.

A maioria das incursões indígenas aos territórios cristãos levava consigo um número considerável de pessoas, mulheres e crianças em sua maioria, mas, também, se capturavam homens. Silva (2018) destaca que a captura de pessoas era uma prática dos grupos nativos pampeanos. Não era necessário nenhum motivo específico para tanto, e o lugar para os cativos era pré-estabelecido dentro das sociedades indígenas. Mulheres e crianças praticavam

atividades de âmbito doméstico e os homens serviam, principalmente, no pastoreio e nas atividades de coleta. As mulheres e crianças eram as mais visadas por serem, em grande maioria, mais acessíveis à socialização. Muitas delas se converteram em esposas de caciques. Por sua vez, homens alfabetizados, pela sua habilidade que não era comum, poderiam ser incorporados como “secretários” dos caciques.¹⁶⁰

Como exemplo do cativo e dos intensos vínculos desenvolvidos entre hispano-crioulos e índios, temos o relato do mulato Sebastián González¹⁶¹ que residia no povoado de Magdalena, nos arredores do forte de El Zanjón, em outubro de 1770. Sua declaração foi firmada por Clemente López, sargento-mor das milícias. Sebastián González relatou que havia saído no início de agosto do ano anterior da guarda de Samborombón para caçar éguas com Victoriano Raya, Pascuala Neyra e Andrés Barragán, todos índios da nação Pampa. Andrés era sogro do declarante, o que nos apresenta outro caso de relacionamento entre um “cristão” e uma mulher indígena como os que apontamos anteriormente. Após quatro dias percorrendo os campos, o grupo encontrou cinco toldos de índios aucas com cerca de cinquenta nativos. Eles se tornaram amigos, e ficaram juntos por cerca de um mês e meio. Porém, em algum momento, Victoriano Raya, parceiro de González, teve uma altercação com um índio sobre aprisionar dois cavalos e o dito índio acusa Raya de querer matá-lo aos seus companheiros. No dia seguinte, por nenhuma outra razão, foram mortos Raya, Pascuala e Barragán. Na continuação do interrogatório, o Sargento Clemente López perguntou-lhe como havia escapado, ao que o depoente contou que se escondeu entre uma manada de éguas. Logo ele andou até à Serra de Tandil e depois chegou até Samborombón.

O relato traz uma sequência de informações relevantes entre as quais podemos salientar a condição de Sebastian, um mulato que vivia livre em Magdalena, casado com uma índia Pampa, o que mostra as relações parentais entre os ditos cristãos e os nativos. Também, a presença de aucas em expedições de caça às manadas de cavalos selvagens.

Em outra declaração, em El Zanjón, em 1774, o miliciano, Juan Mier, redigiu uma relação de artigos que seriam oferecidos aos índios em troca dos cativos. Aqui temos uma

¹⁶⁰ Sobre cativos, cativo e seus significados ver: OPERÉ, Fernando. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América hispánica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2001. SOCOLOW, Susan Migden. *Los cautivos españoles en las sociedades indígenas: el contacto cultural a través de la frontera argentina*. Traducción de Graciela Maigesini. Anuario del IEHS, n°2. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. 1987, pp. 99-136. SILVA, Marcelo Augusto Maciel da. *Índios e Criollos: raptos e aprisionamento: características do cativo nas fronteiras pampiano-patagônicas no século xviii*. Dissertação (Mestrado). programa de pós-graduação em história, Unisinos, São Leopoldo, 2018.

¹⁶¹ Declaração do cativo Sebastian González. Em: Mayo, Carlos (Ed.), *Fuentes para el estudio de la frontera, voces y testimonios de cautivos, fugitivos y renegados. (1752-1790)*, Grupo Sociedad y Estado “Ángela Fernández”, F.H., Depto. De História, UNMdP, 2002, pp.27 e 28.

atribuição importante dos cativos, pois além das funções desempenhadas dentro dos grupos indígenas, eles também eram utilizados como moeda de troca. Ademais, por meio do relato¹⁶² observa-se, a inserção dos produtos provenientes da cultura hispano-crioula que estavam circulando entre os nativos: vasilhas, roupas de pele, chapéu, carne de porco entre outros. Na negociação que se estabelece, eles resgataram os cativos Pedro Joseph Marquez e Cecília Macedo, contando com o apoio do já referido cacique Tomás Yati.

Por sua vez, por meio da perquirição do cativo Pedro Zamora, natural de Buenos Aires, outras questões podem ser visualizadas. Ao chegar a Chascomús, em 1781, ele foi interrogado e contou que foi aprisionado em sua casa, em Magdalena, junto à sua mulher e filha. Os índios captores prometeram-lhe que não tirariam a sua vida e ele permaneceu cativo do cacique Lorenzo durante três meses. Tendo sabido que os nativos gostariam de negociar a “paz” com os hispano-crioulos, se ofereceu para a empreitada, prometendo retornar com o resgate de mulheres da família de Lorenzo levadas pelos cristãos e mantimentos para o grupo. Zamora esclareceu às autoridades que, caso não retornasse com o prometido, os nativos fariam um ataque à fronteira e matariam sua mulher e filha que mantinham como reféns. Seu relato mostra como os cativos eram utilizados em negociações, tema de que trataremos no último tópico. Acreditamos que uma dessas cativas indígenas mencionadas no relato de Zamora era tia do cacique Lorenzo, Maria Catalina, cujo caso analisaremos a seguir.

[...] Preguntado que les ha oído decir en punto a atacar la frontera o hacer otra salida. Responde Que el Cacique Lorenzo en Compañía de otros muchos, que estaban con él tratando sobre si convenía o no mandar al declarante a Buenos Aires, le aseguró por medio de una india que entendía el castellano; que si dentro del mes próximo no iba con las noticias de Paces, y las dos chinas, que mandarían retirar adentro todos los cautivos, para venir a Buenos Aires en cuatro, o cinco trozos de Indiada crecida para dar por todas partes, y que si los engañaba, y llegaban a cogerlo, a él y a su mujer e hijos lo matarían, y no habría paces: Y que si volvía con la noticia de Paz, que haría acercar todas las cautivas y cautivos, para que las fueran rescatando sus parientes. (ZAMORA, Pedro [1781] in: MAYO, 2002, p.44).

Por conseguinte, o que compreendemos até aqui a partir de todas estas práticas de vida que examinamos, é que estamos diante de um espaço social permeável, de uma fronteira agenciada pelos que nela vivem. O convívio entre índios e hispano-crioulos conformava sujeitos habilitados para manejar códigos culturais das duas sociedades. Percebemos que por trás dos rótulos “hispano-crioulos” e “índios” havia sujeitos que utilizavam as possibilidades que lhes eram acessíveis de acordo com as suas necessidades, individuais ou do grupo. No caso

¹⁶² Relación de lo que foi dado por el recate de los dos cativos: 4 pellones, 4 bazinas, 4 mantas, 4 lomillo, 4 chupas, 6 frenos, 3 barrilitos, 4 mazo de requena, 42 sombreros, 2 manadas de yeguas, 4 ponchos. MIER, Juan. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 18 de diciembre de 1774.

dos desertores, consideramos que fugir, na maioria das vezes, podia ser uma renúncia de momento à vida militar, sendo este um sistema muito debilitado e não tão rigoroso quanto as autoridades desejavam. Suas experiências demonstraram que era possível desertar, estar entre os “infiéis” e retornar para a guarnição, pois os superiores, na maioria das vezes, ignoravam essas fugas. Assim, as reincidências de deserções e as constantes reinserções atestam que viver entre os índios não era incomum.

Vimos, através da situação caciques, desertores e cativos, que suas emoções - descontentamento, paixão, raiva, medo, ansiedade, ou outras – influenciavam em suas escolhas. Desse modo, antes de rotularmos em definições rígidas, devemos lembrar que eles viviam em atmosferas sociais cujas diferenças não eram intransponíveis. Isso fica visível tanto no ambiente indígena, quanto no cristão, com fidelidades sendo constantemente negociadas e práticas de convívio possíveis em ambos os espaços.

Nesta perspectiva, os milicianos conviviam intimamente com os nativos, mantendo com eles, além das rivalidades, laços de amizade e parentesco. Isso também ocorria com os cativos, como Sebastian, que era casado com uma índia pampa, caçava gado com seu sogro nativo e mantinha contato com índios de diferentes grupos. Por sua parte, Pedro Zamora, tentava a paz para seus sequestradores, deixando sua mulher e filha no cativeiro para mostrar suas boas intenções e ganhar a confiança dos índios. Ou seja, todos esses indivíduos dominavam regras sociais daqueles dois mundos. Desta maneira, viver na campanha significava fazer parte de um ambiente heterogêneo, um local onde as relações sociais e os laços de parentesco eram primordiais, e estas mesmas relações possibilitam o constante manejo de informações, atributo fundamental para viver naquele espaço. Alguns personagens se destacaram nesta empreitada, como o caso que analisamos abaixo da índia Maria Catalina.

4.3 Os mediadores culturais na fronteira agenciada

Como vimos até aqui, os fortes e fortins ao sul de Buenos Aires, aos finais do Setecentos, apesar de terem sido criados como um dispositivo de contenção e segregação, foram se transformando viabilizadores de vários tipos de negociação entre indígenas e sociedade colonial. Para que tais transações ocorressem, foi necessário o envolvimento de diferentes atores sociais: caciques, mulheres cativas, desertores, militares, entre outros. Muitos desses personagens se converteram em intermediários da fronteira agenciada, os quais possibilitaram diversas trocas, tanto materiais quanto imateriais.

Margaret Szasz (1994), denomina esses personagens como “cultural brokers”, ou seja, “agentes culturais”, pessoas que se movimentavam com fluidez entre espaços diversos comunicando e re-adaptando ideias de um lado para outro dos dois mundos. Nas análises de Szasz, o elemento em comum entre esses agentes é sua capacidade de intermediar relações. Para ela, esses personagens são elos entre uma ou mais culturas.

Por sua parte, no trabalho conjunto de Berta Ares e Gruzinski (1997), os autores denominam esses sujeitos como os “*passeurs culturels*”, ou seja, aqueles agentes sociais que, de uma posição liminar e transcultural, favorecem as transferências e o diálogo entre os universos aparentemente incompatíveis, desenvolvendo mediações incomuns e contribuindo assim para a sua articulação e para a permeabilidade das fronteiras. Para eles, esses personagens podem ser intérpretes, missionários, cronistas, curandeiros, caciques, mercadores, chefes, afrodescendentes, entre outros que, pela sua posição econômica, social, política ou religiosa, desempenharam papel decisivo como “*passeurs culturels*”.

Gruzinski compreende os “*passeurs culturels*”, como os agentes que transpõem as fronteiras do seus mundos e fazem o papel de intermediários não só culturais, mas políticos, sociais, diplomáticos, linguísticos e jurídicos. Na sua acepção, são sujeitos dotados de mobilidade, que estabelecem laços de comunicação entre os diferentes espaços; levavam objetos, ideias e projetos de um mundo ao outro. Às vezes eles criaram ferramentas para pensar esses diferentes mundos (2005, p.16). Segundo o autor, alguns desses agentes possuíam o poder de tomar decisões e tinham capacidade de intervenção no progresso das conexões entre os mundos.

No trabalho citado, denominado “*Passeurs y elites católicas en las cuatro partes del mundo*” (2005), ele traz alguns exemplos de atuação desses mediadores do período colonial ibérico, como Rodrigo de Vivero, Martín Ignacio de Loyola, Bernardo de Balbuena, Juan de Torquemada, Juan de Palafox y Mendoza, Inca Garcilaso de la Vega, além dos portugueses Henrique Garcés, Diego Couto, Salvador Correia de Sá, Cristóvão de Lisboa, e do italiano Francesco Carletti¹⁶³.

¹⁶³ Para exemplificar a perspectiva de Gruzinski destacamos dois casos analisados por ele. No estudo de caso do franciscano Martín Ignacio de Loyola, encontramos que ele nasceu em meados do século XVI em uma família nobre, sendo sobrinho-neto de Santo Inácio e primo de Martín García de Loyola, que morreu como governador do Chile, em 1598. Como membro da Ordem Franciscana, Martín Ignacio, passou por vários cargos, como, por exemplo, os de “Custódio de Macao e Malaca”, “Custódio do Rio da Prata” e “Comissário do Santo Ofício no Rio da Prata”. A família nobre e a religião possibilitaram a Martín Ignacio a edificação de redes internacionais que facilitaram sua atuação em lugares como China, Califórnia, Chile e o Rio da Prata. Durante sua estada na China, entre 1582 a 1588, ele se dedicou à cristianização dos nativos da região e, nos anos de 1582 e 1583, escreveu um relato que se tornou livro sob o título *Itinerário del custodio fray Martín Ignacio* em sua famosa “*História de la China*”. Já no Rio da Prata, nos anos de 1595 a 1606, ele trabalhou como a conversão de nativos no Paraguai e na defesa dos interesses de Buenos Aires. Em 1600 partiu para a Corte de Felipe III na qualidade

De acordo com Gruzinski, ao analisarmos a trajetória de cada um desses personagens separadamente, por meio do viés nacional, religioso, econômico ou institucional, por exemplo, nada encontramos em comum, sendo eles apenas indivíduos com suas dissemelhantes histórias ao redor do mundo. Por isso, nesse tópico utilizaremos sua concepção de “*passseurs*” que convida a que, ao investigarmos os percursos desses personagens singulares, compreendamos novas dimensões de sua ação. Realmente, há uma dinâmica em comum que permeia a atuação de todos esses homens e mulheres que se relacionam com um universo em via de mundialização e possibilitam as trocas interculturais e as mestiçagens.

Corroborando com essa percepção, Puigarnau e Zavala Cepeda (2012), estudando a sociedade colonial chilena, também destacam tais personagens que chamam de mediadores. Para eles, esses atores surgem em momentos singulares e podem ser personagens individuais ou coletivos, que possuem ou são capazes de adquirir um conhecimento tal da contraparte, que possibilitam descentralizar-se e transladar-se para uma posição intermediária a partir da qual se tornam operadores ou agentes da relação, independentemente das circunstâncias, dos interesses em jogo e das condições.

Puigarnau e Zavala Cepeda (2012), na mesma perspectiva de Gruzinski, apontam que ao analisarmos tais personagens sob a percepção de “mediadores” ou “*passseurs*”, podemos compreender o poder de tais agentes em momentos de negociações, o quanto são capazes de influenciar o curso das interações e operar transformações que impactam as sociedades em contato. Segundo os autores, essas transformações consistem em operações de recontextualização e ressignificação, que geram sobras de sentido, novas formas ou identidades. E essas transformações podem beneficiar tanto a parte com maior poder, quanto a parte com menos poder.

de procurador do cabildo e, depois, recebeu o Bispado do Rio da Prata. O religioso tentou coligar as negociações da Ásia com o Rio da Prata por meio da abertura do porto de Buenos Aires e ratificar a liberação comercial de Buenos Aires, Brasil e Guiné. Nesta conjuntura, ele se defrontou com as disputas que dividiam espanhóis e portugueses. Desse modo, Gruzinski aponta para seu papel de *passseur* e para a ação globalizadora do Frei Martín Ignacio de Loyola, com sua trajetória demonstrando o curso contínuo de mundialização que impulsionava as elites católicas ibéricas. O autor analisou, também, as experiências de Rodrigo de Vivero, nascido no México em 1564, sendo um crioulo de família nobre. Sua mãe havia herdado a *encomienda* de Tecamachalco e seu avô era casado com a irmã de Luís de Velasco, segundo vice-rei de Nova Espanha. Vivero governou as Filipinas entre 1608 e 1609. No Japão desenvolveu propostas de conexões entre os japoneses e a Nova Espanha, fomentando intercâmbios econômicos e tecnológicos. Na América, em 1620, trabalhou na Audiência do Panamá e reorganizou as rotas econômicas entre Peru, América Central e o Caribe. Para Gruzinski, Rodrigo de Vivero, era um *passseur* de negócios, um diplomático, um alto burocrata e um soldado, que se importava tanto com o global, quanto com o local. Rodrigo de Vivero dava preferência aos crioulos para ocupação de cargos, entendendo que eles conheciam melhor as Índias. Na sua percepção, a Monarquia deveria seguir princípios legais que exigiam a aplicação das leis, a luta contra a fraude e a proteção das populações indígenas, o que mostrava sua ação diplomática como *passseur*. Para saber mais ver: GRUZINSKI, Serge, *Passseurs y elites “católicas en las cuatro partes del mundo. Los inicios ibéricos de la mundialización (1580-1640)*. Lima, PUCP-Instituto Riva Agüero/IFEA, 2005.

A vista disso, utilizaremos tal compreensão como alternativa para análise dos agentes que ocupavam a função de intermediários no espaço pampeano bonaerense. Nossa perspectiva não se ocupará das elites hispânicas ou das elites indígenas, mas buscaremos dar conta de atores considerados marginais pelos dispositivos de poder coloniais. Isto é, de sujeitos que transitavam na campanha bonaerense e cumpriam a missão de relacionar diferentes espaços e compreensões do mundo. Papel crucial desempenhavam as mulheres que, como veremos a seguir, foram desqualificadas não só pelos colonizadores, mas também pela historiografia colonial platina.

4.3.1 A índia Maria Catalina

Encontramos os primeiros registros da vida de Maria Catalina na documentação do forte de Chascomús. Em 1788, seu comandante, Manuel Fernandez, escreveu ao Marquês de Loreto, dizendo que ela estava servindo de intérprete no forte, havendo substituído o intérprete Lantenor que estava muito doente e próximo a morte. Fernandez relatava que Catalina era parente do cacique Lorenzo e elogiou a nativa afirmando que era “muy ladina”¹⁶⁴. Segundo o dicionário das autoridades de 1734, o termo se referia a aqueles que com vivacidade ou propriedade se comunicam em alguma língua que não é a sua. Desse modo, pelos seus atributos linguísticos, Catalina tornou-se a tradutora das negociações no forte. Nesse ano de 1788 ela aparece como intérprete em diversos registros em Chascomús. Anteriormente a isto, encontramos o nome desta mesma nativa nas negociações entre o governo da colônia e os caciques Lorenzo e Negro, entre 1781 e 1784.

Antes de tratarmos especificamente do caso de Catalina, é importante elucidar que ao tempo em que tais acontecimentos se processavam, a região platina era alvo de uma nova política. Como vimos nos tópicos anteriores, as incursões nativas aos espaços ocupados pelos hispano-crioulos não cessaram e as fidelidades entre cristãos e nativos eram constantemente negociadas. Além disso, a Coroa Espanhola sentia-se ameaçada por nações europeias rivais e temia que as pouco ocupadas as costas dos mares do sul pudessem ser invadidas e encontrar apoio entre as populações locais. Sendo assim, a Pampa-Patagônia passou a demandar a atenção

¹⁶⁴ LADINO, NA. adj. “El que con viveza o propiedad se explica en alguna Lengua o Idioma. Covarr. dice que Ladino es en rigor lo mismo que Latíno, mudada la t en d, porque la gente bárbara de España llamaba Latínos en tiempo de los Romanos a los que hablaban la Lengua Romana: y como estos generalmente eran más sabios que los naturales Españoles, quedó el nombre de Latinos para los que entre ellos eran menos bozales, y de Latino se corrompió fácilmente en Ladino. Latín. Idiomas peritus. CERV. Quix. tom. 1. cap. 41. Servicios de intérprete, a las más estas palabras y razones, el Padre de Zoraida, como más ladino. SANTIAG. Quar. Serm. 29. Salut. El ciego está tan ladino en referir el caso, que nadie hai que con él pueda competir en esto. In: Real Academia Española Diccionario de Autoridades - Tomo IV (1734), Disponível em: <https://apps2.rae.es/DA.html>

das autoridades. Desse modo, o então governador de Buenos Aires, Juan José Vértiz y Salcedo (1778-1784), projetou uma nova proposta, que incidia no estabelecimento de populações na campanha para ocupação das terras e, conseqüentemente, estabelecer por meio delas, um cordão defensivo. Este plano foi recusado, em 1777, pelo vice-rei Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón, que defendia uma “entrada geral”, isto é uma ofensiva armada contra os índios, composta por 10.000 homens, embora não resolvesse o temor de ataques de nações estrangeiras.

Entretanto, antes do plano ser colocado em prática, o ex-governador Vértiz y Salcedo foi empossado como novo vice-rei e convocou uma junta composta por milicianos de carreira de Buenos Aires, Córdoba, Mendoza e Paraguai para analisar o plano de seu antecessor, Cevallos. A junta atestou inconsistências e erros no plano que, por fim, foi rejeitado, e a “entrada geral” foi cancelada. Os milicianos de carreira, integrantes da junta, recomendaram que era mais conveniente, menos custoso e mais seguro, a formação de uma nova linha de fortes na fronteira sul do rio Salado. Assim, o miliciano influente, Manuel Pinazo, estabeleceu um projeto que se adequava às recomendações da junta, porém, ao mesmo tempo buscava assegurar os interesses dos povoadores rurais, pois ele seria custeado pelo governo. Contudo, Vertiz novamente se opôs e realizou uma nova revisão da questão, nomeando o oficial Francisco Betbeze, para realizar um levantamento da região, como mostramos no capítulo anterior. Em 12 de abril de 1779, Betbeze apresentou seu relatório ao vice-rei, dizendo que julgava mais conveniente manter os fortes no local onde estavam e reforçá-los, salientando a precariedade das fortificações.

Ademais, Francisco Betbezé indicou que era necessário criar outros pontos fortificados nas zonas intermediárias para que servissem de ligação e auxílio. Foi assim, que o vice-rei decidiu estabelecer novas guardas principais com suas companhias correspondentes de Blandengues: os Fortes Juan Bautista de Chascomús, San Miguel del Monte, San Antonio del Salto, Luján e San Francisco de Rojas, Nuestra Señora del Pilar de los Ranchos, Carmen de Los Patagones, além dos fortins de Los Lobos, Navarro, Claudio de Areco e Melincué. Foi então que El Zanjón foi desmantelada e a guarda passou para o forte de Chascomús. Nestas circunstâncias, Vertiz procurava “pacificar a fronteira”. Além de providenciar a construção dos novos fortes, ordenou viagens de exploração, o encerramento do comércio entre os grupos indígenas e a prisão de líderes nativos¹⁶⁵. Todavia, a busca pela “pacificação” acabou gerando várias incursões dos nativos nos espaços ocupados pelos hispano-crioulos, contexto em que o cacique Lorenzo Calpisqui ganhou destaque.

¹⁶⁵ Segundo Carlón (2010) também foram presos o Cacique sob o rótulo de ranqueles: Katruén, cacique Toroñán, o cacique Guchulep, cujos irmãos foram assassinados pelo tenente José Peralta na área de Buenos Aires.

Em novembro de 1779 os hispano-crioulos prenderam o cacique Pascual Cayupilqui, irmão de Lorenzo e um sobrinho de ambos¹⁶⁶. Em resposta, em 1780, uma aliança formada por diferentes grupos e liderados por Lorenzo atacou a fronteira de Buenos Aires. Podemos sugerir, que esse ataque, assim como Cangapol realizou na década de 40, era uma forma de impor as negociações com o governo da colônia. Acreditamos que foi nessa incursão que os índios de Lorenzo cativaram Pedro Zamora e sua família. Como represália, podemos supor que os milicianos sequestraram as mulheres parentes de Lorenzo que realizavam viagens diplomáticas ao redor do forte de Chascomús, incluindo a índia Maria Catalina. Efetivamente, no relato de Zamora, Lorenzo exigia a devolução das mulheres que estavam em mãos dos hispano-crioulos na Casa de Reclusión.

Entretanto, o caso de Catalina não era um caso isolado, e apenas elucida uma situação corrente daquele espaço e daquele momento. De fato, encontramos inúmeras correspondências tanto no forte de El Zanjón quanto no de Chascomús e Ranchos¹⁶⁷, sobre o rol de mulheres que participavam ativamente do cotidiano das fortificações e nas práticas de negociação, fato desconsiderado pela historiografia tradicional. Queremos ressaltar que esta evidência é clara em praticamente todas as apresentações dos índios nos fortes pesquisados, sendo as delegações nativas compostas por mulheres e homens.

Muitas dessas delegações tinham como representante principal as próprias mulheres indígenas como, por exemplo, quando, em 1791, a viúva do cacique Antequem, aparece no forte de Chascomús e passa a Buenos Aires a firmar negociações comerciais¹⁶⁸. Temos também, a mulher e filha do cacique Guaiguilepe, que aportam em Chascomús quando se dirigiam para fazer acordos em Buenos Aires: “Juan de Dios Gonzalez cabo de esta Cia de mi cargo con tres soldados conducen a la disposición a V. C. **la mujer, y la hija** del cacique Guaiguilepe”¹⁶⁹. E as delegações mistas são inúmeras como demonstramos nas seguintes passagens: “La partida de índios de nacion auca compuesta por doze índios e **seis chinas**”¹⁷⁰; “[...] índio Chalupa con indios y **chinas** a bender sus productos”¹⁷¹, “[...] partida de indios compuesta del cacique Toro, doze indios y **quatro chinas** viene a capital a exponer sus efectos y hablar com V. Ex.”¹⁷²; [...] van regalados y llevan las **chinas Mariana y Casilda** [...]”¹⁷³ ou [...] pasan a esta capital una

¹⁶⁶ Carta Manuel Pinazo al virrey Vértiz, 26 agosto 1774, AGN. IX 1. 5. 2. Sobre este episodio ver: Villar, Jiménez y Alioto (2009) apud: Carlón (2010).

¹⁶⁷ AGN, Sala IX, (1-5-3, 1-4-3 e 1-5-1).

¹⁶⁸ Manuel Hernandez. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 5 de setembro de 1791.

¹⁶⁹ Manuel Hernandez. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 29 de dezembro de 1796.

¹⁷⁰ Manuel Hernandez. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 19 de março de 1788.

¹⁷¹ Manuel Hernandez. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 16 de dezembro de 1790.

¹⁷² Manuel Hernandez. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 29 de dezembro de 1796.

¹⁷³ Manuel Hernandez. AGN, Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 10 de novembro de 1790.

partida de indios compuesta del hijo del cacique Negro **y dos chinas** estos bien con infinitas quejas [...]”.

Nos anos anteriores, no forte de El Zanjón, esta presença também era constante, como no caso da sobrinha do cacique Gualquen, que passa por ele para negociar em Buenos Aires; “[...] remito al indio del cacique Gualquen con los indios”¹⁷⁴. Ou, em outra delegação, sobre a qual lemos que “[...] aqui no contorno se hallado unos ocho toldos de indios y **muchas chinas** [...],¹⁷⁵ [...] remito a los vecinos, un indio y **una china** que hallan en esta guardia que es **la única que entiende a lengua teguelchu**”.¹⁷⁶ O mesmo sucedia nos registros do forte de Ranchos: “[...] Yati con sus indios y **cinco chinas** a vender sus efectos [...]”¹⁷⁷; [...] pasan diez indios y **cinco chinas** de Toro [...]”¹⁷⁸; [...] pasa cavo y dos blandengues de de mi cia a Buenos aires acompañando a siete yndios y **cuatro chinas** que llevan efectos a vender.”¹⁷⁹

Da mesma maneira, a presença das mulheres hispano-crioulas também era constante. Segundo Alemanno (2016), no forte de Salto, 70% dos blandengues eram casados e, de acordo com Carlos Mayo e Latrubesse (1998) na guarda de Rojas, havia mais de oitenta mulheres. No forte de El Zanjón, em 1759, encontramos registros em o que o sargento da companhia reclamava que o miliciano desertor, chamado Pascual Cordeiro, "está viviendo en la mala amistad com una muger siendo casado en esta ciudad"¹⁸⁰. Em outra passagem de 1761, no mesmo forte, o soldado Basilio Lopes, informava ao sargento Joseph de Castilla que estava “en animo de casarse”¹⁸¹.

De fato, os exemplos são inúmeros, sendo aqueles que expusemos aqui apenas um pequeno recorte do grande *corpus* documental que demonstra atuação exponencial das mulheres indígenas nos contatos com as gentes dos fortes da campanha bonaerense. Por isso, antes de nos determos na história de Catalina e sua atuação na perspectiva de uma *passer*, se faz necessário lembrar que a ação dessas mulheres, sejam indígenas ou hispano - crioulas, mesmo sendo habitual na fronteira, na maioria das vezes permaneceu na obscuridade e permeada por preconceções. Em grande parte dos registros, diferentemente do que ocorre com Catalina, encontramos mulheres sem nome, sob os títulos de esposas, irmãs, filhas, tias, noras, sogras, cunhadas, sobrinhas ou simplesmente de “chinas” (ROULET, 2008). Esta última

¹⁷⁴ Zavala, Ignacio. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 3 de enero de 1759.

¹⁷⁵ Zavala, Ignacio. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 7 de outubro de 1758.

¹⁷⁶ Zavala, Ignacio. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 25 de outubro de 1758.

¹⁷⁷ Cortes, Vicente. AGN, Sala IX, 1-5-1, Comandancia de Frontera, Ranchos, 15 de março de 1788.

¹⁷⁸ Cortes, Vicente. AGN, Sala IX, 1-5-1, Comandancia de Frontera, Ranchos, 7 de março de 1788.

¹⁷⁹ Cortes, Vicente. AGN, Sala IX, 1-5-1, Comandancia de Frontera, Ranchos, 22 de abril de 1788.

¹⁸⁰ Zavala, Ignacio. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 04 de outubro de 1759.

¹⁸¹ Castilla, Joseph. AGN, Sala IX, 1-5-3, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 12 de abril de 1761.

rotulação aparece na maioria das fontes do século XVIII. Para Sarmiento (2016) a “china” é, sem dúvida, um sinônimo de índia jovem, sendo o uso dessa classificação uma marca de gênero, já que sua utilização é muito frequente em mulheres nativas¹⁸².

A historiografia tradicional platina criou diferentes estereótipos para as mulheres, e a relevância do papel feminino foi, na maioria das vezes, apagado ou muito diminuído. Essas mulheres não nos deixaram muitos registros escritos, apenas rastros espalhados por uma ampla documentação. Apesar disto, eles permitem verificar que a presença feminina e sua capacidade de ação na campanha é irrefutável.

Entretanto, podemos nos perguntar como e porque essas mulheres estão encobertas nas narrativas? Florencia Roulet (2008), sugere que a resposta esteja no fato de que todos estes escritos foram feitos por homens “brancos”, primeiramente missionários, depois militares, funcionários coloniais, viajantes e mais tarde reafirmada por historiadores tradicionais, que entendiam o poder político, a razão e a inteligência como características intrinsecamente relacionadas à condição de varão. Por sua parte, Susan Migden Socolow (2015), assinala que tanto no Novo Mundo como no Velho, existia uma hierarquia sexual clara que colocava as mulheres abaixo dos homens. Por lei e tradição, os homens detinham autoridade no governo, na religião e na sociedade. Ademais, isso se agrava quando se dirigia às mulheres indígenas, como o caso de Catalina, pois esses homens desconheciam as culturas nativas e seus olhares eram permeados por prejulgamentos, como já assinalamos.

Outro ponto a ressaltar é que a colonização através de dispositivos de poder, procurava “criar cabeças” (BOCCARA, 1999). Ou melhor dizendo, em sociedades segmentadas compostas por inúmeras parcialidades, sem poder político coercitivo, como o caso da região pampeano-patagônica, com diferentes formas e agentes de influência, os cristãos necessitavam de chefes, de poder centralizado, de líderes que obrigassem aos seus membros a obediência e que permitissem assegurar seus interesses. Assim sendo, podemos acrescentar, que a colonização não só “criou líderes”, mas, também, omitiu atores sociais de relevância no íntimo de seu universo cultural, como as mulheres indígenas. Por isso, de acordo com os valores culturais ocidentais, os documentos registram o papel de caciques, líderes que possuíam dotes guerreiros

¹⁸² A partir do século XIX, a categoria “china” vai diferenciar-se da de índia, não seguindo o mesmo caminho de significados. Segundo Sarmiento (2016), o índio é uma categoria de alteridade, fortemente associada à selvageria. Assim, os índios passariam do outro lado da fronteira, ao lado da barbárie, enquanto as “chinas”, no Oitocentos se tornaram conhecidas, não por causa de seu passado indígena, mas por causa de sua associação com o gaúcho da campanha.

ou comerciais, homens nativos que tinham o dom da oratória e tinham relevância frente a seus parentes, desqualificando e desconhecendo o papel feminino nas sociedades indígenas.

Por sua parte, Heloísa Reichel (2002), destaca que a historiografia clássica da região platina defendeu a ideia do limitado espaço que tinha a mulher na sociedade rio-platense apresentando-a como passiva, indolente, de vida sexual promíscua. Estes estereótipos aparecem entre autores que utilizaram os discursos e imagem de europeus que visitaram a região no período tardo colonial, como Félix de Azara:

[...] las mujeres llevan los pies desnudos y son sucias. Su traje se reduce ordinariamente a una camisa amarrada a los rinones por un cinturón y sin mangas; con frecuencia no tienen ninguna para cambiar” e ele continua “yo no creo que ninguna de estas mujeres conserve su virginidad pasada la edad de ocho años (1998 [1809], p.158).

Em sintonia com Reichel, Silvia Aron, afirma que ainda hoje temos “teorias zumbis”, ou melhor dizendo, estudos que persistentemente descaracterizam a história das mulheres, narrativas que generalizam a condição das mulheres hispano-americanas como “menores legais” que não possuíam escolha conjugal. Mulheres passivas, oclusas ao ambiente privado e doméstico. De acordo com a autora, estes escritos não morreram com a história tradicional e não morrerão, apesar da esmagadora evidência que nos trazem os arquivos coloniais:

[...] At a roundtable discussion on gender and women in colonial Mexico, Silvia Arrom described certain master narratives as “zombie theories” because they persistently mischaracterize the history of women. Histories that generalize about Spanish American women as legal minors who lack marital choice and as passive individuals enclosed in a private or domestic space are, according to Arrom, narratives that will not die despite the overwhelming archival evidence to the contrary (GUENGERICH, 2021, p.25)

Para o caso das mulheres indígenas, como a *passeur* Catalina, o cenário é o mesmo ou ainda pior. Socolow (2015), assinala que embora os historiadores tenham examinado a dinâmica e os resultados do encontro entre grupos nativos, africanos e europeus, poucos consideraram o papel das mulheres nas Américas ou na África antes que esses povos fossem submetidos ao controle ibérico. Embora os índios tenham habitado a América por milhares de anos antes da chegada dos espanhóis e portugueses, sabemos muito pouco sobre as mulheres nessas sociedades¹⁸³.

¹⁸³ Fleck (2006), ao analisar as fontes produzidas pelos padres jesuítas em contato com os índios nas Américas, destaca duas representações principais para as nativas como as “auxiliares do demônio” em contrapartida com as “devotas congregantes”. As “auxiliares do demônio” seria uma das preconceções mais propagandeadas com relação às nativas americanas, apresentadas como seres estritamente sexuais. Por outro lado, tínhamos as

Ademais, Baptista, Wichers e Boita (2019) apontam que o silenciamento a que o papel social das mulheres é submetido é uma forma de violência epistêmica que tem por objetivo inviabilizar o outro, expropriando-o de uma forma de representação. Para eles, o silenciamento histórico dessas mulheres acaba por fortalecer as violências sociais nas quais elas estão historicamente submetidas, “El lugar social inferiorizado de las mujeres de pueblos originarios recibe escasa atención académica social y política”. (Rain-Rain; Llombart; Mora-Malo, 2020, p. 348).

Para o caso da região analisada, na descrição abaixo, do historiador Estanislao Zeballos, em 1880, percebemos essa gama de estereótipos relativos às nativas araucanas, apresentadas como mulheres emudecidas, submissas, frágeis, tristes, humilhadas e escravas de seus parceiros. Essas concepções são típicas dos observadores ocidentais perante as índias que, posteriormente, foi implantada na representação das nativas nos trabalhos clássicos. Para Roulet (2008) a visão desses trabalhos não era neutra e já estava condicionada por ideias preconcebidas do que iriam ver no mundo etiquetado como primitivo e bárbaro.

[...] no hay criatura más deprimida y humillada en la tierra que la mujer de estos bárbaros. Ellas sostienen sus vicios con el fruto del más duro trabajo, sea sembrando, cuidando los ganados o tejiendo telas de lana muy estimadas en el país, y al mismo tiempo le dan de comer, hacen y reparan el toldo, traen el agua, reúnen la leña, cuidan de la limpieza, amamantan sus hijos y sufren los excesos de la mala bebida. Y a pesar de todo y de esta vida de constante fatiga y tal vez de zozobra, admira la tersura del cutis, la corrección de las formas, todo unido a una constitución vigorosa, que les permite vivir y soportar muchos años su suerte, como si la naturaleza piadosa auxiliara con estos dones a tan infelices criaturas, cuya vida es un martirio prolongado (ZEBALLOS [1881] 1960, p. 111).

Nesta lógica, Roulet (2008) destaca, que os observadores ocidentais, não souberam compreender a influência vigorosa das mulheres indígenas nas negociações e não alcançaram caracterizá-la da forma que realmente era. Ou seja, um poder efetivamente político que dava a essas mulheres indígenas uma representatividade e respeitabilidade muito maior do que aquela que surge nas fontes e depois nos registros historiográficos.

Apesar disso, temos trabalhos conectados com os avanços historiográficos das últimas décadas¹⁸⁴, que trazem para as narrativas, as histórias dessas mulheres silenciadas. Por isso,

“devotas congregantes” aquelas índias totalmente convertidas à religião cristã que abnegaram todas as práticas “selvagens” da sua cultura.

¹⁸⁴ A história das mulheres como área de estudo apresenta relevância a partir da década de 70 do último século e vai ganhando importância nas décadas posteriores. É nessa conjuntura que os trabalhos sobre o feminino se apresentam como uma nova categoria de análise: os estudos de gênero. Estes estudos também ganham predominância nas narrativas historiográficas da América Colonial, panorama em que podemos dar destaque para estudos como o de Susan Socolow, *Women in Indigenous America and Africa*. In *The Women of Colonial Latin America*. Before Columbus: Cambridge: Cambridge University Press. 2015. Neste trabalho temos a

nossa opção por seguir o rastro de “china” Catalina, deu-se no sentido de contribuir com estes estudos e trazer ao palco da trama essas mulheres “esquecidas”, mesmo que os registros sobre elas sejam sumamente dispersos e recortados, assim como de tantas outras mulheres que encontramos na documentação.

Catalina foi descrita como tia do cacique Lorenzo Calpisqui, que é identificado nos registros da colônia, sob a dupla condição de pampa e de auca. Provavelmente a nativa fazia parte do mesmo grupo do cacique. A dupla rotulação que ele recebe pode ser questionada. Como apontamos no primeiro capítulo deste trabalho, as denominações feitas pelos colonizadores estavam conectadas com os objetivos da empresa colonial. Nesse período os grupos eram nominados pelos milicianos dos fortes de acordo com seu cacique, destacando a liderança da parcialidade e a necessidade de “criar lideranças”, no intuito de negociar. Catalina surge como tia do cacique Lorenzo, parente direta de um líder importante, rotulada duplamente.

Dessa forma, podemos sugerir que a primeira etiqueta que recebe, ou seja, *pampa*, pode indicar o espaço em que vivia e atuava a nativa, uma vez que, os índios pampas, eram aqueles que se encontravam mais próximos de Buenos Aires e, ao mesmo tempo, possuíam boas relações com a sociedade colonial. Entretanto, a etiquetagem de *auca*, também sinalizava o índio insubmisso, que não se rendia ao poder colonial.

Em nossa compreensão, essa discrepância pode significar, ao mesmo tempo, a imprecisão do governo colonial para traduzir fenômenos complexos em curso nos meados do século XVIII envolvidos na forte presença de nativos oriundos da Cordilheira dos Andes na Pampa bonaerense. Assim também, como sua língua, cerimônias, valores e objetos de consumo, um fenômeno chamado pelos estudiosos de “araucanização da Pampa”.

Essa denominação sugere, à primeira vista, a aculturação dos grupos pampeanos pelos araucanos, como salientado por Carlos Mayo (1998), por exemplo. Compreendemos,

conjuntura completa sobre a perspectiva dos estudos sobre as mulheres no México, Peru e Buenos Aires. Destacamos, ademais, o trabalho de DÍEZ MARTÍN, María Teresa. “Perspectivas historiográficas: mujeres indias en la sociedad colonial hispano americana”. *Espacio Tiempo y Forma*. Série IV, História Moderna, Nº 17, 2004, pp. 215- 253. Sugerimos, também, a leitura de KELLOGG, Susan, *Weaving the past: a history of Latin America's women from the Prehispanic Period to the Present*. Oxford University Press, 2005. Mais recentemente, temos o trabalho de: OCHOA, MARGARITA, GUENGERICH, Sara V. eds. *Cacicas: As Mulheres Líderes Indígenas da América Espanhola, 1492–1825*. Norman: University of Oklahoma Press, 2021. Neste trabalho as autoras analisam as líderes femininas indígenas e figuras de autoridade que eram chamadas de cacicas, durante os trezentos anos de domínio colonial espanhol. O livro traz exemplos da América do Norte, Central e do Sul. Para o caso das mulheres nativas da região analisada, podemos destacar as análises PALERMO, Miguel Angel. *El revés de la trama. Apuntes sobre el papel económico de la mujer en las sociedades indígenas tradicionales del sur argentino*. *Memoria Americana*. Cuadernos de Etnohistoria. Nº3. Buenos Aires.1994. Também o trabalho de ROULET, Florencia. *Mujeres, rehenes y secretarios: mediadores indígenas en la frontera sur del Río de La Plata durante el período hispánico*. *Colonial Latin American Review*. Vol. 18, Nº3, diciembre, 2009, pp. 303-337.

entretanto, que essa percepção deve ser relativizada, assim como sugere Ortelli (1996), pois, de fato, podemos afirmar, que essas trocas culturais, econômicas e sociais entre os grupos indígenas da Pampa e da Cordilheira dos Andes, ocorriam muito antes da chegada dos europeus. Os indígenas faziam parte de uma macrorregião interligada por diversas rotas e pelas relações parentais. Dessa forma, esses grupos se relacionavam de diferentes maneiras, como mostramos no primeiro capítulo deste trabalho. Diante disso, podemos assegurar que a chegada dos cristãos intensificou e ampliou esses intercâmbios, tanto pacíficos quanto belicosos. Ademais, se faz necessário evidenciar que essas divisões - índios do Chile e índios da Pampa bonaerense e mais tarde Argentina -, são construções ocidentais, envolvendo fronteiras que não diziam respeito aos grupos nativos. Por outro lado, uma compleição mais simplista dos seus desdobramentos sugeriria a “aculturação” dos grupos pampeanos pelos “mais evoluídos” araucanos, o que estaria em desacordo com as atuais compreensões do resultado dos contatos entre grupos distintos.

Com isso, entendemos que esse processo, a “araucanização da Pampa”, era mais profundo do que a sua denominação sugere. Aventamos que essas populações por meio das diferentes trocas assinaladas acima, viviam, realmente, na segunda metade do Setecentos, processos de etnogênese. De tal modo, os agentes sociais ou coletivos participaram da produção, reprodução e transformação das estruturas através da elaboração de diferentes estratégias cuja coerência passava pela reinterpretação, apropriação, acomodação, assimilação ou rejeição dos fatores externos em constante interação. É uma proposta que, como afirma Guillaume Boccara (1999), devolve os regimes de historicidade a esses processos.

Desse modo, compreendemos que para o caso dos nativos da área pan-araucana, a conjuntura ímpar de meados do século XVIII, com a presença colonial marcante e o dinamismo intrínseco a esses grupos através da sua “lógica mestiza” (BOCCARA 1999), ou melhor dizendo, da incorporação da alteridade que situa o “outro” no centro do dispositivo sociocultural indígena, resultou em diferentes processos de etnogênese. Esses processos originaram a miscigenação de traços culturais, sociais e econômicos entre os indígenas da Pampa e da cordilheira, e manifestaram a plasticidade e historicidade de tais grupos, razões pelas quais compreendemos que isso se afasta da ideia clássica da “araucanização”.

Desta forma, o caso de Catalina se torna um paradoxo para os cristãos, pela dualidade da rotulação *pampa-auca*. Pois tanto Maria Catalina e seu sobrinho Lorenzo Calpiski, eram difíceis de rotular, pois eram índios negociadores que, concomitantemente, não se rendiam à empresa colonizadora de acordo com essa etiquetagem.

Nossa próxima interrogação diz respeito ao seu status de intérprete, visto que Catalina falava o espanhol fluentemente, como apontava o próprio miliciano do forte de Chascomús. Outra indagação se refere ao seu nome pois se tratava de uma denominação castelhana. A partir disso, podemos fazer outras conjecturas. Provavelmente, Catalina viveu entre hispano-crioulos por um tempo considerável, pois, de fato, falava a língua dos cristãos. Sabemos que a nativa pode ter aprendido a língua através de um cativo no seu grupo, ou pelos contatos frequentes com os cristãos. Porém, outra possibilidade é que Catalina tenha vivido em sua juventude nas reduções jesuíticas que existiram na área e às quais já nos referimos. Ali teria aprendido o castelhano, sido batizada e recebido o nome espanhol? Nas documentações do forte de El Zanjón encontramos passagens que relatam a presença de índias remanescentes das reduções em torno do forte e que se relacionavam com os milicianos. Seria esse o motivo da destreza de Catalina no trato com eles? Sabemos que essa é apenas uma hipótese, porém o papel de intérprete desempenhado por Catalina e sua zona de influência, que circunda, justamente, a região das duas fortificações, fazem dessa uma possibilidade plausível.

Com relação ao desempenho de intérprete e ao mesmo tempo de mediadora, devemos lembrar que a grande maioria dos trabalhos atuais trazem a importância dos homens nessas relações, principalmente dos cativos (OPERE, 2001), dos religiosos (TAVARES, 2003) e dos caciques de menores envergadura (RATTO, 2001). Entretanto, Catalina, não era uma exceção. Como vimos, as mulheres nativas podiam ser hábeis agenciadoras, porém, constantemente silenciadas das fontes históricas. Isto posto, é preciso afirmar que sua performance de intérprete ia mais além que traduzir mensagens, pois em contextos de negociação, geralmente, o intérprete representa aquela parte que quer transmitir a mensagem. Neste caso, podemos sugerir que os milicianos do forte de Chascomús tinham uma relação de confiança com a índia Catalina.

Neste sentido, para a compreensão desta atuação como “intérprete”, utilizamos a concepção de Puigarnau e Zavala (2012) de “mediador linguístico cultural”, uma vez que a mediação linguística não opera em um vazio cultural, nem mesmo tem significado por si só. Assim, a mediação linguística cultural deve ter uma compreensão mais ampla sendo que indivíduos ou grupos comunicam seus espaços, seus rituais e símbolos. A índia Maria Catalina fazia o elo de dois mundos muito distintos e é necessariamente neste ponto que ela utiliza suas habilidades de *passeur* para encurtar as distâncias comunicativas entre os respectivos universos simbólicos e códigos políticos-culturais. Devemos atentar a que os grupos indígenas utilizavam dos códigos da oralidade em suas negociações, ao contrário dos cristãos que se valiam do sistema da escrita. É aqui que atua Maria Catalina, fazendo uma mediação não somente linguística, mas sobretudo cultural.

A principal pista sobre isto está em um manuscrito do ano de 1781, justamente um ano após os ataques de Lorenzo a Buenos Aires. Esse documento atesta as negociações recíprocas entre as autoridades de Buenos Aires e cacique. As tratativas de paz terão início na década de oitenta do Setecentos, como informa o relato do cativo Pedro Zamora que vimos anteriormente, e o acordo final ocorrerá somente dez anos depois.

Esse documento não sinaliza detalhes sobre sua vida, mas traz pistas que levam a outras indagações instigantes. Ele apresenta uma relação de objetos que foram “pagos” pelo governo colonial para Maria Catalina com o intuito de conseguir uma conciliação com Lorenzo Calpiski, atestando sua relevância no papel de negociadora. Catalina estava presa na Casa de Residência, em Buenos Aires, local que, teoricamente, servia para mulheres em situação de vulnerabilidade, ou para retificar condutas, mulheres que viviam na rua, delinquentes, prostitutas, nativas, cativas capturadas em incursões dos hispano-crioulos em *tierra adentro*. Em princípio, haveria, também, mulheres que se internavam por vontade própria, ou por seus pais e maridos, sendo que o local foi criado sob o mandato do governador Juan José de Vertiz y Salcedo e fazia parte das políticas borbônicas para modernização de Buenos Aires.

Ao buscarmos as pistas de Catalina, procuramos compreender o funcionamento desta Casa, uma vez que a *passseur* estava recolhida neste local. O trabalho de Salerno (2014) certifica que a Casa de Reclusión de Buenos Aires não servia apenas para moldar condutas de mulheres. Para o caso das índias capturadas em *tierra adentro*, convergia-se em moeda de troca pelas cativas hispano-crioulas que estavam sob a tutela dos índios, pois são diversos os casos de intercâmbios de índias por cristãs nos seus registros. A autora indica que as mulheres indígenas pampeanas eram a maioria das internas (71%), informação que fundamenta nossa percepção da atribuição de agenciadoras desempenhada por elas.

Outro registro que respalda nossa compreensão, está no relato do capitão Hernandez. Segundo ele, as índias eram melhores intermediárias e portadoras de informações que os homens, salientando o poder das mulheres na diplomacia fronteiriça: “[...] **estas [informaciones] se adquieren más bien por las indias, que por los barones**, máxime habiendo algún conocimiento con ellas siendo necesario usar más de lo que permite el estado, porque no viendo ellas esto, y asimismo que se halagan y regalan, no se les sacara palabra así que les maten [...]”¹⁸⁵

Catalina era mais uma dessas *passseurs* e negociadoras. Estando na Casa de Reclusión, conseguiu persuadir seus superiores a deixá-la voltar para as *tolderías* de seu sobrinho e

¹⁸⁵ Hernandez, Manuel. AGN, Sala IX, 1-5-2, Comandancia de Frontera, Salto, 6 de abril de 1774. [grifos nossos]

aconselhá-lo a se apaziguar com os cristãos, convencê-lo a “entrar en aquele convênio”¹⁸⁶. Mas, para isso, ela fez algumas exigências: Catalina não só recebeu por essa negociação, como também solicitou *regalos* para as outras mulheres da família de Lorenzo, a sua esposa, a cacica Maria, e para Juana, irmã do cacique. O mais surpreendente é que Catalina recebe dois pesos em prata e os divide com as outras índias da Casa de Reclusión e com as demais presas.

Quadro 1 - Os regalos da índia Maria Catalina

<p><i>“Se dio a índia Maria Catalina (tia del cacique Lorenzo)”</i></p> <p><i>3 ½ varas de bayeta de Castilla colorada</i></p> <p><i>4 varas de bayeta de Castilla azul</i></p> <p><i>2 pañuelos (uno negro y uno colorado)</i></p> <p><i>16 varas de cinta (8 negras y 8 coloradas)</i></p> <p><i>2 peinetas</i></p> <p><i>2 espejitos</i></p> <p><i>1 trompilla</i></p> <p><i>2 docenas de dedales</i></p> <p><i>2 jarros de hojalata</i></p> <p><i>2 macitos de abalorios</i></p> <p><i>4 cuchillos</i></p> <p><i>4 reales de jabón</i></p> <p><i>3 reales de maíz</i></p> <p><i>½ libra de azúcar</i></p> <p><i>1 libra de tabaco</i></p> <p><i>½ arroba de yerba</i></p> <p><i>3 reales de pan bazo</i></p> <p><i>Unas maletas de gênero tejido y botones de idem para cerrarlas</i></p> <p><i>1 lomillo, 1 freno y 2 cabezadas</i></p> <p><i>1 cuero de carneiro</i></p> <p><i>Dos pesos em plata que Doña Catalina “los repartió de limosna por su mano a las demás indias y presas de la Casa de Reclusión”</i></p>
<p><i>Para la cacica Maria (mujer de Lorenzo)</i></p> <p><i>4 varas de cinta negra</i></p>

¹⁸⁶ AGN, IX, 30-1-1, Teniente del Rey, 8 de julio de 1781.

<p><i>4 varas de cinta colorada</i></p> <p><i>1 real de jabón blanco</i></p>
<p><i>Para Juana (hermana de Lorenzo)</i></p> <p><i>4 varas de cinta encarnada</i></p> <p><i>1 vara de cinta negra</i></p> <p><i>2 navajas de afeitar</i></p> <p><i>1 jarro de hojalata</i></p> <p><i>1 real de jabón blanco</i></p>

Fonte: AGN, IX, 30-1-1, Teniente del Rey, 8 de julio de 1781.

Como podemos observar, essa lista de presentes enviados para Catalina é muito sugestiva. Necessariamente, o que salta aos olhos é a diversidade de produtos coloniais consumidos pelos nativos, açúcar, erva, tabaco, pão, sabonete, espelhos, facas, entre outros, uma evidência cabal de interligação entre as duas sociedades, a cristã e a indígena. Ademais, fica evidente o grande valor da *porteur*, que recebeu das autoridades coloniais a maior quantidade de produtos e de maior qualidade, como os tecidos de *Castilla* que eram originários da Europa e os dois pesos em prata, indicando que ela estava habituada com a sociedade cristã e sabia os valores dos produtos e como utilizá-los.

Ademais, podemos destacar a quantidade de tecidos e adornos para confecção têxtil recebidos por essas nativas. Com efeito, a prática têxtil já era comum entre os nativos da área pan-araucana anteriormente a chegada dos espanhóis¹⁸⁷. Após meados do século XVIII, como destacamos no capítulo 1 e no tópico acima, os intercâmbios entre nativos e hispano-crioulos se intensificaram e o comércio de diferentes bens interconectava a economia de ambas as sociedades. Nessa conjuntura, podemos destacar a fabricação de ponchos¹⁸⁸ como atividade intrínseca das mulheres indígenas.

¹⁸⁷ O trabalho de Mendez (2009) mostra que o comércio têxtil na região da Pampa-Patagônia Argentina tem antecedentes distantes. Esses antecedentes surgem nos primeiros registros escritos encontrados na região pampeana datando do século XVI, que se referem a uma troca de tecidos entre Araucanía e a Pampa-Patagônia. Ademais, a autora se refere a achados arqueológicos que mostram a existência, em tempos pré-hispânicos, de troca de mercadorias, inclusive têxteis, entre as regiões do noroeste da Argentina, Araucania e norte da Patagônia. Este trabalho atesta o grande valor destas práticas de intercâmbios entre as populações indígenas e depois destas com os cristãos. Para saber mais: MENDEZ, Patricia María Los tejidos indígenas en la Patagonia Argentina: cuatro siglos de comercio têxtil Indiana. *Ibero-amerikanisches*. Institut Preußischer Kulturbesitz Berlin, Alemanha vol. 26, 2009, pp. 233-265.

¹⁸⁸ Garavaglia afirma que a palavra poncho é de origem mapuche, e se refere a uma peça têxtil que se parece com uma camisa, mas sem mangas, que era produzida em grande escala pelos araucanos do outro lado da cordilheira dos Andes: GARAVAGLIA, Juan Carlos. El poncho: una historia multiétnica. In: BOCCARA, Guillaume (ed),

Segundo Cattáneo (2008), dentro da cosmovisão dos grupos nativos da área pan-araucana, o trabalho têxtil estava vinculado à esfera do sagrado, a sabedoria têxtil sendo um presente que Chao Ngenchén (Deus) deu aos humanos. A aprendizagem da técnica era baseada nos antigos sistemas de imitação gestual, em que as mulheres idosas e adultas ficavam encarregadas de ensinar as jovens, estabelecendo assim uma continuidade entre o passado e o presente. Desta forma, as meninas foram incorporadas às tarefas menores de preparação da lã, adquirindo conhecimento através da observação das tarefas de fiar, tingir e tecer realizadas por suas avós, mães ou irmãs mais velhas. Assim, aprender a fiar, conhecer as técnicas de tingir e tecer, eram conhecimentos que deviam ser internalizados pelas mulheres. Uma preocupação das famílias era que suas filhas fossem boas tecelãs, apreensão que se manifestou por meio da realização de práticas mágicas associadas à tal cosmovisão. Esses ritos eram realizados no momento do nascimento, infância ou adolescência da mulher e tinham como objetivo facilitar o processo de aprendizagem.

Ainda de acordo com Cattáneo (2008), nas várias etapas desta atividade, desde a obtenção e preparação das matérias-primas até à etapa final da tecelagem, estiveram envolvidos aspectos importantes da criatividade feminina. Além dos conhecimentos práticos necessários, cada mulher escolhia a combinação dos diferentes desenhos e cores, criando e recriando um modelo mental. Através de um tecido se podia contar uma história, mas também saber a posição social de um homem ou de uma mulher.

O poncho, por exemplo, que era utilizado por homens, continha desenhos simbólicos especiais que serviam para expressar materialmente quem ele era. Além disso, os ponchos foram elementos de intercâmbio ritual em importantes encontros, como os tratados de paz, tanto entre os diferentes grupos indígenas quanto com as autoridades hispano-crioulas. Os caciques os ofereciam como uma forma de iniciar conversas, e os tecidos e mantas serviam como sinal de respeito e subordinação nesses momentos. Já dentro dos grupos indígenas eram bens de prestígio, e podiam indicar o preço da noiva, por exemplo. Por sua vez, nos ritos funerários, vestiam-se e enterravam-se os cadáveres com os melhores tecidos, como representação de poder e status. Os têxteis também eram usados para marcar lugares de honra, como ponchos ricamente adornados e cobertores indicados no toldo onde os convidados deveriam se sentar. As cores, como os desenhos nos tecidos, também tinham um significado simbólico. O padre José Cardiel testemunhou a respeito da relevância dos têxteis na cosmovisão nativa. Em 1746, o jesuíta e seu companheiro, Matías Strobel, fizeram uma expedição náutica com o objetivo de reconhecer

a costa patagônica para localizar futuros assentamentos e indígenas para novos projetos de evangelização. Não avistaram nenhum nativo, mas descobriram, na costa de San Julián, uma sepultura indígena de feição muito particular, que alude, entre outros aspectos, para a importância dos tecidos:

[...] proseguimos nuestro viaje y a distancia de una legua de donde hicimos noche encontramos una casa que, por un lado, **tenía 6 banderas de paño de vários colores de media vara** en cuadro en unos palos altos clavados en tierra y, por el otro lado, 5 caballos muertos embutidos de paja con sus crines y colas [...] cada uno sobre três palos de altura competente. **Entretanto en la casa hallamos dos camisetas, o ponchos, tendidos;** y cavando encontramos 3 difuntos que todavía tenían carne y cabello. El uno parecía varón, y los otros mujeres; en el cabello de una de estas había una plancha de latón de media cuarta de largo y dos dedos de ancho, y en orejas zarcillos [...]. **En lo alto de la casa había otra camiseta revuelta, y atada con una faja de lana de colores y de ella salía un palo largo como veleta, de que pendían 8 bolas grandes de lana amusca** [...] ([1746] apud MANDRINI, 2010, p.156) [grifos nossos]

Essa fabricação têxtil era muito relevante na economia da região, como apontado por Mandrini (1985), Palermo (1994) e Fradkin (2000). Segundo Mandrini (1985), no século XVIII, teremos dois circuitos econômicos indígenas: o do gado e o doméstico. O circuito do gado se referia a obtenção e circulação de gado em escala aumentada, tarefa vinculada aos homens, já o circuito doméstico seria referente aos couros, peles e, principalmente, os têxteis como ponchos e mantas, onde as mulheres tinham a atuação principal. Primeiramente esses circuitos foram intercambiados entre os próprios grupos indígenas, para mais tarde, em meados do século XVIII, ganharam proeminência na fronteira, depois nos mercados coloniais e, concomitantemente, na Europa. Para Garavaglia (2003), a produção de têxteis edificou relações econômicas que criaram laços de dependência entre os grupos nativos e os hispano-crioulos, com destaque para o poncho¹⁸⁹, vestimenta imprescindível para o habitante da campanha aos finais do século XVIII.

¹⁸⁹ Em meados do século XVIII, várias testemunhas que tiveram contato com as reduções jesuíticas da Pampa bonaerense demonstraram a relevância do comércio de ponchos entre os grupos indígenas e entre esses e os hispano-crioulos. Os ponchos que os índios das reduções vendiam em Buenos Aires, não eram fabricados por eles, mas sim pelos de *tierra adentro*, como aponta a declaração do Capitão de Milícias Antônio Cabral, em 1752: “Es voz pública que los indios de la reducción siempre que vienen a esta ciudad traen ponchos para vender y estos son de los que compran a los enemigos, porque en su pueblo no los fabrican, sino son dos o tres chinas, que hacen balandranes y estos, el que menos, vale veinticuatro pesos” (ME, Carpeta J. 16, p.24). Anteriormente, em 1742, no documento das “Paces de Casuatti”, o comércio de ponchos já se mostra habitual. O cacique Cangapol recebe autorização para comercializar ponchos nas proximidades de Buenos Aires: “El cacique Brabo, y los demás caciques amigos, pondrán sus tolderías en el Tandil y Cayrú, y cuando llegare el tiempo de la feria de los ponchos, darán aviso a los padres misioneros de la reducción de los indios Pampas, para que se dé esta noticia al Sr. Gobernador” (SANCHEZ LABRADOR [1742] apud LEVAGGI, 1995, p. 703).

Figura 6 - Índios Pampas vestindo Ponchos



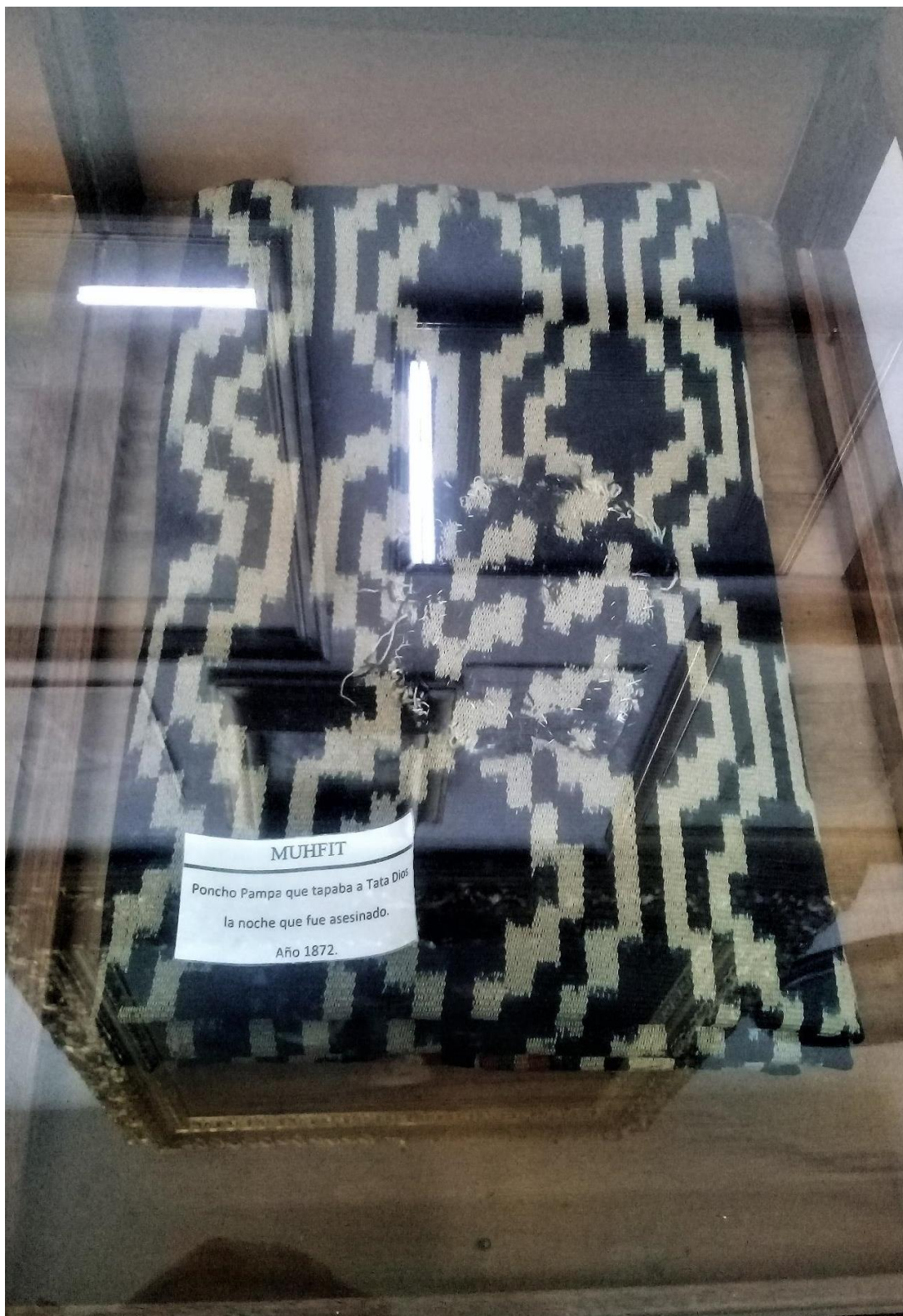
Fonte: Morel, Carlos (Argentina, Buenos Aires, 1813 - Argentina, Quilmes, 1894). Donación Adolfo P. Carranza (Museo Histórico Nacional), 1898. Disponível em: <https://www.bellasartes.gob.ar/coleccion/obra/5202/>. Acessado em: 3 de março de 2021.

Fotografia 6 - Ponchos Pampas Século XIX



Fonte: Fotografia própria. Ponchos e artigos dos índios Pampas, "Poncho de Solané" 2018 [1882]. Museo Histórico "Fuerte Independencia". Tandil.

Fotografía 7 - Poncho Pampa



Fonte: Fotografia própria. Ponchos e artigos dos índios Pampas, "Poncho de Tata Dios", 2018 [1872]. Museo Histórico "Fuerte Independencia". Buenos Aires-Argentina.

O caso de Maria Catalina e a grande quantidade de artigos têxteis recebidos por ela e pelas suas parentes, provavelmente exigidos pela índia, deixa evidente a relevância dessa tarefa nas sociedades indígenas, trabalho este realizado especialmente pelas mulheres. Desse modo, o aspecto cultural dessa produção, ao lado do valor ligado à cosmovisão dos grupos nativos, ganha proeminência econômica nos mercados hispano-crioulos interligando assim o religioso, o econômico, o social e o cultural das duas sociedades. Neste sentido, a *porteur*, Maria Catalina, tinha plena consciência disso e fazia o elo entre todas essas esferas.

Outro aspecto a destacar, nos bens auferidos por Catalina, são os dois pesos em prata. Esse recebimento é muito sugestivo, pois a coloca inserida no sistema monetário hispano-crioulo, dando-lhe a possibilidade de manejar o comércio e participar dos circuitos mercantis dos cristãos. Além disso, a nativa dividiu essa quantia com todas as outras índias e mulheres hispano-crioulas da casa, o que mostra o seu relacionamento com as internas e a comunhão de ideias que provavelmente eram partilhadas. Ao dividir o dinheiro, Catalina dava a outras mulheres a capacidade de negociação e manobra na sociedade colonial, e a colocava perante elas como uma *porteur*, o que reforçava seu papel social.

Contudo, muitas interrogações permanecem no caso de Catalina. Não sabemos, por exemplo, se ela era casada e se tinha filhos, embora possamos presumir que sim, pois os casamentos entre os nativos eram estruturas vitais para firmar laços de parentesco e alianças entre diferentes grupos. Segundo Herrera (2013), para os índios da área pan-araucana as mulheres eram vitais para o desenvolvimento da comunidade, os matrimônios eram celebrados entre o interessado e o pai ou, na sua falta, o irmão da noiva. Às vezes, o sequestro da noiva era simulado antes da celebração da cerimônia. Nessa ocasião se estipulavam os bens que seriam trocados pela noiva, como cobertores, vestidos, miçangas, armas. Uma reunião era realizada, regada a bebidas e em meio a uma atmosfera festiva em que chegavam parentes e amigos, e se preparavam comidas para o banquete. As festividades duravam vários dias, e muitas vezes outras uniões ocorriam, as quais seriam formalizadas em ocasiões posteriores. Depois de casada a mulher servia ao seu marido, fazia as atividades domésticas, cuidava dos filhos, da preparação dos toldos, dos têxteis e sementeiras. Porém, se ela não estivesse satisfeita com o casamento, tinha o poder de decidir voltar para a casa dos pais, desde que os dotes fossem devolvidos à família do noivo.

A vista disso, uma função feminina de grande valor, como destacado por Herrera (2013), era a atribuição de eixo das relações sociopolíticas intergrupais. Segundo a autora, era a mulher que cumpria a função de dar atenção aos hóspedes. Era ela que preparava toda antessala diplomática para celebrar acordos, alianças e dirimir pleitos. Nessa perspectiva, a atribuição

política em âmbito privado ficava nas mãos das mulheres nativas, o que contribuiu para o entendimento da atuação diplomática de Maria Catalina.

Por esse motivo, podemos compreender que as ações políticas das mulheres indígenas, tão presentes em diferentes comitivas de *terria adentro*, em direção aos fortes e logo para Buenos Aires, eram, de fato, uma característica habitual dos grupos nativos, visto que eram elas que possuíam a atribuição de eixo de relações dentro dos seus próprios grupos, atributo que foi ressignificado no convívio com os cristãos. Isso fica evidente nos inúmeros exemplos que demonstramos acima. A *passeur* Maria Catalina foi um caso de poder político manejado. Ela se valia de seus dotes linguísticos e diplomáticos não só para negociar com a sociedade hispano-crioula, como também para conseguir benefícios para seu grupo, principalmente para as mulheres, como vimos na lista de *regalos* acima.

Catalina atuou como *passeur* por quase uma década. Ela fazia a intermediação entre os hispano-crioulos, seu sobrinho Lorenzo e outros caciques de grande envergadura, como Toro:

[...] La china, llamada Catalina, que es en nuestra idioma, muy ladina que ha servido de lenguaraza, motibado Latenor el lenguaraz, de esta guardiã, proximo a la muerte, de enfermedad, y no haber abido, quien pueda, haber entendido, y dize dicha china, que están todos los caciques muy contentos, con las pazes, y en particular, los caciques Toro y Lorenzo, que continuamente están encargando, La buena armonía, con los cristianos, a los índios que se apartan de los toldos, es quanto tengo que exponer, (Manuel Fernández. AGN .Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 19 de marzo de 1788).

Essa mulher conectava, como apontado por Palermo (1991), mediante seu agenciamento, sociedades que mesmo em momentos de conflito eram interdependentes. A *passeur*, ao cruzar a fronteira, voltava transformada e reestruturada e, nem por isso, deixaria de ser uma índia. Pelo contrário, em sociedades onde o dom da oratória era fonte de admiração e notoriedade, e o processamento de informações se tornava um “fundo de poder” (BECHIS, 2009), ela transitava entre os códigos culturais e transformava os elementos exógenos em conhecimento para seu grupo.

Assim, falar línguas diversas, ser uma índia *ladina*, com conexões e conhecimentos, formavam um “capital social” (GARCIA, 2008), e conferiam prestígio para Maria Catalina, principalmente para seu grupo, e, conseqüentemente, robustecia-se sua identidade. Isso ficou manifesto, por exemplo, na quantidade de artigos têxteis recebidos por Catalina e a importância desse labor na cosmovisão nativa da área pan-araucana.

Posto isto, a índia Maria Catalina, durante quase uma década, se firmou como uma *passeur* e utilizou de sua aprendizagem entre os dois mundos, como um “capital social” para interesse de seu grupo. A primeira atuação de Catalina, em 1781, não rendeu somente os

regalos, principalmente têxteis, pois neste mesmo ano, o explorador da costa patagônica, Pablo Zizur, registrava em seu diário que o sobrinho de Catalina, o cacique Lorenzo, rodeado de mais de trezentos índios, falavam sobre as pazes com os cristãos. Conseqüentemente, em julho de 1782, chegou a Buenos Aires o irmão de Lorenzo, Pascual, para propor um acordo. Isso significa que Catalina obteve êxito na missão diplomática do ano anterior. Porém, as tratativas daquele não renderam os frutos esperados para ambas as partes. Neste contexto Catalina seguiu seu papel de mediadora, o que ficou evidente nos registros de 1788, para em 1790, ser firmado o “Tratado Preliminar de Paz de *La Laguna de La Cabeza del Buey*, em 3 de maio, com o cacique Callfilqui ou Lorenzo”.

Com o caso de Maria Catalina, ao utilizarmos a sugestão de Gruzinski (2005), de pensarmos no papel dos *passeur*, buscamos tornar visível, apesar dos recortados registros históricos, a importante atuação de mulheres, que como ela, foram agentes cruciais nos processos políticos, econômicos e sociais da fronteira bonaerense. A seguir compreenderemos como os fortes da fronteira sul se conformaram, ao final do século XVIII, como um portal diplomático, sendo a fronteira agenciada um espaço de mestiçagens.

4.4 A fronteira agenciada bonaerense, um local de mestiçagens

Como destacamos no tópico acima, a formação do forte de Chascomús surgiu como continuação do forte de El Zanjón, ficando os dois muito próximos da cidade de Buenos Aires. Entretanto, Chascomús, de acordo com as recomendações do vice-rei Vertiz, possuía um contingente populacional maior concentrado em torno do forte, tanto que esse local começou a se edificar como uma cidade homônima, ao agrupar principalmente os militares e suas respectivas famílias (GALARZA, 2012). Ao final do Setecentos, os censos populacionais indicam crescimento. Em 1781 o povoado contava com 374 pessoas; já em 1800 a população era de 1000 povoadores (GALARZA, 2012 e BANZATO, 2009).

Percebemos, no tópico acima, que a conjuntura da região, na década de 80 do século XVIII era tensa, situação em que a fronteira passava por intensas negociações. Vimos na atuação de Catalina, que o cacique Lorenzo se consolidava, em 1790, como o principal líder da campanha, personalizando a diplomacia com o governo bonaerense, o que se consolidou no tratado chamado *La Laguna de La Cabeza del Buey*.

De acordo com Levaggi (2002) o tratado entre Lorenzo e a Coroa só foi finalizado no curso da expedição para as Salinas Grandes, em 5 de setembro de 1790. As expedições foram realizadas periodicamente a partir de 1778 para abastecer a cidade de sal. À frente da

Companhia estava o capitão do corpo de cavalaria veterano de Blandengues, Juan Antonio Hernández Gándara, que foi o interlocutor da Coroa no tratado.

Segundo o autor, no dia 3 de maio, no campo de Guaminí, foi formalizada a paz com Lorenzo e seus aliados, que vieram acompanhados de mais de quinhentos índios prontos para a guerra. Foi assim que se alcançou, como explicou Hernández ao vice-rei, o que não se conseguia há muitos anos: atrair o referido cacique tido como o principal de todas aquelas pampas. O resultado foi possibilitado “através dos esforços de uma política e urbanidade diligentes, que tenho observado com os índios infiéis que habitam essas extensas campanhas” (LEVAGGI, 2002, p.219).

Abaixo temos alguns termos do tratado foram os seguintes:

[...] Dn. Juan Antonio Hernández, capitão do Corpo Blandengues e atual comandante da expedição Salinas, etc. Cacique Calfurqui, aliás Lorenzo, tendo aparecido com seu parcial Antequena, Calfurqui, Catimilla, Quintuin, Mecal, Epunurri, Chimeante, Baine, Guenquene, Iancau, Cayumilla e Calentur pedindo a paz, são concedidas com as seguintes condições:

I Que entre espanhóis e índios haja paz perpétua, e um e outro não se ofendam em seus respectivos estabelecimentos.

«2 Que ambas as partes devem devolver os cativos e cativos que houve, e há notícias deles; e se não houver troca de um e de outro parte deve ser redimida, pelo que era lícito.

«3 Que todo cristão que fugiu de nossos estabelecimentos para viver entre eles serão obrigados a prendê-los, e enviá-los à disposição do Exmo. Sr. Vice-rei, como o mesmo deve ser feito da nossa parte dos índios fugitivos.

«4 Que sempre que tiverem notícias de que outras nações pretendem insultar nossos estabelecimentos, de todas as províncias de Buenos Aires, e Patagones deve envergonhá-lo, e informar prontamente às fronteiras para que o Exmo. Sr. Vice-rei, permanecendo nossa parte para favorecê-los contra seus inimigos.

«5 Que sempre que os índios vêm nas margens do Salado não deve passar da parte norte, cujo campo corre nossas partes, para evitar qualquer distúrbio entre índios e cristãos, e se no caso de encontro, tratarão com a fidelidade devida. E tendo concluído essas condições, disse o cacique e seus partidários acima nomeados, que juraram o uso de apertar as mãos do comandante e elevá-los ao céu cada um por si diante do capitão de Blandengues Dn. Fernando Navarro, os tenentes Dn. Jorge Pacheco, Sr. Antonio Luengo, e capelão Pe. Juan Herrera da ordem de nosso Padre San Francisco, obrigando-se a observar fielmente as referidas condições». Assinado por Juan Antonio Hernández, Fernando Antonio Navarro, Jorge Pacheco, Pe. Juan José Herrera e Antonio Luengo. [...] (LEVAGGI, 2002, p.219 [tradução nossa])¹⁹⁰

De fato, podemos afirmar que Lorenzo tornou-se naquele momento um interlocutor dos grupos nativos da campanha. Porém, isso não significa que o cacique ganhava o poder de mando sobre os grupos nativos. Lorenzo havia conquistado esse atributo por sua capacidade de

¹⁹⁰ Em setembro do mesmo ano, Lorenzo viajou a Buenos Aires para incluir novas cláusulas no tratado. Para saber mais ver: LEVAGGI, Abelardo. *Diplomacia hispano-indígena en las fronteras de América: historia de los tratados entre la monarquía española y las comunidades aborígenes*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

negociar com o governo da colônia e por sua extensa rede de influência e informações através dos seus parentes e aliados, como Maria Catalina, Negro, Toro, Guaiquitipay, por exemplo.

Desse modo, argumentamos que desde a inserção dos primeiros fortes na região sul pampeana, índios e cristãos utilizaram esse canal como um portal diplomático, instrumento oposto a um local de contenção e segregação. Realmente, esse portal abarcava a rede de informações, interesses e ações recíprocas que possibilitaram, em 1790, o tratado de paz com o cacique Lorenzo. A estratégia dos índios e cristãos nesse período eram simultâneas, se voltavam em ataques e logo tentativas de paz. Os documentos de El Zanjón e Chascomús mostram várias delegações que buscavam as fortificações como uma ante sala política e comercial. Era nos fortes que os índios ganhavam a autorização para entrar na cidade e comercializar, ao mesmo tempo os milicianos recebiam as informações sobre as incursões de índios considerados inimigos, recebiam apoio dos indígenas aliados. Era de lá que partiam as inserções em *tierra adentro*.

Outra questão importante eram as mudanças de orientação do poder colonial. Como já dissemos anteriormente, os agentes da fronteira manobravam as políticas da metrópole. Apesar de as reformas borbônicas buscarem a modernização das relações e a inserção dos índios pelo comércio (WEBER, 1998), essa política não era homogênea e nem constante. Nessa perspectiva, as diferentes posturas dos governantes da Coroa, também afetavam as relações entre cristãos e nativos. Por exemplo, enquanto Vertiz recusava acordos e aprisionava índios, e os nativos, por sua parte, faziam incursões para forçar negociações, o vice-rei Loreto (1784-1789) adotou a perspectiva oposta, apostando nos mecanismos de diplomacia e entrega de presentes para os indígenas. Ele tentava agir pela “via pacífica” indicada pelos ilustrados borbônicos, o que, de certa forma, acabou permitindo a diminuição dos conflitos. Isso fica evidente, já em 1788, com a chegada de Loreto, pois, embora o tratado de paz oficial tenha sido firmado em 1790, dois anos antes já ocorria um acordo inicial (LEVAGGI, p.223).

Corroborando com as análises de Levaggi (2012), desde Chascomús, a partir de 1788, é visível a circulação de indígenas e suas mercadorias que cruzaram a guarda de fronteira. Manuel Fernandez escrevia ao vice-rei Loreto, em março deste ano: “La partida de indios de nación auca compuesta de 12 indios y seis chinas, el que viene haciendo cabeza de dicha partida és de Lorenzo el Chico”¹⁹¹. Em dois de julho daquele ano, ele dizia que passavam na cidade seis índios do cacique Toro que relataram estarem todos muito contentes e sossegados.¹⁹² O vice-rei respondia, no dia cinco de julho: “Regressam nesta ocasión los seis índios de nación

¹⁹¹ Manuel Fernández. AGN .Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 9 de março de 1788.

¹⁹² Manuel Fernandez. AGN .Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 2 de julho de 1788.

auca que acompanhados de dos Blandengues expresso en carta, venían a esta capital exponer sus efectos”¹⁹³. Em 1790, após o tratado com Calpisqui, as negociações comerciais se intensificam. O blandengue Vicente Juan Colomes escreveu ao então vice-rei Nicolas de Arredondo que passava à capital o índio Naguel, mandado pelo cacique Lorenzo para vender seus produtos, junto com um blandengue¹⁹⁴. As delegações continuavam e, em dezembro de 1790, Manuel Fernandez escreveu ao vice-rei, que o Índio Chalupa passara com doze índios e chinas na direção de Buenos Aires para vender seus produtos¹⁹⁵.

Nosso propósito até aqui através das situações apresentadas, foi demonstrar que esse portal político que começou a se edificar em meados do Setecentos, agenciado tanto por nativos, quanto por cristãos, não era estável, mas dinâmico e multifacetado. Os documentos demonstraram que a fronteira agenciada era espaço multiforme onde os interesses se chocavam, confluíam e também se fundiam, fazendo dos fortes locais de diferentes possibilidades. Vimos, além disso, que na fronteira havia a flexibilização de elementos de diferenciação social como leis, língua e identidades, uma vez que os atores precisam se adaptar, inventar e reinventar frente às diversas realidades com as quais precisavam dialogar.

Neste sentido, o registro arqueológico corrobora com nossa hipótese. Nos trabalhos de Gomez Romero e Spota (2006)¹⁹⁶, os materiais recuperados em escavações realizadas em fortes da fronteira sul, do século XIX, mostram que os indivíduos que povoaram essa região, longe das definições categóricas gerenciadas na época (e que em alguns casos ainda persistem hoje,) não constituíam entidades fechadas em si mesmas e desprovidas de interação. Em contrapartida, as ligações entre índios, soldados, cativos, desertores e *pulperos* apresentaram a fluidez típica da convivência. Para Gómez Romero e Spota (2006), por sua posição social liminar, os fortes favoreceram essas singulares relações.

Nos trabalhos desses autores, os registros arqueológicos são evidentes ao apontar os fortes como parte dos circuitos comerciais onde se distribuíam diferentes mercadorias. Ademais, os autores salientam o papel do uniforme militar como prática homogeneizadora que

¹⁹³ AGN .Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 5 de julho de 1788.

¹⁹⁴ Colomes, Vicente Juan. AGN .Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 19 de outubro de 1790.

¹⁹⁵ Colomes, Vicente Juan. AGN .Sala IX, 1-4-3, Comandancia de Frontera, Chascomús, 16 de dezembro de 1790.

¹⁹⁶ Apesar de não se tratar de trabalhos arqueológicos referentes aos fortes e guardas analisados e mesmo sendo de período posterior, século XIX, acreditamos que as análises de Gómez Romero e Spota (2006) são de grande valia para nossa investigação, uma vez que as regiões se assemelham por se tratarem de locais fronteiriços. A arqueologia praticada por esses autores é denominada de Arqueologia de Fronteira, ou arqueologia dos fortes, trabalhos relevantes ao analisarem a cultura material híbrida nestes espaços. A metodologia dos autores ao considerarem a fronteira como uma construção social de diferentes atores, se assemelha à nossa concepção. Para saber mais ver: GÓMEZ ROMERO, Facundo; SPOTA, Julio César Augusto. Algunos comentarios críticos acerca de 15 años de arqueología en los fortines pampeanos. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, v. 31, 2006. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/21054>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

não adquiriu materialidade nos fortes, da mesma forma que as categorias identitárias impostas da intelectualidade etnocêntrica pois carecem de operacionalidade para a análise da fronteira. Segundo esses autores, os soldados usavam capas, chiripá e botas de potro, para ele os soldados eram de fato "homens gaúchos a cavalo, bola e laço". (GOMEZ ROMERO E SPOTA, 2006, p.168)

Outra evidência instigante do trabalho arqueológico dos fortes da fronteira sul, no século XIX, mostra que os soldados possuíam artefatos que são comumente identificados como indígenas. Segundo Gómez Romero e Spota (2006), as interpretações dos achados líticos se concentram em considerá-los como elementos diagnósticos das tecnologias indígenas. As análises no Fortín Miñana mostraram vestígios de uso de ferramentas de pedra, como raspadores, que eram usadas como utensílios para trabalhar couro e madeira. Além da presença de fragmentos com os quais mostram que a atividade lítica era muito provável naquele local.

Gomez Romero e Spota (2006) salientam que essa presença de material lítico trabalhado no interior do Fortín Miñana¹⁹⁷ manifesta que os militares, teriam feito uso de instrumentos indígenas de "tradição" (envolvendo tipos e gestos tecnológicos particulares) para realizar tarefas de caça, coleta ou preparação de alimentos para consumo. Para o autor, esse instrumental chegaria ao forte por meio de troca, captura, subtração ou até mesmo seria fabricado no local. Da mesma forma, no Fortín Otamendi¹⁹⁸, isso foi detectado, ou seja, os militares utilizavam de instrumentos líticos para atividades diárias.

Para Gómez Romero e Spota (2006), os soldados tratavam, negociavam, lutavam e conviviam com os índios, não seria estranho se adotassem suas práticas. Assim, para os autores, referindo-se fundamentalmente a evidências arqueológicas, se pode sugerir que a produção e uso de instrumentos de pedra fazia parte integrante do universo artefactual dos fortes. Segundo os autores, essa explicação levanta algumas questões sobre o uso de unidades analíticas fechadas ou esquemáticas que, refletidas na cultura material dos grupos, determinam equações como: "escultor de pedra = escultor aborígene". Para o autor, isso deve ser reconsiderado ao

¹⁹⁷ O Fortín Miñana ou Nueva Esperanza foi fundado perto das cabeceiras do córrego Azul, no final de 1860, medida que foi oficializada no início de 1861. O avanço posterior das fazendas e das populações crioulas determinou seu abandono em direção à meados de 1863, movendo-se cerca de seis léguas a oeste – até a área onde o Córrego Tapalque- e dando origem ao Fortín El Perdido. Para saber mais ver: Gómez Romero, F. Arqueología histórica en sitios militares de campaña: el caso del fortín Miñana. *Arqueología Uruguaya al Fin del Milenio. Actas del IX Congreso Nacional de Arqueología del Uruguay*, Tomo II, pp.65-74, Colonia del Sacramento. 1997.

¹⁹⁸ Fortín Otamendi (1858- 1869). Foi um assentamento militar localizado ao sul da Província de Buenos Aires, pertencente ao período histórico nomeado "A conquista del desierto". Para saber mais ver: Castillejo, Alfredo Maximiano, y Facundo Gómez Romero. "AVANCES EN LA APLICACIÓN DEL MÉTODO GEOESTADÍSTICO DE ANALÍTICA ESPACIAL EN FORTÍN OTAMENDI (1858-1869)." *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana*, no. 4 (2010): 117–33. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24398956>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

trabalhar em zonas fronteiriças com a presença de sistemas sociais abertos onde o intercâmbio cultural é a norma que estipula as relações humanas. O processo histórico da existência dessa fronteira possibilitou um período de séculos de profundas interações entre os universos hispano-crioulo e indígena, o que determinou que a maioria dos principais atores sociais que habitavam os fortes, indígenas e soldados, poderiam ter esculpido ou usado ferramentas de pedra. (GOMEZ ROMERO E SPOTA, 2006).

Ademais, outra esmagadora evidência arqueológica é a presença de bebidas alcoólicas em assentamentos militares fronteiriços. Mesmo que fosse algo ilícito, os fragmentos vítreos atribuíveis a destilados de álcool, são encontrados em quantidades muito significativas. (GOMEZ ROMERO E SPOTA, 2006). A partir desses vestígios se faz necessário destacar outro personagem ímpar na trama da fronteira, os chamados *pulperos*¹⁹⁹, ou comerciantes, que poderiam ser ambulantes ou fixos, pois muitos desses produtos chegavam em *tierra adentro*, por meio deles.

O trabalho de Carrera (2010), destaca o papel desses atores que viviam na campanha e forneciam aos soldados, habitantes rurais e índios, artigos essenciais para o cotidiano, como a bebida alcoólica, erva, açúcar, farinhas, artigos de couro, etc. Para o autor, os *pulperos* também foram agentes decisivos na diplomacia da fronteira pois travavam relações pacíficas com os nativos por meio do comércio. Carrera (2010) salienta que os clientes desses comerciantes estavam longe de serem simples consumidores, pois todos os personagens com quem eles tinham contato eram encarregados de manter e equilibrar as relações entre a sociedade crioula e indígena. Com o incentivo de comércio, a ação dos *pulperos* teve implicações que iriam além do econômico, porque os relacionamentos pessoais que esses pequenos comerciantes podiam tecer, tanto com os cristãos, quanto com líderes indígenas, os transformaram em um potencial elo para estabelecer relações diplomáticas; por isso eles se converteram em mais um instrumento para estabelecer o diálogo entre os mundos. Desse modo, muitos artigos proibidos de comercialização com os índios, como bebidas e armas, chegavam através desses personagens, pois como já vimos na fronteira agenciada as regras e leis eram flexibilizadas de acordo com as circunstâncias. Nas reduções jesuíticas, de meados do Setecentos, já temos indícios da relevância das relações desses comerciantes com os nativos “[...] vino un índio serrano á la Reducción de los Pampas, á la qual a escondidas de los misioneros ian com mas frecuencia a los espanoles taberneiros, que en Buenos Aires se dicen Pulperos [...]” (SÁNCHEZ

¹⁹⁹ Carlos Mayo é organizador de uma compilação que trata de análises sobre o fenômeno da *pulpería* e dos *pulperos* da campanha bonaerense em diferentes períodos da história colonial até a república. Para saber mais ver: MAYO, Carlos A. (Director), *Pulperos y Pulperías de Buenos Aires 1740-1830*, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Mar del Plata, Impreso en Departamento de Servicios Gráficos de la UNMdP, 1996.

LABRADOR, [1774] 1936, p. 40). Da mesma forma o jesuíta Strobel também relatava a presença desses personagens que tratavam com os índios ilicitamente:

[...] Llegó a cá Juancho Manchado; vendió bastante aguardiente, y el fruto de esta borrachera que sacamos, há sido que un indio borracho por poco hubiera quemado nuestra vivienda [...] El día antes que llegase ese Juancho Manchado, salió de aquí el Juancho Serrano; trajo y vendió también aguardiente en los toldos de Marique. Es esta la 6a vez desde que estoy aquí, que han llegado estos borrachos y pulperos Pampas acá con aguardiente. He oído también de diferentes, que todo el tiempo que ha durado el trato de ponchos, Juancho Patrício trajo e hizo traer a escondidas el aguardiente de la ciudad (STROBEL [1748] in SANCHEZ LABRADOR [1772] 1936, p. 243)

Para Gómez Romero e Spota (2006), tanto as bebidas alcoólicas, quanto os instrumentos de pedra foram “esquecidos” dos discursos históricos posteriores, porque não tinham lugar em uma construção ideológica que promovia a “nós vs. eles”, da fórmula “civilização vs. barbárie” incansavelmente repetida pelo Estado e a burguesia de Buenos Aires. Dicotomia cuja implementação serviria para justificar o processo definitivo da “Conquista do deserto”. Os autores advertem que a existência desses artefatos nos fortes constituiu a demonstração prática da falácia dessas dicotomias aplicadas a contextos de forte interação, como os fortes, que os autores denominam de *tolderías* militares ou indígenas.

Gruzinski (2001) ajuda a fortalecer essa compreensão pois, para ele, a percepção das mestiçagens fica dificultada em abordagens intelectuais que preferem os conjuntos monolíticos uma vez que torna-se “mais fácil identificar blocos sólidos do que interstícios sem nome” (GRUZINSKI, 2001, p. 48). Para este autor, os “enfoques dualistas e maniqueístas seduzem pela simplicidade e, quando se revestem da retórica da alteridade, confortam as ciências e satisfazem nossa sede de pureza, inocência e arcaísmo” (2001, p.48). Essa maneira de ver as coisas acaba por petrificar e diminuir a realidade, porque elimina da narrativa todos os elementos que exercem papéis fundamentais nos cruzamentos. Assim, “as mestiçagens pertencem a uma classe de objetos dos quais o historiador parece bastante desarmado” (GRUZINSKI, 2001, p. 53).

Por isso, para Gómez Romero e Spota (2006) a convivência de índios e crioulos determinou que a oposição “nós contra eles” era a expressão de uma falsa realidade porque bem se poderia dizer que “nós somos eles” e “eles são, ao mesmo tempo, nós”. Assim, os vestígios arqueológicos são transformados na manifestação material da cultura mestiça da fronteira.

Isto posto, seguindo essa lógica, podemos acrescentar que por meio do portal diplomático e suas intensas relações sociais, a fronteira agenciada não só compôs uma paisagem mestiça (ENRIQUE, 2018) mas uma cultura mestiça. Para Gruzinski, a cultura mestiça nasce

da interpenetração e da conjugação dos opostos (2001, p. 45). Diante disso, para completar esse tópico, utilizaremos os escritos do Coronel Pedro Andrés García²⁰⁰, soldado espanhol que atuou nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, como um oficial especializado nos “problemas de campanha”, seus relatos trazem uma relevante compreensão da cultura mestiça da fronteira. Em 1810, o coronel Pedro Garcia, em viagem de reconhecimento a Salinas Grandes, relatava que:

Las más sabias leyes, las medidas más rigurosas de la policía, no obrarán jamás **sobre una población esparcida en los campos inmensos, y sobre una familia que pueden mudar su domicilio con la misma facilidad que los árabes o pampas**. Es indispensable transformar estos hombres en ciudadanos virtuosos. (GARCIA, 1810 [1836], s/n) [grifos nosso]

Nesta passagem fica notório o padrão cultural nômade dos índios pampeanos que o coronel Garcia comparava com árabes, na tentativa de "traduzir" os hábitos nativos para os europeus. Como dissemos, no capítulo 1 deste trabalho, os índios da Pampa-Patagônia utilizavam da mobilidade como uma praxe cultural de existência e o coronel via essa mobilidade como uma falha para os habitantes da campanha tornarem-se cidadãos virtuosos. Contudo, o que de fato ocorria é que aquelas pessoas partilhavam da cultura mestiça e adotaram daquela característica de utilização do território de acordo com o calendário estacional e planejado, a prática indígena foi adaptada pelos habitantes da fronteira transformando-se em uma ação mestiça.

Em outro registro o coronel seguía salientando as particularidades dos habitantes fronteiriços: “el trato clandestino y perjudicial con los infieles, [...] la assiduo asistencia en sus toldos, para tener con ellas una brutal vida, y finalmente avecindarse con ellos, siguiendo sus costumbres y ritualidades de placeres” (GARCIA, 1810 [1836], s/n). E o coronel continua:

[...] **muchos de nuestros campestres cuyas costumbres como hemos dicho no distan muchos grados de los salvajes, y atraídos por el deseo de vivir a sus anchas; [...] se domicilian gustosamente entre los indios**. Estos tráfugas, cuyo número es muy considerable y crece incesantemente, les instruyen en el uso de todas las armas.

²⁰⁰ De acordo com Aliata (2010), o Coronel Pedro Andrés García, dentro do contexto ilustrado estuda cuidadosamente as Pampas de Buenos Aires, era oficial da coroa com larga experiência, que havia chegado ao Río de la Plata com a expedição de Cevallos, permaneceu em Buenos Aires após a Revolução e realizou três inspeções rurais em 1810, 1816 e 1822, produzindo relatórios que do estado da fronteira e propor possíveis soluções do ponto de vista social e militar. Para saber mais ver: Fernando Aliata, «Las raíces del árbol de la libertad. El legado ilustrado en la fundación de pueblos en la pampa bonaerense durante el siglo XIX», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 23 março 2010, consultado 25 janeiro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/59222>; DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.59222>

Se dermos crédito às passagens do diário, percebemos que o coronel criticava a vida em comum daqueles sujeitos, pois devemos lembrar que a função de Pedro Garcia era apontar e solucionar os problemas da fronteira. No entanto, os soldados que viviam entre os índios não partilhavam do olhar diferenciador do coronel. Pedro Garcia censurava aqueles habitantes que davam assistência aos toldos nativos e que viviam de maneira muito semelhante aos indígenas, inclusive nos rituais, o que realmente caracteriza a cultura mestiça da campanha.

Em outros trechos do diário do coronel Pedro Garcia:

Los fronterizos son muy frecuentes, por el interés de la compra del maíz de que hacen los indios mucho uso para comerlo en grano, o mal pisado, cocido en agua. Estos fronteros, que disfrutan confianzas entre estos españoles, son los introductores de los indios de tierra adentro: casi todos son parientes, amigos y relacionados, y como todos tienen innatos unos mismos vicios, que es el robo al español, y el asesinarlo, si impunemente pueden hacerlo, cometen todo género de atrocidad, y se retiran contando como victoria estos hechos. La clase de gentes aquí pobladas son poco menos feroces e inciviles que los mismos indios; de su roce y trato resultan las frecuentes clandestinas entradas en las primeras tolderías de nuestros compatriotas, llevándose el aguardiente, la yerba y tabaco que ellos apetecen. Se entregan a la lascivia, y forman los proyectos de las extracciones y robos de haciendas, unas veces en unión con ellos, y otras proporcionándoles las haciendas en los puntos que conciertan, teniendo interés en ellas, de jergas, ponchos, lazos y pieles, con algunos caballos buenos de los muchos que tienen en sus tolderías, y que tanto halaga este género de comercio a nuestros compatriotas, si de él resulta que tengan un buen recado y jergas, con excelente caballo. (GARCIA, 1810 [1836], s/n) [grifos nossos]

O que é visível neste trecho, primeiramente, é a forma com que o coronel denomina aqueles habitantes da campanha, ou seja, “fronteiriços”, o que claramente mostra a diferenciação que Pedro Garcia fazia entre aqueles indivíduos e os “espanhóis” da cidade. Ademais, as práticas de alimentação dos moradores da fronteira são comparadas com os modos nativos. Outro registro relevante que faz Pedro Garcia, refere-se ao parentesco, característica primordial das relações nativas que era compartilhada entre eles e os moradores da campanha hispano-crioulos. Vimos anteriormente, que nativas e soldados compartilham o cotidiano, os toldos indígenas se assentavam juntos as *tolderías* militares e dali não resultaram somente práticas mestiças mas, verdadeiramente, indivíduos biologicamente mestiços, frutos daqueles contatos.

Podemos acrescentar que as próprias práticas de negociação, presentes em ambos os mundos, o indígena e o crioulo, passaram por intensos processos de mestiçagem. A diplomacia da fronteira era semelhante em ambos os lados, o nativo e o cristão. Como vimos, os fortes tornaram-se um portal político, que não foi imposto aos indígenas, mas também edificado por eles e, efetivamente, as fortificações só conseguiram se manter pelo apoio dos próprios índios.

A prática do cativo, por sua vez, traço cultural dos grupos indígenas da região, também era usada pelos hispano-crioulos. O que era a Casa de Reclusión de Buenos Aires, composta por 70% de mulheres indígenas (SALERMO, 2014), senão um cativo de índias? Vimos no caso de Catalina que elas podiam inclusive ser utilizadas como negociadoras ou como moedas de trocas por cativos hispano-crioulos.

Ademais, a tentativa por séculos, de personalizar o poder nas mãos de um cacique para facilitar o trato, para os colonizadores, acabou influenciando nas práticas políticas dos nativos, que começaram a cada vez mais aproveitar o contato com os cristãos como um “capital social” (GARCIA, 2007). Assim, aqueles caciques que dominavam a arte de negociar com os hispano-crioulos adquiriram, entre os seus, um número cada vez maior de seguidores e esse manejo de interesses e informações formava naquele período um verdadeiro “fundo de poder” (BECHIS, 2010).

Outrossim, os hispano-crioulos que viviam na campanha, como vimos, entendiam as características culturais indígenas. Os soldados sabiam que para firmar alianças era necessário ganhar a confiança nativa. Por isso, precisavam *regalar*, apoiar, integrar a rede parental e de interesses, o que demandava muito tempo. Percebemos no caso do tratado com Lorenzo, que tudo que foi decidido teve que ser acordado com todos envolvidos. O tratado final contou com a presença física do cacique, diferenciando-se das tratativas anteriores e mostrando uma combinação entre as partes.

Em outro relato do mesmo coronel, temos uma imagem literária dessa diplomacia hispano-nativa.

[...] allí a recibir al cacique Lincon, que venía con los caciques, Medina, Cayumilla, Aucal y Gurupuento, a quienes se les atendió, **haciéndoles una salva de 4 cañonazos que aprecian mucho; porque, además del placer que reciben en este agasajo, están persuadidos de que con este remedio se ahuyenta el diablo y las brujas, de quienes, según dicen, reciben muchos daños.** A poco rato llegaron, Clento, Turuñan, y el hijo de Epumel, con más el anciano Oquiroy. **A todos se les obsequió con mate de azúcar, se les dio yerba, tabaco, pasas, aguardiente y galleta de pronto; y después entraron en sus parlamentos muy autorizados, manifestando que era un acto de su generosidad permitírnos el paso.** Cada uno se decía principal de la tierra a vista del otro, concluyendo con ofertar su gente de auxilio, y pidiendo permiso para alojar en el campamento con sus gentes, y para tratar con los vivanderos. (GARCIA, 1810 [1836], s/n) [grifos nossos]

Na descrição é nítido que a negociação não é o resultado da imposição espanhola, mas a consequência de uma aliança que vai além da política e é sobretudo cultural, firmada entre dois grupos diferentes. Vimos que para firmar uma negociação, era necessária a argumentação

e interlocução com diferentes líderes. Percebemos na chegada dos caciques, que os cristãos os receberam com a salva de quatro canhões, pois esta era uma prática muito apreciada entre os nativos que acreditavam que o som dos canhões iria afugentar o mal, o que mostra a atenção dos hispano-crioulos aos rituais indígenas. Ou seja, vimos demonstrações de comunicação entre os dois mundos. Deste modo, de acordo com Gruzinski:

A colonização espanhola foi uma negociação ininterrupta uma sequência de compromissos com a realidade indígena. O gigantismo da América, a exploração dos recursos da terra, a falta de instrumentos de repressão e estabilização de uma sociedade em transformação permanente impunham acomodamentos contínuos em todos os campos. (GRUZINSKI, 2001, p.295)

Portanto, em um imenso território heterogêneo e multifacetado, caracterizado por um poder institucional débil, onde as redes de parentesco e interesses moldavam a vivência, o binômio “brancos” e “índios” e a concepção de fronteira divisora são incapazes de dar conta da realidade. Ela era povoada por indivíduos que conformavam situações de porosidade, que o ilustrado Pedro Andres Garcia censurava: as Catalinas, os Flamencos, os Yatis, os Bravos, os González, etc, pessoas que o coronel rotulava de “fronteiriços”. Realmente, o que os vestígios arqueológicos e documentais apresentam é que eram sujeitos mestiços, cultural e/ou biologicamente falando. Sujeitos que carregavam e movimentavam atributos dos dois mundos, espanhol e nativo. Sendo assim, aos finais do período tardo-colonial, a campanha sul bonaerense configurava uma fronteira agenciada conformada por diferentes formas de mestiçagens.

*Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro.
Mia Couto (In "Raiz de Orvalho e Outros Poemas")*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia de 25 de junho de 1806, em uma tarde fria de inverno, o coronel Pack, frente a um total de mil e quinhentos homens, colocou seus pés na terra que os nativos chamavam de Quilmes, pouco antes de o contingente militar que ele liderava começar a marchar até Buenos Aires. Esse episódio conhecido como ponto chave das chamadas “invasões inglesas” a Buenos Aires e a reação popular que expulsou os invasores, persevera na história da nação argentina com um valor especial. Em certas análises, inclusive, o acontecimento é tido como o ponto inaugural da revolução de independência daquele país²⁰¹. As referidas invasões ocorreram nos anos de 1806 e 1807, momento em que as tropas britânicas atacaram a capital do vice-reino do Rio da Prata. Nesta conjuntura, um grupo de caciques qualificados como pampas se apresentou ao cabildo oferecendo apoio e disponibilizando algumas centenas de homens para fazer frente aos ingleses. Os próceres da cidade recusaram a ajuda, agradecendo a demonstração de “fidelidade e patriotismo” dos nativos, concederam-lhes medalhas de prata com a inscrição “para os caciques pampas e araucanos” e a missão de vigiar a costa sul mais afastada da capital.

Estes acontecimentos podem parecer incompreensíveis diante de uma história que tradicionalmente centrou sua narrativa na “guerra aos índios”, via de regra como resposta às agressões e selvageria dos mesmos. O objetivo principal deste trabalho foi buscar compreender essas dinâmicas de relacionamento entre nativos e hispano-crioulos diferentes daquela que a história argentina clássica havia narrado. O que essa história enredou foi a imagem de “índios selvagens” e que, por isso, deveriam ficar “fora da nação”, impondo-se uma identidade racialmente branca e culturalmente europeia, a qual extinguiu a pluralidade e converteu em imperceptível seu elemento indígena e mestiço. No processo de construção de sua própria identidade como nação emergente, a historiografia oitocentista argentina contribuiu para silenciar as alternativas versáteis das relações hispano-indígenas e os diversos momentos de convívio pacífico gestado na história hispânica, ao mesmo tempo em que erigiu em mito a imagem de índios etnicamente indistintos e homoganeamente selvagens, sempre em pé de guerra (ROULET, 2013). Uma imagem que torna impensável o episódio que narramos acima.

Sendo assim, nosso intuito nesta tese foi não só descortinar a presença indígena e formas de sua intervenção na história colonial argentina. Para isso, nossa investigação se centrou em

²⁰¹ Ver: GALLO, Klaus. *De la invasión al reconocimiento. Gran Bretaña y el Río de la Plata, 1806-1826*. Buenos Aires: AZ Editora, 1994 e HALPERÍN DONGHI, Tulio. *El ocaso colonial en Hispanoamérica*. Buenos Aires: Sudamericana, 1978.

uma área marginal para os cristãos e imensa, a Pampa bonaerense, que, em meados do século XVIII, se constituía em uma fronteira a ser conquistada pela Coroa Espanhola. Nosso objeto principal de investigação foram alguns fortes de fronteira. Instalados pelo governo da colônia no período conhecido como tardo-colonial, estas fortificações visavam proteger as povoações e propriedades de hispano-crioulos ao conter as incursões indígenas. Entretanto, como vimos, se reverteram em um locus de intensas relações entre uma diversidade de sujeitos.

Em vista disso, a primeira parte da nossa pesquisa buscou conhecer os grupos indígenas que habitavam a região em um exercício que procurou descolonizar a narrativa, inclusive discutindo as formas pelas quais eles foram identificados. Procuramos também, avaliar a temática da etnicidade e identidade, a relação dos índios com o território e a configuração social daqueles grupos.

Desse modo, o que constatamos é que os grupos nativos da Pampa-Patagônia, rotulados como “pampas, serranos, aucas, tehuelches, ranqueles” foram alvo de um sistema contínuo de imposição de identidades. Isto é, durante mais de três séculos de contato, a empresa colonial promoveu a aplicação de denominações étnicas e a delimitação/definição de grupos, tribos e nações para poder interagir, intervir e controlar o território e seus habitantes a fim de incorporá-los à administração espanhola (NACUZZI, 2017).

Buscamos evidenciar que as atribuições étnicas nativas outorgadas pelos colonizadores e funcionários, variaram de acordo com o tipo de projeto colonial que cada um deles era portador, mas também segundo o elemento humano por detrás do empreendimento: seus conhecimentos, cultura e habilidades de intermediação com os índios (ROULET, 2013). Por exemplo, os jesuítas em contato com os indígenas tiveram um empenho “etnográfico” caracterizado por tipificar a cultura, língua e hábitos nativos em favor de seu fito de “catequizar e civilizar”. Por sua parte, os militares nos fortes fronteiriços buscavam “criar” lideranças para facilitar uma diplomacia que eles pudessem manejar.

Os colonizadores fragmentaram o corpo social indígena para pensar, classificar e controlar os grupos indígenas (BOCCARA 2005). Segundo Nacuzzi (1998), essas classificações não pertencem à auto identificação dos grupos, mas, realmente, de identidades impostas. Assim, o mosaico de classificações serviu para a administração colonial circunscrever, cultural, política e territorialmente as populações nativas. Ela se reverteu em uma estratégia discursiva que tinha efeitos concretos nas políticas específicas de colonização (WILDE, 2011), fazendo parte daquilo que Boccara (1999) identifica como dispositivos de poder, ou seja, mecanismos de controle criados pela empresa colonial.

Vimos, além disso, que etnia e identidade étnica são categorias complexas e que muitas vezes acabam por obscurecer as diferenças com intuito de encontrar semelhanças. Sejam individuais ou coletivas, as identidades são dinâmicas e flexíveis contrastantes e por vezes contraditórias. As identidades não se elaboram através da coincidência consigo mesmo, mas de fato na relação com o outro. Foi a partir desta compreensão que pudemos entender os grupos da área pan-araucana “como uma unidade cultural que abarcava diversas parcialidades” (BECHIS,2009). Tais parcialidades eram grupos politicamente autônomos e que possuíam vínculos e conhecimentos mútuos, sendo a unidade cultural a que nos referimos fundamentada em elementos compartilhados. Entre eles estavam parentesco, práticas de reciprocidade que envolviam ou deixavam um lugar para o conflito, religião, linguagem, simbolismo, redes econômicas e sociais vinculadas entre si.

As evidências empíricas que analisamos, principalmente através da documentação do Fundo *Comandancia de Frontera* e dos rastros de diferentes personagens nativos como os caciques e mulheres indígenas ali localizados, mostraram algumas das características dessas parcialidades. Aos finais do século XVIII, os grupos da área pan-araucana, sob os grandes rótulos de aucas, pampas, serranos, ranqueles e tehuelches, passaram por dessemelhantes processos de fusão, fissão e etnogênese. Muitos estudiosos chamam esses processos imprecisamente de “araucanização da Pampa”, pois naquela conjuntura histórica, os grupos compartilhavam muitos aspectos culturais e sociais atribuíveis aos araucanos, além da Cordilheira dos Andes.

Os vestígios dos personagens indígenas que acompanhamos como a índia Maria Catalina e caciques, como os Yatis, por exemplo, em suas intensas relações com diferentes sujeitos e coletivos, mostraram que a sobrevivência dos grupos passava por uma concepção dinâmica de relações sociais que permitia manejar e planejar estratégias. Por meio de um jogo de alianças e complementaridade, se uniam de diferentes maneiras, não só com nativos de ambos os lados da cordilheira mas, também, a partir do século XVI, com os cristãos. Por isso, a noção de “parcialidade” mostra-se adequada, pois consegue dar conta da mobilidade de diferentes sujeitos em díspares grupos políticos e ante situações políticas complexas, como aquela experimentada em contexto colonial. Por este ângulo, a etnia e as grandes rotulações perdem o sentido, e a identidade se apresenta não mais como essência, remetendo a processos de construção e interconexão contínuas.

A identidade é uma história pessoal, ela mesma ligada a capacidades variáveis de interiorização ou de recusa das normas inculcadas. Socialmente, o indivíduo

não para de enfrentar uma plêiade de interlocutores, eles mesmos dotados de identidades plurais. [...] a identidade define-se sempre, pois, a partir de relações e interações múltiplas. (GRUZINSKI, 2001, p.53)

Na cosmologia nativa da Pampa-Patagônia o território tem duas dimensões: a material e a imaterial, sendo que esta última se refere à conotação intangível, que dá conta dos diferentes espaços, grupos e percepções do mundo. Os indígenas da área pan-araucana faziam parte de um espaço social ativo, que ultrapassa a lógica de ocupação ocidental e era utilizado de acordo com essa cosmovisão particular.

O território pan-araucano era marcado por uma macrorregião heterogênea e envolvia diferentes ecossistemas que os índios utilizavam por meio de um calendário sazonal, sendo que os diversos ambientes produziram um corredor de interação que interligava diferentes grupos. Ele era controlado politicamente de forma distendida, convivendo nele diferentes parcialidades em uma região dinâmica e descontínua. Nesta lógica, a territorialidade era marcada pela mobilidade, sendo que o dinamismo da ocupação do espaço e a mutabilidade congregavam fundamentos culturais daqueles grupos. Assim, a mobilidade daqueles nativos, além de permitir a apropriação de recursos baseada na caça e coleta, era uma praxe de existência, um padrão cultural e um modo de territorialidade que se configurava em formas de residência, obtenção de recursos e sociabilidade.

Mesmo antes da chegada dos europeus, as relações entre as diversas parcialidades variavam entre alianças e hostilidades. Todas essas características faziam parte da lógica mestiça (BOCCARA, 1999), intrínseca a aqueles grupos, com sentido fundamental para o convívio entabulado entre eles e os cristãos, nos séculos posteriores.

A imposição gradual da lógica de exercício do poder dos europeus trouxe várias mudanças para as populações nativas e para o território pampeano. A adoção de bens exógenos como açúcar, farinhas, bebidas alcoólicas, tecidos, facas, adornos de vestuário, gado, bem como a presença física dos cristãos por meio primeiramente das missões e depois dos fortes, alteraram profundamente a conjuntura da Pampa. Essas mudanças transformaram a área da campanha em uma “paisagem mestiça” (ENRIQUE, 2018), que implicava não só uma certa aproximação e mistura de sociedades, mas também a criatividade dos sujeitos para organizar e reorganizar a paisagem adaptando-se às novas realidades.

Ademais, a chegada dos cristãos converteu a região em uma fronteira para os espanhóis, que se viam na contingência de índios independentes que não estavam sob a jurisdição da Coroa. Na segunda parte da tese buscamos compreender o que essa fronteira significava, não

só para os hispano-crioulos mas, também, como esse conceito ganhou diferentes conotações nas Ciências Humanas, principalmente para os estudiosos argentinos.

Primeiramente, para os espanhóis que chegavam à América, uma fronteira era ao mesmo tempo um limite político e cultural, pois determinava a separação e a percepção entre “eles” e “nós”. Essa conotação possuía raízes na história ibérica, inicialmente da tradição romana onde a fronteira era território a se expropriar dos bárbaros; depois no avanço dos reinos cristãos sobre territórios muçulmanos. Para Coroa espanhola, a fronteira sul bonaerense, balizada pelo Rio Salado, era uma demarcação social habitada por nativos que não se submetiam ao seu poder, e, ao mesmo tempo, um espaço a ocupar.

No século XIX, com os estados independentes a fronteira ganhou relevância na formação das nações. Para Frederick Jackson Turner o avanço da fronteira oeste americana era a ascensão da civilização sobre a barbárie. Em similitude com o caso americano, a Argentina republicana também transformou a fronteira em uma questão ideológica e, no Oitocentos, a incipiente nação criou o “inimigo índio” e instituiu a fronteira como locus da barbárie. Nestas circunstâncias, era necessário vencer a fronteira que não tinha lugar na pátria branca, europeizada e católica que se pretendia construir. Com a Conquista do Deserto, a civilização venceu a selvageria e os discursos históricos firmaram diversos estereótipos.

As mudanças nos discursos vieram quase cem anos depois, aliadas com a queda dos grandes paradigmas explicativos que conformavam os estudos históricos e sociais. A fronteira como conceito social passou a ser avaliada como um espaço de cruzamento e trocas recíprocas, privilegiado para estudos das mestiçagens. Isto, em contraposição à ideia clássica advinda da tese turneriana de uma linha que se move em direção ao espaço selvagem. A partir dessas inovações nas investigações, para dar conta dos intensos intercâmbios materiais e simbólicos no ambiente fronteiro, novos conceitos surgiram.

Sendo assim, mesmo que nossa análise esteja em consonância com estas renovações, compreendemos que cada espaço de fronteira possui suas particularidades. Por isso, cada estudo fronteiro é dessemelhante em suas repercussões. Assim, uma das perguntas norteadoras desta Tese foi: O que essa fronteira significava para as pessoas que viviam naquela realidade? Ou melhor, o que era essa fronteira na prática cotidiana? Nesta perspectiva, a documentação dos fortes fronteiros foi extremamente relevante, uma vez que, esse dispositivo colonial de “retenção” foi testemunha da vivência na fronteira. A análise documental revelou que longe de ser um deserto de densidade populacional restrita, aquele espaço abarcava uma infinidade de sujeitos, e todos eles, índios ou cristãos, atuavam de diferentes maneiras de acordo com as suas possibilidades.

Percebemos que a fronteira bonaerense era um espaço de controle colonial inconsistente, o que facilitava aos diferentes atores sociais, nos interstícios daquele domínio inconstante, a possibilidade de manifestar a sua capacidade de agência em sentido ampliado, tanto no prosseguimento da vida social, quanto na sua metamorfose. Neste ponto de vista, para aquela realidade, cunhamos a compreensão de “fronteira agenciada”, pois eram os sujeitos que manobravam a fronteira e não o oposto. Ou seja, os atores sociais interferiram, influenciaram, deram sentido, produziram efeitos e, muitas vezes, modificaram as regras sociais, pois “[...] nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação, ou de interpretação das regras, de negociação.” (LEVI, 2006, p.179). Com efeito, podemos argumentar que a ideia prevaiente por muito tempo acerca da fronteira militarizada na Argentina, a sua narrativa da guerra constante entre brancos e índios e, depois, a “conquista do deserto”, dificultaram a visibilidade da agência dos sujeitos.

Compreendemos que a fronteira agenciada possibilitou a relativização das políticas coloniais, entre elas as reformas borbônicas. Como vimos, aquela série de reformulações da Coroa espanhola que visava tornar o Estado moderno e centralizado, não foi regular e nem homogênea em todas as partes do Império. O microcosmo fronteiriço bonaerense demonstrou que, na prática, não existia uma relação de poder unilateral da metrópole sobre a colônia. A política de fronteira foi, ao longo dos séculos, manipulada pelos seus agentes, como transparece nas missões jesuíticas, onde indígenas e hispano-crioulos obtiveram o protagonismo, tanto na criação das reduções, quanto em seu desmantelamento. O mesmo ocorreu na inserção dos fortes e fortins que foram uma resposta local para o problema da fronteira, inclusive contra as indicações metropolitanas. Isso revela que as regras não eram inflexíveis e que iam se moldando dentro da própria dinâmica colonial.

Com a inserção dos fortes ao sul de Buenos Aires, percebemos que aquele sistema era muito debilitado. Realmente, eles não passavam de casebres de paredes de barro e teto de palha, habitados pelos blandengues que eram sujeitos dos setores mais carentes da sociedade, com exceção para os militares de maior escalão, como capitães, sargentos e comandantes. Eram recorrentes as faltas de pagamentos, a escassez de mantimentos e estrutura para os blandengues e milicianos. Assim, consideramos que nesta etapa a fronteira não foi “militarizada”, porque o programa era muito precário.

Conjecturamos que naquela atmosfera de carências, a aproximação dos milicianos com os indígenas construiu, de certa forma, um entrelaçado de apoio e informação, que era constantemente negociado, essencial para a manutenção dos fortes e fortins. Assim, as fortificações só sobreviveram por meio da rede de cooperação e afinidades entre milicianos não

pagos, blandengues e, sobretudo, pelo apoio dos indígenas, considerando aqui, de um modo central, o rol de mulheres como articuladoras de redes parentais e econômicas.

No período tardo-colonial as articulações econômicas entre a esfera espanhola e indígena eram intensas. Uma grande quantidade de artigos europeus circulava no mundo nativo, e os produtos indígenas eram essenciais para os hispano-crioulos. Assim, o comércio ocupava uma importância singular nas relações sociais sendo que o registro documental das fortificações atesta essa situação. Com efeito, foram inúmeras as delegações indígenas que iam até as guardas de fronteira para intercambiar produtos.

Nesta conjuntura, o cotidiano das fortificações mostrou que índios e cristãos as utilizavam como um portal diplomático. Os índios iam até os fortes para comercializar seus artigos, trocar informações, pedir e dar apoio militar, negociar as pazes e cativos. Os cristãos por sua parte, manejaram as notícias de *tierra adentro*, recebiam apoio dos índios que consideravam confiáveis, e intercambiavam produtos e experiências. Foram, assim, tecendo uma teia de relações que se tornou vital para a sobrevivência na campanha.

Apesar da diplomacia, vimos que a violência também era um elemento presente. Eram frequentes as incursões dos índios em território habitado pelos hispano-crioulos, quando ocorriam mortes e captura de reféns. Como vimos, esses ataques podiam ser utilizados pelos indígenas para forçar negociações. Também as entradas dos hispano-crioulos em *tierra dentro* eram comuns, ocasionando violência, morte e captura de nativos, similarmente. Neste jogo de relações as fidelidades eram constantemente negociadas, oscilando entre alianças e hostilidades, como vimos.

Realmente, acompanhamos a atuação de diferentes sujeitos que sabiam conduzir as regras sociais de ambas as sociedades. Na terceira parte da tese vimos que as mulheres indígenas foram personagens singulares nesta tarefa, mesmo que a historiografia tradicional tenha negligenciado sua atuação e encoberto o papel feminino por vários preconceitos. Foi o caso da nativa Maria Catalina que, seguindo a sugestão de Gruzinski (1997) categorizamos como uma *passeur culturel*. Trata-se de agentes sociais que por sua posição limiar e transversal, passam entre culturas favorecendo as transferências e o diálogo entre universos aparentemente incompatíveis, elaborando mediações e contribuindo assim para articulação e permeabilização de fronteiras. As evidências empíricas do caso de Catalina, mostraram que ela atuou como uma mediadora por décadas. Ela se valia de seus dotes linguísticos e diplomáticos não só para negociar com a sociedade hispano-crioula, como também para conseguir benefícios para seu grupo, principalmente para as mulheres. No entanto, Catalina não era a única que mediava as relações na fronteira, isso ocorria com os cativos, com os *pulperos* e desertores, igualmente.

Ademais, vimos nos vestígios da vida de alguns caciques, que muitos deles utilizaram o contato com os cristãos como um capital social (GARCIA, 2008), transformando-o em um fundo de poder (BECHIS, 2009). A família dos Yati, por exemplo, manteve relações consideradas amistosas com os hispano-crioulos em diversos momentos, e utilizou desse relacionamento em acréscimo do seu grupo. Desde a eleição do primeiro Yati, em 1717, como *Guarda Mayor* da Campanha, eles administraram uma rede de relações com os cristãos que se refletiram nas ações daquele grupo pelas décadas seguintes. O fundo de conhecimento administrado pelos Yati mostrou que o líder indígena exitoso na Pampa bonaerense era aquele que possuía a habilidade de criar e conduzir estratégias e de utilizar as redes informações em benefício do seu grupo.

Outros grupos, como o de Lorenzo Calpisqui, preferiam utilizar estratégias ambivalentes para manter sua autonomia frente à colônia. Por conseguinte, se relacionavam com os hispano-crioulos de forma não contínua ou regular, ora atacando, ora se aliando, o que de fato evidencia que as ações variavam de acordo com os interesses do seu grupo. A liderança de Calpisqui ganhou relevância aos finais do Setecentos com o tratado de paz firmado entre ele e as autoridades, em 1790. No acordo, que só foi firmado após uma década de negociações, a *passseur* Maria Catalina teve destaque.

Através dos fortes também percebemos que as regras da Coroa eram manobradas. No caso dos militares desertores, notamos que as fidelidades entre eles e seus superiores igualmente eram constantemente negociadas. Mesmo que a fuga do forte fosse considerada crime passível a morte, as deserções ocorriam com certa frequência. Era possível desertar, viver com os infiéis, algumas vezes constituindo famílias e retornar para a Guarda tempos depois.

Na última parte da tese observamos que o convívio entre indígenas e cristãos na fronteira agenciada conformou um ambiente multifacetado e mestiço, que convida ao rompimento com arquétipos como aqueles acionados pelos binômios índios x brancos, índio puro x índio aculturado, agência x estrutura, tradição x modernidade. As intensas ligações que as evidências mostraram, entre os diferentes sujeitos e grupos apresentaram a fluidez típica da convivência. Desse modo, a fronteira agenciada propiciou um intenso intercâmbio cultural, que se apresentou de diferentes maneiras, nas estratégias de negociação recíprocas, nas práticas cotidianas, na prática do cativo, nos hábitos de vestuário, alimentação, na mobilidade dos moradores da campanha, nas relações íntimas entre cristãos e índias, nos filhos mestiços então gerados. Nas palavras de Gruzinski: “As mestiçagens nunca são uma panaceia; elas expressam combates jamais ganhos e sempre recomeçados. Mas fornecem o privilégio de se pertencer a vários mundos numa só vida” (2001, p.320)..

Portanto, confirmamos que nenhuma cultura existe em estado puro, igual a si mesma desde sempre (BOCCARA, 1999). As situações de contato viabilizam identificar os diversos mecanismos de adaptação e transformação cultural. Nesta lógica, a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente” (SAHLINS, 1987, p.180).

A História é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, [...] esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. [...] a cultura é historicamente reproduzida na ação. [...] as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhe são atribuídos [...]. É nestes termos que a cultura é alterada historicamente na ação (SAHLINS, 1987).

Podemos verificar, ao concluir este trabalho, que a pluralidade, a mestiçagem e a interculturalidade não são fenômenos recentes, posto que as próprias lógicas socioculturais indígenas e das populações americanas se caracterizam por sua capacidade de pensar, integrar e digerir a alteridade a estabelecer relações permanentes de complementaridade humana (BOCCARA, 1999). Lógicas mestiças tiveram papel fundamental na criação de espaços de intermediação e entendimento como o portal diplomático edificado por meio dos fortes ao sul de Buenos Aires, o que resultou em uma fronteira agenciada e uma sociedade mestiça.

REFERÊNCIAS

Fontes de Arquivo:

Archivo General de la Nación (AGN):

AGN - Sala IX, Comandancia de Frontera, Legado: 1-4-3, 1-5-2, 1-5-3, 1-4-5. [vários documentos]

AGN - Sala IX, Legado: 30-1-1. [vários documentos]

ARREDONDO, Nicolás [10/09/1791]. **Carta para Manuel Hernandez**, Comandancia de Fronteira, Forte de Chascomús, 10 de septiembre de 1791. AGN, Sala IX 1-4-3.

ARREDONDO, Nicolás [10/11/1790]. **Carta para Manuel Hernande.**, Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 10 de noviembre de 1791. AGN, Sala IX 1-4-3.

CASTILLA, Joseph [29/09/1761]. **Carta ao governador**, Comandancia de Frontera, El Zanjón, 29 de septiembre de 1761, AGN, Sala IX, 1-5-3.

COLOMEZ, Vicente Juan [30/03/1791]. **Carta para o governador Nicolás de Arredondo, trazendo notícias daquela guarda.** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 30 de marzo de 1791. AGN, Sala IX 1-4-3.

COLOMEZ, Vicente [18/02/1790]. **Carta ao vice-rei**, Comandancia de Frontera, Chascomús, 18 de febrero de 1790, AGN, Sala IX, 1-4-3.

ESCRIBANO, Pedro [6/11/1777]. **Carta ao vice-rei.** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 6 de noviembre de 1777, AGN, Sala IX, 1-5-3.

ESCRIBANO, Pedro Nicolás [03/02/1777]. **Carta ao vice-rei.** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 3 de febrero de 1777, AGN, Sala IX, 1-5-3.

ESCRIBANO, Pedro Nicolás [18/12/1777]. **Carta ao vice-rei.** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 18 de diciembre de 1777, AGN, Sala IX, 1-5-3.

FERNANDEZ, Manuel. [15/06/1788]. **Carta de Manuel Hernandez para o governador Marquês de Loreto.** Comandancia de Fronteira, Forte de Chascomús, 05 de junio de 1788, AGN, Sala IX 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel. [29/08/1788]. **Carta de Manuel Hernandez para o governador Marquês de Loreto.** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 29 de agosto de 1788, AGN, Sala IX 1-4-3.

López, José Antonio [21/10/1760]. **Carta ao governador.** Comandancia de Frontera, La Matanza, 21 de octubre de 1760, AGN IX 1-4-5.

López, Clemente Pedro [17/11/1777]. **Carta ao vice-rei.** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 17 de noviembre de 1777, AGN, Sala IX, 1-5-3.

FERNANDEZ, Manuel [2/06/1789]. **Carta ao vice-rei.** Comandancia de Frontera, Chascomús, 2 de junio de 1789, AGN, Sala IX, 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel. [25/07/1790]. **Carta para o governador Nicolas de Arredondo.** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 25 de julio de 1790. AGN, Sala IX 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel. [16/12/1790]. **Carta de Manuel Hernandez para o governador Nicolas de Arredondo.** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 16 de diciembre de 1790. AGN, Sala IX 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel. [8-12-1790] **Carta de Manuel Hernandez para Al comandante.** Comandante de Frontera, Forte de Chascomús, 8 de diciembre de 1790. AGN, Sala IX 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel. [10-09-1791] **Carta ao comandante.** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 10 de septiembre de 1790. AGN, Sala IX 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel. [05/09/1791]. **Carta para o governador Nicolás de Arredondo, trazendo notícias daquela guarda.** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 05 de septiembre de 1791, AGN, Sala IX 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel [29/12/1796] **Carta para o governador Pedro Melo de Portugal.** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 10 de septiembre de 1791. AGN, Sala IX 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel [1-05-1800] **Carta para o governador Abiles. Márquez,** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 1 de mayo de 1800. AGN, Sala IX 1-4-3.

FERNANDEZ, Manuel [10-06-1800] **Carta para o governador Márquez Abiles.** Comandancia de Frontera, Forte de Chascomús, 10 de junio de 1800. AGN, Sala IX 1-4-3.

MARTÍNEZ, Manuel de. [18/06/1790]. **Carta de Manuel Martínez a Marquês de Loreto.** Comandancia de Frontera, Forte de Ranchos, 18 de junio de 1790, AGN, Sala IX, IX 1-4-3.

PERALTA, Manuel [6/08/1758]. **Carta ao governador.** Comandancia de Frontera, Forte El Zanjón, 6 de agosto de 1758, AGN, Sala IX, 1-5-3.

PINAZO, Manuel [20/06/1770]. **Carta ao governador.** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 20 de junio de 1770, AGN, Sala IX, 1-5-3.

PINAZO, Manuel, [27/09/1770] **Carta ao governador,** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 27 de septiembre de 1770, AGN, Sala IX, Leg. 1-5-3.

ZELADAS. Francisco de. [1/10/1766]. **Carta ao governador,** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 1 de octubre de 1766. AGN, Sala IX, 1-5-3.

ZAVALA, José Ignacio [07/10/1758]. **Carta ao governador Vega.** Comandancia de Frontera, Forte El Zanjón, 7 octubre de 1757, AGN, Sala IX, 1-5-1.

ZAVALA, José Ignacio [29/10/1758]. **Carta ao governador.** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 29 de octubre de 1758, AGN, Sala IX, 1-5-3.

ZAVALA, José Ignacio [2/ 10/ 1750] **Carta ao governador.** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 2 de octubre de 1750, AGN, Sala IX, 1-5-3.

ZAVALA, José Ignacio [03/02/1777]. **Carta ao governador.** Comandancia de Frontera, El Zanjón, 3 de febrero de 1777, AGN, Sala IX, 1-5-3.

Archivo General de Indias (Sevilla, España) - AGI

VERTIZ, Juan Jose. **Mapa de la frontera de la provincia de Buenos Aires**, desde la desembocadura al nacimiento del río Salado. BUENOS AIRES, 8 de junio de 1779. AGI. Disponible em: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/16926?nme>

Cópias do Museu Etnográfico Juan Ambrosetti. (ME)

ANDONAEGUI, Joseph. [15/7/1752]. **Carta do governador Joseph de Andonaegui ao Provincial Barreda, Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas**, ME, Carpeta J.16, p. 68.

APARICIO, Ramón. [12/6/1752]. **Declaração do Cabo Ramón Aparacio sobre a investigação das missões de pampas e serranos, Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas**, ME, Carpeta J.16, p. 8.

BARRIO, Eusebio del, [11/8/1752]. **Declaração do cativo Eusébio del Barrio, sobre a investigação das missões de pampas e serranos, Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas**, ME, Carpeta J.16, p. 15.

BARRAGÁN, Antonio. [26/06/1752]. **Declaração do Alférez Antonio Barragán sobre a investigação das missões de pampas e serranos, Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas**, ME, Carpeta J.16, p. 37.

BARREDA, P. Provincial Isidro [12/7/1752]. **Carta do Provincial dos jesuítas para o governador Joseph de Andonaegui, Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas**, ME, Carpeta J.16, pp.68, 69 e 73.

CABRAL, Cristóvam. [02/11/1741]. **Carta escrita por Teniente Mariscal de Campo Don Cristóvam Cabral a Don Miguel de Salcedo. Sierra del Cairú.** ME, Carpeta I. 14.

CABRAL, Antonio. [17/6/1752]. **Declaração do Capitão de Milicias Antonio Cabral, sobre a investigação das missões de pampas e serranos.** Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p. 24.

ESPINOZA, Blas. [16/6/1752]. **Declaração do soldado Dragón Blas de Espinoza sobre a investigação das missões de pampas e serranos,** Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p. 23.

GALEANO, Juan. [12/06/1752]. **Declaração do soldado Juan Galeno sobre a investigação das missões de pampas e serranos,** Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p.10.

MARCOLETA, Don Domingo de. [s/d, 1744] **Carta ao Rei da Espanha, informações dos ataques de Calelián e Cangapol.** Bs. As, ME, Carpeta I.20.

MARÍN, Joaquín. [14/6/1752]. **Declaração do cabo Joaquín Marín sobre a investigação das missões de pampas e serranos,** Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p.10.

MENDIUETA, Campo Lázaro B. de [13/10/1752]. **Carta Do Mestre de Campo Lázaro B. de Mendiúeta ao Governador Andonaegui.** Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p.92.

MELO, Agustín. [14/6/1752]. **Declaração do cabo Joaquín Marín sobre a investigação das missões de pampas e serranos,** Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p.16.

PERALTA, Fray José de. [08/01/1743]. **Carta ao rei da Espanha relatando a visita que realizou em todos os pueblos e missões das dioceses à cargo de jesuítas e franciscanos,** Bs. As, ME, Carpeta I. 16.

QUERINI, Manuel. [01/08/1750]. **Cópia del Informe que hizo el Provincial del Colegio de la Companhia de Jesús del Tucumán. In: Carta ao rei de España. Remite razon individual de el estado que tienen las reducciones de índios que están a cargo de los Religiosos de la Companhia en las Provincias de Buenos Aires, Paraguai y Tucumán.** Lima. ME, Carpeta J. 10.

RODRÍGUEZ, Maria. [27/6/1752]. **Declaração da ex-cativa María Rodriguez, sobre a investigação das missões de pampas e serranos,** Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, pp. 39-40.

SOSA, Leandro. [15/05/1752]. **Declaração do soldado Leandro Sosa sobre a investigação das missões de pampas e serranos,** Bs. As, In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p.20.

SOTO, Raphael de. [14/6/1752]. **Declaração do cativo Raphael de Soto, sobre a investigação das missões de pampas e serranos, Bs. As,** In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p. 15.

VELÁSQUEZ, Gregório. [21/06/172]. **Declaração do soldado Drágon Gregório Velásquez, sobre a investigação das missões de pampas e serranos, Bs. As,** In: Información hecha sobre la Reducción de los Indios Pampas, ME, Carpeta J.16, p. 32.

Fontes impressas:

AZARA, Félix de. **Diario de un reconocimiento de las guardias y fortines, que guarnecen la línea de frontera de Buenos-Aires, para ensancharla / por Félix de Azara.** Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Disponible en: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcp304>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

DE ANGELIS, Pedro. **Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Río de la Plata.** Tomos I, II e III Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836 -1869.

DE ANGELIS, Pedro. **Colección de viajes y expediciones a los campos de Buenos-Aires y a las costas de Patagônia.** Tomo V, Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1837.

CHARLEVOIX, Pedro F. J. de, SJ [1754]: **Historia del Paraguay, con las anotaciones y correcciones latinas del P. Muriel,** traducida al castellano por el P. Pablo Hernández, Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1916, T6. Diponível em:http://www.portalguarani.com/2646_pedro_francisco_javier_de_charlevoix_/19890_historia_del_paraguay__t_iv__escrita_por_pedro_francisco_javier_de_charlevoix.htm. Acesso em: 15 de marzo 2020.

FALKNER, Thomas. [1774]. **Descripción de Patagonia y de las partes adyacentes de la América meridional. con la religión, política, costumbres y lenguas de sus moradores... y algunas particularidades relativas a las islas Malvinas** escrita en inglés por Tomás Falkner que residió cerca de veinte años en aquellas tierras. Buenos Aires: Imp. del Estado, 1836.

GARCÍA, Pedro Andrés. [1806] **Diario de un viaje a Salinas Grandes, en los campos del sur de Buenos Aires / por el coronel Pedro Andrés García.** Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1836. Disponible en: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcqn644>.

LEONHARDT, Carlos [1924] **La misión de indios Pampas - La región de Mar del Plata y del sur de la provincia de Buenos Aires hace dos siglos.** Estudios (agosto). pp. 134-138. Disponible en: <http://racimo.usal.edu.ar/986/>.

LOZANO, Pedro. **Carta Ânua de la Provincia del Paraguay año 1735 – 1743.** Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Transcripción 1994, Instituto Anchietano de Pesquisa, UNISINOS.

MORRIS, Isaac. **Narrative of the Dangers and Distresses which befel Isaac Morris** de 1750. Disponível em: <http://patlibros.org/esp/wrecks2.php?fun=mim>. Acesso em: 8 fevereiro de 2015.

PAUCKE, Florian. [1769] **Hacia allá y para acá**. - 1a ed. - Santa Fe: Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe, 2010.

SANCHEZ LABRADOR, Jose. [1772] **Paraguay Cathólico. Los indios pampa-puelches-patagones**. Buenos Aires: Imprenta de Coxi Hermanos, 1936.

ZIZUR, Pablo [1781] 1973. **Diario a Sierra de la Ventana. En: Vignati .; Un diario inédito de Pablo Zizur**. Revista del Archivo General de la Nación 3: 65-116. Buenos Aires

Bibliografía:

ACUÑA, Julio Alberto. **Discurso del Señor Gobernador. In: Congreso Nacional de Historia Sobre la Conquista del Desierto**. Tomo I. Buenos Aires, 1980, 127 págs.

ALEMANO, María Eugenia. El imperio desde los márgenes: la frontera del Buenos Aires borbónico (1752-1806). **Tesis de Doctorado en Historia**. Universidad de San Andrés. Departamento de Humanidades, Buenos Aires. 2016, 418 págs.

_____. Los Blandengues de la Frontera de Buenos Aires y los dilemas de la defensa del Imperio (1752-1806). **Fronteras de la Historia**. 22. 2017, 44-74.

_____. y Florencia Carlón. “Prácticas defensivas, conflictos y autoridades en la frontera bonaerense. Los pagos de Magdalena y Pergamino (1752-1780)”. **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, n.o 9, 2009, pp. 15-42.

ALIATA, Fernando. Las raíces del árbol de la libertad. El legado ilustrado en la fundación de pueblos en la pampa bonaerense durante el siglo XIX», **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], Debates, posto online no día 23 marzo 2010, consultado o 25 enero 2022. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/59222>;

ARIAS, Fabián. La acción política del cacique Bravo ante la formación de las misiones Jesuitas de Pampas, 1740-1745. Una propuesta de análisis de la diplomacia tribal y sus extensiones hacia el mundo hispanocolonial. **X Jornadas interesuelas/departamento de historia**. Rosario: septiembre, p. 1-26, 2005.

ÁRIAS, Fabian. Misioneros jesuitas y sociedades indígenas en las pampas a mediados del siglo XVIII. La presencia misionera jesuita al sur de la gobernación de Buenos Aires, entre 1740-1753. Un análisis de las relaciones entre las sociedades indígenas y la sociedad colonial de una región del extremo sur del Imperio Borbónico, **Tesis**, Centro de Estudios de Historia Regional (CEHIR) – UNCO - Instituto de Estudios de Historia Social (IEHS) – UNCPBA, Neuquén, 2006.

ÁVILA, Arthur Lima de. E da Fronteira veio um pioneiro: a frontier theseis de Frederick Jackson Turner. (1861-1932). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre, 2006, 175 págs.

BARBA, F.E. **Frontera ganadera y guerra con el indio, La frontera y la ocupación ganadera en Buenos Aires entre los siglos XVIII y XIX**. La Plata, Universidad Nacional de La Plata, 1997, pp. 23 - 64.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial. **Tese (Doutorado em História)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre: 2006, 550 págs.

BARTH, Fredrik; POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998. 43 págs.

_____. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask)**. Rio de Janeiro: Contra a Capa Livraria. 2000. 121 págs.

BARTOLOME, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana [online]**, vol.12, n.1, p. 39-68, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000100002>. Acesso em 20 de julho de 2020.

BANZATO, Guillermo. "Ocupación y distribución de las tierras", en Ternavasio, Marcela (dir.) Historia de la Provincia de Buenos Aires. De la organización provincial a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880, Universidad Pedagógica - **EdHASA**, tomo III, capítulo 9, 2012, pp. 267-289.

BECHIS, Martha.. Martha A. Bechis, «Interethnic relations during the period of nation-state formation in Chile and Argentina. From sovereign to Ethnic. New School for Social Research, 1984», **Corpus [En línea]**, Vol 1, No 2 | 2011, Publicado el 30 diciembre 2011, consultado el 09 febrero 2022. URL: <http://journals.openedition.org/corpusarchivos/1146>; DOI: <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.1146>

_____. "La vida social de las biografías: Juan Calfulcurá 'líder total' de una sociedad sin estado", en Ruth Sautu (comp.): **El método biográfico**, Buenos Aires, Lumiere, pp. 185-213, 2004.

_____. "Los lideratos políticos en el área araucano pampeana en el siglo XIX: ¿autoridad o poder?", Piezas de Etnohistoria del sur sudamericano, Madrid, **Consejo Superior de Investigaciones Científicas**, 2009, pp. 263–296.

_____. **Piezas de etnohistoria y de antropología histórica**, Buenos Aires, Sociedad Argentina de Antropología, 2010, 326 págs.

BELLO, Álvaro, Nampülkafe. **El viaje de los mapuches de la Araucanía a las pampas argentinas. Territorio, política y cultura en los siglos XIX y XX**, Temuco, Ediciones Universidad Católica de Temuco, Colección Cátedra Fray Bartolomé de las Casas, 2011, 303 págs.

BERNARDES, A. e HOENISCHI, J. C. D. "Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da psicologia social". In: Guareschi, N. M. F. e Bruschi, M. (orgs.). **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis, Vozes, 2003, 239 págs.

BERNARD Vincent. 1492. **The Wonderful Year**. Análise. Barcelona.1992, 400 págs.

BERÓN, M. Integración de evidencias para evaluar dinámica y circulación de poblaciones en las fronteras del Río Colorado. En: F. Morello, M. Martinic, A. Prieto y G. Bahamonde (Eds.), **Arqueología de Fuego Patagonia. Levantando piedras, desenterrando huesos y develando arcanos**. Ediciones CEQUA, Punta Arenas. 2007. pp. 173-188.

_____. Circulación de bienes como indicador de interacción entre las poblaciones de la Pampa Occidental y sus vecinos. En: C. Bayón, A. Pupio, M. I. González, N. Flegenheimer y M. Frère (Eds.), **Arqueología en las Pampas**, Vol. I, Sociedad Argentina de Antropología, Buenos Aires. 2007. pp. 345-364.

_____. Circuitos regionales y conflictos intergrupales prehispánicos. Evidencias arqueológicas de violencia y guerra en la pampa occidental Argentina. En: **Actas del XVII Congreso Nacional de Arqueología Chilena**, Vol. I, Sociedad Chilena de Arqueología, Universidad Austral de Chile. Ediciones Kultrún, Valdivia. 2010. pp. 493-503.

BOCCARA, Guillaume. Notas acerca de los dispositivos de poder en la sociedad colonial-fronteriza, la resistencia y la transculturación de los reche-mapuches del Centro-Sur de Chile (XVI-XVIII). **Revista De Indias**, 56(208), 1996. pp.659-695.

_____. Antropología diacrónica. **Dinámicas culturales, procesos históricos y poder político. Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [Online], Biblioteca dos Autores do Centro, Boccara, Guillaume, posto online no dia 14 fevereiro 2005, consultado o 09 fevereiro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/589>

____ y GALINDO, Sylva (eds.). **Lógica Mestiza en América**. Temuco: Universidad de la Frontera, 1999, p. 11-59.

_____. **Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002, 387 págs.

_____. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. **Memoria Americana**. Buenos Aires, n. 13, dic. 2005, pp. 21-52. Disponible em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185137512005000100002&lng=es&nrm=iso. Acceso en 24 de março 2014.

_____. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. **Tempo**, vol. 12(23), 2007, pp.56-72.

BETHELL, Leslie (ed.). Historia de América Latina. Vol.2. América Latina Colonial: **Europa y América en los siglos XVI, XVII y XVIII**. Barcelona: Crítica, 1990. p.85-126.

QUEIJA, Berta Ares, and Serge GRUZINSKI. Entre dos mundos: **fronteras culturales y agentes mediadores**. Vol. 388. Escuela de Estudios Hispano-Americanos Cons Investigaciones C, 1997, 450 págs.

BONNETT VELEZ, Diana. Presentación del dos dos "Una mirada histórica, teórica e historiográfica sobre la frontera". **hist.crit**, Bogotá, n. 59, pág. 13-18, marzo de 2016 . Disponible en <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-16172016000100002&lng=en&nrm=iso>. acceso em 04 fev. 2022. <https://doi.org/10.7440/histcrit59.2016.01>

BORMIDA, Marcelo y CASAMIQUELA, Rodolfo., "Etnografía Günuüna-Këna: Testimonio del último de los Tehuelches septentrionales", en **Runa**, Vol.IX, U.N.B.A: Buenos Aires, Argentina, 1958-1959, p. 153-193.

BRADING, David A. **Mineros y comerciantes en el México Borbónico (1763-1810)**. México: FCE, 1993. p.55-132.

BRAIDOTTI, Rosi. **Nomadic Subjects. Embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory**. New York: Columbia University Press. 1994, p. 212-216.

CAMPETELLA, A. Asegurar la 'defensa y custodia' de las campañas: Vaquerías y diplomacia interétnica en las sierras pampeanas durante la primera mitad del siglo XVIII [En línea]. **Trabajos y Comunicaciones**, n° 33. 2007. Disponible em: http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3335/pr.3335.pdf. Acessado em: 10 setembro de 2014

CARNEIRO, R. "**The Chieftdom: Precursor of the State**", The Transition to Statehood in the New World / Ed. por GD Jones y RR Kautz, Cambridge, Reino Unido – Nueva York, NY. 1981, págs. 37-79.

CASAMIQUELA, Rodolfo. "**Un nuevo panorama etnológico del área pampeana y patagónica adyacente**", Santiago, Chile: Museo Nacional de Historia Nacional, 1969, p. 53-93.

CASTILLEJO, Alfredo Maximiano, y FACUNDO Gómez Romero. "Avances En La Aplicación Del Método Geoestadístico De Analítica Espacial En Fortín Otamendi (1858-1869)." **Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana**, no. 4 (2010), p. 117–33. Disponible en: <http://www.jstor.org/stable/24398956>. Acceso en: 16 de agosto de 2021.

CARGNEL, Josefina G. Pedro Lozano S.J., un historiador oficial. **Projeto História**, São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 315-323.

CARLÓN, Florencia. Sobre la articulación defensiva en la frontera sur bonaerense a mediados del siglo XVIII: un análisis a partir de la conflictividad interétnica. **Anuario del Centro de Estudios Históricos «Prof. Carlos S. A. Segreti»**, Córdoba, Argentina, ano 8, n° 8, 2008. p. 277-298.

_____. Repensando los malones del siglo XVIII en la frontera de Buenos Aires. **Jornada de trabajo: Relaciones de poder y construcción de liderazgos locales**, Rosario, 2012, p.1-22.

_____. Una vuelta de tuerca más: repensando los malones de la frontera de Buenos Aires durante el siglo XVIII. **Revista TEFROS**, Río Cuarto, Argentina, vol. 12, n° 1, 2014, p. 26-49.

CARRERA, J. Pulperos y pulperías rurales bonaerenses: Su influencia en la campaña y los pueblos, 1780-1820 [en línea]. **Tesis de Posgrado**. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. 2010. Disponible en: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.338/te.338.pdf>. Acessado em 20 de maio de 2020.

CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural – textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1871], 128 págs.

CATTÁNEO, María del Carmen “Tejedoras y planteros indígenas en la pampa (Siglos XVIII y XIX)”. **Historia Regional, Sección Historia**, ISP N° 3, Año XXI, N° 26, p. 191-211, 2008.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo v.30, n.1, jan/jun 2011.p. 349-371.

CASTILLEJO, Alfredo Maximiano, y Facundo GÓMEZ ROMERO. “Avances En La Aplicación Del Método Geostadístico De Analítica Espacial En Fortín Otamendi (1858-1869).” **Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana**, no. 4 (2010): 117–33. Disponible en: <http://www.jstor.org/stable/24398956>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

CHARTIER, Roger. **História Cultural – Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, 244 págs.

_____. Hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio Janeiro, Cpdoc FGV, vol. 7, n° 13, 1994. p. 97-113.

CLASTRES, Pierre. **Lecciones de Antropología Política**. Barcelona: Gedisa, 1981, 246 págs.

CEPEDA, José Manuel Zavala. **Los mapuches del siglo XVIII. Dinámica interétnica y estrategias de resistencia**. Santiago: Editorial Universidad Bolivariana, 2008, 360 págs.

COELHO, Claudio Marcio. Aproximações teóricas e metodológicas entre Fredrik Barth e Carlo Ginzburg: micro-análise e indiciarismo. – **Núcleo de Estudos Indiciários – DCSO – CCHN-UFES**, Vitória: 2006. p. 01 – 16.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999, 129 págs.

_____. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 251-256 .

COUTO, M. **Vagas e lumes**. 2. ed. Alfragide: Caminho, 2015.

_____. **Raiz de orvalho e outros poemas**. 5. ed. Alfragide: Caminho, 2014.

_____. **E se Obama fosse africano? e outras interinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Tradutor de chuvas**. Alfragide: Caminho, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, 174 págs.

CUNIL, Caroline. La negociación indígena en el Imperio ibérico: aportes a su discusión metodológica. **Colonial Latin American Review** Vol. 21, No. 3, December 2012, pp. 391 - 412.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. 203 págs.

DÍEZ MARTÍN, María Teresa. “Perspectivas historiográficas: mujeres indias en la sociedad colonial hispano americana”. **Espacio Tiempo y Forma**. Série IV, História Moderna, Nº 17, 2004, pp. 215- 253.

DORNELLES, Soraia Sales; MELO, Karina M.R.S. Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos. **Anos 90 (UFRGS. Impresso)**, v. 22, 2015. p. 173-208.

ENRIQUE, Laura Aylén. Políticas públicas sobre patrimonio colonial y contexto hispano-indígena en el cono sur americano (Argentina). PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 13 N. 1. Págs. 223-237.

_____. **Huellas del paisaje colonial en las narrativas fundacionales sobre la frontera sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología**, 2018. [in linea] <http://www.saanropologia.com.ar/wp-content/uploads/2018/08/Libro-Ayl%C3%A9n-Enrique-2018.pdf>

EREMITES DE OLIVEIRA, J. A História Indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p.115-124, 2001.

FERREIRA de Lema, Fabrício. Rústicos y miserables: o discurso jurídico sobre as populações indígenas no Vice-Reino do Rio da Prata (1767-1800). **Revista Latino-Americana de História**, vol. 9, nº. 23 – jan./jul. de 2020. págs 74-95.

FARINATTI, Luís Augusto E. THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)**. In: Heinz, Flávio (Org) Experiências nacionais temas transversais:subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177..

FAUSTO, Carlos. Entre o passado e o presente: Mil anos de história indígena no Alto Xingu. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.2, n.2, p. 9-51, dez. 2005, p. 1- 51.

FELIPPE, Guilherme Galhegos. **A cosmologia construída de para: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século XVIII**. Jundiá: Paco Editorial, 2014. 376 págs.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “De Mancebas Auxiliares Do Demônio a Devotas Congregantes: Mulheres e Condutas Em Transformação (Reduções Jesuítico-Guaranis, Séc. XVII).” **Estudos Feministas**, vol. 14, no. 3, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade

Federal de Santa Catarina, 2006, pp. 617–34, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24327551>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

____ ; RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros; MARTINS, Maria Cristina Bohn. **Enlaçar mundos: três jesuítas e suas trajetórias no novo mundo**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. 288 págs.

FRADKIN, Raúl Osvaldo (Comp.). **El poder y la vara. Estudios sobre la justicia y la construcción del Estado en el Buenos Aires rural (1780-1830)**, Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007. 165 págs.

FRANCO, José Eduardo. **O mito dos jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente: das origens ao Marquês de Pombal**. Lisboa: Gradiva, 2006. 627 págs.

____. **Génesis e mentores do antijesuitismo na Europa Moderna**. Lisboa: CLEPUL, 2012. 80 págs.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos, FLECK, Eliane Cristina Deckmann, MARTINS, Maria Cristina Bohn. Organização, Introdução e Notas. In: **Carta Ânua da Província Jesuítica do Paraguai 1659-1662**. Cuiabá: UFMT, São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2008.

FURLONG, G. **Entre los Pampas de Buenos Aires (según noticias de los misioneros jesuitas Matías Strobel, José Cardiel, Tomás Falkner, Jerónimo Rejón, Joaquín Caamaño, Manuel Querini, Manuel Gracia, Pedro Lozano y José Sánchez Labrador)**. Buenos Aires: Talleres Gráficos San Pablo, 1938.

____. **La enciclopedia rioplatense de José Sanchez Labrador**, S. J. Revista de la Sociedad "Amigos de la Arqueología", nº 5, p. 263-307, 1931.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Artigo - Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? Notícia - Discussão sobre Terra e Território marca o segundo dia do **III Encontro Continental do Povo Guarani**. [on-line] Disponível em <http://racismoambiental.net.br/2010/11/discussao-sobre-terra-e-territorio-marca-segundo-dia-doiii-encontro-continental-do-povo-guarani/>. Acessado em 14/09/2020.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **El poncho: una historia multiétnica**, In BOCCARA, Guillaume (ed), Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX). Buenos Aires: Ed Abya Yala, 2002. p. 185-200.

____. Pastores y labradores de Buenos Aires: **Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor. 1999. 385 págs.

____. Un siglo de estancias en la campaña de Buenos Aires: 1751 a 1853. **The Hispanic American Historical Review**, 79 (4), 1999, 703-734.

____. Poder, conflicto y relaciones sociales: El Río de la Plata, XVIII-XIX. Rosario: Homo Sapiens, 1999. 212 págs.

____. GELMAN, J. Mucha tierra y poca gente: Un nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850). **Historia Agraria**, (15), 29-50, 1998.

GARCIA, E. F. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de "amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). **Varia História**, v. 24, p. 613-632, 2008.

_____. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 33-48, 2007.

GERTRUDIS, Payas y José Manuel ZAVALA (eds), **La mediación lingüístico-cultural en tiempos de guerra: cruce de miradas desde España y América**, Temuco, Ediciones la Universidad Católica de Temuco, 2012, 219 p.

GELMAN, Jorge y SANTILLI, Daniel. La distribución de la riqueza en el Buenos Aires rural entre finales de la colonia y la primera mitad del siglo XIX. ¿Una desigualdad moderada y en declive?. **Am. Lat. Hist. Econ [online]**. 2018, vol.25, n.2 [citado 2021-12-11], pp.7-41. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532018000200007&lng=es&nrm=iso>. ISSN 2007-3496. <https://doi.org/10.18232/alhe.v25i1.891>.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100002&lng=en&nrm=iso Acesso 02 de fevereiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882000000100002>.

GÓMEZ, Pedro García. Las ilusiones de la 'identidad'. La etnia como pseudoconcepto. En: **Gazeta de Antropología**, N° 14, 1998. p 1-16.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 128 págs.

_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras 1989. 281 págs.

_____. **O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações**. In: *Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p. 09 - 20.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 169- 178.

Goya Fontella, L. O conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidades coletivas. **Revista História: Debates E Tendências**, 2019, p. 19 – 35.

GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory**. Londres: Macmillan, 1979. 294 págs.

Gómez Romero, F. Arqueología histórica en sitios militares de campaña: el caso del fortín Miñana. Arqueología Uruguaya al Fin del Milenio. Actas del IX Congreso Nacional de Arqueología del Uruguay, Tomo II, pp.65-74

_____. **New rules of sociological method.** Londres: Hutchinson, 1993. 189 págs.

_____. **"Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura"**. In: GIDDENS, A. TURNER, J. (orgs.). Teoria social hoje. São Paulo: Unesp.(2003). 281-319.

_____. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999. 458 págs.

GIUDICELLI, C. Géographie de la barbarie: la tierra adentro. Confins américains (XVI^e-XVII^es.). e-

Spainia.[Online] 2012.Diponível em:<https://espania.revues.org/21869?lang=es>#Acesso em 14 de julho de 2020.

GRUZINSKI, S. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 398 págs.

_____. **Passeurs y elites "católicas" en las Cuatro Partes del Mundo. Los inicios ibéricos de la mundialización (1580-1640).** In: Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX. Scarlett O'Phelan & Carmen Salazar-Soler (editoras). Lima: IFEA, 2005.p. 13-29.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade,** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004. p. 6774-6790.

HERNÁNDEZ, Asensio Raúl. "Caciques, jesuitas y chamanes en la frontera sur de Buenos Aires (1740-1753)". In: **Anuario de Estudios Americanos LX-1,** Madrid: CSIC, p. 77-108, 2003.

IGLESIAS, Miriam. **"Las misiones jesuitas al sur del río Salado y la frontera bonaerense en el siglo XVIII"** In: Negro, Sandra y Marzal, Manuel (coordinadores): *Un reino en la frontera.* Las misiones jesuitas en la América española, Lima; IEP, 1999. p.149-175.

IRURTIA, María Paula. **El cacicazgo en la región pampeana-norpatagónica argentina a mediados del siglo XVIII: La actuación de los caciques en torno a la instalación de las misiones jesuíticas.** *Anthropologica,* vol. 26, n° 26, p.199-228, dez. 2008.

_____. Intercambio, novedad y estrategias: las misiones jesuíticas del sur desde la perspectiva indígena. *Avá.* n° 11, dez 2007, pp.137-170.

JABER, Loreley El. Lectores, autores y editores en los siglos XVI y XVII. El Fenómeno" Ulrico Schmidl», **Zama,** vol. 5 , Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2013.p. 135-167.

KALIL, Luis Guilherme Assis. A conquista do Prata: análise da crônica de Ulrico Schmidl. 2008. 194 f. **Dissertação (Mestrado em História)** – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2008..

KATZER, Leticia. "Márgenes de la etnicidad. De fantasmas, espectros y nomadológica indígena", **Tabula Rasa**, núm. 22, Bogotá, Colombia. 2015. pp. 31 - 51.

_____. Nomadismo y etnicidad. De-colonizar el sedentario como lugar de enunciación. **Acta Sociológica**. Núm. 80, Septiembre- Diciembre de 2019. pp. 121-151.

KELLOGG, Susan, **Weaving the past: a history of Latin America's women from the Prehispanic Period to the Present**. Oxford University Press, 2005. p. 352.

KLEIN, Herbert S. "Las finanzas del Virreinato del Río de la Plata en 1790". *Desarrollo Económico*. **Revista de Ciencias Sociales**, p. 369-400, 1973.

LANZA. Maria Lúcia Lamounier. A América Latina Como Destino Dos Imigrantes: Brasil E Argentina (1870-1930) — **Cadernos Prolam/USP** 14 (26): 2015. p. 90-107.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Kaingang e Missões Religiosas: situações de alianças e guerras. **Tellus**, Campo Grande – MS, ano 9, n. 16, p. 35-55, jan. /jun. 2009.

LÁZARO, Ávila Carlos. **El parlamentarismo fronterizo en la Araucanía y las Pampas**. In Guillaume Boccara (ed.), *Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (Siglos XVI-XX)*, Lima/Quito: IFEA/ Abya-Yala. 2002, p. 237-257.

LEVAGGI, Abelardo. **Diplomacia hispano Indígena en las Fronteras de la América**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2012. 333 págs.

_____. *Tratados entre la Corona y los indios de la Frontera Sur de Buenos Aires, Córdoba y Cuyo*. **Memoria del X Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano**. Buenos Aires, 1995. p. 695-764.

_____. **Paz en la frontera. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en Argentina. Siglos XVI-XIX**. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2000. 594 págs.

LEVENE, Ricardo, **Primer congreso de Historia de lo Pueblos**, Capítulo V, Apéndice Documental, Direcciones de impresiones oficiales, La Plata, 1952, pág.56-75.

LEWIS, C.M. "La consolidación de la frontera argentina a fines de la década del 70. Los indios, Roca y los ferrocarriles". En G. Ferrari y E. Gallo (compil.), *La Argentina del ochenta al Centenario*, Buenos Aires, Sudamericana, 1980. p- 42 - 70.

LYNCH, John. **El siglo XVIII (Historia de España, XII)**. Barcelona: Crítica, 1991. 408 págs.

LONDOÑO, Fernando Torres. *Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI*. **Revista Brasileira De História (Impresso)**, São Paulo, v. 22, n.43, p. 11-32, 2002.

López Y PLANES. **Historia de nuestra frontera interior. La Abeja Argentina (Buenos Aires)**, vol. 1, nro. 2 (15 de mayo de 1822). Reeditado en República Argentina, Congreso de la Nación, Biblioteca de Mayo, Buenos Aires, 1960. p. 55-66.

LORANDI, Ana Maria e NACUZZI, Lúcia R. Trajetórias de la etnohistoria en la Argentina (1936-2006). **Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología XXXII**, Buenos Aires. 2007. p. 281-297.

MANDRINI, Raúl. "Desarrollo de una sociedad indígena pastoril en el área interserrana bonaerense." **Anuario del IEHS**, Tandil, vol. 2, 1987. p. 71-98.

_____. In: _____ e REGUERA, A (comps.). **Huellas en la tierra. Tandil, Las transformaciones de la economía indígena bonaerense (1600 - 1820)**. Argentina: Instituto de Estudios Histórico-Sociales, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1993. pp. 45-74.

MANDRINI, Raúl José. **Las transformaciones de la economía indígena bonaerense**. In: MANDRINI, Raúl José. Estudio preliminar. In: FALKNER, Tomás. Descripción de la Patagonia y de las partes contiguas de la América del Sur. Buenos Aires: Taurus, 2003, p. 9-56,

_____. El viaje de la fragata San Antonio, en 1745-1746. Reflexiones sobre los procesos políticos operados entre los indígenas pampeano-patagónico. **Revista Española de Antropología Americana**, Madrid, nº 30, p. 235-263, 2000.

_____. Las fronteras y la sociedad indígena en el ámbito pampeano. **Anuario del IEHS**, Tandil, nº12, marzo de 2004. p.23-34.

_____. La historiografía argentina, los pueblos originarios y la incomodidad de los historiadores. **Quinto Sol**, n. 11, p. 19-38, 2007.

_____. **Los pueblos originarios de la Argentina: La visión del otro**. Buenos Aires; Eudeba, 2010. 198 págs.

_____. **La Argentina aborígen**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012. 144 págs.

_____. Pedir com vuelta " ¿Reciprocidad diferida o mecanismo de poder? Aceptado por publicación en Espacio **Regional**. **Revista de Estudios Sociales**, nº 11, vol. 2, 2014. p. 57-68.

MARFANY, Roberto H. "**Frontera con los Indios en el sud y la fundación de pueblos**". En: LEVENE, Ricardo (dir.) Historia de la Nación Argentina . Buenos Aires: El Ateneo. Volumen VI, 1a Parte. Capítulo VI.1940, p. 307-333.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Jesuítas e índios nas "missões austrais": uma experiência na pampa argentina (Século XVIII). **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.3, n.2, p.233-249, 2014.

MARTINS, M. Cristina Bohn. As missões de pampas e serranos: uma experiência de fronteira na pampa argentina (Século XVIII). **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, n. 30.1 (2012). pp.1-15.

MARTÍNEZ MARTÍN, Carmen. Las reducciones de los pampas (1740-53): aportaciones etnogeográficas al sur de Buenos Aires. **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, n. 20, p. 145-167, 1994.

MAYO, Carlos A. (Director), **Pulperos y Pulperías de Buenos Aires 1740-1830**, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Mar del Plata, Impreso en Departamento de Servicios Gráficos de la UNMdP, 1996. 156 págs.

_____. **Vivir en la frontera. La casa. la dieta. la pulpería, la escuela (1770-1870)**, Buenos Aires, Biblos, 2000. 184 págs.

_____. “Comercio minorista y pautas de consumo en el Mundo Rural Bonaerense, 1760-1870”, en: **Anuario IEHS 20**, Tandil, Universidad Nacional del Centro, 2005. p. 239-262.

_____.y A. Latrubesse, **Terratenientes, soldados y cautivos. La frontera 1736-1815**, Editorial Biblos, Buenos Aires, 1998. 126 págs.

MELO DE OLIVEIRA, P. R. Um estilo jesuítico de escrita da história: notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 4, n. 7, p. 266–278, 2011. DOI: 10.15848/nh.v0i7.221. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/artic/le/view/221>. Acesso em: 3 fev. 2022.

MENDEZ, Patricia María. Los tejidos indígenas en la Patagonia Argentina: cuatro siglos de comercio têxtil Indiana. **Ibero-Amerikanisches**. Institut Preußischer Kulturbesitz Berlin, Alemania vol. 26, 2009, pp. 233-265.

MONTERO, Maritza Construcción del Otro, liberación de sí mismo. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, vol. 7, núm. 16, marzo, 2002, pp. 41-51

MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001. 233 págs.

MONCAUT, Carlos A. **Historia de un pueblo desaparecido a orillas del río Salado bonaerense. Reducción de Nra Sra de la Concepción de los Pampas, 1740-1753**. Buenos Aires: Depto. Impresiones del Min. de Economía de la Prov. de Bs. As, 1981.

MARTÍN, María Morales, A mis manos han llegado. Cartas de los PP. Generales a la Antigua Provincia del Paraguay (1608-1639), **Monumenta Historica Societatis Iesu**. Nova Series, vol. I, Universidad Pontificia Comillas, Institutum Historicum Societatis Iesu, Madrid-Roma, 2005. 613 págs.

NACUZZI, Lidia. **Identidades impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998. 268 págs.

_____. **Funcionarios, diplomáticos, guerreros. Miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002. 298 págs.

_____. Los grupos nómades de la Patagonia y el Chaco en el siglo XVIII: identidades, espacios, movimientos y recursos económicos ante la situación de contacto Chungara, **Rev. de Antropología Chilena**, San Pedro de Atacama, v. 39, nº 2, p. 221-234, 2007.

_____. **Los cacicazgos del siglo XVIII en ámbitos de frontera de Pampa-Patagonia y Chaco De los cacicazgos a la ciudadanía.** In: _____. *Sistemas Políticos en la Frontera.* Río de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: 2011, p. 23 – 77.

_____. Repensando y revisando el concepto de cacicazgo en las fronteras del sur de América (Pampa y Patagonia). **Revista Española de Antropología Americana**, vol. 38, núm. 2, 75-95, 2008.

_____. **Pueblos nômades: en un estado colonial, Chaco, Pampa, Patagonia, siglo XVIII.** Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2008. 112 págs.

_____; LUCAIOLI, Carina P. Y. sobre las armas se concertaron las paces: explorando las rutinas de los acuerdos diplomáticos coloniales. **Cuhso. Cultura - hombre - sociedad:** Temuco, Chile, p. 61-74, 2008.

_____. Los grupos étnicos y sus territorios en las fronteras del río Salado de Buenos Aires (siglo XVIII), **Población y Sociedad**, Tucumán, Argentina, p. 5 – 32, 2014.

_____. Los caciques amigos y los espacios de la frontera sur de Buenos Aires en el siglo XVIII. **Revista TEFROS**, Río Cuarto, Argentina, p. 103 – 139, 2014.

_____; LUCAIOLI, Carina P, Una reflexión sobre los rótulos históricos y la dificultad de nombrar a los grupos étnicos de Pampa-Patagonia y el Chaco, **Nuevo Mundo Nuevos [En línea]**, Disponible em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71684>. Acessado em: 20 de maio de 2020.

_____. y TOURRES, Luisina. "Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires". Entre los datos y los formatos. Indicios para la historia indígena de las fronteras en los archivos coloniales, coordinado por Lidia Nacuzzi. Buenos Aires: **CAS; IDES**, 2018, pp. 29-68.

_____. NAVARRO FLORIA, Pedro (comp). Patagonia. Ciencia y conquista. La mirada de la primera comunidad científica argentina. **Revista Bibliográfica De Geografía Y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona , Vol. X, nº 577, 15 de abril de 2005.

_____. NÉSPOLO, Eugenia Alicia. La "Frontera" Bonaerense en el siglo XVIII un espacio políticamente concertado: fuertes, vecinos, milicias y autoridades civiles-militares. **Mundo agrario**, La Plata, v. 7, n. 13, dez. 2006. Disponible em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151559942006000200008&lng=es&nrm=iso>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2015.

_____. OCHOA, MARGARITA, GUENGERICH, Sara V. eds. **Cacicas: The Indigenous Women Leaders of Spanish America, 1492–1825.** Norman: University of Oklahoma Press, 2021

_____. OLIVEIRA FILHO, João.Pacheco. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. **Revista Travessia**, São Paulo: CEM, v.9, n.24, p. 5-9, jan./abr.1996.

_____. OPERÉ, Fernando. **Historias de la frontera: el cautiverio en la América hispánica.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001. 285 págs.

ORTELLI, Sara. Las reformas borbónicas vistas desde la frontera: La élite neovizcaína frente a la injerencia estatal en la segunda mitad del siglo XVIII. **Bolet Inst. Hist. Argent. Am. Dr. Emilio Ravignani**, Buenos Aires, n. 28, dez. 2005. p. 7-37. Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S052497672005000200001&lng=es&nrm=iso. Acessado em: 09 maio de 2013

_____. La “araucanización” de las pampas: ¿Realidad histórica o construcción de los etnólogos? In: **Anuario del IEHS**, Tandil, nº 11, 1994. p. 203-225.

_____. Vivir en los márgenes. Fronteras porosas y circulación de población en la Nueva Vizcaya tardo colonial. **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras**, vol. 19, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 39 -57

PALERMO, Miguel Angel. El revés de la trama. Apuntes sobre el papel económico de la mujer en las sociedades indígenas tradicionales del sur argentino. **Memoria Americana**. Cuadernos de Etnohistoria. N.º3. Buenos Aires.1994. p.63-89.

PÉREZ GERARDO, D. R. Blandengues desertores: dinâmicas sociales de frontera en Buenos Aires a finales del siglo XVIII. **Fronteras de la Historia**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 94–118, 2020. DOI: 10.22380/20274688.1141. Disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/fh/article/view/1141>. Acesso em: 26 ene. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo, v.15, nº 29, 1995, pp. 9-27.

POLLAK. Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRATT, Mary Louise, **Olhos do Império Relatos de viagem e transculturação**. Bauru: São Paulo: Edusc, 1999. 394 págs.

PUPIO, Alejandra. **Malones, fortines y estancias en la identidad del General Daniel Cerri**. - 1ª ed. - Bahía Blanca: Editorial de la Universidad Nacional del Sur. Ediuns, 2013.192 págs.

QUESADA, V.G. Las fronteras y los indios. Apuntes históricos. **La Revista de Buenos Aires**, 18 de octubre 1864. pág. 1-25.

QUIJADA, M. Nación y territorio: la dimensión simbólica del espacio en la construcción nacional argentina. Siglo XIX. **Revista de Indias**, [S. l.], v. 60, n. 219, p. 373–394, 2000. DOI: 10.3989/revindias.2000.i219.511. Disponível em: <https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/511>. Acesso em: 10 feb. 2022.

_____. Repensando la frontera sur Argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII-XIX). **Revista de Indias**, [S. l.], v. 62, n. 224, p. 103–142, 2002. DOI: 10.3989/revindias.2002.i224.461. Disponible en: <https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/461>. Acesso em: 11 feb. 2022.

QUINTRIQUEO M., SEGUNDO; Quilaqueo R., Daniel. Conocimiento de relación de parentesco como contenido educativo para escuelas situadas en comunidades Mapuches de Chile. **Cuadernos Interculturales**, Universidad de Playa Ancha Viña del Mar, Chile. vol. 4, núm. 7, segundo semestre, 2006, pp. 81-95.

RAIN-RAIN, Alicia; LLOMBART, Margot Pujal i; MORA-MALO, Enrico. Mujeres Mapuche En La Diáspora Y El Retorno Al Wallmapu: Entre Micro-Resistencias De Género Y Despojos Coloniales. **Chungará (Arica)**, Arica , v. 52, n. 2, p. 347-360, jun. 2020 . Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-73562020000200347&lng=es&nrm=iso>. accedido en 11 feb. 2022. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-73562020005001004>

RATTO, Silvia. Rompecabezas para armar: el estudio de la vida cotidiana en un ámbito fronterizo. **Mem. am.** n° 13, p. 179-207, 2005.

_____. Caciques, autoridades fronterizas y lenguaraces: intermediarios culturales e interlocutores válidos (Buenos Aires en la década de 1830). **Mundo agrario**, La Plata, p. 11 – 20, 2005.

_____. “El debate de la frontera a partir de Turner. La New Western History, los Borderlands y el estudio de las fronteras latinoamericanas”. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, Buenos Aires, n° 24, p. 105-126, 2003.

RODRIGUES, Auro de Jesus, SILVA, José A. B. BARROSO, Rita de Cássia. A. VIEIRA, José Daniel, FONTANA, Raphael Luiz M. Uma Análise Sobre O Território À Luz Da Geografia. **Ciências Humanas e Sociais Unit. Aracaju**. v. 2/ n.3,. Março 2015, p. 87-98: Acesso em: 20/08/2020.

ROJAS. J. L. **La Etnohistoria de América. Los indígenas, protagonistas de su historia**. Buenos Aires: SB, 2008.162 págs.

ROMERO, Gómez Facundo, SPOTA Julio César Augusto Algunos Comentarios Críticos Acerca De 15 Años De Arqueología En Los Fortines Pampeanos. **Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología**, tomo 31, 2006. p. 161-185.

_____.Arqueología histórica en sitios militares de campaña: el caso del fortín Miñana. Arqueología Uruguaya al Fin del Milenio. **Actas del IX Congreso Nacional de Arqueología del Uruguay**, Tomo II, pp.65-74, Colonia del Sacramento. 1997.

ROSAS, Juan Manuel de. **Lenguaraces egregios: Rosas, Mitre, Perón y las lenguas indígenas**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2013. 216 págs.

ROULET, Florencia. Los Indios De La Frontera Sur En La Mirada De Los últimos Viajeros Coloniales: Identidades, Relaciones Interétnicas Y Proyectos Políticos Hacia El Espacio Pampeano-cordillerano Y Sus Pobladores Autóctonos En Las Postrimerías Del Orden Colonial.**Tesis de doctorado**. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras, 2013. 403 págs.

_____. “Violencia indígena en el Río de la Plata durante el período colonial temprano: un intento de explicación” (2018), **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online]**, Disponible em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/72018>. Acessado em: 23 de julho de 2018.

_____. Mujeres. rehenes y secretarios: mediadores indígenas en la frontera sur del Río de La Plata durante el período hispánico. **Colonial Latin American Review**. Vol. 18, N°3, Dezembro, 2009, pp. 303-337.

SAHLINS Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich**. Fraya Frehse. Zahar, 2008. 157 páginas.

_____. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. 680 págs.

_____. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987. 217 págs.

_____. **What kinship is. and is not**. Chicago: The University of Chicago Press. 2013. 120 págs.

SALERNO, Natalia Soledad. “**Mujeres indígenas recluidas en la Casa de Recogimiento (Buenos Aires, etapa colonial tardía)**”. Tesis de licenciatura en Historia, Universidad Nacional del Sur, 2014. 60 págs.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1998. 260 págs.

_____. **Território e Dinheiro**. In: **Território Territórios**. Niterói, RJ: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002. pp.7-13.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2004. 288 págs.

SERVELLI, M. ¿Literatura de frontera? Notas para una crítica. **IBEROAMERICANA**. América Latina - España - Portugal, v. 10, n. 39, p. 31–52, 11 jun. 2014.

SERVICE, Elman. **Primitive Social Organization**. New York: Random House. 1962.

_____. **Los orígenes del Estado y da civilización**. El proceso de la evolución cultural. Madrid: Alianza Editoria, 1984.

SILVA, Juliana A. Camilo da. A fronteira negociada: índios e espanhóis nos confins meridionais do Império (Século XVIII). **Dissertação [Mestrado em História]** – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2016.

SILVA, Marcelo Augusto Maciel da. Índios e criollos: raptos e aprisionamento: características do cativo nas fronteiras pampiano-patagônicas no século XVIII. **Dissertação [Mestrado]**. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

STEWART, Julian H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1946-1950. 5v. e-book.

SOCOLOW, Susan Migden. Los cautivos españoles en las sociedades indígenas: el contacto cultural a través de la frontera argentina. **Anuario del IEHS**, nº2. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. pp. 99-136, 1987.

TABOADA, Hernán. **The Shadow of Islam in America**. FCE. México DF, 2004. 224 págs.

TARUSELLI, G. Alianzas y traiciones en la pampa rioplatense durante el siglo XVIII. **Fronteras de la Historia**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 363–387, 2018. Disponible en: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/fh/article/view/374>. Acceso en: 4 feb. 2022.

TABOSSI, Ricardo. Historia de la Guardia de Luján durante el período hispano-indiano. La Plata: Archivo Histórico de la provincia de Buenos Aires “**Dr. Ricardo Levene**”, 1989. 268 págs.

THOMPSON, Mariana Flores da Cunha. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 396 págs.

TURNER, Frederick Jackson. “El significado de la frontera en la historia americana”. En: Secuencia, **Revista de Historia y Ciencias Sociales**. Núm. 7 de enero-abril. Instituto Mora. México, 1987. p- 187-207.

VAINFAS, Ronaldo. **A tessitura dos sincretismos: mediadores e mesclas culturais**. In: Fragoso, João; Gouvêa, Maria de Fátima. (Org.). O Brasil colonial. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, v. 1, p. 357-388.

VILLAR, Daniel y Juan Francisco JIMÉNEZ. **El fuego de la guerra. Conflictos indígenas por la hegemonía en Araucanía y las Pampas, durante el lapso de 1780-1840**. In: MANDRINI, Raúl e PAZ, Carlos (comps.). Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena ;latinoamericano en los siglos. *Revista TEFROS*, Río Cuarto, Argentina, vol. 12, nº 2, p. 103-139, 2014.

WACHTEL, Nathan. **Paradis du Nouveau Monde**. Fayard: Paris, 2019. 331 págs.

WEBER. David J. Borbones y barbaros. Centro y periferia en la reformulación de la política de España hacia los indígenas no sometidos. **Anuario IHES** 13, Tandil, 1998, pp.147 – 171.

_____. **Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración**, Barcelona, Crítica, 2007, 670 p.

WILDE, Guillermo. De las crónicas jesuíticas a las “etnografías estatales”: realidades y ficciones del orden misional en las fronteras ibéricas. **Nuevo Mundo Nuevos Mundos [Online]**. Disponible en: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/62238?lang=en> acceso en: 12 de agosto de 2020.

WHITE, Richard. Middle Ground. **Indians, Empires and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815**. New York, Cambridge University Press, 1991. 505 págs.

YRIBARREN, A. **El origen de la ciudad de Mercedes**. La Plata: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires. 1937. 91 págs.

YULN, Melina. Una historia de fronteras: El territorio y los relatos culturales de la frontera en la construcción nacional de Argentina, Brasil y Estados Unidos. **Pampa**, Santa Fe , n. 6, p. 231-244, dic. 2010 . Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-02082010000100011&lng=es&nrm=iso>. accedido en 04 feb. 2022.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel; PAYAS PUIGARNAU, Gertrudis. Ambrosio O'Higgins y los parlamentos hispano-mapuches, 1771-1803: Política indígena, escritura administrativa y mediación lingüístico-cultural en la época borbónica chilena. **Mem. am.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires , n. 23-2, p. 103-136, dic. 2015 . Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37512015000200004&lng=es&nrm=iso>. accedido en 03 feb. 2022

ZUSMAN, Perla. Entre el lugar y la línea: la constitución de las fronteras coloniales patagónicas 1780-1792, **Fronteras de la Historia**, Instituto Colombiano de Antropología e Historia Bogotá, Colombia, núm. 6, 2001, pp. 41-67

Dicionários Consultados:

ESPAÑOLA, Real academia, **Diccionario de Autoridades** - Tomo VI (1739). Disponible en: <https://apps2.rae.es/DA.html>

MICHAELIS, **dicionário de língua portuguesa**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=laDdm>.

Sites consultados:

<https://www.youtube.com/watch?v=CqCIHwtsU90>

https://es.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1s_all%C3%A1_del_horizonte

<https://www.youtube.com/watch?v=G0poDBrewQA>

<https://mapio.net/pic/p-42399922/>

<https://ahicitonomas.com.ar/2019/02/11/el-fortin-san-lorenzo-de-navarro-replica-fiel-del-puesto-de-frontera-original/>